



Universidade Salgado de Oliveira – Universo
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Mestrado em História

Lourdes de Almeida Barreto Belchior

Leopoldina e os jornais: a Imperatriz e a imprensa
brasileira de 1817 a 1826

Niterói
2019

LOURDES DE ALMEIDA BARRETO BELCHIOR

Linha de pesquisa
Sociedade, Movimentos Populacionais e de Culturas

**LEOPOLDINA E OS JORNAIS: A IMPERATRIZ E A IMPRENSA
BRASILEIRA DE 1817 A 1826**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Mary Lucy Murray Del Priore.

Niterói
2019

CIP - Catalogação na Publicação

B427 Belchior, Lourdes de Almeida Barreto
Leopoldina e os jornais: a Imperatriz e a imprensa brasileira de 1817 a 1826 / Lourdes de Almeida Barreto Belchior. -- Niterói, RJ, 2019.
187 p.
Referências: p. 149-166.

Orientadora: PhD. Mary Lucy Murray Del Priore.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2019.

1. Brasil – História – Monarquia. 2. Imprensa - Monarquia.
3. Imprensa – 1817/1826. I. Título.

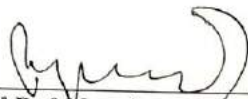
CDD 923.0981

Elaborado pela Biblioteca Rachel de Queiroz, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Sirleia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

LOURDES DE ALMEIDA BARRETO BELCHIOR

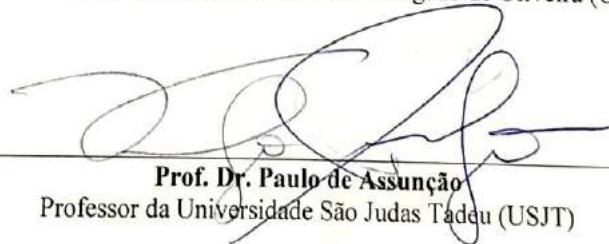
**“LEOPOLDINA E OS JORNAIS: A IMPERATRIZ E A IMPRENSA
BRASILEIRA DE 1817 A 1826”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 10 de setembro de 2019 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.ª Dr.ª Mary Lucy Murray del Priore

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Paulo de Assunção

Professor da Universidade São Judas Tadeu (USJT)



Prof. Dr. Francisco José Calazans Falcon

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

*À Mary Del Priore, por fazer de
mim uma apaixonada pela História Cultural.*

Agradecimentos

Durante o tempo em que realizei essa pesquisa, pude contar com o carinho e incentivo de diversas pessoas. Sem elas essa trajetória acadêmica não seria vivenciada de forma tão enriquecedora.

Nesse ensejo agradeço ao meu esposo, Walmir, e ao meu filho Gabriel, por nunca terem sido obstáculo para essa pesquisa. Mesmo diante das minhas ausências, significaram estímulo e sempre acreditaram em mim muito mais que eu mesma. A minha filha Gisele dedico minha eterna gratidão. Seu amor, companheirismo e alegria se fizeram presente do início ao fim dessa dissertação, quando era apenas um projeto até sua conclusão. Sem ela minha perseverança não seria a mesma.

Entre os amigos, alguns se destacaram pela motivação e sintonia com o tema. Em certos momentos tiveram papel primordial, pois, ao terem contato com essa pesquisa, contribuíram com observações precisas e elevaram a minha autoestima quando elogios se faziam necessários. Assim, cito os nomes de Denise Porto, cuja amizade nasceu na Universidade, mas ultrapassou suas fronteiras, e das amigas e leitoras atentas: Geiza da Penha, Maria da Glória Freitas, Regina Mota, Edith Freitas e Lucimar Ribeiro. Destaco também a contribuição da sempre professora Dra. Maria Célia Barbosa Reis da Silva, por ter acompanhado o desenvolvimento desse trabalho, fornecendo tópicos com seus comentários e sugestões.

Agradeço à Universidade Salgado de Oliveira pela bolsa concedida e pela qualidade das aulas e do corpo docente. Sou grata também aos doutores Francisco Falcon e Paulo de Assunção por terem aceitado o convite para compor a Banca Examinadora de Defesa dessa Dissertação, e pelas importantes contribuições que fizeram durante a qualificação.

Por fim, agradeço e dedico cada linha dessa pesquisa à minha orientadora Doutora Mary Del Priore, pessoa que admiro como profissional e ser humano. As primorosas lições e a singular atenção prestada em cada página desse trabalho possibilitaram esse caminho de aprendizado.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar as notícias publicadas nos jornais brasileiros, de 1817 a 1826, sobre Arquiduquesa austríaca Leopoldina Josefa Carolina, a primeira Imperatriz do Brasil. O recorte temporal em destaque correlaciona-se aos nove anos em que a jovem viveu e reinou no Brasil. Durante esse período, sua trajetória de vida fora marcada por um significativo processo de adaptação, e por diversas transformações políticas, pelas quais o reino passaria. Nesse contexto, ao demonstrar apreço pelos anseios de muitos brasileiros, que desejavam à manutenção da autonomia do país, Leopoldina se tornaria figura de destaque no processo que conduziria o Brasil à Independência. Diante de sua importância, pesquisar o conteúdo das notícias publicadas sobre ela possibilita o acesso às informações geradas em seu tempo, permitindo compreender como essa governante era entendida, lida, pelos seus súditos, por meio da imprensa. Nesse trabalho, pesquisaram-se periódicos de diferentes províncias e de origens distintas, governamentais e privados. A partir deles, busca-se perceber o perfil dessa governante dado a leitura por esse meio de comunicação.

Palavras-Chave: Leopoldina, Princesa, Monarquia, jornais, imprensa, representações, independência.

Abstract

This work aims to analyze the news published in the Brazilian newspapers, from 1817 to 1826, on the Austrian Archduchess Leopoldina Josefa Carolina, the first Empress of Brazil. The temporal cut in prominence correlates to the nine years in which the young woman lived and reigned in Brazil. During this period, his life trajectory was marked by a significant process of adaptation, and by various political transformations, for which the kingdom would pass. In this context, in expressing appreciation for the wishes of many Brazilians, who wished to maintain the autonomy of the country, Leopoldina would become a prominent figure in the process that would lead Brazil to Independence. In view of its importance, researching the content of the news published on it, allows access to the information managed in its time, allowing to understand how this ruler was understood, read, by his subjects, through the press. In this work, journals from different provinces and distinct origins, both governmental and private, were investigated. From them, it is sought to perceive the profile of this ruler given the reading by this means of communication.

Keywords: Leopoldina, Princess, Monarchy, newspapers, press, representations, independence.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo I - Leopoldina, da Corte Austríaca à Corte Portuguesa: rumo ao Novo Mundo, 1817	11
1.1 Um olhar sobre o Rio de Janeiro que Leopoldina encontrou.....	11
1.2 Palavras impressas: um panorama da jovem imprensa brasileira.....	28
1.3 Sobre a ótica dos primeiros jornais: notícias acerca do casamento e vinda de Leopoldina para à América.....	41
Capítulo II - Entre os deveres de boa esposa e filha obediente: experiências de Leopoldina como Princesa do Reino Unido, Portugal, Brasil e Algarves de 1818 a 1821	58
2.1. Experiências de uma Arquiduquesa austríaca nos trópicos: sob a luz de novos horizontes políticos.....	58
2.2. O avançar liberal e os jornais brasileiros de 1818 a 1821.....	72
2.3. Os deveres e obrigações de uma Princesa impressos nos jornais: notícias de Leopoldina de 1818 a 1821	83
Capítulo III – Para além da cor amarela da bandeira: presença e vivências de Leopoldina como a primeira Imperatriz do Brasil, 1822 a 1826	96
3.1. De austríaca à brasileira: Leopoldina de Habsburgo, a Imperatriz do Brasil, 1822 a 1826.....	96
3.2. A polêmica imprensa da Independência.....	112
3.3. Notícias sobre Leopoldina, a primeira Imperatriz do Brasil: por dever, por hábito, e por afeto, 1822 a 1826	127
Considerações finais.....	146
Fontes.....	149
Bibliografia.....	159
Anexos	167
Anexo 1- Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria.....	167
Anexo 2- Desembarque de Leopoldina à Cidade do Rio de Janeiro	168
Anexo 3: Arco de acolhida à Leopoldina de Habsburgo	168
Anexo 4: Primeira edição jornal <i>Correio Braziliense</i>	169
Anexo 5: Primeira edição jornal <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	170
Anexo 6: Primeira edição jornal <i>Idade D’Ouro do Brazil</i>	171
Anexo 7: Primeira edição jornal <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	172
Anexo 8: Primeira edição jornal <i>A Malagueta</i>	173
Anexo 9: Segunda edição jornal <i>Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e legislativa do Império do Brasil</i>	174
Anexo 10: Primeira edição jornal <i>O Espelho</i>	175
Anexo 11: Primeira edição jornal <i>Revérbero Constitucional Fluminense</i>	176
Anexo 12: Primeira edição jornal <i>O Regulador Brasílico-Luso</i>	177
Anexo 13: Primeira edição <i>Correio do Rio de Janeiro</i>	178
Anexo 14: Primeira edição <i>Império do Brasil: Diário Fluminense</i>	179

Anexo 15: Primeira edição jornal <i>O Spectador Brasileiro</i>	180
Anexo 16: Primeira edição jornal <i>O Grito da razão na Corte do Rio de Janeiro</i>	181
Anexo 17: Primeira edição jornal <i>Abelha do Itaculumy</i>	182
Anexo 18: Primeira edição jornal <i>Universo</i>	183
Anexo 19: Primeira edição jornal <i>Império do Brasil: Diário do Governo (CE)</i>	184
Anexo 20: Primeira edição jornal <i>Argos da Lei</i>	185
Anexo 21: Primeira edição jornal <i>Astrea</i>	186
Anexo 22: Monumento fúnebre elaborado para a Imperatriz Leopoldina	187

Introdução

Com o título: Leopoldina e os jornais: a Imperatriz e a imprensa brasileira de 1817 a 1826, esta dissertação tem como personagem principal Leopoldina, a primeira esposa de D. Pedro e, como fonte primária de pesquisa, os jornais brasileiros.

Leopoldina (1801-1826) era filha de Francisco I, Imperador da Áustria. Cresceu em um ambiente marcado pelo requinte da Corte de Viena, e ao vir para o Brasil, em virtude do matrimônio com D. Pedro, em 1817, tornou-se a primeira Princesa, além das ibéricas, a conhecer o Novo Mundo.

No Brasil, registrou em cartas a alegria de poder viver em um reino de beleza exuberante, cuja natureza era para ela um verdadeiro espetáculo. Entretanto, em pouco tempo, descobriria que seu novo reino não se reduzia apenas a um complexo de belezas naturais, era uma realidade, em muitos aspectos, oposta à que vivera na Áustria. Mesmo se tornando, pelo casamento, Princesa do Reino Unido, Portugal, Brasil e Algarves, era uma estrangeira em terras distantes da pátria onde nascera.

Nesse contexto, a jovem Arquiduquesa, segundo ela própria narraria em correspondência à família, teve que se adequar à vida nos trópicos, em um processo de difícil adaptação junto à Corte Portuguesa. Na América, ela se tornaria mãe dos príncipes brasileiros e suas ações seriam fundamentais no processo que levaria o Brasil à sua independência. A partir desse momento, 1822, Leopoldina se tornaria a primeira Imperatriz do Brasil e, pelo que algumas fontes apontam estimadíssima pelos súditos.

É justamente nesse ponto que o estudo realizado nesta dissertação se debruça: buscar perceber a maneira como a primeira governante do Estado brasileiro era compreendida, lida, pelos jornais da época.

Para obter respostas que abarquem a essa indagação, este estudo terá como fonte primária primordial os jornais do período. Por meio deles almeja-se perceber como essa jovem nobre e estrangeira fora percebida pela imprensa da época.

Durante o decorrer da pesquisa realizada, considerou-se que a escrita dos jornais se encontrava envolta em ideias e valores presentes na sociedade. Portanto, esse estudo traz consigo a rica experiência monárquica vivida pelo Brasil, durante o período analisado.

É sempre bom lembrar que o país abrigou a Família Real portuguesa e nasceu independente como uma Monarquia. Tal exposto fez com que solo brasileiro abrigasse reis e rainhas, que seriam reconhecidos com o título de imperadores e imperatrizes. Todos esses governantes vivenciaram momentos marcantes no processo de formação e consolidação de um Estado, que nem de longe ocorreu de maneira simplista e pacífica.

Assim, contar parte da história de Leopoldina, valorizando notícias publicadas sobre ela na imprensa, significa ter acesso a informações geridas no contexto da Independência e circundadas pela cultura cortesã da época.

Ressalta-se o fato que o período margeado, de 1817 a 1826, se correlaciona não somente à chegada de Leopoldina ao Novo Mundo, mas também ao início das negociações diplomáticas que envolveram seu casamento, que ocorrera por procuração, em 13 de maio de 1817, em Viena. O entendimento desse momento torna-se importante, na medida em que traz informações sobre a lógica que direcionava os enlaces entre jovens pertencentes a famílias reinóis.

Durante o desenrolar desse trabalho será visível o enfoque ligado à História Cultural, com destaque devotado a algumas abordagens teórico-metodológicas que dão ênfase à importância da imprensa no entendimento das sociedades.

Desse modo a noção cunhada por Roger Chartier na obra *A História cultural: entre práticas e representações* é bastante cabível, pois a mesma objetiva perceber como certa realidade social é pensada e fornecida à leitura. Nas palavras do historiador: “A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”¹.

Nessa visão, aqui compartilhada, os textos carregam apropriações de discursos produzidos socialmente, que podem ser lidos e redefinidos de acordo com anseios, muitas vezes, distintos. Essa realidade caminha lado a lado com as relações de poder, por meio de representações presentes nas letras impressas e no ato da leitura².

O autor francês observa a influência de grupos não letrados nas produções textuais e vice versa, fornecendo destaque à ligação entre a cultura oral e a cultura escrita³. Essa forma de realizar uma leitura histórica é favorável a essa dissertação, pois

¹CHARTIER Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difel: Difusão editorial. S.A. Algoes/Portugal, 2002, pp. 16-17.

²CHARTIER Roger. *A História cultural: entre práticas e representações...* pp. 24-25.

³CHARTIER Roger. *A História cultural: entre práticas e representações...* pp. 54-61.

permite perceber que o significado do texto não termina em si próprio, pois ele se atrela, mesmo de forma subjetiva, ao contexto sociocultural no qual foi produzido.

Dentre outras contribuições, Chartier também valoriza a cultura como elemento que permeia diferentes grupos sociais, resguardando suas especificidades sem, no entanto, impedir que haja um processo de ressignificação. Assim, por meio de concepções ligadas às ideias de: representações, práticas e apropriações⁴, observa que os textos devem ser entendidos como modalidades do agir e do pensar humano, entrelaçados por vínculos de interdependência social.

Olhado por esse prisma, o escritor ou personagem de um texto não se encontra só, pois: “Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como as ideias, representações e imaginário de um indivíduo convergem para o contexto social ao qual pertence.”⁵, como bem lembra Mary Del Priore.

Por vezes, as apreciações feitas nessa dissertação remetem à abordagem realizada por Robert Darnton na obra: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, no que tange sua análise sobre a comunicação impressa. Na concepção desse historiador ao se observar um jornal é preciso ter consciência de que, assim como os livros, ele se insere em um circuito que envolve diversos indivíduos, como o produtor, o editor e o leitor. Nessa organização, sinaliza Darnton: “O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Os próprios autores são leitores”⁶. Dessa forma, torna-se possível perceber a influência leitor na formulação do que foi escrito.

Com relação às indagações feitas à latente cultura de corte, presente nas notícias dos jornais, aqui será dado relevo especial à metodologia forjada por Norbert Elias. Em seu estudo sobre a Corte Francesa: *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*, o historiador analisou as hierarquias manifestas nos rituais de etiqueta, cerimoniais e diversas formas de ordenamentos sociais.

Inseridos nessa cultura, os jornais analisados apontam para a existência de tais hierarquias. Elas se manifestavam principalmente em ocasiões festivas, nos quais havia

⁴ CHARTIER Roger. *A História cultural: entre práticas e representações...* p. 27.

⁵ DEL PRIORE, Mary. *O que pode a biografia. Biografia, biografados: uma janela para a História*. In: *O que pode a biografia*. AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. São Paulo: Letra e Voz, 2018, pp. 73-89, p. 79.

⁶ DARNTON, Robert. *O beijo Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 125.

interação entre diferentes grupos sociais. Nesses momentos a posse de títulos, insígnias e a proximidade para com o governante apontavam e legitimavam a importância do indivíduo e, muitas vezes, nada tinha a ver com posses econômicas. Conclui-se então que a busca por chances de prestígios⁷, em determinados graus, era uma realidade presente no tecido social, a começar pelo Rei, e seguindo pelos súditos. Sobre essa realidade pontuou Elias:

Esse fetiche de prestígio continuou determinante para a política da França de tempo em tempos, até os dias de hoje. Contudo, transferiu-se para a nação como valor autêntico, ou para as pessoas que acreditam incorporá-los.⁸

O sociólogo também chama atenção para o fato de que os indivíduos, envolvidos nessas hierarquias, sofriam coerção para manutenção de *status*. No entanto, enfatiza o estudioso, a coerção não se dava apenas de cima para baixo, existia também no sentido contrário, no qual se cobrava autodisciplina pelos que exerciam o poder:

É compreensivo que até agora os pesquisadores tenham se ocupado sobretudo com as coerções a que os grupos menos poderosos estão submetidos. Mas assim se alcança apenas uma visão unilateral. Justamente por haver, em toda sociedade, em uma rede de interdependências, uma circulação das coerções que os grupos exercem sobre os outros grupos e os homens, não podemos entender as coerções que as camadas mais baixas estão submetidas sem podemos entender as coerções a que as camadas mais baixas estão submetidas sem investigar, ao mesmo tempo, as das camadas superiores.⁹

Nessa direção, durante o decorrer dessa dissertação, será visível, nas páginas dos jornais, o encontro com aspectos políticos que compunham a lógica cultural do período. Assim sendo, conceitos construídos pelo cientista social George Balandier e expostos na obra: *O poder em cena*, também se fará presente e completará as ideias de Norbert Elias. Seu pensamento funcionará como fio condutor para o entendimento de uma cultura repleta de símbolos, em uma espécie de “liturgia teatral”, expressa em muitas notícias:

⁷ Norbert Elias reservou o capítulo VI de sua obra: *A sociedade de Corte*, para analisar a figura do Rei atrelado ao prestígio social.

⁸ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001, p. 148.

⁹ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte...* p. 265.

Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a “teatrocracia”. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade.¹⁰

A linguagem do poder contribui necessariamente para tornar manifestas as diferenciações sociais, e em primeiro lugar, as que separam os governantes dos governados e muitas vezes até o ponto extremo em que a palavra política não se transmite diretamente, mas gradualmente, e por intermediários.¹¹

Notadamente, o pensamento de Balandier encontra terreno fértil nas análises feitas aos cerimoniais ligados à vida social de Leopoldina, como rituais de beija mão, missas, batizados e aniversários. Nesses eventos, a importância da jovem pode ser mensurada pela narrativa utilizada pela imprensa, confirmando as ponderações sociólogo:

As circunstâncias da vida individual – nascimento, casamento, morte – se traduzem em atos representáveis, exemplares ou exaltantes. As festas, montadas como verdadeiras liturgias cívicas, põem em cena as hierarquias constitutivas da sociedade [...]¹².

Outro pensamento que auxiliou de forma considerável esse estudo foi o desenvolvido por Max Weber. Esse pensador sinaliza que, o capital social, ou seja, o *status* dos indivíduos, muitas vezes, tem mais importância na sociedade do que seu capital econômico. Dessa forma, pode-se compreender o valor arrogado a descendência de Leopoldina em diversas notícias sobre ela. Diante disso, o *status* ganha sentido de prestígio social: “O sentimento de prestígio pode fortalecer a crença ardente na existência real do nosso próprio poderio [...]”.¹³

Em contraste com a “situação de classe” determinada apenas por motivos econômicos, desejamos designar como “situação de *Status*” todo componente típico do destino dos homens, determinado por uma estimativa específica, positiva ou negativa, da *honraria*. Essa *honraria* pode estar relacionada com qualquer qualidade partilhada por uma pluralidade de indivíduos e, decerto, por estar relacionada com uma situação de classe estão ligadas, das formas mais variadas, com distinções de *status*.¹⁴

¹⁰ BALANDIER, George. *O poder em Cena*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980, p. 5.

¹¹ BALANDIER, George. *O poder em Cena...* p. 13.

¹² BALANDIER, George. *O poder em Cena...* p. 18.

¹³ WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p. 189.

¹⁴ WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia...* p. 218.

No que tangencia o entendimento da construção do perfil de Leopoldina junto à imprensa, registra-se que as teorias ligadas às representações sociais foram fundamentais à compreensão da imagem que se formou sobre essa governante. Nesse sentido, patenteia-se a importância que duas obras tiveram na compreensão sobre o tema: *Textos em representações sociais* e *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Por intermédio delas percebeu-se rica construção teórica que envolve a teoria, sendo ela perpassada por diversas áreas do saber, como a Sociologia, Antropologia, Psicologia Social e História.

Nessa perspectiva, ganhou destaque o pensamento do psicólogo social Serge Moscovici. O estudioso considera que as representações sociais se correlacionam com objetivos que moldam determinadas ideias coerentes ao grupo social, como sinalizado nos estudos de Marcio Oliveira¹⁵ e Ciro Flamarion Cardoso¹⁶. Essa forma de perceber as representações possibilita a compreensão de muitas ideias ligadas à Leopoldina que, naturalizadas pela cultura monárquica e por consequência pela sociedade, passam a compor muitos textos jornalísticos.

Sobre o tema, também merece amplo destaque o entendimento de Roger Chartier. Para ele as representações devem ser entendidas como: “operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo”¹⁷. Dessa forma, o pesquisador abre espaços para entender as notícias como produções pertencentes à determinada noção de mundo, e por esse prisma deve ser compreendidas.

Outro ponto que ficou visível nessa dissertação foi a intensa interação entre a cultura e a política que vigorava na época. Diante disso, sentiu-se a necessidade de uma ideia que norteasse o entendimento de tal realidade. O suporte veio com o pensamento desenvolvido por Serge Berstein. Em seus estudos o historiador percebe que a cultura política: “corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravesse as gerações.”¹⁸. A partir do olhar de Berstein, entende-se que o fenômeno:

¹⁵ OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. *Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 19, n. 55, pp. 180-186, jun. 2004.

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

¹⁷ CHARTIER Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difel: Difusão editorial. S.A. Algoes/Portugal, 2002, p. 23.

¹⁸ BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história Cultural. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 349-363, p. 355.

[...] mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de ideias à adoção de comportamentos convenientes¹⁹.

Com relação ao trato dirigido às fontes, para que não haja o risco de anacronismos, o pensamento de Marc Bloch foi o timão que conduziu a compreensão lançada sobre elas. Ao ressaltar que: “O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda.” - e que ainda encontra-se - “na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu”²⁰, o fundador de *Annales* alardeia que todo documento histórico fora produzido por homens do seu tempo e geridas em uma emaranhada rede de relações sociais.

A respeito do diálogo com a sociologia, por meio do pensamento de Weber, Balandier e Elias, convém ressaltar que esse intercâmbio privilegia um dos “desígnios de *Annales*”, ao valorizar o colóquio com outros saberes fornecendo: “ênfase na interdisciplinaridade, no diálogo produtivo com todas as ciências do homem”²¹, como bem lembra Francisco Falcon, na obra *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*.²²

No que tange a metodologia empreendida neste trabalho, cabe aqui deixar registrado a operacionalidade dada às fontes pesquisadas. Nesse estudo, os jornais não “falam sozinhos”. Com eles caminham outras fontes que interagem com suas informações, pois, como bem lembra Jenkins Keith, “Já que o passado passou, relatos só poderão ser confrontado com outros relatos, [...]”²³. Assim, relatos da época como os deixados pelo austríaco, Franz Joseph Frühbeck, pelo francês Jean-Baptiste Debret, pela inglesa Maria Graham e pelo português Luiz Gonçalves dos Santos, foram amplamente empregados.

Em vários momentos dessa pesquisa, também foram utilizadas algumas cartas escritas por Leopoldina à família e aos amigos. Dessa forma, buscou-se perceber como essa jovem se relacionava com a conjuntura histórica do período e com as

¹⁹ BERSTEIN, Serge. *A cultura política...* p. 357.

²⁰ BLOCK, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação de Lilia Moriz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 69.

²¹ FALCON, Francisco José Calazans. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 47.

²² BLOCK, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação de Lilia Moriz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 70.

²³ JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 32.

especificidades do seu novo reino. Sobre tais cartas, optou-se pela seleção e transcrição realizada pelas pesquisadoras Bettina Kann e Patrícia Souza Lima, na obra *D. Leopoldina, 1817-1826: cartas de uma imperatriz*²⁴.

Assim, em meio ao diálogo entre as fontes pesquisadas, os documentos analisados nesta dissertação fornecem norte e dão margem às interpretações cabíveis, como bem orientou Michel de Certeau:

Em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e seu estatuto²⁵.

É importante registrar que a cultura de um povo passa pela comunicação oral ou textual, afinal, como enfatiza José D’ Assunção: “Comunicar é produzir Cultura”.²⁶ Por conta disso, pesquisar as notícias, publicadas pelos jornais de 1817 a 1826 sobre Leopoldina, é valorizar a imprensa como receptadora e reprodutora de cultura. E, ao buscar acessar o perfil que esse meio de comunicação teceu sobre ela, almeja-se perceber o valor que a sociedade direcionava a essa governante.

Com base no exposto até aqui, esta dissertação se divide em três capítulos. A informação contida em cada um deles foi organizada a partir de subcapítulos, que priorizaram a contextualização cultural e política da época, as especificidades dos jornais do período, e, por fim, as notícias sobre Leopoldina, propriamente ditas.

Dentro dessa estrutura, no primeiro capítulo destacou-se o ano de 1817. Durante o seu decorrer, verificou-se a existência de um grande número de notícias correlacionadas ao noivado e casamento de D. Pedro. Por conta disso, o nome de Leopoldina passou a configurar nas páginas dos jornais certa frequência, tornando-a conhecida dos leitores brasileiros que, por meio da oralidade, divulgavam as informações lidas.

²⁴ KANN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza. *D. Leopoldina, 1817-1826: cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

²⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 81.

²⁶ BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: Especialidades e abordagem*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 57.

Nessa fase do trabalho, buscou-se descrever o Rio de Janeiro que Leopoldina encontrou, a fim de demonstrar algumas características da cidade que fora sua morada durante toda a sua vida no Brasil. Além disso, enfatizou-se a cultura de Corte, como base para o entendimento do valor que a sociedade arrogava às notícias da época.

No segundo momento, optou-se por um recorte temporal que abrigasse a experiência vivida por Leopoldina como Princesa do reino, de 1818 a 1821. Nessa etapa da pesquisa utilizaram-se, com destaque, as correspondências escritas por ela no contexto de vários acontecimentos políticos que, em grande parte, nortearam a escrita de muitos jornais.

No último capítulo, correlacionado ao período de 1822 a 1826, almejou-se enfatizar a conjuntura política correlacionada ao processo de Independência do Brasil e a percepção da imprensa sobre a jovem a partir do Dia do Fico até a sua morte. Nessa fase da dissertação, foi inevitável discorrer sobre a política do Primeiro Reinado dando destaque à figura de D. Pedro e suas ações.

Vale informar que, algumas vezes, verificou-se que determinadas notícias eram reproduzidas, muitas vezes na íntegra, em vários jornais. Quando isso acontecia, optou-se por dar voz ao jornal menos citado no decorrer do trabalho, possibilitando a ampliação da análise.

Sinaliza-se que, essa pesquisa se debruçou sobre periódicos produzidos em diferentes províncias. No entanto, mesmo buscando informações em jornais de diversas regiões brasileiras, não se pode negar que a cidade carioca fora privilegiada no que concerne à imprensa.

Além de ter abrigado a primeira tipografia do Brasil e ser a sede do governo, o Rio de Janeiro testemunharia o surgimento de vários jornais durante o decorrer do período analisado. Ao contrário da maioria das províncias, que só passaram a ter suas próprias tipografias durante o desenrolar da década de 20. Nesse cenário, passa a ser compreensivo o fato de que a maioria das informações impressas sobre Leopoldina fosse gerida na metrópole do reino.

Nesse ensejo, não se pode minimizar o fato que, atividade jornalística realizada entre os anos de 1817 a 1826, fora seguida por momentos de avanços e retrocessos. Entender essa conjuntura histórica é perceber o caráter político de muitas publicações, inclusive às correlacionadas à Leopoldina.

É fato que, o autoritarismo de D. Pedro acabou por favorecer os jornais alinhados ao governo. Entretanto, a imprensa combativa nunca deixou de existir por

completo durante o período pesquisado. Dessa forma, esse trabalho também se debruçou sobre os jornais de oposição ao governo.

Por fim, registra-se que os periódicos utilizados neste estudo compõem o acervo da Fundação Biblioteca Nacional e fazem parte da plataforma de pesquisa digital da instituição.

Capítulo I - Leopoldina, da Corte Austríaca à Corte Portuguesa: rumo ao Novo Mundo, 1817

1.1. Um olhar sobre o Rio de Janeiro que Leopoldina encontrou

Pertencente à dinastia dos Habsburgo, a Arquiduquesa Leopoldina Josefa Carolina (Anexo 1) nasceu na manhã de 22 de janeiro de 1797, na cidade de Viena, atual capital da Áustria. Era filha da Imperatriz Maria Teresa das Duas Sicílias e do Imperador Francisco I do Sacro Império Romano-Germânico.

O reino de Leopoldina no século XIX representava o coração do velho mundo, exemplo de conservadorismo monárquico, no qual a noção de soberano “pela graça de Deus” se fazia presente. Os imperadores austríacos atribuíam suas origens à descendência de Carlos Magno²⁷.

Os pais de Leopoldina tiveram doze filhos, dos quais cinco faleceram ainda na infância. Ao que tudo indica, ela e seus irmãos cresceram em um ambiente familiar harmonioso²⁸, no qual o contato com a religião, com a natureza, com educação disciplinada e com as artes se faziam presentes. Após a morte de Maria Teresa, a nova esposa de seu pai, a Imperatriz Ludovica, assumiu a responsabilidade sobre a educação dos enteados e exerceria sobre Leopoldina grande influência²⁹.

O dia-a-dia, dos filhos do Imperador, reconhecidos com o título de arquidukes e arquiduquesas, era planejado de forma minuciosa para que tivessem acesso a uma esmerada educação. Aritmética, música, ciências naturais, idiomas, geografia, jardinagem e física, por exemplo, eram algumas das disciplinas que constavam no currículo de matérias que deveriam aprender. Além disso, como lembra Bettina Kann: “Os Habsburgos cultivavam já no século XVII uma predileção por representações teatrais nas quais atuavam como cantoras e cantores, atrizes e atores, dançarinas e dançarinos”.³⁰

No entanto, a infância dos jovens Habsburgo não transcorreu em um momento de tranquilidade, pelo menos no que envolve a conjuntura política europeia. Em 1797,

²⁷ RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815 - 1889*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p.1.

²⁸ OBERACKER Jr., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina, sua vida e época*: ensaio de uma biografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 12.

²⁹ LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 79.

³⁰ KANN, Bettina. *Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina*. In: D. Leopoldina: Cartas de uma imperatriz. KANN, Betinna; LIMA, Patrícia Souza. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 64.

no ano que Leopoldina nasceu, “Napoleão Bonaparte começava a destruir o Sacro Império Romano da Nação Alemã cujos imperadores eram os Habsburgos, havia cerca de 350 anos”³¹, lembra Oberacker Jr.

Diante de algumas derrotas para a França, Francisco I empreendeu algumas ações que visavam a paz. Como exemplo, em 1797, assinou o Tratado de Campoformino, no qual abriu mão de parte do seu território para o Império napoleônico. Além disso, em 1810, casou sua filha primogênita e irmã preferida de Leopoldina, Maria Luísa, com seu inimigo Napoleão Bonaparte.

No entanto, mesmo tendo atitudes que demonstravam a intenção pela concórdia, Francisco I não desistiria de um dia derrotar a França, e, entre momentos de trégua e combates, a guerra seguiu-se. Nesse contexto, lembra Paulo Drumond Braga, “[...] a partir de 1813, a Áustria esteve empenhada a sério na derrota definitiva de Bonaparte, conseguida em 1815”³².

Vitorioso ao lado da coligação que derrotou Bonaparte, Francisco I seria uma das personalidades mais respeitadas na Europa e, ao abrigar o Congresso de Viena e liderar a Santa Aliança, o *status* do seu reino seria elevado. Tal realidade faria com que Leopoldina fosse percebida como filha de um destacado monarca.

Enquanto a Áustria voltava a configurar como um poderoso império no cenário europeu, o Brasil se tornava Reino Unido, em 1815, por meio de decreto assinado por D. João, que se encontrava em terras brasileiras desde 1808.

É positivo lembrar que, a vinda para o Brasil da Família Real, juntamente com aproximadamente 15 mil pessoas, se correlacionava diretamente ao mesmo inimigo dos Habsburgo, Napoleão Bonaparte. Enquanto o líder francês avançava sobre a Europa, D. João colocaria em prática um antigo plano de transferência da Corte portuguesa para a América.

Analisando essa realidade é possível perceber que a mudança de sede de governo para os trópicos, além de elevar a importância do Brasil, poupou a coroa portuguesa de um embate direto com o inimigo. Nesse sentido, observou Malerba:

³¹ OBERACKER Jr., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina...* p. 10.

³² BRAGA, Paulo Drumond. *Leopoldina de Habsburgo: rainha de Portugal*. In: FACULDADE DE LETRAS (Portugal) (Ed.). *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, 2006, pp. 233-245, p. 234.

[...] apesar do período de convulsões sem paralelo em que reinou, dom João viveu e morreu como rei, enquanto a maioria das cabeças coroadas da Europa sucumbiu sob Napoleão.³³

Restabelecida a paz na Europa, tanto a monarquia austríaca, quanto a portuguesa voltariam suas atenções para o casamento de seus jovens, Leopoldina e D. Pedro. Vale sinalizar que o matrimônio entre membros de casas reais era um momento importantíssimo, pois envolvia diversos interesses ligados à política de Estado.

No caso de Portugal, a união do Príncipe D. Pedro com uma Arquiduquesa da linhagem dos Habsburgo era a opção bastante oportuna, não somente pelo fato de D. Pedro torna-se genro de Francisco I, líder da Santa Aliança, mas também pelo fato que algumas casas reais vinham acompanhadas de obstáculos a futuros enlances. Sobre essa realidade Amilcar Salgado dos Santos³⁴ observou que a Espanha era praticamente inimiga de Portugal, a Rússia tinha a diferença religiosa e a França era concorrente em alguns pontos comerciais.

Nesse contexto, o fato de Portugal e Áustria serem católicos e absolutistas contou de forma positiva para o desfecho do acordo nupcial, pois demonstrava que os impérios tinham bases político-ideológicas em comum.

Além disso, a união dos jovens era conveniente ao governo português, pois manter relações diplomáticas com o Império austríaco, significava estar atrelado ao reino que detinha as rédeas da política europeia, como lembra Arno Wehling.³⁵

O enlace matrimonial também era visto favoravelmente por Francisco I, uma vez que, além de significar o fortalecimento da monarquia no continente americano, também representava novas possibilidades comerciais para o seu reino, como sinaliza Ezekiel Stanley Ramirez³⁶.

Foi justamente nesse contexto, rodeados interesses, que a relação de Leopoldina com o Brasil começou a ser tecida, tendo como ponto de partida a proposta feita por Rodrigo Navarro, diplomata português ao chanceler austríaco e Ministro dos Negócios do reino de Leopoldina, Príncipe de Metternich.

Ao que tudo indica o assunto casamento causava preocupação à Leopoldina, que temia não ser desposada. Tal exposto fica claro em algumas passagens escritas por ela

³³MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808- 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 204.

³⁴SANTOS, Amilcar Salgado dos. *A Imperatriz D. Leopoldina: mãe de D. Pedro II*. São Paulo: Escolas profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1927, p. 19.

³⁵WEHLING, Arno. *Imperatriz D. Leopoldina: introdução a um Simpósio*. In *200 Anos: Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1997, pp. 5-8.

³⁶RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815 – 1889...* p. 9.

em seu diário. Como exemplo, em 4 de dezembro de 1814, enquanto refletia sobre uma das conversas que havia tido com a Condessa de Lazansky:

Será que Lazansky tem razão? Muitas vezes ela suspira e diz: “Ah, vós, pobres princesas! Ou sois negociadas por motivos políticos ou acabais num convento.” Não, quero pensar nisso de jeito nenhum. Papai há de encontrar um bom marido para mim [...].³⁷

Em outra passagem, escrita em 31 de dezembro de 1815, ou seja, um ano depois, Leopoldina reflete sobre seu futuro, e percebendo a possibilidade de não se casar, pensa em ampliar os seus estudos: “Se Metternich não encontrar um marido para mim, quero ter a permissão para estudar mineralogia até saber tanto quanto o meu inteligente Schüch.”³⁸

Assim “Leopoldina anuiu de bom grado à proposta do pai”³⁹ e as negociações matrimoniais seguiram-se com o Embaixador Pedro José Joaquim Vito de Menezes, o Marquês de Marialva, a quem D. João conferiu: [...] plenos poderes para gastar à larga, contanto que o nome de Portugal na aristocracia, culta e opulenta corte de Vienna não ficasse mal representado. [sic]⁴⁰

Em 13 de maio de 1817, ainda na Áustria, Leopoldina se casou por procuração com D. Pedro, que fora representado pelo Arquiduque Karl Ludwig de Habsburgo⁴¹ em riquíssima cerimônia em Viena que incluiu um grandioso banquete servido a ilustres convidados⁴². Na ocasião de seu noivado, recebera das mãos de Marialva o retrato do seu noivo emoldurado por grandiosos diamantes. Ela o achou extremamente belo, chegando a compará-lo ao Deus grego Adônis⁴³.

Em junho desse mesmo ano, Leopoldina deixaria Viena em direção à Itália de onde embarcaria na nau que a levaria ao Brasil. No entanto, lá receberá a notícia de que

³⁷ KAISER, Gloria (Org). *Um diário imperial: Leopoldina, Princesa da Áustria, Imperatriz do Brasil*, de 1º. de dezembro de 1814 a 5 de novembro de 1817. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Reler, 2005, p. 11.

³⁸ KAISER, Gloria. *Um diário imperial...* p. 33.

³⁹ OBERACKER Jr., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina...* p. 56.

⁴⁰ SANTOS, Amílcar Salgado. *A Imperatriz Leopoldina: Mãe de Imperador D. Pedro II*. São Paulo: Escola Profissionais Lyceu Coração de Jesus, 1927, p.22.

⁴¹ Segundo Ezekiel Stanley Ramirez, na obra: *As relações entre a Áustria e o Brasil...* o arquiduque Karl Ludwig foi um destacado chefe militar na campanha contra Napoleão, e por isso possuía grande respeito na sociedade.

⁴² NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

⁴³ CASSOTTI, Marsilio. *A biografia íntima de Leopoldina: a imperatriz que conseguiu a Independência do Brasil*. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta, 2015.

a frota portuguesa que a conduziria na viagem atrasaria em sua chegada. O motivo seria a Revolução Pernambucana, movimento liberal ocorrido no nordeste brasileiro, contrário ao governo. Tal incidente arrancou lágrimas de Leopoldina, que escreveria ao seu pai contando o ocorrido, em 17 de junho:

Acabo de receber a notícia muito triste de que a frota só partirá no dia 10 de julho, certamente não antes disso, porque mais da metade da tripulação do Corado se deslocou com urgência para apaziguar as rebeliões em Pernambuco, que graças a Deus não são tão significativas.⁴⁴

Três dias depois, mais uma vez relataria ao pai sobre a revolução, porém dessa vez contando-lhe sobre seu desfecho:

Graças a Deus temos notícias tranquilizadoras do Brasil e, embora eu nunca tenha receado por aquele país, estou muito feliz que os germes tenham sido sufocados; mas o que me dói muito é a chegada retardada da frota [...] Ontem senti tanta dor de garganta que tive que ficar no quarto; Acho que foi de tanto chorar de dor, porque todas as minhas belas esperanças de estar logo no Brasil foram destruídas em um instante.⁴⁵

Em 13 de agosto de 1817, aquela que viria a ser a futura Imperatriz do Brasil embarcou na Nau D. João VI rumo ao destino traçado pelas duas famílias. Durante o embarque ocorreram calorosas manifestações de carinho por parte da tripulação. Os marinheiros, trajando elegantes uniformes, deram calorosas vivas à princesa sobre os mastros do navio e ao anoitecer a embarcação iluminou-se com lanternas coloridas. Franz Frühbeck, auxiliar do bibliotecário de Leopoldina que se encontrava junto à comitiva, narrou o momento como inesquecível:

Impossível imaginar algo mais grandioso e imponente do que esse quadro; pois também no outro navio de linha português, *Sebastião* (com 64 canhões), estavam os marinheiros dispostos sobre as vergas, gritando seus vivas em alto brados à magnânima Senhora

⁴⁴ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz*. Pesquisa e Seleção Bettina Kahn e Patricia Souza Lima. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. Carta à irmã Maria Luísa, 24 de maio de 1821. Carta ao pai, 17 de junho 1817, p. 299.

⁴⁵ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 20 de junho de 1817, p. 301.

Arquiduquesa, deixando uma inesquecível impressão nas mentes de todas as pessoas ali presentes.⁴⁶

Em 31 de outubro de 1817, já em águas brasileiras, Leopoldina registraria algumas impressões sobre o Brasil e como seria o seu primeiro encontro com D. Pedro: “Talvez o céu tropical seja realmente de um azul mais profundo. [...] Daqui a alguns dias o meu Pedro virá numa galeota em direção à fragata.”⁴⁷ A Arquiduquesa narraria também que, nesses dias, que antecederam o seu desembarque, a companhia de um dos marujos da fragata, chamado Rodrigues, lhe fora muito agradável. Além de lhe contar especificidades sobre o reino, também lera a sua mão, prevendo-lhe o futuro:

Rodrigues sabe ler a mão, e leu a minha. Contou-me o que viu sobre minha vida nos próximos dez anos. Disse-me que serei feliz com Pedro, pelo menos no período inicial, e que teremos seis filhos. [...] disse-me que não só vou amar os brasileiros muito, como os brasileiros também vão me amar. E disse ainda que serei importante para o Brasil. Foi isso, sim, que ele leu: que serei importante para o Brasil, não para Portugal. E que vou me tornar “uma brasileira de coração”. Depois ele também viu que passarei por período triste, mas que o Céu vai me mandar um amigo de cabelos brancos. Agora não quero pensar em períodos difíceis. Estou ansiando por Pedro, pelo Rio de Janeiro.⁴⁸

Em, 5 de novembro de 1817, após 85 dias de viagem pelo Oceano Atlântico, a embarcação de Leopoldina já era avistada pelos cariocas na Baía de Guanabara. Ao se deparar com a entrada marítima do porto do Rio de Janeiro, a jovem se deslumbraria com beleza do seu novo reino, e dias após escreveria ao seu pai, contando-lhe sobre as suas primeiras suas impressões:

Querido papai! Com a ajuda divina cheguei muito feliz e saudável ao Rio de Janeiro, após uma travessia de 84 dias, da qual me despedi no penúltimo dia com a tempestade bastante violenta; a entrada do porto é estreita e acho que nem pena nem pincel podem descrever a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro; basta dizer-lhe que é a Suíça com o mais lindo e suave céu⁴⁹.

⁴⁶ FRÜHBECK, Franz. *Viagem ao Brasil, de Franz Joseph Frühbeck. Esboço de minha viagem ao Brasil, na América do Sul, no ano de 1817, no navio da linha real português João VI*. Trad. Hans Peter Welper. Rio de Janeiro: Camera Book, 2017 [1830], p. 31.

⁴⁷ KAISER, Gloria. *Um diário imperial...* p. 74.

⁴⁸ KAISER, Gloria. *Um diário imperial...* p. 74.

⁴⁹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 20 de junho de 1817, p. 313.

A beleza exuberante da cidade de São Sebastião, que tanto encantou Leopoldina, era frequentemente descrita por muitos estrangeiros que se aventuravam a cruzar o mar com destino à América portuguesa. Vários desses relatos descreviam o Brasil como um verdadeiro paraíso, cercado por uma natureza de estonteante beleza. Muitas dessas descrições acabavam aguçando a curiosidade de muitos europeus pelo território brasileiro, que ganhou destaque com a presença da família real.

Nessa direção, Hipólito da Costa, proprietário do jornal *Correio Braziliense* editado na Inglaterra, em 1818 chamou o reino brasileiro de “Paraíso terrestre”⁵⁰. Seguindo esse mesmo modo de pensamento, Saint-Hilaire, viajante francês, registraria em seu diário de viagem: “Quem seria capaz de descrever as belezas que apresenta a Baía do Rio de Janeiro, esse porto que, na opinião de um dos nossos almirantes mais instruídos, poderia conter todos os da Europa?”⁵¹

No entanto, a cidade, em que se instalara a filha de Francisco I, não era somente um complexo de belezas naturais que tanto encantava os forasteiros, era também, na opinião de muita gente, um espaço público desorganizado e, em muitos aspectos, feio de se ver.

Para o viajante alemão Ernest Ebel, no quesito limpeza, as ruas cariocas deixavam a desejar: “Corre pelo meio uma valeta que acumula as sujeiras, e só chuvas torrenciais e benfazejas podem lavá-las.”⁵². Impressão similar teria tido o mercenário C. Schlichthorst⁵³ ao se deparar com animais mortos e latrinas descarregadas em praça pública sem o menor critério:

Todas essas vantagens se coroam com um céu eternamente limpo e com uma brisa que refresca o ardente calor da atmosfera, durante os meses do verão: janeiro, fevereiro e março. Isso, porém, favorece a preguiça e a inata sujeira de todos os povos meridionais. A imundície de tão grande cidade com outro clima empestaria as ruas, pois cavalos e cães ficam onde caíram mortos, as cloacas despejam-se nas praias e praças públicas, e os mortos são sepultados nas igrejas. É tão grande a

⁵⁰CORREIO BRAZILIENSE, edição 21 de 18 de julho de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/15713>>. Acesso em: 16 de nov. 2017.

⁵¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, pp. 35-36.

⁵²EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução de Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Editora Nacional, 1972, p. 75.

⁵³C. Schlichthorst, mercenário de origem alemã fez parte do Exército Imperial do Brasil e produziu inúmeros registros sobre a sociedade carioca.

força do sol e do ar, combinada com a atividade de milhões de insetos, que só raras vezes se pode desenvolver um fedor constante.⁵⁴

As características marcantes que a cidade apresentava no ano de 1817 eram, em grande parte, consequências da presença da família real portuguesa em solo americano. Inúmeras transformações advindas dessa realidade tornaram-se verdadeiras divisoras de águas na história do país. Vale notar que o Brasil se tornou sede do império português em 1808 e Reino Unido em 1815. Em um curto lapso de tempo, o reino ganhou contornos políticos e econômicos próprios.

Tais acontecimentos acarretaram mudanças em diversas esferas, inclusive na cultural, e, nesse sentido, a cidade sede da monarquia seria palco muitas delas. Porém, é um erro acreditar que a urbe carioca, na qual Leopoldina residiu, somente adquiriu importância após a presença da Corte portuguesa. Durante todo o período colonial, o Rio de Janeiro destacava-se, não somente pelo complexo de belezas naturais que tanto chamava atenção dos estrangeiros, mas também pelo seu dinamismo, e, em muitos aspectos, ambiente cosmopolita que seu agitado porto lhe proporcionava.

Nessa direção, Mary Del Priore, em seu artigo *A vida cotidiana do Rio de Janeiro*, coloca que o conhecido porto carioca abrigava homens de diferentes partes do mundo ávidos por negócios, mesmo antes de 1808:

Quando os Bragança desembarcaram no Rio de Janeiro, a cidade era, então, considerada um dos portos coloniais mais bem localizados do mundo. As facilidades de intercâmbio com a Europa, América, África, Índias Orientais e as Ilhas dos Mares do Sul indicavam, - segundo o Marques de Alorna, veador da Casa Real, - um grande elo de união entre o comércio das variadas regiões do globo⁵⁵.

A primazia comercial que a cidade possuía lhe proporcionava um diferencial dentro do continente americano, principalmente no comércio escravista⁵⁶. Esse perfil fazia com que pelas suas ruas circulassem negros advindos de diferentes nações africanas, muitas vezes, identificados por características próprias de seu povo. Escarificações, talhos, penteados e amuletos significavam muito mais que mero gosto

⁵⁴SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826*. Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Brasília: Senado Federal, 2000, Col. Brasil visto por estrangeiros. pp. 27-28. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1043>>. Acesso em: 16 de set. 2017.

⁵⁵DEL PRIORE, Mary. *A vida Cotidiana do Rio de Janeiro*. Revista *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 436, maio./jun. 2007, pp. 303-333, p. 314.

⁵⁶FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Cidades negras: africanos crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2006.

peçoal, pois, não raramente, informavam o estado civil e, até mesmo, uma região específica da África correlacionada à origem do indivíduo, sua etnia⁵⁷.

É certo que a realidade social encontrada no Rio de Janeiro, no que envolve a quantidade de negros, não fazia parte do cotidiano europeu causando estranheza em muitos estrangeiros, como ocorreu com Ernst Ebel, viajante alemão que escreveu em suas anotações de viagem a seguinte colocação: “Estranha é a sensação do desembarque. Ao invés de brancos, só vi negros [...]”⁵⁸

A escravidão, por vários motivos, era uma realidade que vinha sendo contestada por muitas nações. Por conta disso o tema foi uma das pautas do Congresso de Viena. Durante o encontro, o reino de Leopoldina, a Áustria, se colocou contra o uso da mão de obra escrava juntamente com a França e Inglaterra. Esse posicionamento deixou Portugal em uma situação delicada, uma vez que o modo de trabalho fazia parte da sua economia. Após várias discussões sobre tema, decidiu-se que o tráfico de escravos seria proibido em algumas regiões brasileiras⁵⁹. Em 1817, ano em que Leopoldina chegou ao Brasil, D. João ratificou a decisão do congresso⁶⁰.

Leopoldina somente aos 18 anos, ou seja, um pouco antes de vir para o Brasil, teve seu primeiro contato com negros ao ser apresentada a criadagem de um emissário português⁶¹ na cidade de Baden⁶². O contato foi para ela algo tão singular e agradável que não tardou em contar para o pai a novidade, escrevendo-lhe:

Amado Papai! [...] a irmã nos deu a alegria de mandar buscar uma família de negros que mora defronte a ela e pertence à criadagem do emissário português; acho-os muito amáveis e espirituosos e me dei muito bem com eles; nasceram no Brasil e falam sua língua materna, que soa esquisita.⁶³

Não eram apenas as transações escravistas, no que envolve a compra e venda de escravos no porto carioca, que forneciam protagonismo ao Rio de Janeiro. O comércio da cidade também se destacava na venda de produtos importados, característica que foi amplamente potencializada com a abertura dos portos promovida por D. João.

⁵⁷ DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*. Vol. 1: Colônia. São Paulo: Leya, 2016, pp. 164.

⁵⁸ EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824...* p. 12.

⁵⁹ RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815-1889...* p. 12.

⁶⁰ Informação disponível em: <www.historiacolonial.arquivonacional.gov>. Acesso em: 26 de dez. 2017.

⁶¹ Presumidamente, a família de negros fazia parte da criadagem de Rodrigo Navarro, Ministro português, conforme lembra Oberacker Jr.

⁶² OBERACKER Jr., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina...* p. 57.

⁶³ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 14 de julho de 1815, p. 216.

Pelas ruas cariocas, encontrava-se uma grande variedade de mercadorias advindas de diferentes partes do mundo. Produtos como cangas, perfumes, tecidos, condimentos, brinquedos, papel de parede, e os chamados trastes elegantes⁶⁴ podiam ser encontrados em diversos estabelecimentos comerciais⁶⁵. O próprio reino austríaco aproveitando o casamento de Leopoldina enviou para o Brasil amostras de mercadorias produzidas no reino, visando dar início a uma parceria comercial entre os dois impérios⁶⁶.

Ao chegar ao Brasil, a Arquiduquesa encontraria um país com costumes bem diferentes dos da Áustria. A culinária, em grande parte, era um exemplo disso. O sabor apimentado de alguns pratos e o uso de raízes, com destaque para a mandioca, tornava algumas receitas brasileiras uma novidade para muitos estrangeiros. Gilberto Freyre afirmou que a presença de tais sabores eram frutos da cultura indígena presente na culinária brasileira, citando que: “Foi completa a vitória do complexo indígena da mandioca sobre o trigo”⁶⁷ e “Sabe-se o abuso que faziam os indígenas da pimenta; abuso que se prolonga até hoje.”⁶⁸

Segundo estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva em *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*, para alguns estrangeiros a comida servida era de péssima qualidade. O mercenário C.Schlichthorst⁶⁹ reclamou da qualidade da carne de vaca, e das aves, que segundo ele eram medíocres, entretanto o mesmo valorizou a riqueza do solo que produzia vários produtos comuns na Europa de forma abundante, sendo possível colhê-los de seis a oito vezes por ano.

Além dos alimentos nacionais, existia a oferta de variados produtos importados como tâmaras, avelãs, azeite, que, muitas vezes, eram vendidos por meio de anúncios no *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro*⁷⁰. Leopoldina estranharia a culinária da terra, conforme carta datada de 1º de dezembro de 1817 enviada a seu pai, descrevendo que a comida portuguesa era muito apimentada, causando-lhe dores de estômago: “Passeio

⁶⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, Col. Brasileira, v. 363, p. 49.

⁶⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*... p.42.

⁶⁶ RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815 – 1889*... p. 9.

⁶⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. Ed 50. São Paulo: Global, 2005, p. 191.

⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*... p. 195.

⁶⁹ SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826*... p. 27.

⁷⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*... pp. 3-20.

bastante e estou bem, a não ser por dores de estomago, que me têm feito sofrer nos últimos dias e que são provocadas pela apimentada comida portuguesa.”⁷¹

Enquanto elementos da culinária indígena se destacavam em diversos pratos da culinária brasileira, a cultura francesa inspirava os gostos e as formas de sociabilidades da elite carioca. Ao longo do século, a cidade foi se transformando em uma capital inspirada na Europa, em especial na França. Em 1819, certo viajante registrou que: “[...] havia, relativamente, muito mais luxo no Rio de Janeiro do que nas mais importantes cidades da Europa, pois vestiam-se na Corte segundo os últimos modelos de Paris.”⁷² Nesse contexto, aponta Mary Del Priore: “Nos bons hotéis ou restaurante da corte, o cardápio era apresentado em francês”⁷³.

Outro ponto que merece evidência no estudo do período é a marcante presença estrangeira em território carioca, e, nesse sentido, o Decreto de Abertura dos Portos foi decisivo para essa realidade, pois, além de favorecer o comércio também diminuiu os entraves burocráticos que limitavam à imigração, conforme lembra Syvio Cravo⁷⁴. Sobre o exposto o jornal *Correio Braziliense*⁷⁵ em sua edição de número 18 fez a seguinte colocação: “Depois de 1808, abrindo-se os portos do Brazil a todas as naçoens, ali vam os estrangeiros buscar os generos, que antigamente tiravam de Lisboa [...]”. [sic]

Em 1817, Johann Baptist Von Spix naturalista alemão⁷⁶ se surpreendeu com a quantidade de estrangeiros que circulavam pelas ruas: “Os diferentes idiomas da multidão dessa gente, de todas as cores e vestuário, se cruzam [...]”⁷⁷.

Nesse ambiente de intensa junção de cultural, novos vocábulos estrangeiros foram sendo paulatinamente incorporados no cotidiano da população, que passou a escutar e a pronunciar palavras como: *Maitre-coiffer*, *Kaki*, *kiosque*. Além disso, a atmosfera *aburguesada*, própria das cidades cosmopolitas, foi se fortalecendo não somente nos hábitos da elite, mas também de negros escravos e alforriados⁷⁸. Sérgio Buarque de Holanda nota que, os imigrantes do período trouxeram para a América

⁷¹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 1 de dezembro de 1817, p.316.

⁷² PIRES, Mario Jorge. *Raízes do Turismo no Brasil*. 2. ed. Barueri: Editora Manoele Ltda, 2002, p. 45.

⁷³ DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*. Vol. 2: Império. São Paulo: Leya, 2016, p. 221.

⁷⁴ Syvio Cravo expressou tal pensamento no prefácio do livro *História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825 - 1835* [1939], p. 11.

⁷⁵ CORREIO BRAZILIENSE, edição 18 de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13651>>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

⁷⁶ Von Spix foi citado no *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro*, edição 68 de 1817, como membro da Academia de Ciências de Munique. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4601>>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

⁷⁷ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981, p. 50.

⁷⁸ DEL PRIORE, Mary. *A vida Cotidiana do Rio de Janeiro...*

novos ofícios e que esses foram incorporados no cotidiano dos brasileiros, citando como exemplo o tanoeiro e o caixeiro dinamarqueses, o copeiro sueco e o boticário italiano⁷⁹.

Alimentando ainda mais essa realidade espalhou-se pelo mundo relatos que descreviam o Brasil como um país encantador, de belíssima natureza, um verdadeiro convite à visita. C. Schlichtorst, em 1824 registrou que pelo seu reino, a Alemanha, propagou-se, de forma oral e escrita, uma ideia exagerada que descrevia o Brasil como um país maravilhoso⁸⁰.

Sabendo que muitos viajantes conheceram o Brasil e escreveram suas impressões, ao tomar conhecimento sobre o calor que fazia em seu futuro reino, Leopoldina se tranquilizou, pois um desses relatos dizia que a natureza brasileira abrandava as altas temperaturas dos trópicos. Sobre essa informação ela escreveu à irmã:

Amada, querida Luísa! [...] Entendo que o calor deva ser incômodo; posso me preparar para isso, porém espero suportá-lo com alegria, já que, de acordo com mediações dos viajantes, não é mais forte do que em Nápoles, uma vez que só há montanhas e florestas.⁸¹

A Arquiduquesa encontrou um reino onde os avanços culturais ocorriam a passos largos, afinal era necessário adequar o reino às necessidades da corte. Nesse período obras de embelezamento, transferência da Biblioteca Real, criação de museus e teatros, estímulo às artes, ampliação do ensino, dentre outras ações, visaram amoldar a ex-colônia ao seu novo papel de capital do Império, e, nesse sentido, o Rio de Janeiro seria o palco principal dessas mudanças.

É importante ressaltar, que vem desse período a introdução da imprensa na América portuguesa, uma vez que após trezentos anos de limitações e proibições, o próprio governo promoveria sua criação em maio de 1808⁸². “O Brasil até ao feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia”⁸³, observou Luís Gonçalves dos

⁷⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 3 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p.12.

⁸⁰ SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826...* p. 17.

⁸¹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Luísa em 21 de outubro de 1816, p. 253.

⁸² O Decreto de 13 de maio de 1808, que instituiu a Imprensa Régia no Brasil, encontra-se na Biblioteca Nacional: 22b, 1,2, n° 43.

⁸³ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memória para servir à história do Reino do Brasil*. v. 180. Brasília: Senado Federal, 2013. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 348.

Santos, o Padre Perereca. A implantação da imprensa, como lembra Molina “[...] foi um processo irreversível.”⁸⁴

Vale frisar que a sociedade brasileira era em sua maioria analfabeta, porém essa realidade não diminui a importância dos impressos produzidos, pois não se pode perder de vista que os textos lidos eram compartilhados de forma oral, ampliando o alcance das ideias registradas no papel. Barbosa lembra que: “Numa sociedade oralizada por excelência, as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas.”⁸⁵ Além disso, o ato da leitura em voz alta fazia parte da cultura do período, conforme era percebido na França durante o início do século XIX⁸⁶ e também no Brasil segundo Basile, Carvalho e Neves⁸⁷.

A ampliação do acesso à leitura foi otimizada pela implantação de academias literárias e também, em especial, pela transferência para o Brasil da Biblioteca Real. Segundo a inglesa e amiga de Leopoldina Maria Graham, a instituição possuía um acervo com cerca de 70.000 volumes e era aberta ao público⁸⁸. Sobre a cultura e o hábito de ler, pode-se dizer que Leopoldina era uma mulher culta, amante das artes e de bons livros. A arquiduquesa, como lembra Lucia Neves: “[...] demonstrou desde cedo grande amor pelo estudo, conhecimento e erudição”⁸⁹, e no Brasil escrevera à irmã: “[...] Já me acostumei à vida calma do campo, ler e pintar muito são minha distração, minha companhia”⁹⁰.

Em 9 de julho de 1818 Leopoldina em correspondência chamou atenção para o fato de que algumas leituras liberais não eram toleradas no Brasil: “Com respeito aos

⁸⁴ MOLINA, Matías M. *História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, vol. 1, p. 17.

⁸⁵ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 21.

⁸⁶ CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difel: Difusão editorial. S.A. Algoes/Portugal, 2002.

⁸⁷ BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. *Pelo povo ao Rei, o poder é dado: a linguagem constitucionalista dos panfletos* manuscritos da Independência. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 85-102.

⁸⁸ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução A. J. L. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, Col. Reconquista do Brasil. v.157, p. 205-206.

⁸⁹ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. *D. Leopoldina: uma princesa entre as ciências e a política na Corte do Rio de Janeiro (1817-1826)*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp. 70-84. 2016, p. 70.

⁹⁰ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta escrita à irmã Luísa em 1º. de outubro de 1818, p. 345.

livros, podes me enviar todos em caixas, pelo Navarro; apenas as cartas de Voltaire e Rousseau não são toleradas, contudo lidas de maneira geral;”⁹¹.

Nesse ambiente marcado pela presença da família real no Brasil, mudanças no espaço público ocorreram, principalmente no Rio de Janeiro. Foram trocados calçamentos, melhorou-se a iluminação, abriram-se novas estradas e construíram-se vários chafarizes, conforme lembra Juliana Barreto e outros⁹².

As profundas modificações pelas quais o reino brasileiro passava foram acrescidas pelo aumento de trabalhos científicos sobre o Brasil no exterior. Muitos estudiosos de outras nações como Auguste de Saint-Hilaire e Carl Von Martius visando elevar o conhecimento sobre o Novo Mundo na Europa, se aventuraram em missões científicas pelo território, produzindo inúmeros registros sobre a sociedade e a biodiversidade brasileira.

Convém registrar que muitos desses estudos ainda hoje são amplamente utilizados em trabalhos acadêmicos que almejam entender as especificidades do Brasil no início do século XIX. No artigo *D. Leopoldina: uma princesa entre as ciências e a política na Corte do Rio de Janeiro (1817- 1826)*⁹³, Lucia Bastos lembra que a própria arquiduquesa enviava para a Europa exemplares de animais vivos ou empalhados, com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da natureza brasileira.

Estimulado por essa conjuntura, o próprio Imperador Francisco I autorizou a vinda, junto à comitiva de Leopoldina, da Missão Científica Austríaca, composta por cientistas, pesquisadores, médicos e pintores do seu reino. Os profissionais que compuseram a expedição tinham como finalidade estudar o Brasil, coletando animais, minérios e plantas para o envio à Europa. Segundo Drekonja-Kornat:

A fim de que estas coleções pudessem ser documentadas devidamente, fundou-se em 1821 em Viena, o conhecido “Brasilianum”. Com isto, Viena passou a ser no início do século 19, a sede de maior destaque na Europa para debates científicos sobre o Brasil.⁹⁴

⁹¹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta escrita à irmã Luísa em 9 de julho de 1818, p. 343.

⁹² FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Santos, Flavio dos; SOARES, Líbano Eugênio Carlos. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2. ed. 2006, p. 75.

⁹³ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. *D. Leopoldina: uma princesa entre as ciências e a política na Corte do Rio de Janeiro (1817-1826)*. In: *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 70- 84.

⁹⁴ DREKONJA-KORNAT, Gerhard. *A Missão Científica ligada à viagem de d. Leopoldina ao Brasil*. In: *200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Coordenação Guilherme Schuberth. Rio de Janeiro: IHGB, 1997, pp. 78-86. p.79.

Johanna Prantner acrescenta que: “A expedição científica austríaca ao Brasil e o Museu do Brasil designam as origens das relações culturais entre Áustria e o Brasil no século XIX”⁹⁵. Merece destaque ainda, o fato de que Leopoldina era uma dedicada estudiosa das ciências da natureza, conforme lembra Solon Leontisinis em *A Imperatriz e a história natural do Brasil*.⁹⁶

Em 6 de novembro de 1817, ocorreu o desembarque de Leopoldina (Anexo 2). A jovem fora recebida com luxuosíssimo cortejo composto por arcos triunfais (Anexo 3) que coloriu a cidade e trouxe às ruas uma multidão que festejou o enlace matrimonial de seu Príncipe. A comemoração, lembra Maria Pace Chiavari⁹⁷ em seu estudo sobre a arquitetura de festa empregada no período, sinaliza que pela primeira vez no Brasil fora utilizada uma decoração festiva em estilo neoclássico, cuja produção baseou-se nos projetos de Grandjean de Montigny e de Jean Baptiste Debret.

Os preparativos para a recepção de Leopoldina começaram cerca de um mês antes de sua chegada. Nota-se que a simples notícia de que D. Pedro se casaria com uma Habsburgo-Lorena havia sido motivo para missas, toque de sinos, salvas de tiros, fogos de artifícios, hastear de bandeiras em edifícios e em naus⁹⁸. Tudo foi planejado nos mínimos detalhes para promover uma recepção digna da filha de Francisco I, líder da Santa Aliança.

A população pode participar dando boas-vindas àquela que era a mais nova princesa do Brasil se aglomerando pelas ruas por onde o cortejo passou. Além disso, os brasileiros saudaram-na enfeitando a parte externa de suas residências com colchas e rendas, colorindo o trajeto: “Os fluminenses ornaram as janelas com toalhas e colchas de renda e damasco e as portas com flores, sendo estas também espargidas sobre ilustre procissão”⁹⁹. O músico Sigismund Neukomm registrou de forma luzente esse momento, escrevendo ao colega Joseph Eybler, em 11 de novembro de 1817:

⁹⁵ PRANTNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Tradução de Hanns Pellischek e Elena Dionê Borgli – Petrópolis: Vozes 1997, p. 123.

⁹⁶ LEONTSINIS, Solon. *A Imperatriz Leopoldina e a História natural do Brasil*. In: *200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Coordenação Guilherme Schuberth. Rio de Janeiro: IHGB, 1997, pp. 57-77.

⁹⁷ CHIAVARI, Maria Pace. *A entrada de uma Habsburgo-Lorena na Corte Portuguesa: A arquitetura de festa como auspício de transformação*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 38-52.

⁹⁸ MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808- 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 56.

⁹⁹ MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio...* p. 68.

Não preciso lhe dizer, caro amigo, que nada foi poupado para receber como se deve a venerada filha do imperador. Quanto ao que se pode escrever sobre o entusiasmo manifestado pelo povo, acredite que as descrições permaneceram sempre aquém da realidade. No trajeto para a igreja, a carruagem em que ela estava com o marido e Suas majestades o rei e a rainha foi submersa em rosas, lançadas pela janela [...] ¹⁰⁰.

Ressalta-se que a riquíssima e bem organizada festividade de acolhida à Leopoldina no Rio de Janeiro vem sendo cada vez mais analisada por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Tais estudos buscam entender cultura e a política vigente no período por meio do cerimonial empregado na ocasião. Como exemplo, cita-se o trabalho realizado pela arquiteta Maria Pace Chiavari ¹⁰¹. Em seus estudos, Chiavari demonstra que a presença de uma arquitetura europeia com estilo francês, visou aclimatar a nova sede do império português nos padrões considerados “civilizados” ¹⁰² na época.

Na obra: *Ritmos da Vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos*, o historiador Paulo Assunção traz, de forma detalhada, o ambiente, rodeado de símbolos monárquicos, no qual se deu a celebração de acolhimento à filha de Francisco I. O premiado lembra que a participação popular demonstrava também o contentamento do Rei e sua soberania:

A festa unia, segundo os registros, o alvoroço e a satisfação do povo das diferentes partes do Brasil. [...] Desta maneira, a celebração do evento envolvia toda a família real que também deveria expressar o seu prazer com a demonstração dos vassalos. Essa reciprocidade significava que o reconhecimento mútuo reforçava o vínculo entre rei e súditos, confirmando o poder real. ¹⁰³

Jurandir Malerba analisa a teatralidade presente na etiqueta da corte, por meio da ideia cunhada pelas ciências sociais, denominada teatrocacia. Além disso, Marlerba

¹⁰⁰ LANZELOTTE, Rosana. *Leopoldina e a música*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 149-165, p. 152.

¹⁰¹ CHIAVARI, Maria Pace. *A entrada de uma Habsburgo-Lorena na Corte Portuguesa: A arquitetura de festa como auspício de transformação*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 38-52.

¹⁰² Sobre o chamado “processo civilizador” a arquiteta cita como referência a obra: BARRA, Sergio Hamilton da Silva. *Entre a corte e a cidade O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

¹⁰³ ASSUNÇÃO, Paulo de. *Ritmos da Vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 177.

destaca que a cerimônia alusiva à chegada de Leopoldina ao Brasil fez parte de um processo de adaptação da corte que, após ser humilhada por Napoleão, passa a viver nos trópicos.

Seguramente, pode-se dizer que o decurso e chegada de Leopoldina ao Brasil foram acontecimentos de grande relevância, haja vista que esses foram minuciosamente registrados pelos jornais que circulavam na época, aos quais serão analisados na terceira parte desse capítulo.

É interessante perceber que, em grande parte, a aceitação demonstrada pela população do Rio de Janeiro à figura de Leopoldina se deve ao fato que a cultura política ligada à monarquia encontrava-se otimizada pela presença da família real. Viviam-se tempos nos quais a figura de D. João em terras brasileira enchia parte dos súditos de orgulho, principalmente os que se encontravam no Rio de Janeiro, como demonstrou Luis Gonçalves dos Santos, conhecido como Padre Perereca, quando se deparou com a figura do seu monarca:

Havendo eu tido a felicidade de ver, o que jamais pensei, nem esperei ver na minha vida, o meu augusto soberano com sua real família, parte da Corte, e grande número dos seus fiéis vassallos europeus, desembarcando nas praias do Brasil, e honrando a minha afortunada pátria [...] ¹⁰⁴.

Com relação ao Império lusitano, convém perceber que a relação entre súdito e soberano passava pelo viés da tradição, como lembra França ¹⁰⁵, além disso, assinala Iara Lis Carvalho Sousa, desde o século XVIII o Estatuto do Rei vigente em Portugal asseverava que a sociedade surgiu por vontade de Deus, mas o poder real advinha do consentimento do povo: “A sociedade tem início por vontade divina, mas o poder do rei nasce mais de um consentimento do povo e menos de uma conquista, pois só o consentimento permite que exista a legitimidade” ¹⁰⁶. Dentro dessa lógica, o monarca e a sociedade estavam unidos, pela tradição e por compromisso, portanto o engrandecimento de um era engrandecimento do outro.

Dentro dessa visão de mundo, compartilhada por muitos súditos, Leopoldina pertencia a uma das mais respeitadas famílias reinóis da Europa, fato que lhe conferia

¹⁰⁴ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memória para servir à história do Reino do Brasil...* p. 33.

¹⁰⁵ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *O poder Real em Portugal e as origens do absolutismo*. Bauru SP: Edusc, 2013.

¹⁰⁶ SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 31.

status, no sentido dado por Max Weber de prestígio¹⁰⁷. Tal realidade encheu boa parte dos súditos de orgulho por pertencerem a um reino que seria a morada de tão ilustre nobre, filha de Francisco I, líder da Santa Aliança.

De um modo geral, pode-se dizer que Leopoldina encontrou um reino que vivenciava novos tempos, em que a presença da família real propiciava inúmeros avanços à ex-colônia que se tornou sede do império, algo inusitado na história. No entanto, o Brasil como um todo, era uma realidade bem diferente da qual ela vivera na Áustria. E, por conta disso, Leopoldina teve que se adaptar a sua nova realidade.

Nesse enredo, a simpatia sentida por D. Pedro, a qual demonstrou ao vê-lo na foto e também seu amor pelas ciências contou de forma positiva para sua adaptação, haja vista que o Novo Mundo do qual ela passou a pertencer era um território a ser desvendado em sua natureza edênica, algo valorizado na época.

Não se pode negar o fato que existiam movimentos contrários à monarquia, tal como a Revolução Pernambucana, que segundo informaram Leopoldina havia provocado atrasos na sua viagem. Pelo que se pesquisou, porém o acolhimento à Princesa no Rio de Janeiro não foi maculado pelas ideias liberais que alimentaram a citada revolução.

1.2. Palavras impressas: um panorama da jovem imprensa brasileira

Antes de analisar o perfil de Carolina Josefa Leopoldina construído pela imprensa brasileira durante o período correlacionado ao seu decurso e chegada ao Brasil (1817), necessário se faz entender algumas particularidades da imprensa desse período, que somente a partir de 1808, ou seja, de forma tardia, passou a existir na América portuguesa.

A imprensa brasileira nasceu pelas mãos do Rei, por intermédio de Decreto Real assinado em 13 de maio, fato esse que lhe conferiu caráter áulico em seus primeiros anos¹⁰⁸. Para a corte portuguesa, tal acontecimento era apenas a continuação da Impressão Régia que já existia em Portugal, entretanto, “Para o Brasil, representava o

¹⁰⁷ JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 220.

¹⁰⁸ JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 20.

início de uma nova era.”¹⁰⁹, uma vez que, o decreto, assinado por D. João VI, não se limitou apenas a imprimir atos do governo, representava também a liberação para “outras obras”¹¹⁰, o que incluía encadernações, edições de livros e a produção do primeiro jornal impresso em terras brasileiras, a *Gazeta do Rio de Janeiro*:

Tendo-me constatado que os prélos que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e attendendo à necessidade que ha da officina de impressão nestes meus Estados, sou servido, que a casa onde elles se estabeleceram sirva inteiramente de Imprensa Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação, e papeis diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição de meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria [...]sic¹¹¹

Igualmente como existira no reino português, todo material impresso deveria passar por uma junta cujo objetivo era censurar ou não o seu conteúdo, antes de circular pela sociedade. Censurava-se o texto que atentasse contra os parâmetros religiosos, morais e políticos época. Assim, a jovem imprensa brasileira nasceu sendo vigiada ¹¹².

Ao contrário dos nossos vizinhos da América espanhola que no início do século XVI já possuíam tipografias instaladas em seu território, essa atividade foi coibida durante todo o período colonial brasileiro, inclusive durante a União Ibérica, (1580-1640) quando Portugal e Espanha tiveram o mesmo Rei.

Em seu artigo, *Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço*¹¹³, Patrícia Bandeira de Melo explica que o atraso no desenvolvimento da imprensa brasileira também se deve a questões ligadas ao processo de colonização, pois quando os portugueses chegaram a terras americanas, encontraram

¹⁰⁹ MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, v. 1, p.108.

¹¹⁰ BRASIL. DOM JOÃO MARIA DE BRAGANÇA PRÍNCIPE REGENTE. Decreto de 13 de maio de 1808: Crêa a Impressão Regia. In: BRASIL. THESOURO NACIONAL. (Org.). *Coleção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 29. Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

¹¹¹ BRASIL. DOM JOÃO MARIA DE BRAGANÇA PRÍNCIPE REGENTE. Decreto de 13 de maio de 1808: Crêa a Impressão Regia. In: BRASIL. THESOURO NACIONAL. (Org.). *Coleção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 29. Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

¹¹² MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: História da Imprensa no Brasil. Martins, Ana Luiza; Luca Tania Regina de (Orgs). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 24.

¹¹³ MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Comunicação e Informação*, [s.l.], v. 8, n. 1, pp. 26-38, jan. 2005, semestral.

povos que não possuíam escrita. Desta forma, a dominação cultural se deu basicamente por intermédio da catequese realizada pelos jesuítas, não por meio das palavras escritas.

Assim:

Por não haver leitura nem escrita entre os nativos, os portugueses não precisaram expandir o processo de dominação cultural, com a instalação de universidades ou da imprensa, no período colonial. As notícias da colônia eram passadas para Portugal via cartas.¹¹⁴

Em muitos trabalhos, como em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, o atraso no desenvolvimento das artes gráficas no Brasil é atribuído à proibição imposta pela metrópole. No entanto, alguns estudos sobre o tema alertam que, até o momento, não se encontrou nenhum decreto nos arquivos portugueses ou brasileiros com essa determinação, conforme lembra o historiador e jornalista Matias M. Molina: “A documentação a respeito é muito escassa. Mas não foi encontrado nenhum documento nos arquivos de Lisboa proibindo a instalação de tipografia no Brasil.”¹¹⁵ Contudo, amparado em diversas fontes históricas, Molina sinaliza que a ausência de uma lei oficial, que proibisse a atividade, não significa que ela fosse permitida, tendo-se em vista que inúmeros indícios apontam para a existência sim, de expressivo cerceamento por parte da metrópole.

Exemplificando tal questão, pode-se citar o fato ocorrido em meados do século XVII, quando Antonio Isidoro da Fonseca, homem influente, instalou o primeiro prelo no Brasil, e, logo após realizar algumas impressões, teve seu equipamento confiscado e enviado para Portugal. Por conta disso, enfatiza um dos organizadores da obra *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*, Aníbal Bragança¹¹⁶, esse impressor-editor, mesmo sendo pouco estudado, pode ser lembrado como “patriarca de nossa imprensa” em virtude do seu pioneirismo no setor.

Rafaella Bettamio, no livro *D. João VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel*¹¹⁷, destaca que a repressão do domínio português também se fazia presente quando o assunto era movimentos intelectuais em terras brasileiras. Nesse ensejo, a historiadora fornece como exemplo um movimento científico-literário que existiu no

¹¹⁴ MELO, Patrícia Bandeira de. *Um passeio pela História da Imprensa...* p. 33.

¹¹⁵ MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil...* p.36.

¹¹⁶ BRAGANÇA, Aníbal. *Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: Precursores*. IN: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010, pp. 25-39.

¹¹⁷ BETTAMIO, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira. *Imprensa no período Joanino*. IN: D. João e a Biblioteca Nacional: um legado em papel. MARTINS, Ismênia de Lima Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, pp. 260-263.

Rio de Janeiro no século XVIII. Seus integrantes valorizavam a ciência e, imbuídos em uma mentalidade próxima da ilustração, visavam angariar simpatizantes divulgando suas ideias, por conta disso foram reprimidos com rigor:

Para divulgar seu ideário, promoveram os primeiros ensaios da imprensa local, que foram fortemente reprimidos, por meio da supressão e apreensão do material técnico e da queima de oficinas por ordem da Coroa. Na verdade, resguardava-se o monopólio real para que a ideologia da metrópole permanecesse hegemônica na colônia.¹¹⁸

Outra questão que chama atenção de muitos historiadores encontra-se no fato de que os jesuítas possuíam tipografias em várias partes do mundo como: Ásia, China, Japão e África, porém no Brasil não. Marco Morel acrescenta que essa ordem religiosa possuía quatro tipografias instaladas na região das Missões, próximas aos rios Paraná e Uruguai, e por conta disso: “Os impressos aí produzidos por tipógrafos (que eram índios guaranis) circulavam entre os demais aldeamentos, inclusive os situados em região hoje brasileira.”¹¹⁹

Muitas abordagens afirmam que a finalidade do Estado português em promover obstáculos à formação da imprensa no Brasil era de impedir ao máximo que os súditos da América portuguesa tivessem acesso às ideias contrárias à ordem política e econômica estabelecida na época.

Imprensa, universidade, fábrica-nada disso nos convinha, na opinião do colonizador. Temiam os portugueses deixar entrar aqui essas novidades e verem, por influência delas, escapar-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil¹²⁰.

Não se deve esquecer que o período foi marcado pelos ideais liberais presentes em algumas revoluções, cujo ideário era contrário ao absolutismo. Sobre esse temor, Sérgio Buarque de Holanda acrescenta:

Os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de

¹¹⁸ BETTAMIO, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira. *Imprensa no período Joanino...* p. 260.

¹¹⁹ MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa...* p. 24.

¹²⁰ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 7.

impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio.¹²¹

Não descartando o papel da metrópole no atraso do desenvolvimento da imprensa no Brasil, Marialva Barbosa, em sua obra *História cultural da imprensa no Brasil: 1800-1900* expõe que, na sua concepção, é um equívoco tentar justificar o demora da implantação da atividade no Brasil apenas pelo viés político e econômico, diminuindo-se desta forma os fatores sociais vigentes na época.

Em seu ponto de vista, o impedimento das atividades tipográficas por parte do governo não explica sozinho o desenvolvimento tardio da imprensa. Barbosa assinala que desde o século XVII, informações manuscritas, impressão clandestina e redes comunicacionais já existiam, porém, a imprensa não, pois explica: “Só há imprensa quando a ideia do público como espécie de abstração-concreta se torna o desejo dominante das publicações.”¹²². Baseando-se nesse ponto de vista, pode-se dizer que só há imprensa quando existe uma sociedade que lhe arroga valor no processo de circulação de ideias abstratas, através da escrita impressa:

Somente uma mentalidade abstrata pode atribuir valor efetivo a algo imaterial como ideias que circulam sob a forma de jornais. Não bastam, portanto condições econômicas e políticas concretas. Para existir a imprensa e se atribuir a ela o valor de transmissora de opinião e informação, é preciso que se desenvolva essa mentalidade abstrata. Assim, se os portugueses que aqui aportam em 1808 já trazem essa disposição, seria necessário ainda um longo período para que o valor abstrato da imprensa se esparramasse pelas cidades, criando efetivamente um público ávido por informações.¹²³

Atribuindo importância ao ambiente cultural vivido pela sociedade do século XIX, Marco Morel nota que apesar das imposições contrárias à circulação de ideias impressas no papel, a Imprensa Régia não surgiu em um ambiente de “vazio cultural.”¹²⁴ Sua criação ocorreu muito mais pela necessidade de se demarcar relações de poder e ordenar o cenário público, diante de intensas transformações do período, do que necessariamente de otimizar a vida cultural brasileira:

¹²¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.121.

¹²² BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 20.

¹²³ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa...* p. 21.

¹²⁴ MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa...* p. 25.

[...] o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vácuo cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em dimensões políticas e sociais.¹²⁵

José Murilo de Carvalho analisa que o desenvolvimento cultural na América portuguesa durante toda sua fase colonial recebeu muito pouco estímulo por parte da metrópole. A educação primária que inicialmente ficava sob a responsabilidade dos jesuítas, após 1759 passou para as mãos do Estado, que não promoveu avanços significativos. A Igreja não estimulava a leitura da Bíblia e, dentro de uma sociedade latifundiária e escravocrata, não havia interesse em diminuir o analfabetismo e nem de ampliar os níveis de ensino, por conta disso, entre outros fatores, não havia universidades Brasil¹²⁶.

Dentro desse contexto sociocultural: “Não é de surpreender, portanto, que os jornais brasileiros fossem, em sua maioria, elitistas, dirigidos à maioria que tinha acesso à educação.”¹²⁷ E, diante da pouca instrução da sociedade e da carência de instituições de ensino, lembra Isabel Lustosa, a imprensa do início do século XIX adquiriu um caráter educativo, no qual os jornalistas se sentiam imbuídos em um papel de “educadores”:

No tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmava como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos.¹²⁸

A rigor, a criação da Imprensa Régia, atrelada à presença da família real, possibilitou que o Rio de Janeiro se tornasse o epicentro do reino na emissão e propagação de informações. Como bem aponta Márcia Abreu em seu artigo, *Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros*: “A partir da instalação da Imprensa Régia no Rio

¹²⁵ MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa...* p. 25.

¹²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 23.

¹²⁷ MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil...* p. 19.

¹²⁸ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 15.

de Janeiro, coube aos moradores de Lisboa ter de esperar para receber e ler obras impressas do outro lado do Atlântico”¹²⁹.

Arelados à liberação das atividades tipográficas, os primeiros jornais brasileiros passaram a existir em uma conjuntura marcada pela presença de D. João e sua corte na América, ou seja, no chamado Período Joanino (1808- 1821). Assim, as notícias sobre o decurso e a chegada Leopoldina à América (1817), encontram-se inseridas nesse contexto e foram noticiadas pelos três jornais existentes naquele ano, sendo eles: o *Correio Braziliense* (1808-1822), a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808- 1822) e a *Idade D’ouro do Brazil* (1811- 1823).

Além de servirem aos propósitos desse trabalho, ressalta-se que esses três jornais são considerados pioneiros na história da imprensa brasileira. Portanto ter acesso às informações sobre a trajetória de cada um deles é também ter acesso à parte da história da imprensa brasileira.

Convém destacar que tais periódicos têm em sua origem o ponto que os diferenciam entre si. O *Correio Braziliense* (Anexo 4) nasceu como um jornal de oposição ao governo de D. João VI; a *Gazeta do Rio de Janeiro* (Anexo 5) foi criada para divulgar atos e informações governamentais, mas também oferecia outros serviços¹³⁰; a *Idade D’Ouro do Brazil* adveio dos anseios de um comerciante, por conta disso era um jornal da iniciativa privada, porém com autorização real para funcionar. Essas características dariam o compasso dos textos publicados em cada um deles.

Antes de analisar as notícias registradas na imprensa do período, é oportuno perceber que as publicações dos jornais refletiam de certa forma, características da sociedade na qual estavam inseridas. De oposição ao governo ou não, traziam em seus escritos ideias que seriam acolhidas por parcela de seus leitores.

Logo, esse estudo também possibilitará entender o pensamento social que permeava parte daquela sociedade, e, no que tange a nossa personagem principal, Leopoldina, permitirá perceber o que os súditos brasileiros esperavam e valorizavam nessa jovem nobre. Diante do exposto, antes de se debruçar propriamente sobre as notícias correlacionada a ela, importante se faz conhecer o perfil de cada periódico que nessa parte do trabalho será analisado.

¹²⁹ ABREU, Marcia. Duzentos anos: *Os primeiros livros brasileiros*. IN: Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros. BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs) São Paulo: UNESP, 2010, pp. 41-65, p. 58.

¹³⁰ A *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava anúncios de compra e venda de artigos de diferentes naturezas.

O primeiro periódico a circular pelo Brasil em junho 1808¹³¹ e também um dos primeiros a divulgar notícias sobre a noiva de D. Pedro em 1817 foi o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*. Mesmo tendo sido editado em Londres, é considerado o primeiro jornal brasileiro, pois tinha como foco principal o Brasil.

Seu fundador era um homem viajado, possuía uma noção de mundo que poucos tinham no período. No primeiro exemplar do jornal ficou registrado o serviço de utilidade pública que pretendia prestar à sociedade, escrevendo¹³²:

O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo suas forças físicas e morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou.¹³³

Hipólito da Costa nasceu na Colônia do Santíssimo Sacramento numa época em que esse território pertencia à Coroa Portuguesa, portanto era um brasileiro. Sua formação intelectual era sólida, estudou Filosofia e Direito em Portugal, na Faculdade de Coimbra. Viajou para os Estados Unidos, em 1798 e lá, trabalhando para a coroa portuguesa, desenvolveu trabalhos ligados à pesquisa científica, uma vez que nessa época o curso de filosofia incluía matérias ligadas às ciências naturais. Fez parte da maçonaria e seu contato com a cultura americana o estimulou a escrever seu primeiro livro: *Diário de minha viagem para a Filadélfia*.

Durante o período em que viveu nos Estados Unidos, o jornalista pode perceber na prática muitos dos ideais apregoados pelo liberalismo, e, certamente, em virtude dessa experiência, passou a defender a abolição, a liberdade de imprensa e o livre comércio, ideias opostas às praticadas pelo governo português.

Carlos Rizzini enfatizou que Hipólito da Costa foi o primeiro brasileiro a expor publicamente sua posição contrária à escravidão por meio da imprensa. Seu pensamento pioneiro pode facilmente ser percebido em várias páginas do seu periódico. Em 1812, na oitava edição de seu jornal, por exemplo, o jornalista colocou a necessidade de se pôr fim a tráfico de escravos, mesmo antes das determinações do Congresso de Viena, quando o assunto ganhou destaque:

¹³¹ O *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal produzido na Europa a ser lido no Brasil, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa* circulava pela América portuguesa desde 1778. Porém, o jornal de Hipólito da Costa foi o primeiro a ser editado de forma direcionada para leitores brasileiros, como sinalizado na obra: *História da imprensa no Brasil*, p. 30.

¹³² CORREIO BRAZILIENSE, edição de junho de 1808. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/3>>. Acesso em: 23 de jan. 2018.

¹³³ SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra. 1977, p. 11.

O outro ramo da população do Brazil, são os escravos d'África. Nisto somente diremos, que he necessario não só diminuir; mas extinguir de todo a sua importação. A importantissima delicadeza deste assumpto não nos permite dizer mais. [sic]¹³⁴.

Por conta de suas concepções, logo após voltar dos estados Unidos e trabalhar na Imprensa Régia portuguesa, acabou sendo preso pelo Santo Ofício o fato de ser maçom com certeza contribuiu para o seu cárcere. Durante: “Três anos padecera no cárcere submetido a longos e penosos interrogatórios.”¹³⁵, como lembra Isabel Lustosa.

Após conseguir sair da prisão foi para Inglaterra, e lá, ao tomar conhecimento que a família real encontrava-se no Brasil, sentiu-se estimulado a criar o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Braziliense*. A escolha do nome visava demarcar, logo de início, o leitor que desejava alcançar, pois, naquela época, chamava-se de brasileiros os indivíduos que comercializavam com o Brasil, brasilianos os índios da terra e, por fim, brazilienses os portugueses nascidos no Brasil ou os que viviam e trabalhavam no país.¹³⁶ Sobre a escolha do nome dado por Hipólito, Barbosa Lima Sobrinho vê como um reconhecimento da autonomia brasileira.¹³⁷

Seu idealizador publicava enfáticas críticas ao governo de D. João VI, e por conta disso, soube tirar proveito da liberdade de imprensa que encontrou na Inglaterra para fazer rodar o seu jornal, pois como lembra Rafaella Bettamio:

Era impresso em Londres, devido à impossibilidade de se manter um periódico no Brasil imune à censura da época. O correio, que circulava clandestinamente no Corte, defendia a independência política do Brasil, deixando de circular logo após a proclamação.¹³⁸

Não raramente Hipólito era acusado de negociar o poder de sua escrita, ou seja, como sinaliza Juliana Gesuelli Meirelles¹³⁹ de “vender a sua pena”. Acerca de tais acusações, Barbosa Lima Sobrinho acredita que tais transações almejavam apenas à

¹³⁴CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1812. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/5610>>. Acesso em: 17 de jan. de 2018.

¹³⁵LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.9.

¹³⁶LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira...* p.14.

¹³⁷SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense...*

Texto introdutório do livro: *Antologia do Correio Braziliense*, escrito por Barbosa Lima Sobrinho.

¹³⁸BETTAMIO, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira. *Imprensa no período Joanino*. IN: D. João e a Biblioteca Nacional: um legado em papel. MARTINS, Ismênia de Lima Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, pp. 260-263, p.262.

¹³⁹MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, col. Brasiliana, p. 34.

sobrevivência do periódico, seu custeio, pois nunca ocorreu uma alteração do posicionamento da folha, e ressalta que o *Correio Braziliense* foi sempre um jornal apreciado no Brasil e perseguido em Portugal.¹⁴⁰

O Correio, nem de longe lembraria os jornais atuais. Seu formato era praticamente similar à de um livro, como muito bem sinalizou Isabel Lustosa ao se referir a ele como: “Um jornal com pose de livro”¹⁴¹. Seus exemplares Mediam 14 X 22 centímetros e suas edições ultrapassavam as 600 folhas, podendo chegar a mais de 700 páginas. Além de portar notícias de vários países, levava informações do Brasil para a Europa, em especial Portugal e Inglaterra.

Em 10 de setembro de 1808, logo após o surgimento do *Correio Braziliense*, o governo autorizou a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal produzido inteiramente na América portuguesa. Seu primeiro editor foi Frei Tibúrcio José da Rocha, e apesar de nascer como o jornal oficial do governo português, pois estava vinculada à Imprensa Régia, a *Gazeta* era um jornal independente. Nas palavras de Meirelles: “Para além da produção de livros, a Imprensa Régia foi responsável por fazer circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal institucional vigente em nossas terras.”¹⁴²

Esse jornal circulava as quartas-feiras e aos sábados, porém, quando necessário, eram publicadas edições extraordinárias. Seu principal chamariz, como lembra Molina, eram os anúncios: “Um dos atrativos da *Gazeta* eram os anúncios. Vendiam-se escravos, navios, cavalos, fazendas, livros, jornais importados, carruagens inglesas [...]”¹⁴³. Esses anúncios constituem-se um verdadeiro manancial de fontes históricas, neles encontramos características e parte do cotidiano daquela sociedade.

Vale alertar para o fato que muitos historiadores fazem distinção entre as gazetas e os jornais. Para alguns as gazetas possuem um perfil ligado ao Estado absolutista, em que o objetivo era divulgar ações governamentais e os jornais dariam destaque às notícias de interesse público. No entanto, essa divisão não é tão rígida, pois analisando os textos publicados, é possível verificar-se que gazeta ou jornais acabam reproduzindo

¹⁴⁰ SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense...*

¹⁴¹ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira...* p. 14.

¹⁴² MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina...* p. 23.

¹⁴³ MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil...* p. 115.

notícias já publicadas em outros periódicos sem manter dessa forma, uma linha editorial tão rigorosa, como expõe Marialva Barbosa.¹⁴⁴

Dentro dessa realidade, era possível ler no Brasil notícias extraídas de periódicos de diversas partes do mundo como: Áustria, Inglaterra e Saxônia. Como exemplo, em 23 de março de 1816 a *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciava o que se comentava na Áustria sobre o casamento de seus príncipes. A notícia apontava para a possibilidade de Princesa Leopoldina ter sido pedida em compromisso pelo Príncipe da Saxônia:

“Falla-se dos cazamentos de muitos Principes e Princeza da Familia Imperial com huma espécie de certeza. [...] a Princeza Leopoldina foi pedida pelo filho do Principe Maximiliano de Saxonia, herdeiro presumptivo da Coroa.”¹⁴⁵ [sic].

A importância devotada à *Gazeta do Rio de Janeiro* gera controvérsias entre vários estudiosos dos jornais. Nesse ensejo, Matias M. Molina aponta que, estudos como os realizados por Nelson Werneck Sodré, Richard Romancini e Alfredo de Carvalho, tecem sobre a *Gazeta* um olhar depreciativo ao colocá-la apenas como porta voz do governo. No entanto, Molina também sinaliza a existência de estudos como os de Nelson Varón Cadena e Maria Beatriz Nizza da Silva, que enxergam o periódico de forma bastante ampla, muito mais que um mero jornal áulico, pois seus textos trazem variadas informações da sociedade do período, possibilitando inúmeras análises e estudos¹⁴⁶.

Nessa direção, acrescenta-se o ponto de vista da historiadora Juliana Gesuelli Meirelles que, em seu estudo *Imprensa e poder na corte joanina*, demonstrou que o periódico em questão era muito mais que um elo entre o monarca e seus súditos. Haja visto, como exemplo, a seção “avisos”, que possibilitava que aos habitantes da cidade anunciar diversas demandas. Outro ponto que merece destaque é que a *Gazeta do Rio de Janeiro* era lida e transcrita por periódicos existentes em Portugal, promovendo a circulação de informações sobre o Brasil na Europa como fazia o *Correio Braziliense*.¹⁴⁷

¹⁴⁴ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, pp. 22-23.

¹⁴⁵GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de março de 1816. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/3982>>. Acesso em: 17 de jan. 2018.

¹⁴⁶ MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil...* p. 118.

¹⁴⁷ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, col. Brasiliana, pp. 235-238.

O segundo periódico publicado em terras brasileiras, com tipografia própria, foi o *Idade D'Ouro do Brazil* (Anexo 6). Lançado em 14 de maio de 1811, também era conhecido como a *Gazeta da Bahia*. Seu fundador, Manoel Antônio da Silva Serva tinha alma capitalista. Comerciante e livreiro de origem portuguesa, também tinha autorização para administrar a Real Fábrica de Cartas de jogar, instituição vinculada ao monopólio do governo.

Com um olhar de homem acostumado a lidar com o comércio, Manoel Antônio percebeu que a presença da Família Real no Brasil seria uma ótima oportunidade para o crescimento de alguns setores, em especial nas áreas ligadas à imprensa. Assim, não tardou a solicitar permissão para a implantação da primeira tipografia na Bahia.¹⁴⁸

A circulação da gazeta baiana foi permitida pelo governo, tornando seu fundador o primeiro empresário brasileiro do setor. Vale notar que a autorização estava vinculada à nomeação de um revisor oficial, ou seja, de uma pessoa que seria responsável pela análise dos textos que seriam impressos. O primeiro a ocupar esse cargo foi Conde dos Arcos, que organizou diversas regras, direcionando sua publicação:

[...] deverá contar as notícias políticas sempre de maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública¹⁴⁹.

É certo que, a maestria com que Conde dos Arcos desempenhou sua função de revisor, o elevaria à posição pioneira na preparação de regras que norteariam a nascente imprensa brasileira, como recordou Matías M. Molina:

O conde dos Arcos levava a sério sua função de revisor. Poucos dias antes do lançamento, preparou as normas para a *Idade d'Ouro* com mesmo empenho de um editor, tornando-se autor do primeiro manual de redação do Brasil.¹⁵⁰

No decorrer de sua existência, os laços entre a *Idade D'Ouro do Brazil* e o governo se tornaram notórios. Logo após a sua inauguração, ainda em 1811, Manoel Serva solicitou ao governo ajuda financeira para o seu periódico. O empréstimo de

¹⁴⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brazil*. 2. ed. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005, pp. 19-20.

¹⁴⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/idade-douro-do-brazil>>. Acesso em: 18 de jan. 2018.

¹⁵⁰ MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil...* p. 165.

quatro contos de Réis veio alguns anos depois, em fevereiro de 1815, sendo prontamente empregado na ampliação de sua tipografia.

Em 4 de abril do mesmo ano, o fundador da gazeta baiana mostraria gratidão ao governo, publicando nas páginas do seu jornal enfáticos agradecimentos e elogios à figura de D. João, chegando a chamá-lo de generoso recompensador e protetor das letras:

S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor, que se tem sempre mostrado o Protector das letras, e o Generoso Recompensador daquelles vasallos zeloso, que promovem novos, e interessantes estabelecimento neste paiz; acaba de ordenar á juncta da Fazenda desta Capitania, que empreste quatro contos de réis a Manuel Antonio da Silva Serva, para bem da sua Typographia; ficando amortizada por cinco annos esta quantia, e pagando-se depois a quatrocentos mil réis por anno.[sic]¹⁵¹

Entre os estudos ligados a esse jornal em especial, merece destaque a obra de Maria Beatriz Nizza da Silva: *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brazil*. Nesse trabalho a historiadora evidenciou a importância desse periódico como fonte de pesquisa, pois, por meio de seus textos, é possível perceber muitas especificidades da sociedade baiana, e, em certos aspectos, compará-la até mesmo à sociedade carioca diante das informações contidas na *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A riqueza histórica dessa gazeta pode ser medida pelas informações contidas em seus anúncios de compra e vende de escravos, por exemplo. Ao analisar tais textos é possível perceber o expressivo tráfico de cativos que existia na região e as crises pelas quais a atividade passou, assim como a abundância de escravas ama de leite, fato que não ocorria da mesma forma no Rio de Janeiro, quanto na Bahia, como lembra Maria Beatriz Nizza da Silva¹⁵².

Concluindo, convém assinalar que os três jornais analisados até aqui, o *Correio Braziliense*, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade D'Ouro do Brazil* não resistiram ao contexto da independência ocorrida em 1822. Contudo, foram esses que divulgaram, no Brasil, notícias ligadas às negociações relativas ao casamento de Leopoldina com D. Pedro, assim como os preparativos de sua viagem e chegada ao Novo Mundo. Analisando-os por esse prisma, permitirá compreender, em grande parte, como a imprensa existente no ano de 1817 percebia tais acontecimentos.

¹⁵¹IDADE D'OURO DO BRAZIL, edição de 4 de abril 1815. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/1981>>. Acesso em: 18 de jan. 2018.

¹⁵² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brazil...* pp. 120-129; 170-172.

Sinaliza-se de forma especial, como possivelmente diriam os membros de *Annales*, que a imprensa é composta por homens do seu tempo, portanto, em grande parte, reflete as concepções da sociedade na qual está inserida. Dentro dessa lógica, os jornais com seus textos revelam-se fontes preciosas de pesquisa, e, nessa realidade, não se pode perder de vista, como já lembra Roger Chartier, que textos são frutos das leituras que os constroem e tais leituras de modo algum estão alheias à sociedade.

Além disso, ao se acessar as notícias dos jornais, por meio da leitura direta ou indireta (via oralidade), há assimilações de ideias, ou seja, apropriações, e essas são ressignificadas pelos indivíduos da sociedade. É justamente nesse ponto, que se encontra a importância da análise das notícias sobre a vinda e a chegada de Leopoldina ao Brasil, pois essas ajudam a entender como a sociedade podia perceber Leopoldina, por intermédio da imprensa, nos momentos nos quais sua imagem começava a ser construída por esse meio de comunicação:

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si e do mundo.¹⁵³

Desta forma, analisar as primeiras notícias sobre a Arquiduquesa é entender o início de sua história no Brasil e como seus súditos a percebiam, salientando-se que, as ideias consumidas nas leituras, além de influenciarem, eram influenciadas pela sociedade. Vale mencionar que, ao longo dessa dissertação, algumas cartas de leitores publicadas pelos jornais apontaram para a apropriação das informações propagandeadas pela imprensa.

1.3. Sobre a ótica dos primeiros jornais: notícias acerca do casamento e vinda de Leopoldina para à América

Os enlaces matrimoniais entre membros de famílias reais eram momentos importantes, envoltos em diversos interesses ligados à política de Estado. Além disso, despertavam a curiosidade em muitos súditos, que desejavam saber com quem seus

¹⁵³CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difel: Difusão editorial. S.A. Algoes/Portugal, 2002, p. 24.

príncipes se casariam, e, por consequência, com quais reinos estariam, de certa forma, ligados.

Dentro da coerência cultural do Antigo Regime, quando um príncipe (a) se casava com um (a) cônjuge pertencente a um reino de destaque, o enlace tornava-se motivo de orgulho para muitos integrantes da sociedade, uma vez que tais uniões poderiam significar prestígio para o reino.

Reproduzindo parte dos valores dessa sociedade, na qual os textos não são apenas seus significados universais, mas também um objeto historicamente construído¹⁵⁴, a imprensa brasileira, do início do século XIX, não se furtava em divulgar notícias sobre os casamentos de diversos príncipes pelo mundo.

Não raramente, no anseio de trazer informações novas sobre o matrimônio de príncipes estrangeiros os jornais acabavam divulgando notícias que muitas vezes não se confirmariam, pois eram frutos de boatos que circulavam pelas cortes, ou até mesmo de possibilidades descartadas.

Fidedignas ou não, tais notícias evidenciam a importância do tema à época. Como exemplo, em fevereiro de 1815 a *Gazeta do Rio de Janeiro* informava que Leopoldina, se casaria com o Rei da Prússia, dizendo:

Lisonjeamo-nos de que entre os casamentos, que se esperão depois do Congresso dos Soberanos, será o d'ElRei da Prussia com a Arquiduquesa *Leopoldina*, terceira filha do Imperador, a qual tem presentemente 18 annos de idade.¹⁵⁵ [sic].

Cerca de um ano depois, em março de 1816, a mesma gazeta informaria que a Arquiduquesa encontrava-se prometida ao Príncipe da Saxônia:

Falla-se dos casamentos de muitos Principes e Princezas da Familia Imperial com huma especie de certeza. Dizem que [...] a Leopoldina foi pedida pelo filho do Principe Maximiliano de Saxonia, herdeiro presumptivo da Coroa.[sic]¹⁵⁶.

No final do ano de 1816 e início do ano 1817, já era possível encontrar notícias nos jornais brasileiros que associavam Leopoldina como a futura esposa de D. Pedro.

¹⁵⁴CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações...* p. 61.

¹⁵⁵GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 4 de fevereiro de 1815. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/3381>>. Acesso em: 27 de jan. 2017.

¹⁵⁶GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de março de 1816. <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/3982>>. Acesso em: 27 de jan. 2017.

Geralmente, essas notícias eram obtidas em periódicos europeus, o que provocava certo atraso na exposição da informação na América portuguesa.

Assim, pautando-se em conteúdo obtido em uma gazeta austríaca, em dezembro de 1816, a *Idade D'Ouro do Brazil*, anunciaria à sociedade baiana: “A Gazeta da *Austria* diz que S. A. a Arquiduquesa *Leopoldina* ficava a sahir de *Vienna* para se despozar com S. A. o Principe do Reino Unido de *Portugal, Brazil, e Algarves*.” [sic]¹⁵⁷

Nesse ensejo, já tendo como certo o compromisso nupcial entre os jovens príncipes, em janeiro de 1817, o jornal oficial do governo, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicava informação correlacionada ao cotidiano da noiva, no qual ela estudava o idioma do seu futuro reino: “A Arquiduquesa *Leopoldina*, destinada ao Principe Real de *Portugal*, tem ao presente hum mestre de língua *Portuguesa*.”¹⁵⁸ [sic]

Em março de 1817, com quatro meses de atraso, a *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciaria que o contrato de casamento entre os jovens da realeza havia sido assinado em 28 de novembro de 1816, portanto o acordo se tornava oficial e dificilmente, seria desfeito: “O contrato de cazamento da Arquiduquesa *Leopoldina* foi assignado, 28 de novembro.”¹⁵⁹[sic]. No que envolve as negociações matrimoniais, ressalta-se que essas se iniciaram com o Diplomata português Rodrigo Navarro, cabendo, entretanto, a condução e a palavra final ao Embaixador Marquês de Marialva, figura a qual os jornais dariam destaque.

Nesse mesmo período, reproduzindo informações oficiais da corte austríaca, Hipólito da Costa divulgava aos leitores os títulos acumulados, por Francisco I, pai de Leopoldina: “Nós Francisco I, por Graça de Deus, Imperador da Austria, Rey de Jerusalem, Hungria, Bohemia Lombardia e Veneza, Dalmacia, Croacia, Esclavonia, Galicia e Lombardia [...]. [sic]¹⁶⁰

É interessante notar que, mesmo sendo o Imperador austríaco um rei absolutista, e, Hipólito da Costa um homem contrário à centralização do poder, o jornalista não deixou de publicar tais informações, o que demonstra a importância dada aos títulos nas sociedades pelas quais o periódico circulava. Além disso, ao divulgar a extensão

¹⁵⁷IDADE D'OURO DO BRAZIL, edição de 24 de dezembro de 1816. Número 103. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2634>>. Acesso em: 18 de fev. 2018.

¹⁵⁸GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 1818. Edição 08, de 25 de jan. de 2018 <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4346>>. Acesso em: 18 de fev. 2018.

¹⁵⁹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 15 de março de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4405>>. Acesso em: 18 de fev. 2018.

¹⁶⁰CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13520>>. Acesso em: 28 de jan. 2018.

territorial do reino de Francisco I, o jornal acabava por informar aos leitores brasileiros detalhes do reino da noiva de D. Pedro.

Convém ainda assinalar que, mesmo sendo a Áustria um Estado que defendia o direito divino dos reis, o reino continuou sendo uma grande potência durante todo o início do século XIX, ao lado da Rússia, Inglaterra e Prússia¹⁶¹, sobrevivendo a onda liberal da Revolução Francesa e das invasões napoleônicas.

Essa realidade fez com que o Estado austríaco fosse um Império bastante respeitado no período, exigindo dos Bragança empenho diplomático nas negociações matrimoniais com os Habsburgo. Então, em 17 de fevereiro de 1817, o governo português, disposto a impressionar, organizou a entrada triunfal do seu embaixador, Marquês de Marialva, em Viena. Sua missão era pedir a mão da Arquiduquesa para o Príncipe de Portugal. O evento foi descrito pelos jornais como um acontecimento luxuoso, pomposo, conforme verificado na notícia expressa na *Idade D'Ouro do Brazil*:

[...] Tal foi o brilhante espetáculo que vio *Vienna d'Austria* no dia 17 de Fevereiro, que foi o da entrada que fez, pela porta Carinthia, O Embaixador do Monarca *Portuguez*, e no dia 18, que foi o da sua apresentação, havendo perto de hum século que os habitantes das margens do Danubio não viáo semelhante pompa; [sic]¹⁶²

Em meados de 1817, por meio da publicação do discurso de D. João, os leitores brasileiros receberam a notícia que as negociações matrimoniais foram bem-sucedidas e que o casamento dos noivos encontrava-se devidamente encaminhado. Um dos jornais que reproduziu a fala do Rei foi o *Correio Braziliense*. Em sua missiva, ao falar sobre o enlace de seu filho, de certa forma, o monarca também apresentava Leopoldina aos seus futuros súditos, informando sua procedência familiar:

Achando-se felizmente ajustado o casamento, do Principe Real D. Pedro, meu sobre todos muito amado e prezado Filho, com a serenissima Archiduquesa de Austria, Carolina Josefa Leopoldina, Filha do muito Alto, e muito Poderoso Principe Francisco I., Imperador de Austria, Rey de Hungria e de Bohemia[...]¹⁶³[sic]

¹⁶¹OBERACKER Jr. Carlos H. *A imperatriz Leopoldina, sua vida e época...* p.1.

¹⁶²IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 15 de julho de 1817. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2932>>. Acesso em: 23 de fev. 2018.

¹⁶³CORREIO BRAZILIENSE, edição de 19 de julho de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14634>>. Acesso em: 06 de ago. 2017.

A análise do discurso do Rei permite notar o valor dado ao casamento pelas famílias reais e a importância de se transmitir tais informações à sociedade. Nessa ocasião, conclui-se que muitos indivíduos, inseridos em uma cultura monárquica, se sentiam honrados ao saberem que seus Príncipes se casariam com nobres pertencentes a reinos de prestígios, esse era o caso de D. Pedro.

Notícias acerca da união entre os jovens príncipes continuaram a ser publicadas durante todo o ano de 1817. Essa realidade acabou por colaborar para que Leopoldina se tornasse cada vez mais conhecida pelos brasileiros que, por meio dos jornais, já sabiam a qual reino ela pertencia e também que Portugal não media esforços para que ela viesse a ser a esposa de D. Pedro.

Pelo que tudo indica, o contentamento manifestado pelo Rei português também foi compartilhado por parte dos súditos do reino de Leopoldina. Em 4 de março de 1817, a *Idade D'ouro do Brazil* publicou que políticos alemães, ao tomarem ciência do enlace de sua Arquiduquesa, não paravam de pronunciar um famoso ditado relacionado a história do império, no qual acumulava riqueza por meio do casamento de seus nobres. O mote dizia: *Bella gerant alii, tu, Felix Áustria, nube*, que significa, os outros que façam guerra, tu, Áustria feliz casa-te¹⁶⁴:

Lemos em huma Gazeta austriaca de Dezembro, que a Corte de Vienna , e o povo tem mostrado grande contentamento pela proxima Alliança da casa d' Austria com a de Bragança pelo casamento da arquiduquesa Leopoldina com o Principe de Portugal. Os políticos Alemães não cessão de repetir o antigo adagio = Tu Felix Austria , Nube = [...]¹⁶⁵[Sic]

Em agosto de 1817, a *Gazeta do Rio de Janeiro* forneceu aos seus leitores um pouco do ambiente em que ocorreu a assinatura do ato de renúncia de Leopoldina sobre a herança do pai. O momento era umas das etapas que envolviam o processo matrimonial até sua efetivação: “[...] o som de todos os sinos annunciou mui cedo a cerimonia, que se preparava na corte, acto de renuncia de S. A. I. a Arquiduquesa Leopoldina.”¹⁶⁶[sic].

O acontecimento fazia parte da tradição monárquica austríaca, e, por conta disso, muitos súditos se dirigiram para as ruas em volta do palácio para verem de perto a

¹⁶⁴ OBERACKER Jr., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina...* p.10.

¹⁶⁵ IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 4 de março de 1817. Número 17. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2722>>. Acesso em: 21 de jun. 2017.

¹⁶⁶ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 21 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4597>>. Acesso em: 13 de fev. 2018.

realeza, com suas riquíssimas comitivas, conforme descreveu a *Gazeta do Rio de Janeiro*: “Piquetes de cavallaria occuparão todas as avenidas do Palacio Imperial, e a multidão, sempre sofrega de espetaculo, se espalhou pelas ruas, por onde devia passar o cortejo do Embaixador.” [sic]¹⁶⁷

O Embaixador citado na notícia era o Marquês de Marialva, homem de confiança de D. João, que impressionou a rica e tradicional corte de Viena com suas requintadas equipagens, como relatado pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, no dia da assinatura do ato de renúncia de Leopoldina:

Ao meio dia, o Marquez de *Marialva* foi ao palacio. Sua comitiva era numerosa , e suas equipagens mais brilhantes que tudo que se tem visto neste genero em *Vienna*. S. Ex. foi introduzido no paço pelo mordomo Mór, conde de Wibna. S. M. I. a arquiduqueza tinha pedido expressamente que lesse elle mesmo o acto , que hia assignar. Esta Princeza falla já com muita facilidade o *Portuguez*; ha tempo que tem feito hum estudo particular. Sem embargo disse ao Embaixador de *Portugal*: “ Eu vou fallar *Francez*, Senhor , porque hoje não me he licito errar.”¹⁶⁸ [sic]

Vale ressaltar que, ao fornecer aos súditos brasileiros a informação de que sua futura Princesa lera o documento em francês, o jornal, certamente, causou uma boa impressão nos leitores com relação à Leopoldina, pois, durante boa parte do século XIX, a cultura francesa foi considerada o modelo perfeito de comportamento e de requinte. O fato da noiva de D. Pedro dominar esse idioma já havia sido frisado meses antes, pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, demonstrando a valorização dessa informação: “Sua Alteza Imperial falla o Italiano e o Francez com grande facilidade.”¹⁶⁹[sic]. Sobre essa realidade, lembra Mary Del Priore:

Bem no início do século XIX, o modelo feminino, era aquele ditado pela jovem princesa austríaca e depois imperatriz Leopoldina, sofrida esposa de d. Pedro, cuja doçura, inteligência e educação ficaram na história. Suas qualidades foram registradas numa carta de Joaquim dos Santos Marrocos, bibliotecário português, vivendo no Brasil. Ele era sensível em sublinhar o que se considerava na época como critério de feminilidade: a descrição, o desembaraço, a capacidade de comunicar-se, o conhecimento de línguas estrangeiras como o francês e o inglês [...].¹⁷⁰

¹⁶⁷GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 21 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4597>>. Acesso em: 13 de fev. 2018.

¹⁶⁸GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 20 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4597>>. Acesso em: 21 de jul. 2017.

¹⁶⁹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 25 de janeiro de 1817. Edição número 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4346>>. Acesso em: 13 de fev. 2018.

¹⁷⁰DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*. Vol. 1: Império. São Paulo: Leya, 2016, p. 285.

Cumprida todas as formalidades relacionadas ao desposório: “Aos 13 de Maio, ás 7 horas da tarde, se fez a cerimonia do casamento, por procuração [...]” anunciou o *Correio Brasiliense*¹⁷¹. A ocasião seria acompanhada por um refinado banquete e grandioso baile oferecido pelo Embaixador Marquez de Marialva. A cerimônia foi descrita pelos jornais como luxuosa.

Sobre a importante cerimônia, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, além de informar os gastos com a pomposa festa, também ofereceu aos seus leitores detalhes sobre o banquete oferecido aos convidados: “Nesta magnífica função, que importou para cima de hum milhão de florins, a Familia Imperial foi servida em baixella de ouro e os outros convidados em baixella de prata”¹⁷². [sic]

A gazeta baiana, *Idade D’Ouro*, acrescentou que o baile de casamento de Leopoldina contou com a presença de 500 convidados e que a arquiduquesa dançou levando no peito o retrato de seu desposado, D. Pedro: “[...] hum Baile brilhantíssimo; e dançou S. A. R a Arquiduqueza *Leopoldina*, levando ao peito o retrato de seu Augusto Desposado.”¹⁷³

O citado baile sinalizou o fim de um processo que envolveu encontros entre representantes dos dois reinos e diálogos que nortearam os prós e contra a união, mas que, por fim, fora concluído de maneira positiva para ambos os lados. Diante do desfecho bem-sucedido da missão diplomática, o imperador, Francisco I, mandou condecorar os portugueses Marquês de Marialva e o Diplomata Rodrigo Navarro, pela eficiente condução das negociações matrimoniais. Por conta disso, ambos receberam a insígnia da prestigiada Ordem de Grã Cruz da Real Ordem de Santo Estevão da Hungria, como registrou a *Gazeta do Rio de Janeiro* em sua edição de número 73:

[...] S.M.I. o Imperador de *Austria*, em demonstração do seu jubilo pelas faustissimas Nupcias de S. A. R. o Senhor Pedro de Alcantara, Principe Real do reino Unido de *Portugal*, e do *Brazil* e dos *Algarves*, com S. A. I. a Arquiduquesa *Carolina Josefa Leopoldina*, condecorou o Marquez de *Marialva*, Embaixador Extraordinario de S. M. Fidelissima, com a insignia de Grão-Cruz da Real Ordem de S.

¹⁷¹CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14065>>. Acesso em: 8 de fev. 2018.

¹⁷²GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 20 de setembro de 1817. Edição de número 76, disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4635>>. Acesso em: 02 de fev. 2018.

¹⁷³IDADE D’OURO DO BRAZIL, edição de 12 de agosto de 1817. Número 63. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2987>>. Acesso em: 03 de fev. 2018.

Estevão da Hungria, e ao Encarregado dos negócios *Rodrigo Navarro de Andrade* [...]sic].¹⁷⁴

Segundo a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, os momentos que envolveram as tratativas e a oficialização da união entre os jovens príncipes, foram eventos que, além do Congresso de Viena, deram destaque à imagem de Leopoldina na sociedade: “Representando os momentos iniciais de grande exposição pública da jovem que assumia a condição de princesa real da casa de Bragança.”¹⁷⁵

No Brasil, perante a fausta notícia de que o casamento de seu filho fora celebrado em Viena no dia 13 de maio, D. João dividiu sua alegria com parcela da sociedade brasileira, concedendo indultos aos desertores do reino. O monarca demonstrava desta forma, toda sua benevolência, ao mesmo tempo em que mantinha informada a população sobre o enlace de seu filho, conforme deixou clara a *Idade D'Ouro do Brazil*:

Sendo para mim da maior satisfação a interessante noticia, que recebi de se ter celebrado em Vienna, no dia 13 de maio do corrente anno, o cazamento do Príncipe Real *D. Pedro de Alcantara* [...] e Querendo por tão plausivo motivo fazer graça aos Militares, que tiveram a infelicidade de desertar das suas Bandeiras; Hei por bem Conceder perdão geral a todos os Desertores [sic]¹⁷⁶.

Nesse contexto, tendo como intuito deixar a cidade carioca com clima festivo, o soberano ordenou que suas fortalezas fossem iluminadas, que houvesse repiques de sinos e salvas de tiros, tudo para que o seu contentamento se tornasse público. *Gazeta do Rio de Janeiro, em agosto*, registrou tais determinações:

Havendo recebido a mui fausta notícia de se ter celebrado em *Vienna d'Austria* no dia treze de Maio desse corrente anno, o cazamento ajustado entre o Principe Real *D. Pedro de Alcantara*, Meu sobre todos muito amado e prezado Filho, com a Serenissima Arquiduqueza de Austria, *Carolina Jozefa Leopoldina* [...] Hei por bem, em demonstração do Meu justo contentamento por tão plausível motivo, que se suspenda todo o Despacho por tres dias sucessivos, começando na quinta feira vinte e hum do corrente mez; e que em toda a Corte e

¹⁷⁴GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 10 de setembro de 1817, edição 73. Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4624>>. Acesso em: 02 de fev. 2018.

¹⁷⁵LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Imperatriz entre o público e o privado*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 9-27, p. 13.

¹⁷⁶IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 21 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3140>>. Acesso em: 9 de fev. 2018.

Cidade do Rio de Janeiro , nas Fortalezas, e em todos os Navios de guerras surtos nesse porto, hajão luminárias, repiques de sinos, e salvas de artilharia em todos os três dia referidos.¹⁷⁷

A Bahia também tomaria conhecimento da alegria do seu Rei e seria presenteada com o enlace matrimonial dos príncipes. Por lá, o governo evidenciou a importância do acontecimento autorizando duas formas de divertimento: o uso de máscaras e, pela primeira vez, o divertimento de touros, como tornou público a gazeta *Idade D'Ouro do Brazil*, de setembro de 1817:

Entre muitas outras demonstrações de regozijo público já se sabe que nas noites de 25, 26 e 27 terão lugar algumas illuminações na cidade; e nos dias 28, 29 e 30 haverá pela primeira vez na Bahia o Divertimento de Touros na Praça que será acabada para aquellos dias, havendo já a permissão do Governo para Máscaras em todos os seis dias. [sic].¹⁷⁸

As ações do Rei como iluminar as cidades, promover repiques de sinos, autorizar festas, seguramente gerava burburinhos entre os súditos, auxiliando no processo de circulação da informação de que D. Pedro estava contraindo núpcias com a Arquiduquesa Leopoldina, tornando-a cada vez mais conhecida.

Após a celebração do casamento em Viena, os jornais brasileiros passaram a dar destaque à viagem de Leopoldina para o Brasil. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 20 de setembro de 1817, descreveu parte do momento em que Leopoldina se despedira de seus familiares: “S.A.I a Princeza Real de *Portugal*, *Brazil* e *Algarves*, depois de se ter despedido com a maior ternura de Sua augusta Familia, poz-se a caminho hontem pela manhã para Liorne.”¹⁷⁹

O *Correio Braziliense*, mesmo sendo contrário ao governo, colaborou para que seus leitores soubessem como se daria o decurso da esposa de D. Pedro rumo ao Novo Mundo: “[...] S.A.I. a Arquiduqueza Leopoldina de Austria partirá de Vienna para o Brazil no mez de junho; em uma esquadra Portugueza que irá receber em Liorne ou Trieste”¹⁸⁰. [sic]

¹⁷⁷GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 20 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4597>>. Acesso em: 09 de fev. 2018.

¹⁷⁸IDADE D'OURO DO BRAZIL, edição de 12 de setembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749940/3039>>. Acesso em: 12 de fev. 2018.

¹⁷⁹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 20 de setembro de 1817. <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4636>>. Acesso em: 16 de fev. 2018.

¹⁸⁰CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13801>>. Acesso em: 8 de fev. 2018.

Na edição de número 18, o *Correio Braziliense* informaria que a chegada da filha de Francisco I à América iria sofrer atrasos, em virtude da Revolução Pernambucana. Sobre esse acontecimento, Hipólito da Costa não deixou de registrar sua opinião, escrevendo: “Nós não acreditamos esta circumstancia, porque não julgamos, que um levante parcial em Pernambuco possa influir no plano da viagem daquela Princeza para o Brazil”¹⁸¹[sic]. A fala de Hipólito “não acreditamos” pode conter um tom sarcasmo, pois apontaria a fragilidade do império de seu inimigo político, D. João. Cita-se que, a Revolução Pernambucana, para Hipólito, era fruto de um governo despótico, ao qual ele combatia por meio de seus textos¹⁸².

Em 31 de outubro a *Idade D’Ouro do Brazil*, anunciava que a esquadra que conduzia Leopoldina ao Brasil, já havia passado pela Ilha da Madeira, permitindo ao público perceber o decurso de sua viagem: “[...] sabemos que a esquadra conductora da Serenissima Arquiduqueza Leopoldina, tocou na *Madeira* a 11 de Setembro, e dalli sahiu a 14.”¹⁸³ [sic]

Além das notícias correlacionadas ao casamento e a vinda da noiva de D. Pedro para o Novo Mundo, as expectativas correlacionadas a esse enlace, também configuraram algumas páginas dos jornais brasileiros. Como exemplo, em julho de 1817, a *Gazeta do Rio de Janeiro* frisava que a união entre os jovens príncipes possibilitaria o crescimento das relações comerciais entre os dois reinos. O jornal também citou a presença do embaixador junto à comitiva da arquiduquesa, fato que aponta o início das relações bilaterais entre os reinos¹⁸⁴.

[...] havendo ficado o Embaixador para vir com a serenissima Senhora Arquiduqueza. Isto prova da maneira mais evidente quanto tem crescido as nossas relações políticas e commerciaes com aquella grande Potencia, em consequencia de tão prospera união, promette a felicidade de ambas as nações.¹⁸⁵ [sic]

As expectativas com relação ao casamento também ficariam registradas nas páginas da *Idade D’Ouro do Brazil*, de 12 de setembro de 1817. Ao se reportar à união,

¹⁸¹CORREIO BRAZILIENSE, edição 18 de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14180>>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

¹⁸²CORREIO BRAZILIENSE, edição 18 de 1 de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14055>>. Acesso em: 23 de fev. 2018.

¹⁸³IDADE D’OURO DO BRAZIL, edição de 31 de outubro de 1817. Número 86. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3106>>. Acesso em: 14 de fev. 2018.

¹⁸⁴RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815 - 1889...* p. 9.

¹⁸⁵GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 16 de julho de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4551>>. Acesso em: 21 de jul. 2017.

a Gazeta a colocaria como vantajosa e próspera: “Não devendo hum instante demorar ao Público o conhecimento de huma tão Fausta notícia; e de que tantas, e tão vantajosa são a prosperidades que necessariamente hão de conseguir-se [...]”¹⁸⁶ [sic]

Confirmando a ideia de casamento lucrativo, na edição extraordinária de número 4, a *Gazeta do Rio de Janeiro* acrescentaria que, além de contribuir para o esplendor do trono e a segurança da monarquia, Leopoldina também traria prosperidade às artes e às ciências do reino:

Hum tão próspero acontecimento, a que atensão, o esplendor do Thoro, a segurança da Monarquia, os progressos das artes e sciencias, a prosperidade do commercio, e hum sem número de bens não devia ser demorado hum instante ao conhecimento do público¹⁸⁷. [sic]

Ao fazer menção ao progresso ligado às artes e às ciências, a notícia acima, seguramente, referiu-se à vinda da missão científica austríaca junto à comitiva da Arquiduquesa. E, nesse contexto, obtendo notícias diretamente de Viena, a *Gazeta do Rio de Janeiro* em sua edição de número 68, divulgaria que Imperador, Francisco I, havia autorizado a vinda de cientistas para o Brasil, almejando enriquecer as coleções do seu reino com gêneros da fauna e flora brasileira:

O Imperador, dezejando dilatar os conhecimentos uteis, e transplantar para os seus Estados os thesouros da natureza , que produz o Novo Mundo , julgou acertado aproveitar a occasião do cazamento e partida de S. A. I. a Arquiduqueza *Leopoldina* , para mandar ao *Brazil* certo numero de sábios , que com permissão de sua Magestade Fidelissima , são encarregados de correr as partes mais notaveis , observar nos lugares próprios as diversas produções dos tres generos da natureza , multiplicar as observações , e enriquecer com thesouros novos as nossas colleções de productos raros e estrangeiros.¹⁸⁸ [sic]

No Brasil, a notícia de que Leopoldina viria acompanhada por ilustres estudiosos começou a circular logo após o seu noivado. Em março de 1817, já era possível ver a figura da Princesa diretamente associada à vinda desses estudiosos. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, por exemplo, informava:

¹⁸⁶IDADE D’OURO DO BRAZIL, edição de 12 de setembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3040>>. Acesso em: 12 de fev. 2018.

¹⁸⁷GAZETA EXTRAORDINÁRIA DO RIO DE JANEIRO, edição de 21 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4596>>. Acesso em: 12 de fev. 2018.

¹⁸⁸GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4600>>. Acesso em: 18 de maio. 2017.

S.A.R. a Arquiduqueza Leopoldina mandou chamar vários naturalistas; que residirão algum tempo no *Brazil*, e conferenciou largamente com elles sobre o que diz respeito a aquelle paiz. Afirma-se que hão de acompanhar a S. A. R. até o *Rio de Janeiro* seis fidalgos, para cujos lugares já se tem offerecido mais quarenta.¹⁸⁹ [sic]

Assim, como outros jornais, a *Idade D'Ouro do Brazil*, em 1 de agosto de 1817, apresentou os nomes de alguns acompanhantes da princesa, não deixando de citar a presença de dois professores de ciências, que, segundo a redação do periódico, possuíam boa reputação literária:

Nella vierão o Barão de *Neveu*, Encarregado dos negocios de Sua Magestade Imperial : o Barão de *Hugel* Secretario da Embaixada : O Conde *Schouldald*, e o Conde *Pacely* Camaristas da Serenissima Senhora Arquiduqueza Leopoldina. Vierão mais dous Professores de Sciencias, que gozavão em *Alemanha* de boa reputação literária.¹⁹⁰ [sic]

Em 23 de agosto, a *Gazeta do Rio de Janeiro* trazia à baila o nome e a profissão de alguns indivíduos que estavam seguindo viagem para o Brasil com a Princesa. Por meio dessa publicação é possível observar que sua comitiva era composta por diversos tipos de profissionais, nos quais muitos eram ligados às ciências da natureza. Lendo-se a publicação, constata-se a presença de um pintor botânico, um pintor de paisagem, um empregado do Gabinete de História Natural, um botânico, um caçador, um mineralogista e um zoólogo¹⁹¹, por exemplo. O jornal ressaltou a presença de membros da Academia de Ciências de Munique que embarcaram no porto de Liorne: “[...] Spix e Martins, Membro da Academia das ciências de Munich, se ajuntarão aos sábios *Austriacos*”¹⁹². É interessante notar que tais pesquisadores deixaram um legado de estudo até hoje reconhecido por diversos estudiosos de diversas partes do mundo.

Frisa-se que não foram apenas os cientistas que se sentiram motivados em conhecer à America diante ao casamento de Leopoldina. Segundo o *Correio Braziliense*, de 1 de janeiro de 1817, além de toda a corte da Princesa, senhoras de primeira grandeza, homens letrados, trabalhadores, artistas, entre outros, passaram a ter

¹⁸⁹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de março de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4400>>. Acesso em: 26 de jul. 2017.

¹⁹⁰IDADE D'OURO DO BRAZIL, edição de 1 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2963>>. Acesso em: 26 de jul. 2017.

¹⁹¹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4600>>. Acesso em: 16 de fev. 2018.

¹⁹²GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4601>>. Acesso em: 16 de fev. 2018.

interesse visitar o país, provocando, inclusive, o aumento no número de passagens requeridas para o reino. Sobre essa realidade, Hipólito da Costa não deixou de expressar seu ponto de vista, dizendo que esse era um presente para o Brasil:

[...] e tem havido muitas Senhoras da primeira grandeza, que tem mettido empenhos para ser da comitiva; [...] A isto acresce que muitos homens de letras, artistas, e consideravel numero de trabalhos tem requerido passagem para o Brazil nesta occasião; e não podemos deixar de dizer aqui, que he este um dos melhores presentes, que a Princeza podia levar ao Brazil.¹⁹³ [sic]

É interessante notar que, meses depois da notícia publicada pelo *Braziliense*, a *Idade D'Ouro do Brazil*, em novembro, informava que, muitas damas que acompanhavam Leopoldina – supõe-se que sejam as que Hipólito da Costa chamou de senhoras de primeira grandeza – ao verem o mar pela primeira vez, sentiram medo e desistiram da viagem ao Brasil. A desistência, pelo editor do jornal, a imaginação feminina:

A Gazeta de *Austria*, diz que muitas Senhoras, que acompanhavão a Senhora Arquiduqueza para o *Brazil*, voltarão de *Liorne* para *Vienna* com medo do mar, que nunca tinham visto. Tanto póde a imaginação feminina!¹⁹⁴ [sic].

Em janeiro de 1817, já era possível aos leitores saberem, por meio do *Correio Braziliense*, em qual nau a princesa viajaria e quem representaria seu pai no momento de entregá-la aos cuidados da corte portuguesa:

A cerimônia de entregar a Princeza terá lugar no Rio-de Janeiro; e o Conde Von Eltz a acompanhará como commissario do Imperador para a entrega. Toda córte da Princeza, portanto, a seguirá até o Rio-de-Janeiro;[sic]¹⁹⁵

No dia 5 de novembro, a embarcação que trazia Leopoldina ao seu novo reino já era avistada no porto carioca, como anunciou aos leitores a *Gazeta do Rio de Janeiro* de 8 de novembro de 1817:

¹⁹³CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1817. Edição 18. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13801>>. Acesso em: 26 de jul. 2017.

¹⁹⁴IDADE D'OURO DO BRAZIL, edição de 28 de novembro de 1817. Número 94. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3147>>. Acesso em: 26 de jul. 2017.

¹⁹⁵CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1817. Edição 18. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13801>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

Quarta feira 5 do corrente pela manhã recebendo-se a mui grata noticia de se avistarem as Naus e Fragata, que compunhão a esquadra, que conduzia Sua Alteza Real a Serenissima Senhora Princeza Real do Reino Unido de Portugal, Brazil e dos Algarves, encherão-se logo de alvoroço os ânimos de todos os Portugueses, e os montes sobranceiros[...][sic].¹⁹⁶

De acordo com os jornais da época, no dia em que a ilustre princesa chegou à cidade carioca, a Baía de Guanabara estava diferente, pois as embarcações nela situada foram enfeitadas com bandeiras coloridas demonstrando o regozijo sentido por parte da sociedade: “As embarcações todas, que coalhavão o porto, estavam luzidamente adornadas de bandeiras, que na variada cor, e bem ajustada symmetria fazião a mais agradável representação.”[sic]¹⁹⁷, expôs a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Descrevendo ainda mais o momento, dando a noção do esplendor que fora aquele esperado dia, a *Gazeta* também contou que as ruas foram cobertas com folhas aromáticas, que ocorreram salvas de tiros, desfile da cavalaria e que, os moradores da cidade participaram do momento enfeitando suas janelas com tecidos coloridos:

Rompeu o dia feliz, e o Ceo pareceu cooperar para o seu festejo, mostrando-se sereno e risonho. Apressarão logo os moradores das ruas, por onde se annunciara a passagem de SS. MM. e Altezas Reaes, a ornar as frentes de suas cazas com cortinas e colchas de varias sedas, de diferentes cores [...][sic]¹⁹⁸

Logo após ser conduzida à terra firme, pela Real Galeota, Leopoldina foi recebida pelo povo que, desejando ver a mais nova Princesa do Brasil, encheram as ruas manifestando alegria diante da sua chegada, como registrado pela gazeta carioca: “He impossível descrever o alvoroço, com que o povo corria pelas ruas como transportado, e immenso concurso, que juncava o Arcenal Real da Marinha.”[sic]¹⁹⁹. O historiador Paulo de Assunção destaca que: “O alvoroço pelas ruas e no porto era imenso,

¹⁹⁶GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4691>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

¹⁹⁷GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4691>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

¹⁹⁸GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4691>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

¹⁹⁹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4691>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

principalmente nas imediações do Arsenal Real da Marinha, onde seria o desembarque.”²⁰⁰

Na Bahia a notícia de que Leopoldina já se encontrava na corte, chagara por meio de edição extraordinária da *Idade D’Ouro do Brazil*, em 21 de novembro de 1817, na qual foi colocada a seguinte informação:

Por huma Embarcação chegada aqui hontem do Rio de janeiro, tivemos a estimável nova da feliz chegada à aquella Côrte da Serenissima Senhora Arquiduqueza Leopoldina, cujo Alto Despozorio se havia já celebrado com magníficos apparatus. [sic]²⁰¹

A gazeta carioca, além de possibilitar que seus leitores tivessem acesso ao clima de efervescência que tomou conta da cidade, ofereceu detalhes sobre a decoração preparada exclusivamente para os festejos correlacionados ao momento. A partir da descrição feita pelo jornal, em 12 de novembro de 1817²⁰² é possível perceber um cenário inspirado na antiguidade clássica, cujos arcos triunfais adornados por flores, em estilo neoclássico, faziam parte da decoração festiva.

Sobre a bela decoração, a imprensa do período não pouparia elogios à habilidade dos artistas responsáveis por tamanha exuberância e aos comerciantes financiadores do projeto:

Deve-se este elegante monumento á habilidade de M. Grand Jean de Montigny, Arquitecto, e de M. Debret, Pintor de Historia, Artistas Pensionados de Sua Magestade Fidelissima, e aos cuidados e desvelos dos negociantes *Joaquim José Pereira de Faro*, e *Francisco Pereira de Mesquita*, Encarregados por parte do commercio da sua ereção²⁰³.

É interessante notar que o interesse econômico que envolveu a tão festejada união estavam presente, em forma de mensagem, em um dos arcos triunfais preparado para a ocasião, como sinalizou o jornal do governo: “Por baixo da grande cornija, se notava a inscrição – A’ Feliz União, O Commercio.”²⁰⁴ [sic]

²⁰⁰ ASSUNÇÃO, Paulo de. *Ritmos da Vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 171.

²⁰¹ IDADE D’OURO DO BRAZIL: Suplemento extraordinário, de 21 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3138>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

²⁰² GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de novembro de 1817. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4697>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

²⁰³ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de novembro de 1817. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4697>>. Acesso em: 21 de fev. 2018.

²⁰⁴ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4698>>. Acesso em: 21 de fev. 2018.

Além da expectativa econômica, os arcos, pelos quais Leopoldina passaria, também traziam símbolos ligados à monarquia lusa e ao reino austríaco, além de homenagens pessoais a ela. Em um deles encontrava-se escrito, em alegorias em formato de medalhões, as doze virtudes da Princesa, sendo elas: “Bondade. – Amabilidade. – Doçura. – Sensibilidade. – Beneficência. – Constância. – Espírito. – Talento. – Sciência. – Encantos. – Graça. – Modestia. E embaixo – Felicidade Pública. [sic]”²⁰⁵. É interessante reparar que, naquela sociedade, como lembra Paulo de Assunção: “A mulher, principalmente uma rainha ou princesa, era apreciada pelos talentos e pelos seus sentimentos em relação à religião e ao seu comportamento perante a sociedade.”²⁰⁶ É justamente nesse ponto que a citada decoração se abarca.

Convém registrar que não apenas o jornal oficial do governo relatou o desembarque e o acolhimento que Leopoldina recebeu dos brasileiros. Tanto a *Idade D’Ouro do Brasil*, quanto o *Correio Braziliense*, não se furtaram em descrever de forma pormenorizado o momento. Para tal, os dois periódicos extraíram na íntegra os textos já publicados na gazeta, dando-lhe inclusive o crédito da notícia.²⁰⁷

Diante todas as notícias aqui expostas, fica claro que os jornais teceram sobre Leopoldina um olhar muito positivo. Ao tornar pública a existência de uma negociação pela mão da Princesa, na qual os representantes de Portugal não mediram esforços para concretizá-la, e também sobre a felicidade sentida pelo Rei ao ajustar o casamento de seu amado filho, muitos súditos tomaram conhecimento do quanto essa união era desejada pelos seus superiores e, portanto benéfica ao reino.

Os estudos realizados até aqui mostraram que, em algumas notícias, a imagem de Leopoldina era associada a do seu pai, Imperador Áustria, Rei da Hungria e da Boêmia, dentre outros títulos. Cita-se que, na lógica dos Estados monárquicos, ter o reino ligado a um poderoso império era visto como algo favorável pela sociedade. Por conta disso, ao associá-la à imagem de Francisco I, que na época era líder da Santa Aliança, confluíu para que os seus futuros súditos a vissem de forma positiva.

²⁰⁵ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4698>>. Acesso em: 21 de fev. 2018.

²⁰⁶ ASSUNÇÃO, Paulo de. *Ritmos da Vida...* p.169.

²⁰⁷ A *Idade D’Ouro do Brasil* publicou em 23 de dezembro cópia do texto publicado pela gazeta do Rio de Janeiro acerca dos detalhes da recepção festiva feita para Leopoldina. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3190>>. O *Correio Braziliense* reproduziria a mesma informação em sua edição de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/15061>>. Acesso em: 23 de fev. 2018.

Merece ainda destaque as expectativas relacionadas ao enlace que ganharam projeção na imprensa. Em várias notícias a figura da Arquiduquesa foi associada ao aumento das relações comerciais e ao progresso científico do Brasil. Desta forma, Leopoldina fora adquirindo uma imagem ligada à prosperidade do reino.

Nesse mesmo contexto, algumas publicações chamavam atenção para o fato de que muitos estrangeiros lançaram seus olhares para Novo Mundo em virtude da vinda da Princesa, ao ponto de fazer aumentar a procura de passagens para o Brasil. Apesar de não ter apreço por D. João, Hipólito da Costa qualificou esse fato como um verdadeiro presente para o Brasil, ou seja, considerou acertada a negociação matrimonial que o monarca desencadeara para seu filho, certamente, parte da sociedade pensava dessa forma.

Parte da intelectualidade de Leopoldina foi divulgada em notícias que informavam à população que a noiva de D. Pedro falava vários idiomas, incluindo o francês. Tal predicado era valorizado pela cultura da época, contribuindo para que a mesma fosse vista como uma nobre dentro dos padrões desejados.

Assim pode-se concluir que, na imprensa vigente no ano de 1817, a Arquiduquesa da Áustria, que se tornara Princesa do Brasil, foi adquirindo uma imagem positiva mesmo antes do seu desembarque no Brasil. Salienta-se também que ficou perceptível nos três jornais analisados até aqui: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal com vínculo governamental; *Correio Braziliense*, periódico com perfil opositor ao governo e a *Idade D'Ouro do Brazil*, jornal pertencente à iniciativa privada.

Capítulo II - Entre os deveres de boa esposa e filha obediente: experiências de Leopoldina como Princesa do Reino Unido, Portugal, Brasil e Algarves de 1818 a 1821

2.1. Experiências de uma Arquiduquesa austríaca nos trópicos: sob a luz de novos horizontes políticos

O período de 1818 a 1821 pode ser considerado uma fase marcante na história do Brasil. Durante esse lapso temporal, a população brasileira, em especial a que vivia no Rio de Janeiro, presenciaria momentos importantes que se correlacionariam ao processo de independência do Brasil. Foi nesse período, por exemplo, que D. João seria aclamado Rei em terras tropicais, que os reflexos da Revolução do Porto chegariam à América Portuguesa, que o monarca regressaria à Europa e que D. Pedro se negaria a retornar a Portugal.

Paralelamente a esses acontecimentos, a imagem de Leopoldina como Princesa do Reino do Brasil ia sendo consolidada, pelo seu casamento, pela participação em eventos, pela maternidade e por diversos acontecimentos políticos que se colocariam em marcha.

Os primeiros momentos correlacionados à chegada de Leopoldina ao Brasil seriam marcados pelo encantamento diante da natureza do seu novo reino. Em seu diário registrara: “Eu não tinha ideia da beleza dos trópicos”²⁰⁸. No entanto, os anos que se seguiram foram acompanhados por um difícil processo de adaptação a sua nova fase de vida. Essa realidade envolvia, além das questões climáticas e culturais, a convivência com uma Corte cujos hábitos em muito se diferenciavam dos que ela convivera na Áustria. Tal situação acarretaria momentos de profunda melancolia, muitos dos quais registraria em cartas à família. No entanto lhe traria conforto e alegria poder viver em um reino cuja natureza era para ela um verdadeiro espetáculo.

No Brasil, a Princesa residiria com D. Pedro em uma pequena residência de seis cômodos, nos fundos do Palácio de São Cristóvão, na chamada Quinta da Boa Vista. O domicílio em questão nem de longe lembrava os luxuosos palácios austríacos nos quais Leopoldina havia passado boa parte de sua vida, como o de Schönbrunn e Laxenburgo. Apesar disso, localizava-se em uma região cercada por uma bela paisagem, conforme verificou o viajante John Luccock, que sinalizara que a resistência havia sido construída

²⁰⁸ KAISER, Gloria. *Um diário imperial...* p. 76.

em uma graciosa elevação, na qual era possível ter acesso a privilegiada vista da baía da cidade e da “planície encantadora de Mata-Porcos”²⁰⁹.

Pelo que consta, Leopoldina não teceu um olhar depreciativo sobre sua morada. Em vez disso, demonstrava em cartas alegria de viver em um local que muito lhe agradava. Em 24 de janeiro de 1818, escrevera à sua tia Maria Amélia que, após passar alguns dias na cidade, se sentia feliz em poder voltar para a sua: “linda moradia em São Cristóvão”²¹⁰.

Mesmo se sentindo bem acomodada em sua nova morada, Leopoldina sentiria falta da família e do seu antigo reino. Uma de suas queixas recorrentes, além das altas temperaturas, era a falta de momentos de lazer e de divertimento, como os que existiam na Áustria. Em várias correspondências no ano de 1818 confessaria a irmã: “[...] às vezes, tenho um pouco de desgosto e tédio, por falta de distrações, contudo me consolo e os suporto, como tantas pessoas o fazem.”²¹¹, e ainda diria: “A terrível falta de qualquer distração e sarau me deixa bastante melancólica”²¹².

Vivendo na Corte carioca a Arquiduquesa perceberia que muitas das distrações existentes no Rio de Janeiro estavam ligadas às festividades religiosas. Notaria também que tais eventos, mesmo tendo um caráter sagrado, viam acompanhados por características mundanas, como narraria em uma de suas cartas:

Nossos bailes são festas religiosas de sete, oito horas de duração, geralmente até meia noite; nada de oração por aqui, porque só se tagarela e ri; confesso sinceramente que gostaria de valsar, pois amo de forma indizível a dança dos meus compatriotas.²¹³

Suas palavras evidenciam a existência de uma estreita ligação entre a religiosidade e a cultura festiva vigente no período. Seu relato também aponta a participação da nobreza que, de certa forma, representava o próprio Estado nessas comemorações. Nesse sentido, é bom ter em mente que: “Os laços estreitos entre o Estado e Igreja garantiam um intercâmbio de signos e prestígio entre essas instituições.”²¹⁴, como lembra Iara Lis Carvalho e Souza.

²⁰⁹ LUCCOCK, John. *Sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*: Trad. Milton da Silva Rodrigues, Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1942, p. 176.

²¹⁰ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à tia Maria Amélia, 24 de jan. de 1818, p. 327.

²¹¹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 20 de janeiro de 1818, p. 324.

²¹² LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 18 de abril de 1818, p. 333.

²¹³ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 4 de maio de 1820, p. 369.

²¹⁴ SOUZA, Iara Carvalho. *Pátria coroada ...* p. 215.

Nunca é demais lembrar que o Rio de Janeiro vivia novos tempos em virtude da presença da corte transmigrada. Contudo, mesmo diante de um contexto, contornado por singularidades presentes em reinos monárquicos, as diferenças culturais entre as duas Cortes eram consideráveis: a começar pela instrução oferecida aos herdeiros reais. Enquanto na Áustria, ela era considerada importantíssima; no Império Português deixava a desejar. Segundo Oberacker Jr, ao observar o comportamento de D. Pedro o Diplomata austríaco Mareschal, constatou: “O príncipe real não recebeu de fato educação alguma; leu pouco e jamais convivera com pessoas instruídas.”²¹⁵. O historiador também afirma que o Embaixador Prussiano Conde Von Flemming notou que a Corte portuguesa era bastante diferente das demais europeias, sendo extremamente exótica.

Mesmo pouco saindo às ruas e sendo raras suas idas à cidade: “Nada conheço da cidade, porque meu esposo e o rei têm bons motivos para não querer que eu vá lá”²¹⁶, Leopoldina perceberia que as diferenças culturais de seu novo reino transporiam as paredes de sua residência, e se fariam presentes nas manifestações culturais expressas nas ruas. Como exemplo, ao assistir a uma apresentação de dança, provavelmente o lundu, ficaria escandalizada com a sensualidade dos passos e chamaria a dança de indecente, conforme contaria à irmã Luisa:

[...] as diversas cores da pele dos selvagens, sua compleição e suas danças também são singulares, porém não devem ser vistas por solteiros, principalmente o lardo²¹⁷; é impossível de se ver algo tão indecente, fico suando e quase morro de vergonha.²¹⁸

Ao se analisar a missiva, nota-se que Leopoldina chamou de “selvagens” parcela do povo brasileiro. A despeito disso é interessante ressaltar que o termo era amplamente correlacionado aos povos indígenas de diversas partes do mundo, não somente aos brasileiros.

Cabe ainda pontuar que, segundo escreveu Debret, vigorava na época onze classificações sociais que hierarquizavam os indivíduos do reino. A escala tinha início com o português da Europa, passando pelo mulato, pelo índio puro e, por fim o

²¹⁵ OBERACKER JR., A Imperatriz Leopoldina... p. 42.

²¹⁶ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 7 de dezembro de 1817, p. 318.

²¹⁷ Provavelmente a Princesa se referia ao lundu.

²¹⁸ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa. 30 de novembro de 1817, p. 315.

chamado curiboca que era o “mestiço de raça negra com índio”²¹⁹. Com essas informações verifica-se que, quanto mais distante o indivíduo estivesse do perfil europeu menos civilizado ele seria considerado.

O fato é que a classificação sinalizada pelo artista francês estava de acordo com a concepção de mundo existente na Europa, na qual se julgava os povos americanos como inferiores aos europeus. Nesse sentido, Lilia Moritz Schwarcz²²⁰ e outros autores destacam a existência de uma visão dúbia que associava esses povos à barbárie e a estágios inferiores de desenvolvimento.

Além das hierarquias baseadas no critério cor da pele, miscigenação e nascimento, existiam ainda as baseadas no *status* social dos indivíduos, ou seja, no prestígio que detinham junto à sociedade. Muitas vezes, a proximidade do súdito para com o seu Rei lhe conferia mais notoriedade do que o seu poder aquisitivo. Nesse cenário, assim como ocorria na Áustria, a posse de insígnia de ordens honoríficas ligadas à Igreja ou ao Estado era algo cobiçado, pois apontava a importância do indivíduo nessas instituições.

Vivendo no Brasil, em março de 1821, a própria Arquiduquesa pediria ao pai que lhe enviasse a insígnia da Ordem de Santo Estevão para o cirurgião que realizara o parto do seu segundo filho, o Príncipe João Carlos. Conforme argumentara a benesse fazia jus: “[...] pois eu e meu filho devemos nossas vidas a ele, porque ambos corremos um terrível perigo, e sei que ele a deseja muitíssimo.”²²¹.

Nesse cenário, de singularidades e diferenças entre as Cortes, a música se tornaria uma aliada no processo de adaptação de Leopoldina, chegando a fazer parte do seu cotidiano. Em uma de suas cartas, direcionada a tia Maria Amélia, narraria o quanto se sentia feliz em poder exercer seus dotes musicais ao lado do marido:

Durante o dia, estou sempre ocupada a escrever, ler e tocar músicas; como meu esposo, [ele] toca muito bem quase todos os instrumentos, costumo acompanhá-lo no piano e, desta maneira, tenho a satisfação de estar sempre perto da pessoa querida.²²²

²¹⁹DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução Sérgio Millet. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016, p. 150.

²²⁰SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Angela Marques. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²²¹LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 1º [ou 11] de março de 1821, p. 375.

²²²LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à Maria Amélia, 24 de janeiro de 1818, p. 327.

Sobre esse contexto, Rosana Lanzelotte aponta: “O Rio de Janeiro que Leopoldina encontrara era, naquele momento, o centro de maior produção musical das Américas”²²³. Vivendo no Novo Mundo, Debret se encantaria com a musicalidade do país como um todo, registrando em suas memórias:

É certo que no Brasil a cabana e o palácio são o berço comum da música. Por isso ouve-se dia e noite o som da marimba do escravo africano, do violão ou do cavaquinho do homem do povo, e a harmonia mais sabida do piano do homem rico.²²⁴

Dentro dessa realidade não se pode deixar de mencionar a importância do Real Teatro de São João na dinâmica cultural da cidade. Nesse período, o local ganhou destaque não somente por abrigar grandes espetáculos, mas também por servir como ponto de encontro da elite carioca e termômetro político da popularidade do governo. Sobre dada realidade pontuou Oliveira Lima: “Não se tornara, portanto, o teatro terreno somente para incipientes manifestações políticas; entrara cada vez mais a ser o ponto por excelência de reunião social.”²²⁵

Além das efusivas saudações ofertadas ao Rei e à sua família quando compareciam ao teatro, em várias ocasiões, na ausência deles, seus retratos eram exibidos para que o público pudesse saudá-los com palmas e vivas. Dessa forma, confirmava-se a imagem pública e o poder político dos Bragança, além de asseverar a figura do rei como grande elo entre os indivíduos da sociedade. Em agosto de 1817, a *Gazeta do Rio de Janeiro* descreveu uma dessas homenagens:

Principiou o espectáculo apprendando-se às adorações do publico os Retratos d'ELREI Nosso Senhor, da Augustissima Rainha, e do Principe Real o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, applaudidos com frequentes e unanimes *Vivas* [sic].²²⁶

No que envolve a relação de Leopoldina com o teatro, merece destaque o fato de que na Áustria era comum a participação de membros da Família Real em participações de ópera, de dança e de aulas de teatro. O objetivo pedagógico, como informa Bettina

²²³ LANZELOTTE, Rosana. *Leopoldina e a música*. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 149-165, p. 155.

²²⁴ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil...* p. 414.

²²⁵ LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006 [1908], p. 617.

²²⁶GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 27 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/4603>>. Acesso em: 09 de jan. 2019.

Kann: “[...] era que as crianças se acostumassem a ter ouvintes, exercitassem a arte da fala e aprendessem a superar a timidez.”²²⁷

No Brasil, mesmo sendo o Teatro São João um local de grandes apresentações e ponto de encontro da elite, Leopoldina não frequentaria muito o local. O motivo era a proibição imposta por D. Pedro, conforme ela mesma registraria, em dezembro de 1817, em carta à irmã Luísa: “[...] infelizmente é mais fácil a pedra virar leite do que se receber permissão para ir ao querido teatro.”²²⁸

Por vezes a rotina da cidade era interrompida por festividades correlacionadas ao ciclo da vida dos membros da monarquia. Tais momentos significavam, além do objeto festejado, a celebração da história do reino, cuja imagem do Monarca estava intimamente ligada à origem do Estado. Assim, ao se comemorar casamentos, batizados e aniversários do Rei, da Rainha e de seus descendentes, celebrava-se o próprio Estado, agregando o sentido de que: “O Reino nada mais era do que uma família em grande escala”²²⁹. Por conta dessa realidade, os jornais noticiavam a todo o momento tais festividades e, em muitas notícias, Leopoldina configuraria de forma significativa, como se verá mais a frente.

Nessas ocasiões, ocorriam missas, shows de fogos de artifícios, toque de sinos, e algumas ruas ganhavam iluminação especial, dessa forma tornava-se público o motivo festejado. Nessa lógica cultural, o primeiro aniversário de Leopoldina no Brasil seria comemorado durante dias com diversos eventos pela cidade, sendo alguns deles registrados por Debret, contemporâneo aos fatos, que afirmou: “Durante esses três dias de festas, houve touradas levadas a efeito por hispano-americanos vindos de Montevideú, e que ficaram no Rio até as festa da aclamação.”²³⁰

Além do artista francês, Luis Gonçalves dos Santos também descreveria alguns detalhes da festa. Segundo ele, a presença do povo havia sido marcante: “A estes belos espetáculos assistiu um imenso concurso de povo, a quem foi concedida a honra de acompanhar a Sua Majestade, e ter parte de seu prazer”²³¹. Iara Lis Carvalho Souza

²²⁷ KANN, Bettina. *Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina*. In: D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 63-82, p. 64.

²²⁸ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, de 11 ou 22 de dezembro de 1817, p. 320.

²²⁹ ASSUNÇÃO, Paulo de. *Ritmos da Vida...* p. 236.

²³⁰ DEBRET Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil...* p. 380.

²³¹ SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memória para servir à história do Reino do Brasil...* p. 148.

lembra que as festividades da corte eram momentos excelentes para promover a proximidade da aristocracia local com o seu Rei²³².

Nesse contexto, merece destaque os chamados Beija-mãos, momentos concorridíssimos, nos quais os súditos poderiam cumprimentar, beijar a mão de seus governantes e quem sabe tecer com eles algumas palavras. Para participar dessas ocasiões era necessário seguir toda uma etiqueta pré-estabelecida, que incluía a indumentária, que deveria ser impecável para todos. Maria Beatriz Nizza da Silva acrescenta que: “Quando se tratava de beija-mão de gala (aniversários da família real, dias santos, descoberta do Brasil) a pompa era maior”²³³. Demonstrando a importância desse momento, em 27 de agosto de 1817, a *Gazeta do Rio de Janeiro* noticiou que cerca de 500 pessoas compareceram à Quinta da Boa Vista para beijar a mão de D. João e parabenizá-lo pela concretização do casamento de D. Pedro ²³⁴.

Em terras brasileiras, Leopoldina presenciaria um dos acontecimentos políticos mais importantes e simbólicos para as monarquias, a aclamação do Rei. O evento representava a legitimação do poder do monarca pela sociedade, e por consequência a da hierarquia que lhe assegurava o direito sobre o trono. Nesse dia, Debret registraria a presença de Leopoldina ao lado de Carlota Joaquina: “A primeira tribuna à esquerda do trono fora reservada para a família real, via-se a rainha, em primeiro lugar, mais perto do trono; em seguida a princesa real e mais a diante as princesas filhas do rei”²³⁵

Meses após a importante cerimônia, a Princesa escreveria ao pai contando-lhe que se encontrava grávida: “Espero que meu esposo já lhe tenha informado, caríssimo papai que tenho algum motivo para crer que esteja grávida de seis semanas”²³⁶. Vale mencionar que um dos papéis sociais atribuídos às princesas era o de ser mãe, garantindo a perpetuação da família no trono. Sobre essa realidade enfatiza Mary Del Priore: “A fecundidade de uma cabeça coroada assegurava a continuidade do trono.”²³⁷ Confirmando a importância do tema para a sociedade da época, Luiz dos Santos

²³² SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada...* p. 215.

²³³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade...* p. 24.

²³⁴ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 27 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/4603>>. Acesso em: 9 de jan. 2019

²³⁵ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil...* p. 382

²³⁶ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, de 14 de agosto de 1818, p. 345.

²³⁷ DEL PRIORE, Mary. *História e conversas de mulher*. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014, p. 121.

Marrocos, Bibliotecário Real, em uma carta dirigida ao seu pai, informava que Leopoldina dava provas de sua fecundidade.²³⁸

Em meio a uma vida longe da família e, de certa forma, reclusa em seu palácio, Leopoldina nutria esperança que a maternidade trouxesse novos ânimos ao seu cotidiano: “Espero logo poder olhar para meu filho; isso me dará ocupação e novos sentimentos, pois não posso mais continuar insensível.”²³⁹, escrevera à irmã. Meses após exporia a desejo de ter um filho homem:

[...] espero dar à luz no final do mês de março e parece-me, assim como aos médicos, que será um menino, o que aumentará ainda mais meu prazer de ser mãe, felicidade que já estou apreciando sem ter acontecido.²⁴⁰

Em 4 de abril de 1819, a jovem traria ao mundo uma menina, cujo nome seria Maria da Glória. Na época não havia maternidades no Brasil e o parto era feito em casa, geralmente por outras mulheres ou parteiras. No caso de Leopoldina, o nascimento de seu filho contaria com o auxílio de um médico, o que não a impediu de passar por um parto difícil, como relatou ao pai em carta redigida em 20 de abril:

[...] embora o parto tenha acontecido em menos de seis horas, ainda estou muito machucada, porque a cabeça da minha filha era grande e estava sobre a perna; além disso, a cadeira onde dei à luz era muito ruim e minhas mãos ainda doem de todo o esforço.²⁴¹

Acrescenta-se que o nascimento da Princesa em solo brasileiro, assim como os demais filhos do casal, fora motivo de grandes comemorações. Quando Maria da Glória nasceu, por exemplo, Debret descreveu o momento dizendo: “três grandes girândolas soltas no morro do Castelo anunciaram aos habitantes do Rio de Janeiro o nascimento de d. Maria da Glória”²⁴².

Em uma sociedade que vivenciava o catolicismo, o batizado de príncipes e princesas era também um motivo para se festejar. Oliveira Lima lembra, por exemplo,

²³⁸ MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2019, p. 311.

²³⁹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à Maria Luísa, 2 de janeiro de 1819, p. 350.

²⁴⁰ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à tia Maria Amélia, 22 de outubro de 1818, p. 347.

²⁴¹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 20 de abril de 1819, p. 352.

²⁴² DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil...* p. 389.

que: “As últimas grandes festas da realeza brasileira foram, em 1819, as do batizado da Princesa Maria da Glória”²⁴³.

Meses após o nascimento de sua filha, Leopoldina sofreria um aborto, porém pouco tempo depois comunicaria ao pai, em 18 de setembro de 1820, que se encontrava mais uma vez grávida. Foi justamente nesse período, em meio a suas primeiras experiências ligadas à maternidade, que um fato promoveria mudanças significativas à sua rotina. Tratava-se da Revolução Liberal do Porto, que ocorrera em Portugal em agosto de 1820.

A citada revolução defendia alterações na Monarquia. Para os revoltosos a mesma deveria deixar de ser absolutista para se tornar constitucional, ou seja, o Rei, assim como todos da sociedade, deveria seguir leis. Em Portugal, o movimento logo ganhou adesão de vários segmentos sociais e, vitorioso, os rebeldes assumiram o poder.

No final de 1820, com intuito de preparar o reino para a implantação de uma Monarquia parlamentar, os portugueses envolvidos no movimento, como lembra Boris Fausto: “Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português [...]”²⁴⁴ O objetivo da convocação era promover eleições para a escolha de Deputados que participariam da elaboração da Constituição que nortearia os rumos políticos do Império português. Essa realidade incluía o Brasil. Ao analisar esse momento, Iara Lis constatou que a figura de D. Pedro ganhou destaque, pois sua *persona* passou a significar a permanência de uma ordem política e social que vigorava no Brasil, no entanto, nesse momento, fundamentada por um contrato social.

Nesse contexto, como seria previsto, a ideia de uma Monarquia Constitucional, ou seja, liberal, causava apreensões em Leopoldina, pois sendo ela filha de Francisco I, um dos maiores reis absolutistas da época, preocupava-lhe o avançar de ideias contrárias aos princípios conservadores defendidos no Congresso de Viena, cujo pai era líder. Vale mencionar que ela crescera em um ambiente marcado pelas guerras contra Napoleão e seu liberalismo, dessa forma tais princípios lhe soavam como uma ameaça.

Aumentando ainda mais suas preocupações, D. Pedro passou a demonstrar simpatia pelo movimento revolucionário. Diante disso, Leopoldina escreveu ao pai: “[...] o feio fantasma do espírito de liberdade se apossou por completo da alma de meu

²⁴³ LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil...* p. 622.

²⁴⁴ BORIS, Fausto. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 71.

esposo”²⁴⁵ e a seguir completaria: “[...] como é difícil minha situação entre os deveres de boa e amorosa esposa, súdita valente e filha obediente”²⁴⁶. A Princesa seguiria sua missiva salientando estar em uma situação de difícil escolha, pois deveria ela apoiar: o liberalismo que o esposo simpatizava ou o absolutismo que o pai defendia: “Queria tanto unir ambos e obedecer estritamente, porém, me vejo forçada a sacrificar um dos dois quando chegar a delegação de Lisboa.”²⁴⁷

Vale mencionar que: “Enquanto esses acontecimentos se sucediam no Rio de Janeiro e nas capitais das províncias, a população rural, composta na sua maioria de escravos e de agregados das fazendas, permanecia alheia ao que se passava”²⁴⁸, como pontuou Emília Viotti da Costa. Além dessa realidade, não havia um consenso entre as diversas regiões brasileiras no que envolve o Rio de Janeiro, como centro de decisões do Império, algumas regiões defendiam que Lisboa deveria ser o epicentro do Império.

Sem enxergar alternativas viáveis para o momento, diante de um contexto hostil a sua forma de governar, em 26 fevereiro de 1821, D. João VI jurou, no Rio de Janeiro, obedecer à Constituição que viesse a ser elaborada pelas Cortes. Ao seu lado encontrava-se D. Pedro que repetira o juramento do pai para uma multidão agitada. Isabel Lustosa lembra que os acontecimentos ocorridos nesse dia: “marcaram a entrada definitiva de d. Pedro na política.”²⁴⁹

Paralelamente aos fatos que se desencadeavam, as Cortes portuguesas exigiam, cada vez com maior afinco, o retorno da Família Real. Após muito relutar, em 26 abril de 1821, D. João retornou para Portugal, deixando no Brasil seu filho mais velho como regente²⁵⁰. Junto com o Rei partiram também: “4 mil indivíduos - entre ministros, oficiais, diplomatas e respectivas famílias, além dos deputados da corte do Rio de Janeiro.”²⁵¹ Leopoldina presenciaria o momento e lamentaria em carta a partida do sogro e sua permanência na América: “[...] a única realidade é que infelizmente ainda tenho que permanecer no Brasil e estou separada de meu excelente sogro, o que é extremamente duro e doloroso para mim, por diversas razões.”²⁵²

²⁴⁵ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 20 de dezembro de 1820, p. 373.

²⁴⁶ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 20 de dezembro de 1820, p. 373.

²⁴⁷ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 20 de dezembro de 1820, p. 373.

²⁴⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 45.

²⁴⁹ LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I...* p.104.

²⁵⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República...* p. 45.

²⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 354.

²⁵² LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 24 de maio de 1821, p. 379.

Em meio a incertezas políticas, seguindo as determinações vindas de Lisboa, foram realizadas eleições nas províncias brasileiras para a escolha dos Deputados que representariam os anseios dessa parte do reino. Ao todo foram eleitos 75 representantes brasileiros, dos quais apenas 50 compareceram à Assembleia portuguesa.

Nas Cortes os representantes eleitos no Brasil se deparariam com vários obstáculos. Além de estarem em minoria, não eram coesos entre si, tendo em vista a defesa de interesses divergentes entre as regiões que representavam. Agravando ainda mais essa realidade, os Deputados portugueses eram pouco liberais nas medidas direcionadas à América lusitana. Desejavam a retirada da autonomia administrativa e econômica advinda com a presença real e consolidada pela elevação do Brasil a Reino Unido. Na prática desejavam o retorno à condição de colônia.

Nesse período, constata-se que a instabilidade política vivida no reino começaria a afetar a união do casal. Em correspondência à irmã, Leopoldina confessaria que seu matrimônio não atravessava uma boa fase: “Começo a crer que se é muito mais feliz quando solteiro, pois agora só tenho preocupação e dissabores, que engulo em segredo, pois reclamar é ainda pior”²⁵³, no decorrer da carta Leopoldina acrescentaria:

[...] infelizmente vejo que não sou amada, meu esposo e meu dever exigem que eu suporte até o último instante e meu coração busca um ser a quem comunicar seu amor e amizade.²⁵⁴

O fato é que entre meados de 1820 ao início de 1822, Leopoldina passara por duas gestações, a do Príncipe João Carlos, o esperado filho homem, que nascera em 6 de março de 1821 e da Princesa Januária que nascera em 11 de março de 1822. Foi justamente nesse período que as Cortes exigiam que D. Pedro também regressasse a Portugal. No entanto, diante das gravidezes quase interrompidas de Leopoldina, a possibilidade de deixá-la no Brasil sem marido era colocada em questão. Dessa forma, desejava-se evitar que o parto viesse a acontecer dentro de um navio.

Vendo a possibilidade de permanecer na América sem o Príncipe, Leopoldina, em março de 1821, expressaria em cartas à família os temores que sentia sobre essa alternativa: “As últimas semanas foram duras para mim, pois quiseram separar-me de meu esposo”²⁵⁵. Em 2 de julho, a Princesa rogava a Deus para que não estivesse mais uma vez grávida, pois uma gravidez significaria não poder partir para Portugal,

²⁵³LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 24 de maio de 1821, p. 379.

²⁵⁴LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 24 de maio de 1821, p. 379.

²⁵⁵LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 1º ou 11 de março de 1821, p. 375.

acompanhando o marido, caso se fizesse necessário: “Graças a Deus estou bem de saúde e, se o Onipotente ouvir minhas preces, não estarei logo de novo em estado interessante”²⁵⁶.

Pelo que consta suas preces não seriam atendidas, uma vez que meses depois, em dezembro, comunicaria ao pai: “estou no sexto mês de gravidez, desagradável nos dias atuais”²⁵⁷.

O fato é que, mesmo diante das seguidas gestações, Leopoldina não se acovardou perante a autoridade daqueles que desejavam o retorno do Príncipe sem ela a Portugal. Como exemplo, ameaçou em carta o representante da Áustria, Barão Von Stürmer, dizendo-o que, caso não viesse a colaborar para o adiamento da partida de D. Pedro, conheceria sua ira:

Se por influência sua e do conde de Palmela você não conseguir retardar a partida de meu marido, e fizer com que eu o não acompanhe, atrairá toda a minha cólera, todo o meu ódio e de qualquer modo virá a pagar-me²⁵⁸.

Em 28 de abril de 1821 a Princesa escreveria ao naturalista alemão Schäffer, pedindo-lhe ajuda para concretizar um plano de fuga que havia arquitetado, caso a viagem de D. Pedro viesse a se concretizar:

Debaixo de maior segredo, de modo que nem viva alma o possa sequer suspeitar, tenha V. a bondade de fretar para mim uma embarcação que zarpe brevemente para Portugal, visto que meu esposo deve seguir dentro de 3 dias e eu devo ficar aqui por um tempo indeterminado [...] ²⁵⁹.

Em muitos momentos, para desespero de Leopoldina, D. Pedro demonstrava estar disposto a atender as determinações das Cortes, porém, após ter uma conversa conclusiva com Leopoldina, conforme registrou o Ministro Conde de Palmela, o

²⁵⁶ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 2 de julho de 1821, p. 383.

²⁵⁷ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai. 2 de dezembro, 1821, p. 387.

²⁵⁸ NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil...* p. 160.

²⁵⁹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 75, n. 2, 1912. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsLTVmeEZ0aUN1ZmM/view>. Acesso em: 15 jan. 2019, pp. 111-112.

Príncipe mudara de posicionamento, pois fora persuadido pela esposa e se negou a partir sem ela.²⁶⁰

Nesse ensejo, José Menck lembra que D. João até teria cogitado ficar no Brasil, país no qual ele se aclimatara perfeitamente, mandando seu filho para Portugal em seu lugar. Porém: “Diante da obstinação de sua nora em não aceitar a separação de seu marido, no que depois foi acompanhada pelo próprio D. Pedro [...] D. João foi constringido a aceitar sua volta à Europa”²⁶¹.

O fato é que a jovem conseguiria se manter no Brasil ao lado do marido e, em terras brasileiras, continuaria a expressar sua opinião contrária às ideias defendidas pelas Cortes de Portugal. Em 7 de junho, lamentaria ao pai que tais preceitos haviam conquistado as mentes de muitos membros do governo: “[...] infelizmente todas as cabeças do governo foram tomadas por princípios totalmente novos, paciência!”²⁶².

Em meados de 1821, Leopoldina começaria a tecer um olhar mais positivo sobre a sua permanência no Brasil, e as palavras empregadas em suas cartas passaram a denotar um carinho especial pelos brasileiros. Em 9 de junho afirmava ao pai que: “Aqui está uma verdadeira miséria, todos os dias novas cenas de revolta; os verdadeiros brasileiros são cabeças boas e tranquilas, as tropas portuguesas estão animadas pelo pior espírito”²⁶³. Nesse mesmo dia escreveria ao Marquês de Marialva: “[...] o povo e o exército do Brasil são excelentes e fiéis súditos, mas a força lhes impõe silêncio”²⁶⁴.

Em 2 de julho, Leopoldina sinaliza ser uma sorte poder estar no Brasil: “Infelizmente, acabou-se a esperança de viajar rapidamente para a Europa, o que, sendo bem honesta, é uma sorte, na situação crítica atual dos países europeus”²⁶⁵. E, continua a mensagem dizendo: “o Brasil é, sob todos os aspectos, um país tão maduro e importante, que é incondicionalmente necessário mantê-lo.”²⁶⁶

Como enfatiza Miriam Dolhnikoff, meses após a partida do Rei, as Cortes continuariam a exigir o retorno do Príncipe: “Em setembro de 1821, as Cortes promulgaram um decreto ordenando que D. Pedro retornasse a Portugal.”²⁶⁷ Segundo o

²⁶⁰ CASSOTTI, Marsilio. *A biografia íntima de Leopoldina: a imperatriz que conseguiu a Independência do Brasil*. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta. 2015.

²⁶¹ MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. p. 140.

²⁶² LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao Pai, 7 de junho de 1821, p.381.

²⁶³ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao Pai, 9 de junho de 1821, p. 381.

²⁶⁴ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Ao Marquês de Marialva, 9 de junho de 1821, p.382.

²⁶⁵ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 2 de julho de 1821, p. 383.

²⁶⁶ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 2 de julho de 1821, p. 383.

²⁶⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto. 2017, p. 20.

General do séquito o Príncipe recebera a notícia com euforia. Ao contrário de sua esposa que, segundo Marsilio Cassotti, mais uma vez, “tentou usar a tática dos patriotas, retardar a partida dele. Para isso, começava a alegar de repente seu avançado estado de gravidez e que não podia dar à luz em um navio”²⁶⁸.

Nesse contexto, crescia hostilidade entre brasileiros e portugueses, e também o número de pessoas que defendia a existência de uma Monarquia Dual, como forma de resguardar a autonomia sem romper os laços com Portugal. No entanto, seria nesse ambiente, cercado por embates de ideias, que várias pessoas, inclusive ligadas ao círculo de amizade de D. Pedro, defenderiam a separação do Brasil para com metrópole. Nesse contexto, vale mencionar que a figura de Leopoldina se faria presente em alguns textos jornalísticos ligados ao tema, como se verá mais à frente.

Pelo que consta Leopoldina abraçara a opinião dos brasileiros, no sentido de não abrir mão da autonomia conquistada, e, confluindo nessa direção, escreveria Schäuffer, em dezembro de 1821, que havia ficado feliz ao perceber que D. Pedro começara a dar sinais de estar favorável aos interesses dos súditos da América.

Fiquei admiradíssima quando vi, de repente, aparecer meu esposo ontem à noite.

Ele está mais bem disposto com relação aos brasileiros do que eu esperava, mas não tão positivamente decidido quanto eu desejaria. Dizem que as tropas portuguesas nos obrigarão a partir. Tudo estaria perdido, torna-se absolutamente necessário impedi-lo.²⁶⁹

Dentro dessa realidade, líderes da Câmara Municipal fluminense com apoio de membros das elites mineira e paulistas, como bem lembra Miriam Dolhnikoff: “[...] começaram prontamente a recolher assinaturas em uma representação que pedia a D. Pedro para desobedecer às Cortes e ficar no Brasil.”²⁷⁰ Ao todo foram 8 mil assinaturas contida em documento entregue ao Príncipe pela deputação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, no dia 9 de janeiro de 1822. Nesse dia D. Pedro declararia que não atenderia as determinações vindas de Portugal e permaneceria no Brasil, ocasionando o famoso Dia do Fico.

Após esse fato as tensões entre o Brasil e Portugal aumentariam. E, segundo Emilia Viotti, nessa trama “O Príncipe procurou apoio entre os homens de prestígio do

²⁶⁸ CASSOTTI, Marsilio. *A biografia íntima de Leopoldina...* p. 166.

²⁶⁹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao amigo Anton Von Schäffer, [final de 1821?], p. 389.

²⁷⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017, p.21.

país e de reconhecida fidelidade à Monarquia.²⁷¹, como será visto no próximo capítulo dessa dissertação.

Diante do exposto fica evidente a riqueza dessa fase histórica, não somente por abrigar às primeiras impressões de Leopoldina com relação ao seu novo reino, mas também por acomodar momentos importantes ligados ao início do processo que levaria o Brasil à sua independência. Nesse ensejo, não se pode negar a influência dessa jovem austríaca no desenrolar de tais fatos.

Ressalta-se que ao chegar ao novo mundo, Leopoldina se deparou com uma realidade de vida bastante diferente da qual vivera na Áustria. No entanto, tal realidade não a impediu de abraçar um posicionamento contrário às Cortes, indo além do papel político devotado às Princesas, o de ser filha, mãe e esposa.

Merece igual destaque sua postura de defender seu ponto de vista e fazer valer a sua vontade, a de ficar no Brasil com D. Pedro, sobre a autoridade daqueles que desejavam o retorno do Príncipe sem ela. Ao agir dessa forma, acabou por contribuir para a independência que estaria por vir.

Nota-se que foi nesse período que Leopoldina começou a construir um olhar apurado sobre o Brasil e seus habitantes. A mesma Princesa que um dia desejou voltar à sua Europa amada, diria, alguns anos depois, que acreditaria ser uma sorte poder estar no Brasil.

Além disso, nos momentos conturbados politicamente pelos reflexos da Revolução do Porto, Leopoldina demonstrou apreço pelos anseios dos brasileiros e, ao ser mãe dos primeiros Príncipes nascidos no Brasil, certamente, teve sua imagem de Princesa do reino projetada de forma positiva junto à sociedade, reforçando elos entre ela e seus futuros súditos.

2.2. O avançar liberal e os jornais brasileiros de 1818 a 1821

O período de 1818 a 1821 se iniciou demonstrando a presença ainda marcante da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Correio Braziliense* na divulgação de notícias que circularia pelo Brasil, em especial no Rio de Janeiro, sede da Corte. Foram esses dois jornais que mais portaram informações sobre Leopoldina no exercício de suas funções de Princesa.

²⁷¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República...* p. 49.

A *Idade do Ouro d’Brazil*, jornal que fora bastante presente na propagação de informações sobre o decurso e a chegada de Leopoldina ao Brasil (1817), nesse período, não lhe daria um grande destaque. As poucas notícias sobre a Princesa encontradas em suas páginas se correlacionariam aos momentos ligados à sua primeira maternidade em 1819. No entanto, tais publicações são importantes para o entendimento do valor desse momento para a sociedade.

Vale mencionar que durante parte desse lapso temporal, em 1821, seguindo os ventos liberais, novos jornais passaram a existir no Brasil como: o *Conciliador do Reino Unido* (1821), o *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), *A Malagueta* (1821- 1822), o *Diário do Rio de Janeiro* (1821- 1859), *O Espelho* (1821 -1823).

No entanto, nessa fase ganharão destaque - além dos já citados: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a *Idade d’Ouro do Brazil* e o *Correio Braziliense* - os recém-criados o *Diário do Rio de Janeiro* e *A Malagueta*. Esses dois periódicos devotaram certa atenção à Leopoldina, mesmo que de forma tímida, auxiliando na percepção de sua imagem pela imprensa.

Com relação à trajetória dos jornais brasileiros, os anos entre 1818 a 1821 foram marcados pela presença dos valores ligados ao absolutismo e, em especial, a partir de 1820, pelo avançar das ideias liberais. Essa realidade daria o compasso de muitas publicações impressas na época. Nesse ensejo, torna-se primordial entender as características de cada periódico que se destacou na propagação de informações sobre a personagem principal desse estudo, pois analisar o perfil de cada um deles auxilia na contextualização das notícias, e por consequência, na compreensão de muitos valores que permeavam a sociedade.

Nesse sentido, é bom ter em mente que o liberalismo ganhava crescente espaço na sociedade, mudando os rumos da imprensa que vigorava no Brasil até então. Uma das alterações seria o fim do monopólio governamental sobre a impressão tipográfica. O exposto levaria o governo a enfrentar a concorrência do capital privado no setor.

Outro ponto que merece destaque é a emergência de forma significativa da chamada opinião pública nas páginas dos jornais. Com o passar do tempo, o termo foi adquirindo e agregando novos sentidos sendo visto na fase analisada como: “soberania da razão” e ainda “vontade da maioria de um povo”²⁷², segundo estudo empreendido por Marco Morel.

²⁷² MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa...* p. 33.

Ao se debruçar sobre o tema, Meirelles constatou que, a partir de 1821, a *Gazeta do Rio de Janeiro* traria em suas páginas publicações nas quais é possível verificar a proeminência da chamada opinião pública. Para demonstrar essa realidade, a pesquisadora analisou vários exemplares do jornal, percebendo então mudanças no olhar lançado sobre a informação. Uma das notícias citadas por Meirelles, que para ela ilustra bem essa realidade, trazia informações sobre os “ânimos da sociedade paulistana”²⁷³, diante da instalação de um Governo Provisório na província:

Logo ás primeiras notícias da Regeneração de *Portugal* as idéas liberaes se tornarão familiares entre todas as classes de cidadãos; e a organização e installação de hum Governo Provisorio, composto por homens sabios, e ornados de patriotismo foi hum veto geral. A opinião publica a favor desta acisada medida, que só deveria prevalecer, e a unica que poderia ganhar ascendentes sobre os espíritos para os por ao abrigo de dissenções intestinas, tomou em breve tempo huma força insuportavel. [sic]²⁷⁴

Nesse contexto é de suma importância correlacionar as mudanças ocorridas na imprensa aos acontecimentos que se colocavam em marcha na Europa: “Em 1820, como é sabido, ocorreram as revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal, inspiradas no modelo liberal da Constituição de Cadiz (1812)”²⁷⁵, pontua Marco Morel.

Nunca é demais lembrar que os apoiadores do liberalismo defendiam com afinco a formulação de uma Constituição por representantes eleitos pela sociedade. Um dos pontos que a Carta Magna deveria abrigar era a liberdade de imprensa. Os liberais afirmavam que a censura era nociva à divulgação da verdade, como frisa Daniel Afonso da Silva²⁷⁶. Nesse contexto, ao alcançarem as esferas do poder os revoltosos do Porto impuseram, em 21 de setembro de 1820, tal prerrogativa ao reino português.

Meses após, no Brasil, D. João manifestaria estar em conformidade com os ditames das Cortes, acrescentando à sua pauta de governo o fim da censura à atividade. Assim, em 2 de março de 1821, o Rei a suspenderia. No documento, o monarca deixou pontuado que sua decisão era provisória, valeria até que a Constituição fosse aprovada

²⁷³ MEIRELLES, Gesuelli Juliana. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 214.

²⁷⁴GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 24 de julho de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6555>>. Acesso em: 12 de fev. 2019.

²⁷⁵ MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa...* p. 34.

²⁷⁶SILVA, Daniel Afonso. *A duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial*. Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, pp. 55-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2009000200055>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

em Portugal. Dias depois a imprensa brasileira comunicaria aos seus leitores a determinação real:

Fazendo-se dignas da Minha Real Consideração as reiteradas Representações, que Pessoas doudas e zelosa do progresso da Civilização, e das Letras tem feito subir á Minha Soberana Presença, sobre os embaraços, que a prévia Censura dos Escritos oppunha á propagação da verdade; como sobre os abusos, que huma ilimitada liberdade de Imprensa podia trazer á Religião, a Moral ou á pública tranquilidade; Hei por bem Ordenar: que, emquanto pela Constituição committida as Cortes de *Portugal* se não acharem reguladas, que [...] fique suspensa a prévia Censura, que pela actual Legislação se exigia para a Impressão dos escritos”. [sic]²⁷⁷

No entanto, sinaliza-se que D. João retirou a censura sobre os originais, mas não sobre as cópias. Sobre esse fato, Carlos Rizzini comenta:

Retirou o decreto a censura dos manuscritos e fê-la recair nas provas tipográficas, o que nada adiantou, pois os impressores não haviam de arriscar a tiragem para perdê-la, sobrevivendo correções, e ainda incidir pessoalmente nas penas de multa e de prisão²⁷⁸.

As condições pontuadas por que Rizzini seriam registradas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* de 7 de março de 1821: “Todo o Impressor será obrigado a remetter ao Director dos Estudos, ou quem suas vezes fizer, dois exemplares das provas, que se tirarem de cada folha na Imprensa, sem suspensão dos ulteriores trabalhos”[sic]²⁷⁹.

A pontual forma de censura também recairia sobre os livreiros que, assim como os impressores, caso viessem a contrariar as regras, teriam prejuízos financeiros, como analisa Daniel Afonso Silva: “Além dos impressores, os livreiros também deveriam passar pelo crivo do Diretor dos Estudos; do contrário, seriam multados de 100\$000 a 600\$000”²⁸⁰.

O jornal áulico deixaria claro que o soberano atuara motivado pelas ideias liberais, ideias essas que detinham a admiração de muitos membros da sociedade: “A

²⁷⁷GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de março de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6266>>. Acesso em: 11 de fev. 2019.

²⁷⁸RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1988, pp. 328-329.

²⁷⁹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de março de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/6267>>. Acesso em: 17 de fev. 2019.

²⁸⁰SILVA, Daniel Afonso. *A duras e pesadas penas...* p. 56.

liberdade de Imprensa era sem duvida huma consequencia dos princípios liberaes, que havião induzido a SUA MAGESTADE a adoptar huma nova ordem de cousas.”²⁸¹ [sic]

Mesmo diante de um contexto diferente daquele no qual os primeiros jornais surgiram, os periódicos brasileiros mantiveram o compromisso que se autoarrogavam de educar a população. Nesse ensejo, a partir de 1821, é possível agregar a essa “função” a missão de fortalecer o liberalismo que, segundo Isabel Lustosa, tinha o objetivo de: “[...] preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava.”²⁸²

O fato sinalizado por Lustosa pode ser identificado em diversas notícias da época. Até mesmo no jornal oficial do governo, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que, mesmo sendo uma folha absolutista, passou a demonstrar simpatia pelas novas ideias, após a Revolução do Porto. Como exemplo, em 4 de agosto de 1821 ao anunciar a mudança do seu redator, a gazeta informou que manteria o compromisso de continuar a publicar, dentre várias questões, os princípios liberais:

[...] Discursos, e Reflexões, que julgar convenientes para a diffundir, e manter entre os Povos na maior pureza os principios liberaes, fundados na primitiva equidade natural, em que deve estar radicalmente imbuido todo Cidadão Constitucional [sic]²⁸³

É interessante notar que, a partir de meados de 1820, todas as transformações que ocorreram na imprensa, seriam acompanhadas por mudanças sociais no campo da leitura. Sobre o exposto, Lúcia Neves enfatiza que jornais passaram a expressar a preocupação da sociedade para com os acontecimentos políticos. A historiadora também informa que desde 1821 os artigos publicados recebiam atenção diferenciada por parte dos leitores, pois eram debatidos em diversos espaços públicos. Dentro dessa realidade, pode-se concluir que as notícias vinculadas à Leopoldina circulariam de forma mais intensa, por meio da oralidade:

[...] nas esferas públicas dos cafés, das academias e das livrarias, abandonando-se muito lentamente as formas típicas de comunicação

²⁸¹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de março de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/6266>>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

²⁸²LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 29.

²⁸³GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 4 de agosto de 1821. Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6580>>. Acesso em: 12 de fev. 2019.

do Antigo Regime, tais como bandos, impressos ou manuscritos nas ruas, proclamações em voz alta, entre outros.²⁸⁴

Conforme pode ser visto, os ventos soprados pela Revolução do Porto modificaram o compasso da imprensa brasileira. Essa realidade também ficaria visível na história individual de cada jornal do período. Como exemplo, o primeiro periódico brasileiro, o *Correio Brasiliense*, teria enfim sua circulação permitida em todo o Império português.

Nesse contexto, Hipólito José da Costa, que sempre defendera os princípios liberais, abraçou as aspirações que emanaram do movimento português, passando a divulgar os acontecimentos ligados às Cortes portuguesas com grande entusiasmo.

Nunca é demais lembrar que o *Correio Braziliense*, por meio do seu fundador, sempre fora um jornal defensor da implantação de uma Monarquia Parlamentar no reino português. Dessa forma, condenava o absolutismo, e por consequência seu autoritarismo. Em várias páginas do seu jornal, Hipólito combatia qualquer excesso de poder, principalmente quando esse advinha pelo uso da força. Sua forma de pensar ficou registrada em diversas notícias. Em uma dessas, por exemplo, saiu em defesa de sua ideias, alegando:

He bem ridículo que se ameacem as Naçoens, que requerem instituiçoens liberais por intervenção da força armada! Qual He o meio de que se servem estes Pontentados para suffocar a opiniaõ publica, e hoje dominante? Se naõ a mesma força?²⁸⁵[Sic].

Hipólito acreditava que “[...] o rei era soberano por delegação da vontade do povo, que era igual a ele, e desde que cumprisse o contrato com os súditos”²⁸⁶. Assim, não é de estranhar sua militância em favor dos revoltosos do Porto.

No entanto, as ações das Cortes com relação ao Brasil, paulatinamente iriam causar mudanças do olhar do jornalista sobre a constituinte portuguesa. Ele, que até então, defendia a união entre os reinos do Brasil e Portugal, passaria a defender a independência do Brasil, diante da possibilidade de perda da autonomia do reino. Sobre isso Carlos Rizzini expõe: “[...] Hipólito foi aos poucos perdendo a sua primitiva fé na

²⁸⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Corcundas e Constitucionais e pés de chumbo: a cultura política da independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003, p. 36.

²⁸⁵ CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/19508>>. Acesso em: 17 de fev. 2019.

²⁸⁶ MOLINA, M. Matías. *História dos Jornais no Brasil...* p. 125.

união indissolúvel das duas partes da monarquia.”²⁸⁷. Além disso, nesse cenário de turbulência política, o jornal chamava atenção para a importância do Brasil no cenário econômico do reino português.

Ressalta-se que não seria somente o *Correio Braziliense* que mudaria o posicionamento diante dos acontecimentos que se colocavam em marcha. Em 9 de novembro de 1820, por exemplo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* classificaria os revoltosos do Porto como criminosos mal-intencionados, descrevendo a Revolução como um atentado à autoridade do monarca: “Portugueses! O horrendo crime de rebelião contra o poder, e Authoridade legitima do nosso augusto Soberano, El-Rei Nosso Senhor, acaba de ser commettido na Cidade do Porto.”²⁸⁸[sic]

Em seu estudo sobre a gazeta, Juliana Gesuelli Meirelles constatou que, após levar aos leitores as primeiras informações sobre a eclosão do movimento, a folha áulica “silenciou-se”. O objetivo da omissão era frear o avanço das ideias contrárias ao governo absolutista. No entanto, ao passo que o tempo passava: “Infelizmente, para a monarquia, já não era mais possível manter a lógica discursiva que durante treze anos sustentava as páginas da *Gazeta*.”²⁸⁹. Assim o liberalismo fora ganhando as páginas até mesmo do jornal oficial do governo.

As letras da gazeta sofreriam ainda mais mudanças no período, principalmente no decorrer de 1821, quando acalorados debates políticos sobre determinados temas se tornaram cada vez mais presentes na sociedade, principalmente no Rio de Janeiro.

Nesse período, discussões sobre a permanência da Família Real no Brasil, as eleições de representantes para compor as cortes e o papel de D. Pedro como Regente, na ausência do pai, ganhava cada vez mais destaque na sociedade brasileira e conseqüentemente na imprensa.

Além dessas questões, a *Gazeta do Rio de Janeiro* passou, nesse período, a dar maior atenção às problemáticas existentes no tecido social, como enfatizou Meirelles: “[...] cada vez mais expunha os problemas, lutas e conflitos dos diversos interesses sociais, mesmo que seu discurso mantivesse o antigo viés “parcial” em favor da monarquia e dos defensores do rei.”²⁹⁰.

²⁸⁷ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil...* p. 355.

²⁸⁸ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 9 de novembro de 1820. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6121>>. Acesso em: 17 de fev. 2019.

²⁸⁹ MEIRELLES, Juliana Gessuelli. *Imprensa e poder na corte joanina...* p. 187.

²⁹⁰ MEIRELLES, Juliana Gessuelli. *Imprensa e poder na corte joanina...* p. 206.

Vale mencionar que mesmo possuindo diferenças entre si, tanto o *Correio Braziliense* quanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* defendiam a união entre o Brasil e Portugal. Ambos os jornais mudaria seu direcionamento no momento em que as Cortes passassem a defender o retorno da condição de colônia ao Brasil:

Tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizando pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração.²⁹¹

Nesse sentido, diante do autoritarismo que emanava de Portugal, segundo constatou Marco Morel, caberia a *Gazeta do Rio de Janeiro* o protagonismo em defender a independência do Brasil, antes mesmo do jornal liberal de Hipólito.

Nesse mesmo tempo, a gazeta baiana *Idade D Ouro do Brazil* não sairia imune às mudanças políticas pelas quais o Império Português passava. Vale sinalizar que durante o ano de 1820 o periódico deixou de circular. Essa realidade o impediu de divulgar a eclosão da Revolução do Porto, no período no qual ela ocorreu. Acredita-se que a interrupção tenha acontecido em virtude da morte de seu proprietário: Antônio da Silva Serva.

Ao retornar sua impressão, no ano de 1821, a gazeta baiana deixaria claro seu posicionamento em favor do constitucionalismo monárquico. No entanto, é importante frisar que a *Idade D'Ouro do Brazil* era a favor da unidade do Império, desde que Lisboa fosse a única sede do poder político do reino, retirando do Rio de Janeiro qualquer forma de protagonismo nesse sentido.

A justificativa para tal posicionamento se baseava na percepção de que o poder político que emanava da cidade carioca era despótico. Portanto, na prática, o jornal acabava por defender anseios da Corte que primavam pela perda da autonomia brasileira. Tal exposto acabou por diferenciar a *Idade d'Ouro do Brazil* dos demais periódicos analisados até aqui.

Em 13 de fevereiro de 1821, o jornal deixaria claro seu ponto de vista sobre o contexto político, chamando de despótico e traidor o poder que provinha da cidade carioca. No decorrer da notícia o jornal registraria o apoio às ideais constitucionalistas e à Monarquia:

²⁹¹ MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa...* p. 31.

Soldados! A Bahia He nossa Patria, e nós não somos menos valorosos, que os cabreiras, e sepulvedas Soldados! Nós somos os salvadores do nosso paiz: a demora He prejudicial: o Despotismo, e a traição do Rio de Janeiro machinão contra nós: não devemos consentir que o Brazil fique nos ferros da escravidão.²⁹²

Soldados! Ganharemos a glória de destruir a tyrania. O’ Bravos, e Generosos Companheiros, libertos a nossa affigida Patria, ganhemos este immortal tropheo, proclamemos: = Viva a nossa Religião. = Viva a Constituição, e Corte, na Bahia e Brazil = Viva ELRei Dom JoãoVI nosso Soberano pela Constituição Marcha.[sic]²⁹³

Outro ponto que chama atenção na escrita da *Idade d’Ouro do Brazil* do período é sua postura pedagógica. Em alguns exemplares é possível identificar a preocupação de familiarizar seus leitores com alguns vocábulos da cultura liberal. Como exemplo, em 23 de fevereiro de 1821 a gazeta traria informações sobre a natureza do termo constituição, dizendo que: “A CONSTITUIÇÃO he por sua natureza mansa e pacifica; Ella não que derramar o sangue de ninguém; Ella grita em altas vozes na Peninsula, na Bahia, e já vai penetrando o interior dos Sertões.”[sic]²⁹⁴. Em outro exemplar a gazeta se reportaria diretamente às pessoas pouco instruídas do reino:

E vós, ó porção de Compatriotas menos instruídos, que solícitos na melhor escolha do bem ávidamente perguntaes: que cousa he CONSTITUIÇÃO? E o que he Governo Constitucional? Em summa vos respondo, [...] a CONSTITUIÇÃO, meus Compatriotas, o Governo Constitucional he em resumo hum fiél Amigo de todo o Cidadão, elle sustenta a nossa Santa RELIGIÃO, deffende a causa da Nação, a Pessoa do REI, a Liberdade civil [...] [sic]²⁹⁵

Diante de todo o exposto, fica claro que o jornal baiano não saiu ileso diante das mudanças políticas que se faziam presente no Império. O jornal que nascera com autorização do Rei e recebera empréstimo do governo, não resistiu às mudanças dos novos tempos e abraçou o liberalismo. Dentro dessa realidade, tornou-se militante na defesa da implantação de uma Monarquia Constitucional, e, por estar inserido em uma

²⁹² IDADE D’ OURO DO BRAZIL, edição de 13 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3892>>. Acesso em: 22 de fev. 2019.

²⁹³ IDADE D’ OURO DO BRAZIL, edição de 13 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3892>>. Acesso em: 22 de fev. 2019.

²⁹⁴ IDADE D’ OURO DO BRAZIL, edição de 23 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3922>>. Acesso em: 22 de fev. 2019

²⁹⁵ IDADE D’ OURO DO BRAZIL, edição de 27 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3936>>. Acesso em: 22 de fev. 2019.

região que se sentia menosprezada pelo governo centrado no Rio de Janeiro, passou a defender a união do reino sobre total controle de Portugal, ou seja, sem a autonomia do Brasil.

O adentrar de 1821 traria consigo novos jornais. Um deles seria o *Diário do Rio de Janeiro*, fundado por Zeferino Vitor de Meireles, português nascido na cidade do Porto. Provavelmente o jornalista chegou ao Brasil no mesmo período da vinda da família Real, e vivendo na América trabalhou na Imprensa Régia, local onde acumulara experiência para fundar seu próprio jornal.

Aproveitando a liberdade de imprensa e a abertura de novas tipografias no Brasil, Zeferino produziria um jornal bem diversificado em sua proposta. Suas notícias eram relacionadas ao cotidiano da sociedade e seus anúncios eram gratuitos, o que o acabava atraindo anunciantes e conseqüentemente compradores. Em suas páginas era possível encontrar informações correlacionadas aos eventos da corte, preços de diversos artigos, previsões meteorológicas e acontecimentos pontuais. No entanto, como sinaliza Neves, o jornal: “não apresentava opiniões políticas [...]”²⁹⁶, e levando-se em consideração as especificidades do período, tal realidade fazia dele um periódico diferenciado.

Mesmo se chamando *Diário do Rio de Janeiro*, logo ficaria conhecido como o *Diário do Vintém*, por conta do valor que era vendido e também como *Diário da Manteiga*, em virtude dos anúncios ligados aos gêneros alimentícios.

Em seu primeiro (Anexo 7) exemplar o jornal deixava registrado o seu principal objetivo, o de ser útil à sociedade de diversas formas:

Zeferino Vito de Meirelles convencido da utilidade, que ao Publico resultará de hum Diario, no qual gratuitamente se imprimão todos e quaesquer annuncios ou noticias particulares (que convenhão e seja licito imprimir) inclusive os dos Divertimentos e Expectaculos Publicos [...]sic²⁹⁷

Vale sinalizar que o *Diário do Rio de Janeiro* vem sendo pauta em muitos estudos ligados à História da Imprensa, promovendo debates historiográficos sobre a sua importância na sociedade do século XIX. Nesse sentido a historiadora Myria Paula Barbosa Gouvêa lembra que, ao longo dos anos, muitos historiadores interpretaram esse

²⁹⁶NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Corcundas e Constitucionais e pés de chumbo...* p. 45.

²⁹⁷DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 1 de junho de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/1>. Acesso em: 28 de fev. 2019.

jornal como uma fonte de conhecimento ligado à cultura e ao comércio da época. No entanto, a autora sinaliza que novos estudos, desde a década de 90, dão destaque ao diário como um jornal inserido no advento da modernidade. Olhando por esse prisma a análise ao jornal passa a ser de grande importância, pois acaba por auxiliar “[...] a compreensão das transformações sociais advindas com a Modernidade”²⁹⁸.

Com relação às notícias publicadas sobre Leopoldina, como se verá no decorrer desse estudo, em alguns textos o jornal deixaria claro o apreço pela permanência de D. Pedro e sua família no Brasil, como forma de manutenção da autonomia do Brasil diante de Portugal.

Com um perfil diferente do *Diário do Rio de Janeiro*, *A Malagueta* também seria um dos jornais criados durante o ano de 1821. Seu criador era o português Luís Augusto May, considerado homem culto, com grande conhecimento na área jurídica e perspicaz quando o assunto era o recebimento de honrarias e nomeação a cargos públicos. Em 1810, seu proprietário veio para o Brasil atuar como interprete e, segundo Matías M. Molina, também defendeu a permanência de D. Pedro em solo brasileiro e manteve uma política de contestação às Cortes Gerais de Lisboa, embora advogasse pela manutenção da “Grande União Luso- Brasileira”²⁹⁹.

Diante do contexto político do período, o jornal assumira uma postura liberal, postura essa materializada na citação de Rousseau impressa em seu primeiro exemplar que dizia: “Quando se diz á cerca dos negócios do Estado = que, me importa? = deve-se contar que o Estado está perdido”³⁰⁰ (Anexo 8). Segundo Isabel Lustosa o jornal se inseria no Movimento do Fico e seguiria sua trajetória: “fazendo coro contra as medidas das Cortes”³⁰¹.

Logo após seu lançamento, *A Malagueta* se tornara o jornal mais popular da corte, chegando a ter, somente no Rio de Janeiro, quinhentos assinantes. Muitos dos textos publicados tinham um caráter pedagogo. Além disso, várias notícias publicadas se reportavam diretamente a D. Pedro e a opinião pública.

Não raramente, May recebia enfáticas críticas, muitas das quais ficaram registradas nas páginas de outros jornais, cujos responsáveis o viam como um

²⁹⁸GOUVÊA, Myriam Paula Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder: O Diário do Rio de Janeiro e a fundação de sua tipografia (1808-1831)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

²⁹⁹MOLINA M. Matías. *História dos Jornais no Brasil...* p. 210.

³⁰⁰A MALAGUETA, edição de 18 de dezembro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/1>>. Acesso em: 1 de mar. 2019.

³⁰¹LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira...* p. 25.

aproveitador das situações, pois fazia críticas irônicas aos Ministro do reino, por meio de textos direcionados ao Príncipe.

Diante de todo exposto é possível concluir que a imprensa do período de 1818 a 1821 se encontrava situada em uma fase marcada por controvérsias políticas. Tais controvérsias diziam respeito aos valores liberais que ganhavam espaço na sociedade, enfraquecendo o absolutismo que vigorava até então.

Assim, entender as especificidades de cada jornal desse período, tendo-se em mente de suas singularidades e diferenças, facilita o entendimento da função de cada um deles, assim como o público a qual se direcionavam. Tal exposto, sem sombra de dúvida, auxiliará na contextualização dos seus textos, principalmente quando esses trazem informações sobre Leopoldina, personagem que transitou pelas páginas de jornais e fez parte de muitas notícias produzidas dentro desse recorte temporal.

2.3. Os deveres e obrigações de uma Princesa impressos nos jornais: notícias de Leopoldina de 1818 a 1821

No que envolve as notícias dos jornais ligadas à Leopoldina, os anos de 1818 a 1821 foram importantes para a consolidação e projeção de sua imagem junto à sociedade e à imprensa como esposa do Príncipe herdeiro do trono. Assim, o título de Arquiduquesa austríaca foi cedendo espaço para o de Princesa Real do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves.

Nas publicações do período é possível perceber a existência de notícias que ainda faziam menção a sua chegada ao reino. Tal exposto demonstra a importância que a sociedade arrogou ao casamento do Príncipe D. Pedro. Em algumas publicações constatou-se certo tom de exaltação à origem familiar de Leopoldina.

Nesse ensejo, observa-se que o *Correio Braziliense*, em 1818, parabenizou D. João pela orquestração do casamento de seu filho com uma Princesa católica, de bom caráter e boa educação:

He honroso o casamento; porque S.M, não podia achar para seu filho primogênito uma Princeza, das famílias Catholicas, mais illustres, nem de maior condecoração: he útil, porque, ligando assim a família reynante no Brasil com uma das principaes famílias Reaes [...] Achamos, a demais, outro motivo de louvor na prudencia d’El Rey,

nesta escolha; e He o bom character e boa educação da Princeza, da qual se diz muito bem, e crêmos que merece. [sic]³⁰²

Outro exemplo capaz de demonstrar a repercussão positiva que a presença de Leopoldina no Brasil proporcionou à imagem do Rei encontra-se nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Segundo o jornal, durante as festividades alusivas ao aniversário do monarca, em 13 de maio de 1818, foram expostos alguns quadros de Jean-Baptista Debret. Os temas faziam menção a momentos importantes vivenciados pelos súditos do reino, e, dentre eles encontrava-se o matrimônio de D. Pedro:

No fim deste excellente Baile se mostrou hum elegantíssimo quadro desempenhado por Mr Debret, Pensionado de S. M., allusivo aos trez faustissimos successos, que ha seis mezes tem desafiado as mais sinceras demonstrações, a saber, os Felicissimos Desposorio de S. A. R. o Principe Real, com a Serenisima Senhora Arquiduqueza Carolina Josefa Leopoldina [...] [sic].³⁰³

Nessa perspectiva, merece atenção o fato de que a chegada da jovem nobre ao Brasil seria motivo para comemorações nos anos posteriores. Pela sua importância a data era festejada como Dia de Gala do reino, como informaria o jornal oficial do governo de 8 de novembro de 1820:

Domingo, 5, Dia de Gala por ser o Aniversário da felicíssima chegada de S. A. R. a Princeza Real do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, derão as mesmas fortalezas e embarcações as costumadas demonstrações de jubilo. [sic]³⁰⁴

Como forma de agradecimento pela acolhida que Leopoldina recebeu em sua chegada ao reino, D. João concedeu indulto de perdão aos presos que cometeram determinados crimes. A concessão régia reforçava os sentimentos cristãos e fortalecia a imagem do Rei como juiz. Além disso, sua ação simbolizava a alegria sentida.

Vale citar que o conteúdo do decreto não abrangia todos os crimes, excluindo, por exemplo, criminosos que blasfemaram contra Deus. A *Gazeta do Rio de Janeiro* informaria seus leitores junto do decreto em 24 de janeiro:

³⁰²CORREIO BRAZILIENSE, edição de jan. de 1818. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/700142/14979>>. Acesso em: 16 de jan. 2018.

³⁰³GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 14 de maio de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4975>>. Acesso em: 14 de jun. 2018.

³⁰⁴GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de Novembro. 1820. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6117>>. Acesso em: 30 de jan. 2019.

Tendo felizmente chegado a esta Corte a Princeza Real [...] Minha Muito Amada e Prezada Nora; E desejando Eu por tão plausível ocasião Corresponder em tudo o que for justo ao zelo e amor, que todos os Meus Vassallos, e particularmente os moradores desta Cidade do *Rio de Janeiro*, mostram ao Meu Real Serviço nas demonstrações de contentamento, e festejo por tão faustivo motivo [...] Hei por bem Fazer Mercê aos prezos, que se acharem por causas crimes [...] excepção dos seguintes, que, pela gravidade delles, e pelo que convém ao Serviço de DEOS, e bem da Republica, se não devem isentar das penas da Lei; a saber: Blasfemar de DEOS e de seus Santos; moeda falsa, falsidade; testemunho falso; matar [...] [SIC].³⁰⁵

Sublinha-se que os indultos de perdão eram concedidos em datas consideradas relevantes para o reino. Dessa forma, o nascimento dos filhos de Leopoldina também seria motivo para concessão de tal benesse.

Na análise feita aos jornais do período, percebeu-se que muitas notícias, nas quais Leopoldina era citada, fazem menção a sua presença em eventos ligados à vida de Corte. Vale observar que, na maioria das vezes, o título de Princesa Real ganhava destaque.

A nomenclatura hierárquica a diferenciava das demais Princesas do reino, pois evidenciava que a mesma era casada com o filho mais velho do Rei, portanto esposa do primeiro herdeiro na sucessão do trono. Sendo assim, pela ordem natural da política monárquica, a sociedade a percebia como futura Rainha.

Dentro dessa lógica, muitas vezes, o nome de Leopoldina não precisava ser mencionado diretamente na notícia, mas seu título sim. Como exemplo, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 21 de janeiro de 1818, assim como outros jornais, se reportaria a ela como Princesa Real, não necessitando a explanação do seu nome:

Terça feira ao 20 do corrente, Dia do Glorioso Martir Padroeiro desta Cidade, e do Nome do Serenissimo Senhor Infante D. Sebastião, Houve por bem Sua Magestade EL-REI Nosso Senhor, com Seus Augustos Filhos e Filhas e a Serenissima Senhora Princeza Real, de assistir na sua Real Capella á Missa [...] [sic].³⁰⁶

No Brasil, um dos acontecimentos mais importantes que Leopoldina participaria seria a aclamação de D. João a Rei. A *Gazeta do Rio de Janeiro* informaria que nesse dia Leopoldina se encontrava na tribuna ao lado da Rainha Carlota Joaquina. Vale

³⁰⁵GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 24 de Janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/4807>>. Acesso em: 17 de jan. 2019.

³⁰⁶GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 21 de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4801>>. Acesso em: 13 de jun. 2018.

sinalizar que, pela sua dimensão, esse evento seguira um rígido cerimonial. O fato de a Princesa encontrar-se ao lado da Rainha apontava para sua importância hierárquica no reino:

Porém hum espectáculo interessantissimo se offercia na primeira das Tribunas, que olhavão para a varanda, ricamente ornadas de veludo e ouro. Sua Magestade a Rainha Nossa Senhora, as Serenissimas Senhoras Princeza Real, princeza D. Maria Thereza e Infantas, com as respectivas Camareiras Mores, assistirão dalli a Esta Ausgusta Ceremonia. [sic]³⁰⁷.

A presença de Leopoldina também seria registrada em eventos ocasionais, como inaugurações de obras realizadas pelo governo. Esse foi o caso da festividade que ocorrera no *Campo de Santana* por ocasião da inauguração de um novo chafariz na cidade, como informaria em 27 de junho de 1818, a *Gazeta do Rio de Janeiro*:

Apezar do grande cabedal de agoa, com que a fonte da Carioca bastecia esta Cidade, a chegada de muitos milhares de pessoas, e a prodigiosa extensão, que accresceu, tornarão insufficiente aquella abundancia. O paternal Coração de Sua Magestade sensível á mingoa, que soffrião Seus fieis Vassallos[...] teve Seu Regio coração o prazer de fazer correr no mencionado dia 24 copiosissima agoa por 22 bicas do Chafariz [...] vindo Sua Magestade ás 5 horas da tarde assistir a este acto com o Principe Real, Princesa Real [...] [sic].³⁰⁸

Caberia também ao jornal governamental fornecer aos leitores informações sobre o ambiente festivo que tomou conta da cidade nas comemorações do primeiro aniversário de Leopoldina em terras brasileiras, em 22 de janeiro de 1818:

Quinta feira 22 do corrente, Dia de Grande Gala, por ser o Felicissimo Natalicio da Serenissima Senhora D. Carolina Jozefa Leopoldina, Princeza Real do Reino Unido *Portugal, do Brazil e Algarves*, concorreu ao Paço da Real Quinta da *Boa Vista* a corte e grande numero de pessoas das classes mais distinta, que tiverão a honra de comprimentarem a Sua Magestade e AA. RR. por tão fausto motivo. Estiverao embandeiradas as fortalezas, que guarnecem este porto, e as embarcações nelle ancoradas, que às horas competentes derão as salvas do costume. [sic].³⁰⁹

³⁰⁷ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 14 de fevereiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4837>>. Acesso em: 27 de jan. 2018.

³⁰⁸ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 27 de junho de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/5034>>. Acesso em: 20 de Jan. 2018.

³⁰⁹ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 24 de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4807>>. Acesso em: 21 de fev. 2019.

Por meio da publicação citada é possível verificar que muitas pessoas, de classes distintas, se dirigiram à Quinta da Boa Vista para comemorar o aniversário de Leopoldina. Em seu decorrer, a notícia traz informações que demonstram que momentos como esse possibilitava aos súditos uma oportunidade de lazer e de contato com a nobreza do reino:

[...]Se Dignou S.M. de assistir com sua Real Família, alguns Membros do Corpo Diplomatico, Grandes do Reino e officiaes Móres da caza Real, corrida de touros, que teve lugar em frente do mencionado Paço, onde se erigirão elegantes trincheiras, a que acodio hum grande numero de pessoas distintas. Receberão os duelos os Picadores da Real Caza, que mostrarão a sua perícia [...]sic].³¹⁰

Sobre a corrida de touros, citada pelo jornal, é possível traçar um paralelo como uma das cartas escritas por Leopoldina à irmã Maria Luisa. Na missiva, escrita em 20 de janeiro de 1818, a Princesa expôs seu ponto de vista sobre tal espetáculo: “Ontem assisti a uma tourada, e é um tanto repulsivo. No meu aniversário haverá uma tourada com cinquenta touros e fogos de artifício.”³¹¹

Sobre essa forma de divertimento com animais, é interessante mencionar que o *Correio Braziliense*, em sua edição de número 22 de 1819, publicou uma correspondência recebida pelo jornal. O conteúdo da carta expunha a indignação de um leitor diante de um evento com touros ocorrido no Brasil. Segundo o conteúdo publicado, D. Pedro havia ferido um dos animais e se mostrou eufórico com sua ação. O fato causara, segundo o autor da carta, constrangimento a D. João e à Leopoldina.

O Autor do artigo; para fazer sua accusação solemne e pompoza, lembra-se do enthusiasmo com que o Principe fallou ao Manoel Joze, quando este metteo a garrocha no touro, e poem em scena a Princeza Real corando devergonha, os Cortezaões silenciosos, olhando baixos, a El Rey reprehendendo o Filho! [sic]³¹²

O hábito de festejar casamentos, nascimentos e aniversários dos membros da Família Real já existia no Brasil desde os tempos da colônia, e com a vinda do Rei essa realidade se intensificou principalmente no Rio de Janeiro. Um desses festejos fora o aniversário de D. Pedro, comemorado no dia 12 de outubro. Segundo a *Gazeta do Rio*

³¹⁰GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 24 de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4807>>. Acesso em: 1º de fev. 2019.

³¹¹LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta a Maria Luísa, 20 de janeiro de 1818, p. 325.

³¹²CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1819. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700142/16456>>. Acesso em: 17 de jan. 2019.

de Janeiro, no dia 30 de setembro de 1818: um “vistoso bando” havia percorrido as ruas convidando os súditos para a festividade. O jornal mencionou que à festa seria acompanhada de manifestações de júbilo pela chegada de Leopoldina ao Brasil. Além disso, a notícia narra que um espaço no Campo de Santana fora erigido especialmente para a ocasião:

Dezajando o Senado da Camara desta Cidade manifestar o jubilo de todos os seus habitantes pelos felicíssimos desposorios de SS. AA.RR. o Principe Real do Reino Unido de *Portugal, do Brazil e Algarves* com a Serenissima Senhora Carolina Jozefa Leopoldina, Arquiduqueza de Austria, mandou erigir, no vastíssimo Campo Santa Anna, huma Praça magnífica, construída com o mais apurado gosto, a fim de dar ao povo em publico divertimentos por seis dias successivos de touros, e de cavalladas interpoladamente, hum dilatado theatro para ostentar seus leaes sentimentos. E sendo o mencionado Dia 12 o mais próprio para nelle começarem estas alegres demonstrações, fez constar esta determinação por hum vistoso bando, que percorreu as ruas no dia 30 de setembro, e fez consequentemente os opportunos convites [sic]³¹³.

As vantagens econômicas advindas com o matrimônio de D. Pedro continuariam a ser pauta de algumas notícias que circulariam no período. Na edição de número 21, do ano de 1818, Hipólito da Costa reservaria algumas páginas do seu jornal para discorrer sobre o tema. Segundo ele, era preciso estimular a imprensa para manter comerciantes estrangeiros informados:

Com tudo; um arrajamento de commercio entre o Brazil e Austria, em que se comprehendam os mais domínios de S. M. Fidelissima, pode ser mui vantajoso a ambas as Potencias, com tanto que se permittam aos negociantes os meios de intruir-se, que só pódem fazer pela multiplicidade dos Jornaes, e obras periodicas, que tractam das novidades do tempo. [sic]³¹⁴

A presença de homens de outras nações, como a dos cientistas do reino de Leopoldina, continuou a fazer parte de algumas notícias da época. Nesse ensejo, o *Correio Braziliense*, baseando-se em informações publicadas em periódicos europeus, escreveu: “Algumas gazetas Europeas tem publicado, que viajam agora pelo Brazil varias pessoas scientificas, protegidas pelo Gverno daquelle paiz, e á custa dos Governo

³¹³GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 14 de outubro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/5164>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

³¹⁴CORREIO BRAZILIENSE, edição de julho 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/16153>>. Acesso em: 5 de maio. 2018.

Austriaco, Bavaro, e Tusciano [sic]³¹⁵. Em sua continuidade a notícia elogiava a política liberal que vigorava no país, pelo menos no que se correlacionava ao incentivo dado à vinda e à permanência desses homens no reino: “Não podemos deixar de louvar as vistas de política liberal do Governo do Brazil, em permittir e patrocinar éstas viagens scientificas no seu paiz [sic]”³¹⁶

Dentro da lógica cultural dos sistemas monárquicos, algumas benesses concedidas pelo Rei também ganhavam destaque na imprensa. De um modo geral, elas realçavam o prestígio social de alguns indivíduos que prestaram alguma forma de serviço à coroa. Nesse sentido, Sergio Buarque de Holanda³¹⁷ lembra que, no Brasil, D. João agraciaria milhares de vassalos com título de comendador, cavaleiro e grã-cruz.

Um desses agraciados seria o Conde de Urbna, homem de confiança do Imperador Francisco I, que teve como missão vir ao Brasil trazer notícias sobre o enlace de D. Pedro com Leopoldina. Em janeiro de 1818, o *Correio Braziliense* divulgaria texto extraído da Carta Régia, na qual se concedia a comenda e pensão vitalícia ao agraciado:

Illustre Conde de Urbna [...] Querendo dar-vos um testemunho publico de especial benevolência e contemplação, que me mereceis, por terdes sido escolhido pelo Imperador vosso Soberano, para vir, immediatamente que se celebrou o casamento de meu muito amado e prezado Filho, o Principe Real, D. Pedro, com a Serenissima Arquiduqueza Leopoldina, trazer-me a agradável noticia deste fausto acontecimento; commissão que haveis desempenhado mui dignamente; hei por bem nomear-vos Commendador da Ordem de Christo, assignando-vos por este titulo uma pensão vitalícia de 600.000 reis nanuaes, que vos será regulamente paga em Vienna d’ Austria [...] [sic]³¹⁸

Em 13 de março de 1819, a gazeta carioca informaria aos súditos que deveriam se preparar para o nascimento do primeiro filho de Leopoldina. A notícia informava que, por ordem do Rei, os moradores da cidade deveriam iluminar suas residências nas noites correlacionadas ao dia do nascimento e batismo da criança:

³¹⁵CORREIO BRAZILIENSE, edição de 20 de janeiro de 1820. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/17671>>. Acesso em: 05 de Nov. 2018.

³¹⁶CORREIO BRAZILIENSE, edição de 20 de janeiro de 1820. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/17671>>. Acesso em: 05 de nov. 2018.

³¹⁷HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 32.

³¹⁸CORREIO BRAZILIENSE edição de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/15166>>. Acesso em: 6 de jun. 2018.

O Senado da Camara em conformidade do Aviso Regio [...] determina que os moradores desta Corte e seus suburbios, noite do dia do Feliz Parto da Sereníssima Senhora Princesa Real do Reino Unido de *Portugal, do Brazil, e Algarves*, ponhão luminarias; e nas duas noites sucessivas; assim como na noite do dia do Baptismo, com aquella pompa, que requer tão Fausto motivo. [sic]³¹⁹

Cabe sinalizar que nem sempre ordens como a expressa na notícia eram bem aceitas, pois acabavam gerando gastos extras à população. Maria Beatriz Nizza da Silva, lembra que uma determinação semelhante fora dada em Salvador, no ano de 1816, durante as comemorações do aniversário do Rei. Na ocasião, os moradores se viram obrigados a comprar tigelinhas de vidro e velas com o objetivo de iluminarem suas janelas. Ao analisar os anúncios da *Idade D'Ouro do Brazil* a historiadora conclui que: “Quem ganhava com as luminárias era a Real Fábrica de vidros, que chegou a anunciar ter prontas 80000 para a celebração do aniversário de D. João em 1816.”³²⁰

Em 4 de abril de 1819, por volta das cinco horas da tarde, os fogos de artifício informariam à sociedade que o tão esperado “ditoso momento”³²¹ havia chegado. Nascia a Princesa Maria da Glória. Além de divulgarem a notícia com grande destaque, assim como fariam com os demais filhos do casal, os jornais do período trariam informações sobre as homenagens que ocorreram no reino. Como exemplo, extraindo informações da Corte do Rio de Janeiro, a Gazeta baiana, *Idade D'Ouro do Brazil*, com certo atraso, divulgaria o acontecimento em maio de 1819:

O Senado da Camara desta Cidade apenas recebeo da Côrte do *Rio de Janeiro* a agradabilíssima noticia do prospero parto da Serenissima Princeza Real, logo ordenou que se iluminasse a Cidade por três noites sucessivas. [sic]³²²

Outro momento que ganhava destaque na sociedade e conseqüentemente fazia parte da temática dos jornais era o batismo de herdeiros reais. Nessa realidade, com grande destaque, em 5 de maio de 1819, a gazeta carioca registrou o batizado da Princesa Maria da Glória, referindo-se ao acontecimento como “faustíssimo dia”:

³¹⁹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 13 de março de 1819. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/5354>>. Acesso em: 19 de Jan. 2019.

³²⁰SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Primeira Gazeta da Bahia...* p. 192.

³²¹SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história...* p. 230.

³²²IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 3 de maio de 1819. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749940/3817>>. Acesso em: 21 de Jan. 2019.

Havendo Sua Magestade Destinado o dia 3 do corrente para o Solemne Baptismo da Serenissima Senhora Princeza da Beira, Sua Augusta Neta, Filha de Suas Altezas Reaes o Principe, e a Princeza Real do Reino Unido de *Portugal, do Brazil e Algarves*, ao nascer do Sol, huma salva das fortalezas e da esquadra annunciou a chegada daquelle faustissimo dia. [sic]³²³

Demonstrando a importância arrogada ao momento o *Diário do Rio de Janeiro*, criado em 24 de junho de 1821, publicaria um anúncio no qual o objeto vendido era um leque cujo tema se reportava ao nascimento e ao batizado da princesa Maria da Gloria. A informação demonstra o valor que esses momentos tinham para a sociedade:

Hum leque de varetas de charão fino, com emblemas do Nascimento e Baptismo da Serenissima a Srenhora Princeza D. Maria da Gloria e outros da Nação; próprio para comparecer ao Baile do dia 24 de Agosto: vende-se no armarinho da travessa da Candelária [...][sic].³²⁴

É interessante perceber que a notícia apresenta uma das funções principais do diário, na qual, além de informar sobre eventos na Corte, divulgava anúncios de compra e venda, sinalizando para os aspectos da sociedade em questão.

Cerca de dois anos depois do nascimento de sua filha, Leopoldina, em 6 de março de 1821, daria a luz ao segundo filho do casal, o Príncipe João Carlos. A *Gazeta do Rio de Janeiro* informaria o acontecimento, destacando o momento como um evento ligado à sucessão do trono:

Terça feira, 6 do corrente, pelas 3 horas da tarde, os fogos de artifício, as salvas das Fortaleza e da Esquadra, e os repiques dos sinos advertirão os *Portugueses* de que o Ceo lhes havia concedido mais hum feliz sucessão dos Seus Augustos Monarcas; Sua Alteza Real a Princeza Real do Reino Unido de *Portugal* e do *Brazil e Algarves* havendo dado á luz hum Principe, Herdeiro das Virtudes de Seus Augustos Pais e Avós. [sic]³²⁵.

Vale mencionar que duas das gestações de Leopoldina, como já sinalizado, ocorreram em um período marcado por embates que envolviam o retorno da Família Real a Portugal. Nesse contexto, a possibilidade de deixá-la no Brasil, até que os partos

³²³GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 5 de maio de 1819. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/5414>>. Acesso em: 21 de jan. 2019.

³²⁴DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 22 de agosto de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/533>. Acesso em: 4 de fev. 2019.

³²⁵GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de março de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6266>>. Acesso em: 30 de jan. 2019.

viesses a ocorrer, era colocada em questão. Como bem se sabe, Leopoldina era enfática em sinalizar que não desejava ficar no Brasil sem D. Pedro.

É interessante notar que a partir da Revolução do Porto, em especial no ano de 1821, começam a surgir notícias que atrelavam Leopoldina aos acontecimentos político do reino. No entanto, os jornais não faziam menção ao posicionamento pessoal da jovem. Informariam, sim, por exemplo, que devido a sua gravidez, o Rei ainda se encontrava no Brasil. Como fez o *Correio Braziliense* ao divulgar conteúdo de um dos ofícios governamentais de fevereiro de 1821:

[...] tem Sua Majestade resolvido partir para essa Côrte, logo que S. A. Sereníssima a Princeza Real do Reyno Unido, restabelecida do seu feliz parto, que se espera dentro em poucos dias, se achar em estado de emprehender a viagem de mar. [sic]³²⁶

Seguindo o curso dos acontecimentos, em 26 de abril de 1821, ou seja, dias depois de D. João retornar a Portugal, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicaria instruções deixadas pelo Rei, nas quais se informava que, caso D. Pedro viesse a falecer, Leopoldina assumiria o poder da Regência, juntamente com um conselho:

No caso imprevisto e desgraçado (que Deos não permita que aconteça) do fallecimento do Príncipe Real, passará logo a Regencia do Reino do Brazil à Princeza Real, Sua esposa, e minha muito amada e Prezada Nora; a qual governara com hum Conselho de Regencia [...] [sic]³²⁷.

É interessante perceber que a partir do retorno de D. João para Portugal, a imagem de D. Pedro ganha tons políticos e por consequência a projeção de Leopoldina na imprensa. Essa realidade pode ser verificada na participação do casal em alguns eventos, nos quais, na ausência do Rei e imbuído na função de Regente, D. Pedro passou a ser exaltado pela população de forma bastante enfática.

É fato que, ao se tornar Regente, D. Pedro adquiriu protagonismo no reino, otimizando para si as atenções dos súditos brasileiros. A título de exemplo o *Correio Braziliense*, partindo de informações publicadas no jornal governamental de 9 de junho de 1821, informaria que no mesmo dia que D. Pedro jurou obedecer à constituição, ele fora aplaudido juntamente com Leopoldina no Real Teatro de São João:

³²⁶CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/19898>>. Acesso em: 30 de jan. 2019.

³²⁷GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 26 de abril, 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/6367>>. Acesso em: 31 de jan. 2019.

A' noite se dignaram S.A.R. o Principe Regente e S. A. a Princeza Real, acompanhados da Côrte, honrar com sua augusta presença o Real Theatro de S. João, aonde se deram repetidos vivas á Religião , á Constituição , a S.M e S.A.R. e a toda a Real Família. Cantou-se o hymno constitucional [sic].³²⁸

Notícia semelhante traria o *Diário do Rio de Janeiro* ao informar que o jovem casal compareceu ao teatro e lá, após escutar um elogio direcionado à Monarquia, recebeu enfáticos aplausos. Mesmo não devotando atenção especial à Leopoldina, o elogio lido demonstrava o orgulho de ter o Príncipe em solo brasileiro. E, nesse sentido, a imagem da Princesa Real se fortalecia no Brasil, pois se fazia presente em um período politicamente importante para a América portuguesa:

São presente dos ceos Monarchas justos[...] Mas nunca viu, qual vê, nas Eras de hoje Duas torrentes de ventura a hum tempo manar do mesmo solio, como augusrão oão a Portugal, ao Brasil PEDRO. Do grande Rei os dotes sabem todos; Bondade sem igual He seu character, He Seu Genio... porem não se recorde o que perde o Brasil do Rei na auzencia, Olhe-se o muito, que em Seu filho alcança.”[sic]³²⁹

Em 26 de agosto de 1821, o diário também publicaria algumas poesias recitadas no Baile Nacional, que ocorrera em dia 24 de agosto desse mesmo ano. Ao se analisar determinados versos, percebe-se o destaque dado à Leopoldina e a D. Pedro e o desejo pela autonomia manifestado por parte da sociedade: “O’ PRINCIPE Immortal, PRINCEZA Augusta, Soldados, Cidadãos, Prole de Lyzia, E prole do Brazil, Irmãos, e Amigos, Respirai, appaudi, a Patria livre”[sic]³³⁰.

Em dezembro de 1821, o jornal *A Malagueta* expunha a importância da permanência dos Príncipes brasileiros no reino, porém sinalizando que tal exposto produziria discursos de oposição nas Cortes de portuguesas. Segundo o periódico, os constitucionalistas alegariam que essa realidade aumentaria o protagonismo do Rio de Janeiro, e argumentaria ser Lisboa o berço da Monarquia. Ao final da notícia, o jornal ainda sinalizaria que os cariocas poderiam alegar que os Príncipes, filhos de Leopoldina, nasceram na cidade carioca:

³²⁸CORREIO BRAZILIENSE, edição 27 de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/20281>>. Acesso em: 03 de fev. 2019.

³²⁹DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 26 de junho de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/167>. Acesso em: 09 de fev. 2019.

³³⁰DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 29 de agosto de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/581>. Acesso em: 09 de fev. 2019.

A fixação de Sua Alteza Real no Brazil influe, dirão os Constitucionaes de Portugal, para dar preponderancia a esta parte da Monarquia: estabelecendo a favor della a dependência que sempre há das províncias para com a Capital [...] devendo portanto esta residência ser em Lisboa, dizem Ella He o Berço da Monarquia Portugueza [...] e o Rio de Janeiro também teria que allegar quando os Senhores Priscipes Brasileiros tivessem idade para poder dizer que nascerão no Palacio de São Cristovão. [sic]³³¹

No mesmo exemplar *A Malagueta* destacou que a presença dos Príncipes brasileiros na América, auxiliaria a união entre Portugal e o Brasil:

Dignai-vos também convir que o melhor, talvez único, liador interino da perfeita união dos dois Hemisférios, e o ramo de oliveira de todo o Brasil será a conservação neste Reino dos Principes Brasileiros. [sic]³³²

Sinaliza-se que tanto *Diário do Rio de Janeiro* quanto *A Malagueta* foram jornais criados em 1821. *A Malagueta* em especial passara a existir no final desse ano, no mês de dezembro, e o diário carioca em junho. Portanto, os jornais pioneiros o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* levariam vantagem em termos de quantidade de informações com relação à Leopoldina em suas atribuições como Princesa do Brasil.

Diante do exposto pesquisado ficou claro que a maioria das notícias correlacionadas à Leopoldina no período, portava informações alusivas à sua participação em eventos ligados à vida de corte, e também aos momentos relacionados à maternidade.

Por meio dessas publicações a imagem hierárquica de Princesa Real de Portugal, Brasil e Algarves ganhava projeção junto aos leitores dos jornais e conseqüentemente junto à parcela da sociedade que tinha acesso a tais notícias por intermédio da oralidade.

Ressalta-se que a análise sobre as informações dos jornais permitiu a percepção de que, a partir de 1821, ainda que de forma tímida, Leopoldina começaria a fazer parte de notícias associadas aos reflexos da Revolução do Porto, porém sem perder os vínculos com a maternidade e com aparições em eventos. Contudo tais publicações se

³³¹A MALAGUETA, edição dezembro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/2>>. Acesso em: 8 de fev. 2019.

³³²A MALAGUETA, edição de dezembro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/2>>. Acesso em: 8 de fev. 2019.

davam em um contexto muito mais ativo politicamente, o que, certamente, fortaleceu sua associação ao poder político no Brasil.

Foi nesse período, por exemplo, que os jornais divulgaram que o Rei permaneceria no Brasil até que Leopoldina viesse a dar à luz ao Príncipe João Carlos. Fato que provavelmente causou contentamento em muitos súditos contrários ao retorno do Rei para Portugal. Além disso, a divulgação dessa informação demonstrava sua importância como mãe dos futuros herdeiros do trono.

Por fim, sinaliza-se que, mesmo sendo o período em análise (1818-1821) uma fase de mudanças no pensamento político que vigorava no Brasil, o liberalismo em franca ascensão não maculou a imagem de Leopoldina, mesmo sendo ela filha de Francisco I, um dos maiores reis absolutistas do período. Acrescenta-se a essa realidade o fato de que todos os jornais analisados, até esse ponto da dissertação, sofreram influência dos ideais da Revolução do Porto. O acontecimento pode ser considerado um divisor de águas na história do jornalismo brasileiro, pois por meio dele a imprensa passou a usufruir de uma liberdade nunca antes experienciada, até mesmo de criticar seus governantes, como fizera, por exemplo, a *Idade d'Ouro do Brasil* com relação a D. Pedro. No entanto, Leopoldina, pelo que se constatou saiu imune às críticas que sobre ela poderiam recair.

Capítulo III – Para além da cor amarela da bandeira: presença e vivências de Leopoldina como a primeira Imperatriz do Brasil, 1822 a 1826

3.1. De austríaca à brasileira: Leopoldina de Habsburgo, a Imperatriz do Brasil, 1822 a 1826

O período de 1822 a 1826 pode ser considerado chave para o entendimento do processo de Independência do Brasil e muitas de suas especificidades, dentre elas a permanência de um Estado monárquico. A fase também seria marcada pelo comando e projeto político de D. Pedro, que, diga-se de passagem, não detinha a unanimidade na sociedade brasileira. Por conta dessa realidade, nem de longe o período pode ser considerado calmo e pacífico. Muito pelo contrário, seria caracterizado por diversos conflitos e movimentos autonomistas.

Com relação à Leopoldina, seria a partir de 1822 que sua imagem junto aos brasileiros como a primeira Imperatriz do Brasil começaria a ser construída. E, em 1826, terminaria sua trajetória de vida, deixando como herança sua participação e presença em momentos marcantes na história do país.

Conforme já visto, os anos que envolveram o processo de independência foram marcados pela eclosão do Movimento Liberal do Porto, cujos ideais foram prontamente abraçados por muitos brasileiros. No entanto, quando as Cortes portuguesas ousaram interferir na autonomia do reino passaram a ser malvistas por grande parte da sociedade.

Aumentando ainda mais o clima de animosidade, ao ver que de Portugal partiam ordens para que D. Pedro retornasse à Europa, a sonhada Constituição, que estava sendo elaborada, também seria posta em dúvida, como lembra Sergio Buarque de Holanda:

Na passagem do ano [...]. Ante os decretos que determinavam a retirada do príncipe e a extinção dos tribunais superiores do Rio, ouviu-se o povo “mandar para o diabo a tal Constituição”, referindo-se evidentemente à portuguesa, mas não cogitando por enquanto de nenhuma outra.³³³

Nesse contexto, dando sinais que se encontrava mais decidida em permanecer no Brasil do que seu marido, em 8 de janeiro de 1822, Leopoldina escreveria ao amigo Schäffer dizendo-lhe: “O Príncipe está decidido, mas não tanto quanto desejaria [...].

³³³HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira...* p. 164.

Muito me tem custado alcançar isto tudo - só desejaria insuflar uma decisão mais firme.”³³⁴. O conteúdo dessa carta deixa claro que Leopoldina abraçara os ideais da independência antes de D. Pedro, como expõe Lilia Schwarcz e outros: “As cartas e bilhetes íntimos de Leopoldina são provas testemunhais de que a imperatriz adotou – até antes do príncipe – a causa da nossa liberdade política”.³³⁵ Dessa forma, é possível concluir que sua influência na decisão de seu esposo em permanecer na América fora primordial.

Enquanto o antagonismo entre os interesses portugueses e brasileiros tomava vulto, os súditos americanos organizavam ações que visavam convencer D. Pedro a ficar no Brasil. Com essa finalidade, em 9 de janeiro de 1822, seria lida no paço uma representação com milhares de assinaturas, cujo objetivo era solicitar a permanência do herdeiro real na América. Diante do documento, como lembra Amilcar Salgado: “Resolveu então D. Pedro desobedecer á Côrte, e, muito commovido, deu a resposta que se tornou legendaria: - “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação diga ao povo que fico”³³⁶. [sic]

Nesse contexto, ocorreram momentos que demonstravam uma significativa aceitação da sociedade, principalmente a sediada no Rio de Janeiro, à figura de D. Pedro e à de Leopoldina como governantes. Como exemplo, em 11 de janeiro de 1822, durante uma apresentação de ópera, na qual se festejava a presença do Príncipe no Brasil, a notícia de que soldados portugueses estavam depredando parte da cidade se espalhou. O público, temeroso, começou a abandonar o recinto.

Segundo a inglesa Maria Graham, nesse momento, D. Pedro, demonstrando sua liderança, solicitou que todos permanecessem em seus lugares, informando que: “[...] ele havia dado ordens ao Comandante da guarnição que assegurariam a proteção das casas e propriedade de seus habitantes [...]”³³⁷. De acordo com a inglesa, o público presente também demonstrou grande afeto e respeito por Leopoldina quando:

Ela [a princesa] avançou e deu a mesma segurança ao povo que, vendo-lhe firmeza (especialmente tendo em vista a sua condição

³³⁴ LEOPOLDINA. *Cartas de uma imperatriz...* Carta ao amigo Schäffer, 8 de janeiro de 1822, p. 389.

³³⁵ SCHWARCZ, Moritz Lilia; AZEVEDO Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis...* p. 366.

³³⁶ SANTOS, Amilcar Salgado dos. *A Imperatriz D. Leopoldina...* p. 73.

³³⁷ GRAHAM Maria. *Esborço biográfico de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 72-73.

muito adiantada de gravidez) aquiesceu e elevou um *Viva* que pareceu abalar o edifício.³³⁸

Diante da presença de tropas portuguesas no Rio de Janeiro, existia a possibilidade de que D. Pedro viesse a embarcar à força para Portugal. Temendo que o mesmo viesse acontecer com ela e com seus filhos, Leopoldina, grávida de oito meses, como lembra Oberacker JR., se retirou para a Fazenda de Santa Cruz. A viagem até o local durou cerca de 12 horas e, pelas altas temperaturas do mês de Janeiro, representou um grande sacrifício.

Nos dias anteriores a fuga, Leopoldina escreveria ao amigo Schäffer³³⁹ contando-lhe que os Ministros antigos seriam substituídos por homens nascidos no Brasil. Um dos filhos da terra que viria a compor o novo ministério, como Ministro das Relações Exteriores, seria o paulista José Bonifácio. Recém-chegado da Europa, sua pessoa ganharia a confiança do casal.

Saindo de Santos, em 17 de Janeiro de 1822, acompanhado por uma comitiva, José Bonifácio Andrada e Silva desembarcaria em Sepetiba, local próximo da fazenda de Santa Cruz. Lá se encontraria com a futura Imperatriz do Brasil. O encontro muito breve fora marcado por sentimentos patrióticos correlacionados aos interesses do futuro do país, e, certamente, confluía positivamente para que o paulista aceitasse compor o ministério organizado por D. Pedro.

Sobre o momento, amparado no testemunho do General Rendon, Oberacker Jr. sinalizou que a emoção tomou conta dos homens que acompanharam o encontro, principalmente quando Leopoldina disse a eles que confiava os seus brasileirinhos, ou seja, seus filhos aos paulistas que lá estavam.

Em 19 de Janeiro, a Princesa voltaria para o Palácio de São Cristóvão. Seriam dias difíceis. Não somente pelo contexto político vigente, mas também pelo estado de saúde no qual o Príncipe João Carlos se encontrava. Após dias de sofrimento, interrompido, por um fortíssimo ataque epilético, a criança viria a falecer, em fevereiro de 1822.

Em cartas à família, Leopoldina exporia seu sofrimento afirmando que somente na religião encontrava refúgio para dor da perda de seu filho. Ao pai, em 12 de fevereiro, afirmaria que a culpa pela perda havia sido à viagem à Santa Cruz:

³³⁸ GRAHAM Maria. *Escorço biográfico de Dom Pedro I...* pp. 72-73.

³³⁹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao amigo Schäffer, 8 de Janeiro de 1822, p. 389.

[...] tudo foi culpa da nossa fuga forçada para Santa cruz, que fica a doze milhas de distância; a pobre criança sofreu terrivelmente no calor de verão de 98 graus, que, pode-se dizer, foi a causa de seu fim precoce; estou sem condições de descrever meu padecimento, só a religião e firme confiança no Onipotente [...] conseguem me confortar [...].³⁴⁰

Sobre o triste acontecimento, Oberacker Jr. analisou que: “A morte do filho primogênito parece ter unido ainda mais o casal com relação ao rumo político a tomar, empurrando-o definitivamente para o lado brasileiro”.³⁴¹

Em março de 1822 uma esquadra portuguesa era impedida de entrar na barra. Na ocasião o Príncipe proibiu também que os militares que estivessem na frota desembarcassem no Brasil, com exceção dos que quisessem fazer parte do exército brasileiro. Sobre o episódio Octavio Tarquinio de Sousa registrou: “as ordens do príncipe foram cumpridas e a esquadra fez viagem de volta, desfalcadas nas tropas de quase novecentos homens, que entraram para o exército do Brasil”³⁴².

Em meio a esse momento politicamente conturbado, no dia 11 de março, ainda vivendo o luto pela perda do filho, Leopoldina dera à luz a uma “infanta” cujo nome seria Januária, em homenagem à cidade do Rio de Janeiro. A vinda ao mundo da nobre criança fora seguida por informações que alardeavam para o crescimento de movimentos separatistas em Minas Gerais. Diante da notícia, D. Pedro partiu em viagem, chegando a Ouro Preto em 9 de abril.

Nunca é demais lembrar que a união das províncias em torno do poder que emanava do Rio de Janeiro, tendo D. Pedro como baluarte não era consensual e não se deu de forma pacífica. Muito pelo contrário, embates acirrados e lutas ocorreram como lembra Boris Fausto: “Nessa luta foram vencidos, nas províncias, os movimentos autonomistas e os que sustentavam a permanência, da união com Portugal, como aconteceu no Pará.”³⁴³

Enquanto o Príncipe estava fora, Leopoldina assumira a regência do reino. No decorrer desse período, os acontecimentos políticos iam, paulatinamente, otimizando a imagem de D. Pedro e de Leopoldina como governantes do Brasil. Demonstrando tal realidade, Luís Norton lembra que o Senado ofertou ao Príncipe o título de Protetor

³⁴⁰ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 12 de fevereiro de 1822, p. 392.

³⁴¹ OBERACKER JR. *A Imperatriz Leopoldina...* p. 245.

³⁴² SOUSA, Octavio Tarquinio de. *A vida de D. Pedro...* p. 374.

³⁴³ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 78.

Defensor Perpétuo do Brasil, sendo prontamente aceito por D. Pedro que “[...] jurou provar ser digno dele, enquanto corresse sangue nas suas veias”³⁴⁴

O Senado também solicitaria ao regente que convocasse uma assembleia geral de Deputados eleitos nas províncias brasileiras. O objetivo era a elaboração dos princípios que norteariam os rumos do Brasil. No entanto, o desejo de rompimento dos laços políticos com Portugal não estava totalmente definido. Sobre essa questão, Emília Viotti chama atenção para o fato que, nesse período, alimentava-se a esperança que as Cortes permitissem a implantação de uma Monarquia Dual. Assim, o Brasil manteria sua autonomia, ao mesmo tempo em que se conservaria ligado a Portugal.

Enquanto uma solução eficaz que pusesse fim na animosidade entre os reinos não era tecida, no Brasil passava a vigorar ordens para que nenhum decreto vindo das Cortes fosse efetivado, sem que antes passasse pelo crivo de D. Pedro. A situação ficaria ainda mais crítica, quando o Príncipe informou que as tropas portuguesas que tentassem desembarcar no Brasil seriam consideradas inimigas.

Em 13 de agosto de 1822, partiria D. Pedro para São Paulo. O motivo da viagem era a apaziguar rivalidades políticas, entre aliados e opositores dos Andradas. Na época Leopoldina se encontrava grávida. Seria nessa viagem que o Príncipe começaria o romance com Domitila de Castro.

Antes de partir para São Paulo, o Príncipe assinou o decreto pelo qual nomeava a esposa Presidente do Conselho de Ministros:

Hei por bem que os Meus Ministros e Secretarias de Estado continuem, nos dias prescriptos e dentro do Paço, como ate agora, debaixo da Presidência da Princeza Real do Reino Unido, Minha Muito Amada e Prezada Esposa [...] ³⁴⁵

Menciona-se que a importância política de Leopoldina não passaria despercebida na sociedade, ganhando, inclusive, grande destaque no período. Analisando sua atuação Maria de Lourdes Viana Lyra, lembra que: “[...] a expressiva atuação de Leopoldina na esfera pública e em prol da consolidação do Império do Brasil chamou atenção dos

³⁴⁴ NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil...* p. 179.

³⁴⁵ BRASIL. PRÍNCIPE REGENTE. Decreto de 13 de agosto de 1808: Determina que, na ausência do Príncipe Regente, presida a Princeza Real ao despacho do expediente e às sessões do Conselho do Estado. In: BRASIL. THESOURO NACIONAL. (Org.). *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 29. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

contemporâneos de forma bem positiva”.³⁴⁶ Como exemplo, a historiadora cita o *manifesto político* elaborado por um grupo de mulheres da província da Bahia. No documento, as baianas evidenciaram a admiração que nutriam pela Princesa, principalmente pelo seu desempenho político. Vale ressaltar que, meses após, Leopoldina viria a receber mais um manifesto encabeçado por cerca de cinquenta mulheres da província de São Paulo, exaltando sua figura.

É importante destacar que, mesmo sendo Leopoldina pertencente a uma das linhagens aristocráticas mais conservadoras da época, suas correspondências não deixam dúvidas de que ela, diante aos desdobramentos dos acontecimentos políticos, abraçou com empenho a ideia de independência, como pontuou em carta à irmã: “O Brasil é grande demais, poderoso e, conhecendo sua força política, incapaz de ser colônia de uma corte pequena [...]”³⁴⁷. A psicanalista Maria Rita Kehl³⁴⁸, ao se debruçar sobre as cartas de Leopoldina, constatou que, nesse contexto político, a jovem passou a ter opiniões próprias e a defendê-las com afinco. Assim, de filha obediente, diante das situações que se colocavam, ela passara a ser senhora de seus atos.

Logicamente, não se pode negar que a Princesa percebia o perigo que o crescimento do liberalismo poderia ocasionar, caso esse angariasse, de forma significativa, adeptos à implantação de uma República. Dessa forma, ao defender a separação de Portugal, pelas mãos de seu marido, protegia a Monarquia ao mesmo tempo em que mantinha sua família no poder. No entanto, ao viver no Brasil Leopoldina acabou desenvolvendo sentimentos positivos com relação ao país. Assim, o desejo de voltar a viver na Europa foi perdendo espaço nas narrativas de suas cartas, enquanto papel de Princesa do reino começou a falar mais alto.

É interessante observar que mesmo tendo certo protagonismo na política durante as de ausências do marido, Leopoldina não abria mão de se manter ligada a ele. Em 22 de agosto de 1822, por exemplo, com um tom bastante ríspido se reportava a D. Pedro reclamando da falta de notícias enviadas por ele:

Confesso-lhe que tenho já muito pouca vontade de escrever-lhe; não sendo merecedor de tantas finezas; tem oito dias que tescio, e ainda não tenho nenhuma regra sua; ordinariamente, quando se ama com

³⁴⁶ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Imperatriz entre o público e o privado...* p. 22

³⁴⁷ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 1º. De agosto de 1822, p. 402.

³⁴⁸ KEHL, Rita Maria. *Leopoldina, ensaio para um perfil*. In: D. Leopoldina 1792-1826: cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade. 2006, pp.115-142.

ternura uma pessoa, sempre se acha momentos e ocasiões de provar-lhe a sua amizade e amor.³⁴⁹

A preocupação de Leopoldina com a falta de notícias enviadas pelo marido tinha motivos. A todo o momento chegavam notícias que alardeavam para um possível ataque de Portugal ao Brasil, e também sobre a eclosão de movimentos rebeldes, como estava ocorrendo na Bahia. Nessa província, como lembra Luis Norton, o partido ultraportuguês havia se aliado às Cortes portuguesas.

Foi justamente nesse ambiente conturbado que, em 2 de setembro, se reuniu no Palácio de São Cristóvão o Conselho de Estado sob a presidência de Leopoldina. Após muito dialogarem sobre as tentativas frustradas de manter o reino unido a Portugal, decidiu-se que o melhor caminho seria a separação, ou seja, a independência do Brasil.

No dia 7 de setembro, quando voltava de Santos, já próximo ao arroio Ipiranga, D. Pedro recebeu despacho contendo cartas e documentos oficiais. Uma das correspondências era de Leopoldina, na qual solicitava ao esposo um parecer positivo à Independência do Brasil. Ressalta-se que o original dessa correspondência se encontra desaparecido, porém o Padre Belchior, que fazia parte da comitiva do Príncipe, registrou que a mensagem continha a seguinte frase: o pomo [o Brasil] está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Segundo Oliveira Lima, o Príncipe sancionaria imediatamente a decisão:

Comunicando então à comitiva que as Cortes queriam “massacrar” o Brasil, arrancou o tope de fita azul claro e encarnado (as cores constitucionais portuguesas antes do azul e branco) que ostentava no chapéu armado, lançou-o por terra e, desembainhando a espada, bradou – É tempo!.. Independência ou Morte!.. Estamos separados de Portugal...³⁵⁰

É interessante perceber que o simbolismo patriótico que envolvera o momento fora posteriormente divulgado à sociedade. Ao adentrar à cidade do Rio de Janeiro, D. Pedro fora recebido sob os gritos de “Independência ou morte”. Assim como lembra Iara Lis: “[...] o mote da *Independência ou Morte* transformou-se num grito contra o inimigo luso, diferenciando o brasileiro e o português, tendo como guia o príncipe.”³⁵¹

³⁴⁹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao esposo Dom Pedro I, 22 de agosto de 1822, p. 408.

³⁵⁰ LIMA, Manuel de oliveira. *O movimento da independência (1821-1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, pp. 277-278.

³⁵¹ SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada...* p. 252.

Dias após, em 18 de setembro, conforme expõe Milton Luz: “Dom Pedro I criou a bandeira e o escudo d’armas para o Brasil recém-independente [...]”³⁵². A nova bandeira nacional trazia a cor verde, fazendo menção a tradição da casa dos Bragança e o Amarelo da casa real dos Habsburgo.

Consumada a independência, em 12 de outubro de 1822, D. Pedro seria aclamado Imperador. Segundo registrou Debret em um dos momentos da aclamação, ele foi conduzido a varanda do palacete situado no Campo de Sant’Ana e lá: “S. M. o imperador colocou-se no centro do balcão [...] à sua direita, um pouco mais atrás, achavam-se S.M. a imperatriz e a pequena princesa d. Maria da Glória”³⁵³.

Em 1 de dezembro seria realizada a sagração e a coroação de D. Pedro. Leopoldina estaria presente. Mas sobre ela não recairiam os ritos desses momentos, pois o cerimonial preparado compartilharia as tradições portuguesas, nas quais as esposas dos reis não eram coroadas, proclamadas e nem consagradas. Durante a cerimônia Leopoldina vestiria um longo manto nas mesmas cores do manto de seu marido, verde e amarelo.

Em 1823, no dia 17 de fevereiro, Leopoldina, agora Imperatriz do Brasil, daria à luz a mais uma menina, que se chamaria Paula Mariana. A escolha do nome fora uma forma de homenagear às duas cidades que apoiaram os anseios brasileiros contra as Cortes portuguesas: São Paulo e Mariana, como lembra Oberacker Jr.

Mesmo se sentido segura com sua família no Brasil e bem acolhida pelos brasileiros, como ela própria escreveria ao pai: “A família real não apenas está segura, como desfrutamos do amor e confiança do povo, de quem temos as demonstrações mais comoventes e seguras.”³⁵⁴, os anos que se seguiriam seriam marcados pela organização da defesa do reino. Nesse sentido, Oberacker Jr. afirma que após a independência do Brasil uma das preocupações mais latentes de Leopoldina era o fortalecimento militar do Brasil. Nesse ensejo, várias vezes Leopoldina acompanharia D. Pedro às visitas e às inspeções feitas à Marinha.

Chama atenção o empenho da Imperatriz para que o Brasil fosse reconhecido em nível internacional. Em carta à irmã Luísa, escrita em 10 de abril de 1823, solicitava sua intercessão junto ao Príncipe de Metternich e ao Imperador Francisco I para que a

³⁵² LUZ, Milton. *A História dos Símbolos Nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino*. Brasília: Senado Federal, 1999... p. 63.

³⁵³ DEBRET, Jean-Baptista. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sergio Millet. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016, p. 390.

³⁵⁴ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 6 de abril de 1823, p. 417.

Áustria fosse um reino aliado ao Brasil. Certamente os apelos feitos por ela surtiram efeitos, pois Império Austríaco não seria um obstáculo para tal.

Nesse período, o caso extraconjugal de D. Pedro com a paulista Domitila de Castro, mulher a quem ele daria o título de Marquesa de Santos, teria filhos e nomearia Camareira-Mor de Leopoldina, já se encontrava firmado. Segundo o estrangeiro que vivia no Brasil, C. Schlichthorst, Domitila se tornara a: “amante declarada do Imperador.”³⁵⁵.

Em maio de 1823, Leopoldina conheceria a escritora inglesa Maria Graham que, ao ser apresentada à Imperatriz, ofereceu seus serviços como governanta. Leopoldina era uma mulher culta e soube reconhecer na inglesa os conhecimentos necessários para lhe confiar à educação de suas filhas. Da convivência entre as duas surgiria uma grande amizade, que segundo Denise Porto: “[...] pode ser entendida sob a perspectiva da forte compatibilidade intelectual, evidenciada nas correspondências trocadas, como também na dimensão do isolamento cultural em que a Imperatriz vivia no Brasil”³⁵⁶. Por esse prisma, Arilda Ribeiro analisa que amizade de Graham: “reacendeu em Leopoldina o gosto pela leitura, pelas artes e as novidades do mundo europeu.”³⁵⁷.

O contato com a amiga duraria pouco tempo, pois D. Pedro, motivado por intrigas palacianas, ordenaria que a educadora se ocupasse apenas em ministrar aulas de inglês à Princesa. Inconformada, Graham tomou a decisão de abandonar o palácio. O ocorrido causaria grande tristeza em Leopoldina, que exporia a saudade que sentia da amiga, em diversas cartas.

Mas, não fora somente da amizade de Graham que Leopoldina seria privada por interferência de D. Pedro. A convivência com José Bonifácio também seria interrompida. O Ministro, que já havia pedido demissão do cargo por divergências entre grupos políticos, voltara atrás por pedido feito pelo casal imperantes. No entanto, meses depois, um desentendimento com o Imperador, levaria José Bonifácio a pedir mais uma vez demissão do cargo e Leopoldina perderia o convívio com ele.

Segundo Cassotti, o motivo do desentendimento entre o Monarca e seu Ministro fora uma carta anônima, na qual Bonifácio era acusado de planejar a prisão injusta de

³⁵⁵ SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826...* p. 58.

³⁵⁶ PORTO, Denise Maria Couto Gomes. *Maria Graham e D. Leopoldina: Iluminismo, destinos e desventuras na Corte de D. Pedro I.* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, ano 24, número 24, 2017, pp. 123- 140, p. 136.

³⁵⁷ RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação sexual da Imperatriz Leopoldina: Subsídios biográficos para a história de gênero.* In: Mulheres professoras artistas e intelectuais: ensaios biográficos. São Luis: Edufma, 2011, pp.15-35, p. 29.

inimigos políticos. O Ministro se defendeu acusando Domitila de Castro. Alegou ter sido informado que ela recebia dinheiro para tal. O Imperador teve um ataque de fúria com José Bonifácio, que também por outras razões pediu demissão, sendo posteriormente deportado do Brasil, por ordem de D. Pedro.

Sobre o episódio, Vasconcelos Drummond, jornalista e diplomata da época, registrou em suas memórias que a influência de Bonifácio sobre o Príncipe era grande, porém não resistiu e “[...] se uma vez sucumbiu foi por efeito de uma desgraçada paixão amorosa que submeteu o coração do príncipe”³⁵⁸. Drummond chega a afirmar que um dos motivos que provocou a abdicação de D. Pedro fora o envolvimento dele com citada mulher.

Em novembro de 1823 Leopoldina se encontraria mais uma vez grávida. A criança nasceria em 2 de agosto de 1824 e se chamaria Francisca Carolina. Durante todo esse período, D. Pedro demonstraria dificuldades em lidar com a oposição política. Por conta disso, fecharia a assembleia utilizando-se da força. O ato seria acompanhado por períodos de intensa tensão e desconfiança dos brasileiros para com o Imperador. Em março de 1824, uma nova Constituição seria promulgada com prerrogativas essenciais à manutenção do seu poder, o que incluiu a criação do Poder Moderador. O perfil autoritário de D. Pedro estava evidente.

Contudo, o autoritarismo do monarca não foi suficiente para frear os movimentos de oposição ao seu governo. Nesse ensejo, eclodiria em Pernambuco uma revolta armada, cujo nome seria Confederação do Equador. Seus revoltosos se colocavam-se contra a centralização do poder manifestada na divisão dos poderes e na falta de autonomia das províncias. O objetivo era criar um novo país, no qual as províncias do Ceará, Paraíba, e Rio Grande do Norte também fariam parte. Em resposta “O governo do Rio de Janeiro reagiu mobilizando suas tropas para combater os rebeldes e impedir a separação. Foi bem-sucedido e a rebelião foi derrotada”³⁵⁹, como enfatiza Miriam Dolhnikoff.

Mesmo vitorioso na luta contra a Confederação do Equador, a imagem de D. Pedro para muitos brasileiros não era mais tão favorável como antes. Até mesmo para

³⁵⁸ DRUMMOND, Antônio Menezes Vasconcelos de. *Anotações de A. M. Vasconcelos Drummond à sua biografia*. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2012, vol. 165, p. 110.

³⁵⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império...* p. 42.

Leopoldina que escrevera à irmã, em 10 de setembro de 1824, dizendo-lhe: “[...] para meu grande sofrimento, [meu esposo] não me inspira mais respeito”³⁶⁰.

No que tange à política externa, o ano de 1825 seria marcado por acontecimentos importantes para o Brasil. Seria nesse ano, por exemplo, que Portugal reconheceria o tratado de amizade e aliança entre D. João e D. Pedro I, e que a Questão da Cisplatina se faria presente nas pautas do governo. Leopoldina continuava a demonstrar preocupação com a defesa militar do Brasil, principalmente em cartas ao amigo Schäffer.

Com relação à vida conjugal de Leopoldina, os dois últimos anos de sua vida no Brasil seriam marcados por escândalos públicos ligados ao caso extraconjugal do Imperador com Domitila de Castro. Durante a semana Santa, por exemplo, em meio as comemorações do período, Domitila adentrou à Capela Imperial e, com a anuência de D. Pedro, ocupou um espaço junto à tribuna destinada às damas do paço. Se sentido ofendida uma das damas de Leopoldina se retirou do recinto. Segundo Mary Del Priore: “O choque do agravo público foi tremendo.”³⁶¹. O ocorrido se espalhou pela Corte.

Todavia, a repercussão do caso não freou a falta de decoro do imperador. Dias após nomearia a amante ao cargo de primeira-dama da Imperatriz, e posteriormente ao de Marquesa de Santos. Segundo Oberacker Jr. o título concedido era uma forma de afrontar José Bonifácio e sua família, cuja origem era a cidade de Santos.

Em 2 de dezembro de 1825, Leopoldina seria mãe de um tão sonhado filho homem. Em carta dirigida ao pai, diria que trouxeram ao mundo “[...] um menino muito grande e forte, que recebeu no sagrado batismo o nome de Pedro”³⁶². O parto havia debilitado a saúde de Leopoldina que somente no início de 1826, saíria do palácio.

Foi justamente nesse período que D. Pedro receberia notícias que apontavam para a existência de crescentes turbulências políticas na Bahia. Visando contornar a situação, resolveu viajar para a província levando consigo, Leopoldina e a Princesa Maria da Glória. A Imperatriz se mostrou eufórica com a viagem, no entanto, como enfatiza Lyra, seu estado de espírito mudaria, pois a “[...] dama paulista embarcaria junto, causando-lhe sofrimento extremo.”³⁶³. Ao retornar para o Rio de Janeiro, em

³⁶⁰ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 10 de setembro de 1824, p. 429.

³⁶¹ DEL PRIORE, Mary. *A carne e o sangue: A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, p. 136.

³⁶² LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 17 de dezembro de 1825, p. 442.

³⁶³ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A imperatriz Leopoldina entre o público e o privado...* p. 26

cartas ao pai e à amiga Maria Graham, Leopoldina narraria que a viagem havia sido desagradável e penosa.

Vale sinalizar que a presença de Domitila na embarcação causaria grandes dissabores a D. Pedro, pois a notícia que o Imperador viajara com a amante, no mesmo navio no qual sua esposa se encontrava, rapidamente se espalhou como pavio de pólvora, dando margem para discursos da oposição e de indivíduos que consideravam a atitude contrária aos bons costumes. Ao analisar documentos enviados à Viena pelo Diplomata Mareschal, Oberacker Jr. concluiu que Leopoldina vivenciou o momento com discrição e sangue frio.

Cabe notar que, analisando algumas missivas escritas pela Imperatriz nos últimos anos de sua vida, é possível perceber seu esforço em aceitar os acontecimentos com diplomacia e condescendência, até mesmo os desagradáveis como fora à viagem à Bahia.

Não se pode minimizar o fato de que Leopoldina fora educada desde criança a aceitar os desígnios de um casamento arranjado e pautado por interesses diversos. Maria Graham constatou pessoalmente tal realidade, registrando em seu diário seu parecer sobre Leopoldina: “[...] amava seu marido e seus filhos e esperava ter forças para nunca se queixar do que fosse seu dever suportar [...]”³⁶⁴. Confirmando o pensamento da inglesa, é possível verificar a submissão da Imperatriz ao que acreditava ser o destino das Princesas. Em carta escrita em setembro de 1826 à irmã, disse: “[...] e nós, pobres princesas, somos tais quais dados, que se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado [...]”³⁶⁵.

Em março de 1826, D. João viria a falecer. Leopoldina, que se afeiçoara ao monarca, sentiu a dor do luto, relatando ao pai: “Foi extremamente doloroso ficar sabendo que falecera meu excelente sogro, que amei e prezei como um segundo pai [...]”³⁶⁶.

Em 20 de maio de 1826, D. Pedro havia assumido de forma oficial a filha que tivera com Domitila, Isabel Maria, dando-lhe o título de Duquesa de Goiás. A atitude causaria aversão em muitos súditos que condenariam o comportamento do Imperador. No entanto, a indignação aumentaria ainda mais quando, em dia 24 de agosto de 1826,

³⁶⁴ GRAHAM, Maria. *Escorço biográfico de Dom Pedro I...* p. 136.

³⁶⁵ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à irmã Maria Luísa, 17 de setembro de 1826, p. 449.

³⁶⁶ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta à amiga Maria Graham, 29 de abril de 1826, p. 443.

D. Pedro, em evento de gala destinado ao reconhecimento do Príncipe Imperial, apresentaria seu herdeiro nos braços do pai de sua amante. Segundo Oberacker Jr. por conta desse ocorrido “As tropas foram retidas nos quartéis, as guardas e patrulhas dobradas [...]”³⁶⁷, temia-se uma revolta popular.

Nos últimos meses de 1826, Leopoldina se encontraria grávida. Durante esse período escreveria cartas ao amigo Schäffer, dizendo-lhe, em tom de desabafo, que parte das mazelas presente no império era culpa de ações empreendidas por “mulheres infames”:

Aqui, infelizmente, anda tudo transtornado, pois sinceramente falando, mulheres infames como se fossem Pompadour e Maintenon (!!) e ainda pior, visto que não têm educação alguma, e ministros da Europa toda e da Santa Ignorância governam tudo torpemente.³⁶⁸

A Imperatriz tinha a percepção de que, com o passar do tempo, sua saúde piorava. Em 20 de novembro de 1826, dias antes de falecer, escreveu ao pai clamando por suas orações. Em sua mensagem contara-lhe que durante 12 dias tivera febre biliar, que não estava conseguindo dormir e nem se alimentar. Comunicava também que se encontrava grávida de três meses e se sentia extremamente fraca. Por conta dessa realidade suplicava ao pai para que intercedesse a Deus por ela, pois seu estado de saúde, como a própria expunha: “[...] me obrigam mais do que nunca a pedir sua súplica fervorosa ao Onipotente.”³⁶⁹

No final de novembro, D. Pedro partiu em direção ao sul, visando angariar aliados e animar as tropas que lutavam contra as Províncias Unidas do Prata. Enquanto isso, como de costume, Leopoldina ocuparia a presidência do Conselho de Ministros.

Dias antes de seu esposo viajar, pelo que se constatou, Leopoldina já não apresentava a mesma paciência de antes para com as atitudes do marido. Alguns acontecimentos ocorridos na esfera privada demonstram bem essa realidade. Mary Del Priore, por exemplo, sinaliza que, após D. Pedro passar dias na casa da Marquesa de Santos, consolando-a pela morte do seu pai, a Imperatriz teria feito suas malas, propondo-lhe para que retornasse à casa da favorita. Ao mesmo tempo ameaçou ir para o Convento da Ajuda, e posteriormente retornar para a Áustria. Após essa acalorada discussão, o casal se reconciliou.

³⁶⁷ OBERACKER, Jr. *A Imperatriz Leopoldina...* p. 418.

³⁶⁸ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao amigo Schäffer, 8 de outubro de 1826, p. 450.

³⁶⁹ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 20 de novembro de 1826, p. 451.

Em 20 de novembro, o triângulo amoroso mais uma vez se tornaria pauta de escândalos. O motivo, como menciona Isabel Lustosa, fora a recusa da Imperatriz em participar do ritual do beija-mão ao lado da amante de seu Marido “[...] quando a corte esperava na antessala para o beija-mão, ouviu-se violenta discussão entre ela e o imperador. Leopoldina se recusava-se a entrar na sala em companhia de Domitila.”³⁷⁰.

Em 2 de dezembro de 1826, tendo seu estado de saúde agravado, Leopoldina sofrera um aborto, acompanhado por sangramento, convulsões e febre. Por esses dias, não se comemorou o aniversário do Príncipe Imperial. O motivo era a saúde de sua mãe que piorava ascendentemente. Pelas ruas, D. Pedro, que já havia partido para o sul, era acusado de ter espancado a esposa antes de sua partida. Cogitava-se que a agressão física havia provocado a perda do bebê. Além disso, como enfatiza Amilcar Salgado dos Santos: “O povo sofria com ela e lamentaria os seus sofrimentos Moraes devidos aos amores escandalosos de seu marido com D. Domitilia” [sic]³⁷¹.

Vale registrar que sobre essa questão que, estudos recentes, dentre eles o realizado pela historiadora Valdirene do Carmo Ambiel³⁷² e equipe multidisciplinar, apontam na direção contrária. Por meio de pesquisa arqueológica empreendida nos restos mortais de Leopoldina, a pesquisadora aponta que, mesmo não tendo sido desvendado a causa que levara ao aborto e posteriormente ao óbito, a enfermidade da Imperatriz não parece ter sido provocada por violência física.

A enfermidade da Imperatriz evoluía e a população acompanhava dia a dia os boletins médicos, na esperança de obter notícias de melhoras do seu estado clínico. A população, aflita, passou a demonstrar carinho por meio de orações, velas e terços. Além disso: “Muitos nobres mudaram-se para a Quinta da Boa Vista, revezando-se nos cuidados da Imperatriz e o povo fez vigílias.”³⁷³.

O parecer dos médicos era unânime, seu estado de saúde era grave e requeria cuidado. Tosse gradual, febre, evacuações biliosas, pesadelos, tremores, pouco sono, impaciência e delírios. Tais sintomas seriam acompanhados, de forma paulatina, pela perda das forças.

³⁷⁰ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 238.

³⁷¹ SANTOS, Amilcar Salgado dos. *A Imperatriz D. Leopoldina...* p. 140.

³⁷² AMBIEL, Valdirene do Carmo; FONTES, Luiz Roberto. *O que pode ter matado D. Leopoldina*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2006, pp. 200-213.

³⁷³ AMBIEL, Valdirene do Carmo; FONTES, Luiz Roberto. *O que pode ter matado D. Leopoldina...* p. 204.

A progressão da doença trouxe consigo dúvidas. Como lembra Mary Del Priore: “Leopoldina começou a suspeitar dos remédios que lhe davam. Delirava, amaldiçoando a amante do marido. Atribuía-lhe poderes de feitiçaria negra. Reagia aos gritos ao vê-la.”, enfim lembra a historiadora: “Os sentimentos da submissa imperatriz, contidos por tanto tempo, explodiram.”³⁷⁴.

Em 11 de dezembro, as notícias que chegaram à sociedade eram as piores possíveis. Aos 29 anos, Leopoldina falecera. Na cidade tristeza e luto. Debret descreveria o momento, frisando: “[...] essa funesta notícia que impressionou dolorosamente toda a população do Rio de Janeiro.”³⁷⁵. Assim como fizera o pintor francês, o estrangeiro Carl Seidler também registraria em suas memórias a tristeza que se abateu sobre os súditos brasileiros:

Toda cidade estava de luto; uma dor muda, de desespero, tomava todas as fisionomias; negros, mulatos, portugueses, ingleses, italianos, alemães, todos choravam em comum a morte da imperatriz; pela primeira vez sentiam-se irmãos, o ódio nacional calava-se e os ressentimentos pessoais desapareciam. [Sic]³⁷⁶

O alemão Eduardo Theodoro Bösche, contemporâneo aos fatos, ficou impressionado com o carinho devotado pela sociedade a essa soberana. Segundo ele era comum fazer elogios aos príncipes falecidos, porém os direcionados a Leopoldina eram extremamente sinceros:

Relativamente a esta princeza (D. Leopoldina) porém o sentimento era sincero, regavam o seu esquife funéreo, copiosas lagrimas de gratidão e amor. As solemnidades foram, na verdade impressionantes. [...] Pareciam membros de uma grande família no tumulto recente de sua mãe falecida³⁷⁷[Sic].

Contudo, as horas e dias que seguiram a morte da Imperatriz não foram apenas marcados por manifestações de tristeza. A cólera também se fez presente no coração de muita gente. José Murilo de Carvalho lembra que na ocasião: “A polícia teve de proteger a casa de Domitila.”³⁷⁸, que fora apedrejada, e, nesse ínterim um dos cunhados da Marquesa sofreria um atentado a tiros.

³⁷⁴ DEL PRIORE, Mary. *A carne e o sangue...* p. 180.

³⁷⁵ DEBRET, Jean-Baptista. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil...* p. 530.

³⁷⁶ SEIDLER, Carlos. *Dez anos no Brasil*. Tradução e notas de Bertoldo Klingner. Prefácio de F. de Paula Cidade. 3. Ed. São Paulo: Livraria Martins. 1976. p 81.

³⁷⁷ Citado por SANTOS, Amílcar Salgado dos. *A Imperatriz D. Leopoldina...* p. 152.

³⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II...* p. 16.

Diante de todo o exposto fica claro que, os anos de 1822 a 1826 se inseriram em uma fase marcada por questões correlacionadas à Independência do Brasil. Por conta dessa realidade, durante esse período, a figura de Leopoldina fora adquirindo de forma natural a confiança da sociedade, passando a ser vista como a Imperatriz do Brasil de fato e de direito. Ao mesmo tempo, sinaliza-se que essa jovem nobre se encarregou de tal papel, passando a se identificar com o destino de sua nova pátria, como bem pontua Oliveira Lima³⁷⁹.

Sempre fiel aos princípios do Estado monárquico, Leopoldina soube perceber que a ruptura política do Brasil com Portugal não significava o fim da Monarquia; ao contrário, em um continente marcado por nascentes repúblicas a permanência dessa forma de governar significava o seu fortalecimento na América. Nesse sentido, como lembra Lyra, Leopoldina seria personagem importante na defesa do pensamento contrarrevolucionário no chamado Novo Mundo. Dessa forma, fazia valer, mesmo que por caminhos tortuosos, o pensamento conservador que seu pai tanto primava.

Provavelmente, por conta dos elos que se estabeleceram entre ela e a sociedade, o envolvimento amoroso de D. Pedro com a Marquesa de Santos tenha produzido ecos desfavoráveis à imagem do Imperador, ao passo que colaborou para a percepção de Leopoldina como uma mulher humilhada pelo marido, porém digna da confiança e do carinho de seus súditos. Como bem explanou Oberacker Jr.: “D. Leopoldina, sem dúvida, perdera o coração do marido infiel, conquistara, todavia, em compensação o coração de um povo inteiro.”³⁸⁰

Vale chamar atenção para o fato que, com a morte de D. João, Leopoldina se tornara também Rainha de Portugal, porém pelo que consta e lembra Paulo Drumond Braga: “Tendo sido imperatriz do Brasil e rainha de Portugal foi, indubitavelmente, muito mais brasileira do que portuguesa.”³⁸¹ Certamente os súditos da América tinham essa percepção, contribuindo ainda mais para a imagem positiva dessa governante, que, mesmo sendo estrangeira, era sentida como uma filha da terra.

³⁷⁹ LIMA, Manuel de oliveira. *O movimento da independência* (1821-1822). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 324.

³⁸⁰ OBERACKER, Jr. *A Imperatriz Leopoldina...* p. 442.

³⁸¹ BRAGA, Paulo Drumond. *Leopoldina de Habsburgo, rainha de Portugal...* p. 238.

3.2. A polêmica imprensa da Independência

Os jornais do período de 1822 a 1826, ou seja, dos primeiros anos da Independência, iriam refletir uma nova fase na história da imprensa brasileira, marcada pela liberdade da atividade e também pelo seu progressivo cerceamento. Foram tempos de intensos debates correlacionados aos rumos que o país deveria tomar a partir de sua emancipação.

Nesse momento da dissertação, encontrou-se um número considerável de publicações que traziam notícias sobre a Imperatriz Leopoldina. Certamente, contribuiu para tal realidade, o aumento do número de jornais que ocorreu a partir de 1820, com o advento da Revolução do Porto.

Os periódicos que mais trouxeram informações sobre a Imperatriz no lapso temporal analisado foram: *A Malagueta* (RJ, 1821-1824), *Abelha do Itaculumy* (MG, 1824-1825), *Argos da Lei* (MA, 1825), *Astrea* (RJ, 1826), *Correio Braziliense* (Londres, Inglaterra, 1808-1822), *Correio do Rio de Janeiro* (RJ, 1822-1823), *Diário do Rio de Janeiro* (RJ, 1821-1858), *Gazeta do Rio de Janeiro* (RJ, 1808-1822), *Grito da Razão* (RJ, 1825), *Império do Brasil: Diário do Governo* (CE, 1823 a 1833), *Império do Brasil: Diário Fluminense* (RJ, 1825-1831), *O Regulador Brasílico-luso* (RJ, 1822), *O espectador Brasileiro* (RJ, 1824-1826), *O Universal* (MG, 1825-1842), *Reverbero: Constitucional Fluminense* (RJ, 1821-1822).

A análise feita a esses jornais demonstrou que acontecimentos marcantes deste período como, o advento das Cortes portuguesas, o Dia do Fico, a Independência e a Dissolução da Assembleia, influenciaram de forma profunda a imprensa dessa fase. Tais eventos acabaram direcionando o tom da escrita de muitos jornais, chegando até a agregar sentidos a algumas palavras.

Esse seria o caso da palavra independência, que geralmente se associava ao sentido de autonomia. Durante esse período o termo começou a significar rompimento, como lembra Barbosa Lima Sobrinho³⁸². Sobre o termo, Lúcia Neves acrescenta que a vocábulo ganhou destaque na linguagem política no final de 1822 e no decorrer de 1823. A historiadora sinaliza que o termo passou a ser entendido como: “liberdade de sujeição, de fazer o que se quer sem autoridade”³⁸³.

³⁸²SOBRINHO, Barbosa Lima. *Hipólito da Costa: pioneiro da Independência do Brasil*. Brasília: Fundação Chateaubriand, Verano editora, 1997, p. 82.

³⁸³NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais...* p. 222.

Eram tempos de incertezas quanto ao futuro do reino. E, atentos aos fatos, cada vez mais os jornais se tornariam importantes junto à sociedade como transmissores de informações. Nesse sentido, “as letras impressas passam a ser vistas como possibilidade de difusão de ideias, usadas particularmente com sentido político [...]”³⁸⁴, comenta Marialva Barbosa.

A partir de janeiro de 1822, com a permanência de D. Pedro no Brasil, os jornais dariam grande protagonismo ao casal reinante. Nessa fase era comum encontrar notícias nas quais Leopoldina era apontada como a mãe dos príncipes brasileiros, e autêntica representante do reino, como veremos no decorrer desse capítulo.

Passado o Dia do Fico, a imprensa voltaria sua atenção às eleições dos representantes do Brasil junto às Cortes Portuguesas. O tema gerava polêmica. O grupo ligado a Gonçalves Ledo, por exemplo, defendia que as eleições para deputado deveriam ocorrer de forma direta, ao contrário dos aliados de José Bonifácio que desejavam eleições indiretas.

Existiam ainda aqueles que defendiam que o Brasil deveria ter sua própria Constituição, possibilidade que não agradava a política que emanava de Lisboa. Por conta desse pensamento, lembra Lustosa, muitos jornais portugueses insultavam os brasileiros. Diziam, por exemplo, que o Brasil era: “a terra dos negrinhos”³⁸⁵ e não seria nada sem Portugal. A imprensa brasileira respondia com ofensas à altura, criando uma guerra de insultos, visível nas páginas dos jornais.

Com o advento da Independência, os periódicos passariam a evidenciar temas ligados ao poder político do imperador. A estrutura do novo Estado também seria um dos assuntos em destaque. E, paralelamente a tais questões, a imagem de Leopoldina como primeira Imperatriz do Brasil ia sendo tecida nas páginas dos jornais.

Nessa trama, discussões sobre o papel do monarca diante da Assembleia geravam divergências entre diferentes grupos políticos. Deveria o Rei se colocar acima do Congresso, ou a ele se subordinar? Tais questões envolviam disputas ideológicas entre os que valorizavam a soberania popular representada pela Assembleia, a qual D. Pedro deveria prestar obediência, e os que defendiam um poder central forte, capaz de impossibilitar decisões que emanasse dela, como lembra Lúcia Bastos³⁸⁶.

³⁸⁴ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 51.

³⁸⁵ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira...* p. 32.

³⁸⁶ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais...* p. 376.

Na verdade, o que estava em jogo ia além da sacralidade do poder, se correlacionava com o temor sentido, por parte das elites, diante das mudanças que poderiam advir dessa nova fase política. Garantir um Imperador forte significava, para muitos, apostar na manutenção da estrutura econômica, política e social que vigorava até então. Buscava-se evitar abalos que pudessem desencadear, por exemplo, a abolição da escravatura e à adoção de uma República.

Nesse período, logo após a Independência, o clima se tornaria tenso para muitos editores de jornais, não somente pelos atos do governo, mas também por atentados contra jornalistas, como lembra Nelson Werneck Sodré³⁸⁷.

Sobre essa página da história da imprensa brasileira é importante lembrar a predominância da figura de José Bonifácio na repressão que se instalou no período. O Ministro almejava fortalecimento do poder imperial, por isso combatia com afincos os discursos que defendessem a descentralização do poder.

Sobre esse personagem histórico, Mary Del Priore acrescenta que o Ministro quase sempre se encontrava envolto em disputas para obter vantagens, prestígio e execução de seus projetos políticos. Nesse ensejo, Bonifácio, que demonstrava dificuldade em conciliar pensamentos conflitantes, resolveu perseguir seus opositores. A perseguição teve início em 2 de novembro de 1822, e entrou para a história com o nome de “Bonifácia”. Um dos perseguidos foi o jornalista Gonçalves Ledo, que, juntamente com seu grupo apoiador, foi acusado de conspiração contra o Imperador.

A perseguição aos inimigos do governo viria acompanhada por uma portaria do que encorajava a sociedade a denunciar pessoas tidas como conspiradoras³⁸⁸. Sobre essa fase histórica, Isabel Lustosa enfatiza que, no início de 1823 somente se mantiveram atuante os jornais alinhados com os discursos defendidos pelo gabinete do Ministro.

Em 19 de novembro desse mesmo ano, um Decreto Real exigia que todos os materiais impressos nas tipografias do Rio de Janeiro deveriam ter uma cópia enviada ao Imperador:

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Correeador do Cível da Côrte intime aos Proprietarios ou Administradores das differentes Typographias desta Cidade, que de todos os escriptos impressos nellas, à excepção de obras volumosas, devem remetter um exemplar a S. M.[sic]³⁸⁹

³⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 46.

³⁸⁸ DEL PRIORE, Mary. *As vidas de Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. p. 197.

³⁸⁹ ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPERIO DO BRAZIL. *Anais do Senado: ano de 1823 livro 1*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Editoração e Publicações -

Além do cerceamento da atividade jornalística, os periódicos também registrariam o nascimento de um Estado independente, porém longe de ser coeso. Um Estado no qual as contradições se correlacionavam com interesses, muitas vezes antagônicos, que emanavam de diversas partes do país. Enfim, uma nação, como cita Mary Del Priore: “composta por pequenas pátrias sendo gestada em meio à balburdia de contradições envolvendo grupos e interesses muitos diversos.”³⁹⁰

O ano de 1823 também seria palco da progressiva perda de influência de Bonifácio sobre o Imperador. A começar pelo início, em maio, dos trabalhos da Assembleia Legislativa que, ao promover sessões para a elaboração da primeira Constituição brasileira, também seria cenário de troca de ideias e acusações. Valendo-se da tribuna, muitos políticos denunciavam a opressão promovida pelos irmãos Andradas, o que incluía a perseguição à imprensa, como lembra Lustosa³⁹¹.

Vale sinalizar que os debates que ocorriam nas sessões eram registrados em ata, e publicados no jornal *Diário da Assembleia Geral: Constituinte, e legislativa do Império do Brasil* (Anexo 9). Tal exposto possibilitava a circulação de informações muitas vezes contrárias ao governo. Não raramente, o tema liberdade de imprensa vinha à tona, causando embates entre os deputados. Como exemplo, em 24 de maio de 1823, o jornal publicou um dos Projetos de Lei do Deputado Augusto Xavier de Carvalho. A proposta tentava fazer valer algumas normativas de 1821, que garantiam a liberdade da atividade. Em seu Artigo 1º, o projeto estabelecia:

São declaradas em pleno vigor todas as leis que existem, e que permitirão a liberdade da imprensa, rectificando-se permitido a todo o cidadão fallar, escrever e imprimir, sem necessidade de alguma censura.[sic]³⁹²

Logo após a proposta ser lida em plenário, José Bonifácio pediu a palavra. Ele disse que não havia necessidade de que uma lei garantisse a liberdade de imprensa, pois a mesma já vigorava no Brasil:

Subsecretaria de Anais do Senado Federal, 1823. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%201.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

³⁹⁰DEL PRIORE, Mary. *As vidas de Bonifácio...* p. 201.

³⁹¹LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira...* p. 39.

³⁹²DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL, CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL, edição de 24 de maio de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/161195/134>>. Acesso em: 24 de jun. 2019.

Sr. presidente, eu peço unicamente uma explicação que me parece necessária. Como ha entre nós ministros, requeiro que elles digão se ha alguma lei que revogue a da liberdade da imprensa, que se approvou para nos regermos por ella, porque se não temos nova lei que a destrua, não sei porque diz o nobre preopinante que ha necessidade de marcar a carreira dessa liberdade. Não quero que este povo se persuada que não somos livres [sic].³⁹³

O discurso de Bonifácio não agradou alguns deputados, que também se utilizaram da palavra para registrar, em alto e bom tom, que o Ministro estava equivocado. O próprio autor do projeto se defendeu alardeando:

Eu disse, Sr. presidente, que a liberdade da imprensa estava entre nós infelizmente supprimida de facto. Bem sei que ella existe de direito; mas tambem vejo, e todos vêm que está suffocada; e sem querer entrar no exame dos motivos que originão a suppressão, indiquei simplesmente que ella existia e lembrei que era necesario remediar este mal, fazendo que o cidadão gose do direito sagrado de communicar as suas idéas por meio dos seus escriptos [sic].³⁹⁴

Além da abertura dos trabalhos do legislativo, Bonifácio também perderia seu prestígio junto a D. Pedro pela crescente influência da Marquesa de Santos, e também por acontecimentos pontuais ligados à imprensa.

Um desses acontecimentos seria o atentado contra o proprietário do jornal *A Malagueta* (1821-1824), ocorrido em 6 de junho 1823. Os Andradas seriam os principais suspeitos. Diante desse momento de crise, em 16 de julho de 1823, o Bonifácio deixaria o ministério. Em retaliação, em agosto, lançaria *O Tamoio*, jornal com discurso opositor ao governo.

Nesse contexto, como lembra Chico Castro:

Depois do segundo semestre de 1823, cada vez mais se precipitavam os sinais da dissolução da Constituinte. A Assembleia não votou, como queria D. Pedro I, as restrições à liberdade de imprensa³⁹⁵.

³⁹³ DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL, CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL, edição de 24 de maio de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/161195/135>>. Acesso em: 24 de jun. 2019.

³⁹⁴ BRASIL. Congresso. Senado Federal. Subsecretaria de Anais. Anais do Senado: 1823, livro 1. Transcrição da Assembleia Constituinte do Império de Brazil. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Anais, [2006]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%201.pdf>. Acesso em: 22 de ago. 2019.

³⁹⁵ CASTRO, Chico. *A noite das Garrafadas*. Brasília: Senado Federal, conselho Editorial, 2013. p. 58.

Simultaneamente a esses fatos, havia certa comunicação entre os periódicos. Era comum ver o nome de um jornal escrito em outro, seja elogiando, criticando ou até mesmo reproduzindo informações. Geralmente, quando havia troca de acusações, elas versavam a proximidade do jornal para com o governo ou para com grupos contrários a ele.

Não raramente, textos de autores desconhecidos apareciam nas páginas dos jornais, fomentando ainda mais a rivalidade entre grupos que disputavam o poder. Envoltos nessa atmosfera, D. Pedro publicava textos provocadores de forma anônima como lembra Marco Morel³⁹⁶. Agindo assim, falava aos súditos o que desejava para enfraquecer a oposição. A atitude do Imperador demonstra a importância dada à imprensa pela sociedade.

Seria nesse contexto, marcado pela liberdade e posterior coibição da atividade, que alguns jornais registrariam momentos importantes na trajetória de vida de Leopoldina no Brasil. O *Correio Braziliense* (1808-1822) e a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), de 1817 a 1822, seriam exemplos de periódicos que a acompanhariam desde sua chegada ao Brasil, até sua ascensão de Princesa à Imperatriz do reino. Esses dois periódicos não adentrariam o ano de 1823, seriam extintos antes.

O jornal de Hipólito da Costa deixaria de ser publicado em dezembro de 1822. Ao longo de sua existência, o periódico sempre defendeu com afinco a derrocada do absolutismo e a autonomia brasileira diante de Portugal. Para ele Brasil deveria ser a capital do Império português, como enfatiza Barbosa Lima sobrinho³⁹⁷. Dessa forma, viu com otimismo a decisão de D. Pedro em ficar no Brasil e, posterior Independência do país. Merece destaque ainda o fato de que o jornalista percebia a presença de Leopoldina no reino, como um motivo de orgulho.

Com o advento da Independência, Hipólito encerrou a publicação do *Correio*. Considerava que sua missão estava concluída, como apontou em sua última edição.³⁹⁸ Em 16 de setembro de 1823, D. Pedro nomearia Hipólito da Costa ao cargo de Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. No entanto, mesmo ansiando pelo cargo, o agraciado jamais saberia de sua nomeação, pois faleceria dias antes, em 11 de setembro do mesmo ano. Atualmente o jornalista é considerado Patrono da Imprensa Brasileira e pioneiro na

³⁹⁶MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa...* p. 40.

³⁹⁷SOBRINHO, Barbosa Lima. *Hipólito da Costa: pioneiro da Independência do Brasil...* p. 91.

³⁹⁸CORREIO BRAZILIENSE. Edição de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/22031>>. Acesso em: 26 de jun. 2019.

luta pela Independência do Brasil, ocupando a cadeira de número 17 da Academia Brasileira de Letras.

Outro periódico que teria seu fim logo após a independência seria a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Assim como o *Correio Braziliense*, a *Gazeta* também registrara os primeiros momentos de Leopoldina no reino.

Logo após perder seu editor Manuel Ferreira de Araujo, que passaria a ser responsável pelo *O Espelho* (Anexo 10), a gazeta carioca teria seu fim, no final de 1822. Caberia ao *Diário do Governo* dar continuidade a uma de suas principais funções, a de publicar os diversos atos do governo.

O jornal de Zeferino Vitor de Meirelles, *O Diário do Rio de Janeiro* (1821-1858) continuaria a existir no período analisado. Mesmo não tendo um perfil político, esse jornal sempre expressara franca simpatia pela união entre Brasil e Portugal. No entanto, defendia a união desde que o Brasil fosse a Corte do Império. Tal exposto ficaria registrado na edição de 12 de janeiro de 1822:

Nesta obra se prova evidentemente que a Corte do Imperio Luzitano deve ser no Brasil; procurão manter-se os laços da mais estreita união entre os Luzitanos de ambos os Emisférios. [sic]³⁹⁹.

O redator do *Diário do Rio de Janeiro* faleceria em 12 de novembro de 1822, em decorrência de um atentado. O motivo, pelo que se acredita, teria sido uma das notícias publicada no jornal, em 19 de agosto de 1822. Nela o jornalista denunciava um pai que mantinha a filha em cárcere privado, maltratando-a. Após informar sobre o crime, Meireles ameaçou publicar o nome do meliante, caso continuasse a agir de tal forma:

O sujeito que encerrou sua filha, no dia 23 de julho findo, em uma prizão encommunicável, dentro de sua casa, manterisando-a desde até agora com castigos que nem a ley, nem a humanidade podem tolerar queira soltar a dita snra. Já e já; quando não seu nome hade ser publicado! [sic]⁴⁰⁰

Sobre o crime praticado contra o jornalista, Myriam Gouvêa sinaliza que durante o Primeiro Reinado não era raro encontrar “episódios em que redatores, livreiros e

³⁹⁹DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 12 de janeiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/135>. Acesso em: 3 de jul. 2019.

⁴⁰⁰DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 12 de janeiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/2096>. Acesso em: 3 de jul. 2019.

donos de tipografias eram perseguidos ou calados, pelos mais variados motivos.”⁴⁰¹. Após a morte do seu fundador, o jornal passaria para aos cuidados de Antônio Maria Jourdan. Os textos publicados, nos quais Leopoldina faria parte, se correlacionavam com informes alusivos ao nascimento dos príncipes, sua nomeação à regente do reino, e a venda de mercadorias que simbolizassem algum momento importante vivenciado pela Imperatriz.

Esse período também presenciaria o fortalecimento e o fim de alguns periódicos nascidos no contexto da Revolução do Porto. Um deles seria o *Revérbero Constitucional Fluminense (1821-1822)*. Esse periódico (Anexo 11) nasceu em um período marcado por acontecimentos diretamente ligados à Independência do Brasil. Sua luta pelo rompimento do reino para com Portugal fez com que ele fosse considerado timoneiro desse processo.

De suas páginas saíam notícias nas quais Leopoldina seria associada ao Império Austríaco e aos governantes de sua família, como a Imperatriz Maria Tereza e o Imperador Francisco I. Inseridas em um contexto correlacionado à Independência, tais notícias certamente colaboravam para legitimar a Monarquia brasileira diante de outras monarquias, e também junto aos súditos brasileiros.

Nunca é demais lembrar que em sociedades monárquicas a consanguinidade é fator preponderante para a ocupação do trono. Dessa forma, associar o governo estabelecido no Brasil a uma das mais respeitadas estirpes reais da época, confluía de forma positiva para o prestígio de nascente país.

Os rumos que o país tomaria após sua emancipação traria embates políticos e, por conta disso, o jornal passaria a se indispor, por meio de suas publicações, com o projeto políticos defendido pelo governo.

O *Revérbero* tinha como editores os maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Ambos, como lembra Lúcia Neves: “Representavam uma tendência mais radical quanto ao liberalismo”⁴⁰². Defendiam a existência de uma Assembleia forte e representativa, no qual as decisões deveriam ser acatadas pelo governante. O pensamento defendido por eles contrariava as aspirações do governo, que almejava ter, em sua centralidade, o comando praticamente exclusivo da política brasileira.

Nesse ensejo, os diretores do periódico não saíram ilesos da chamada “Bonifácia”. Foram perseguidos. No entanto, enquanto Ledo se refugiou na Argentina,

⁴⁰¹ GOUVÊA, Myriam Paula Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder...* p. 27.

⁴⁰² NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais...* p. 44.

Januário da Cunha passaria a atuar ao lado do Governo, trabalhando no *Diário Fluminense*. Sua última edição foi publicada em 8 de outubro de 1822.

Alguns jornais seguiram uma proposta bastante diferente a do *Revérbero*. Um deles seria *O Regulador Brasílico-Luso* (1822) (anexo 12). Como o próprio nome sugere, foi criado, em 29 de julho de 1822, para publicar notícias que viessem a fortalecer ideias de união entre Brasil e Portugal. Sobre o periódico, Carlos Rizzine acrescenta que ele defendia de forma clara a existência de um Rei autoritário, capaz de bloquear os anseios liberais.

Defensores da Monarquia, assim como fizera o *Revérbero* quando ainda era aliado do governo, seus editores em algumas notícias publicadas se referiam a Leopoldina como legítima herdeira das qualidades de sua família.

Com a Independência, o jornal passou a se chamar *O Regulador Brasileiro*. Seus fundadores foram Antônio José da Silva Loureiro e Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, esse último passaria a redigir o *Diário do Governo*, após a extinção do *O Regulador*, em 12 de março de 1822.

Em abril de 1822, um novo jornal ganharia as ruas do Rio de Janeiro. Seria o *Correio do Rio de Janeiro* (Anexo 13). Seu redator João Soares Lisboa deixaria registrado, logo em seu primeiro exemplar, que se inseria na luta contra o absolutismo. Para ele, nessa peleja somente a liberdade traria a justiça:

Damos principio aos nossos trabalhos em huma época, em que o despotismo, lutando em toda a Europa com a liberdade, apenas se pode conjecturar se triunfará a rasão, a justiça, e o sagrado direito do homem [...]sic].⁴⁰³

Apesar de ter sido partidário da permanência do Príncipe no Brasil, ao defender a soberania do Congresso e do povo, sentiu de perto a repressão do governo, principalmente após publicar um texto, em 19 de outubro de 1822, no qual informava que D. Pedro havia dito que aceitaria uma República, se o povo assim desejasse: “O Brasil pertende, e deve ser livre para ser feliz, e se os povos manifestarem geral desejo de serem Republicanos, não acharão em mim oppozição [sic] [...]”⁴⁰⁴.

Logo após a publicação ganhar as ruas, Soares recebeu uma intimação, cujo conteúdo dizia que o jornalista deveria deixar o Brasil e logicamente o jornal deveria ser

⁴⁰³ CORREIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 10 de abril de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749370/1>>. Acesso em: 26 de jun. 2019.

⁴⁰⁴ CORREIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 19 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749370/702>>. Acesso em: 26 de jun. 2019.

extinto. No entanto, o Imperador voltara atrás e permitiu que Soares permanecesse no país.

Apontando para a força do grupo liberal, o *Correio* voltaria a circular em agosto de 1823, porém diante de uma fase politicamente conturbada, o jornal não resistiria à coerção do governo e, em novembro de 1823, seu redator seria deportado. Suas colocações sobre Leopoldina seriam anteriores à independência, e também exaltariam sua descendência.

Outro periódico que teria sua existência marcada pela política que vigorou durante a regência e os primeiros anos do governo de D. Pedro seria *A Malagueta*. Algumas de suas publicações sobre Leopoldina dariam destaque a ela como mãe dos príncipes brasileiros.

Seu redator *Luís Augusto May* era um homem culto, que sabia usar sua escrita para obter vantagens junto ao governo. Por conta disso, o jornal não manteve sempre a mesma orientação em seu discurso, confluindo entre o apoio e o de oposição a D. Pedro.

Entre o período de 1822 a 1826, *May* teria graves problemas, principalmente com a política empreendida pelo ministério de Bonifácio. O político, visando trazê-lo para próximo de seu partido, ofereceu-lhe um cargo. Em troca o jornalista teria que suspender a publicação do periódico. Por esse motivo, em junho de 1822 *A Malagueta* deixaria de circular.

No entanto, como lembra Matías M. Molina, o prometido cargo não chegou. Inconformado em dezembro de 1822, o editor comunicou que voltaria a publicar o jornal, porém como opositor do governo. Nesse contexto, buscando desqualificar o jornalista, o jornal *O Espelho* publicou em 10 de janeiro de 1823, um artigo ofensivo contra *May*. Segundo alguns historiadores, como Nelson Werneck⁴⁰⁵, o texto havia sido produzido por D. Pedro, que usara do artifício do anonimato para não ser identificado. O teor do texto era grosseiro, em todos os aspectos. Além de ridicularizar a aparência física do jornalista, maculava sua integridade como homem casado, insinuando que era homossexual.

Meses após, denotando coragem, o jornalista publicou uma edição extraordinária da *A Malagueta*. Na qual, não hesitou em manchar a imagem do governo. Escreveu que D. Pedro havia lhe prometido produzir um artigo e publicá-lo no jornal *Diário do*

⁴⁰⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil...* p. 62.

Governo, declarando a inocência do governo na elaboração do desrespeitoso texto. O Imperador, segundo May, não cumprira o prometido:

Erão passados três Mezes depois que Vossa Magestade Imperial Se havia dignado declarar-me, que a Publicação suja do Espelho de 10 de Janeiro havia de ser contestada no Diario do Governo de huma maneira resumida sim, mas sufficiente para demonstrar, que o Governo de V. M. I. não tinha tido parte alguma n'humã producção, que a todos pareceo sahir debaixo dos auspícios de Alta protecção [...]⁴⁰⁶

No dia que seguira a publicação, o jornalista seria espancado quase até a morte por asseclas de José Bonifácio. A repercussão seria imediata e a pior possível. Como sinaliza Carlos Rizzini: “A agressão abateu e azedou o espírito público”⁴⁰⁷. Discursos políticos contra o governo surgiram por toda parte, até na Constituinte. O Deputado Carneiro da Cunha lembrou que May, no período da independência, havia defendido o direito dos brasileiros, e recebera em troca um atentado contra sua vida. A culpa recairia sobre os Andradas, que logo a seguir perderiam a proteção de D. Pedro e seriam afastados do governo.

Nesse contexto, nada favorável à imprensa brasileira, a Comissão de Legislação da Assembleia forneceu parecer favorável ao Decreto que embasaria a liberdade de imprensa no Brasil. No entanto, Nelson Werneck lembra que tal projeto: “Ficara letra morta na Corte, com o desenvolvimento dos acontecimentos.”⁴⁰⁸, D. Pedro dissolveria a Constituinte.

Em 25 de março de 1824, D. Pedro outorgaria a Constituição. Criaria o Poder Moderador. E, com relação à imprensa, permitiria que a Carta Magna trouxesse em seu texto o artigo 179, cujo teor dizia que a atividade estava amparada pela liberdade, porém os abusos seriam punidos:

Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no

⁴⁰⁶ MALAQUETA EXTRAORDINÁRIA. Edição de 5 de junho de 1823. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/666>>. Acesso em: 2 de jul. 2019.

⁴⁰⁷ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1988, p. 393.

⁴⁰⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 86.

exercício deste Direito, nos casos, e pela forma, que a Lei determinar. [sic]⁴⁰⁹.

A leitura do artigo permite notar um “vácuo” na interpretação do que poderia ser considerado abuso de liberdade. Fato que acabava por ampliar as possibilidades para a perseguição aos indivíduos que não compartilhavam da simpatia do governo. Assim, a insegurança continuou a rondar a escrita de muitos jornais. A normativa só teria uma regulamentada em 1830, lembra Marialva Barbosa⁴¹⁰.

No mesmo ano em que seria outorgada a Constituição (1824), alguns jornais foram criados. Um deles seria o *Império do Brasil: Diário Fluminense* (1825-1831). Esse jornal (Anexo 14) deixava claro sua proximidade para com o governo, carregando em todas as suas páginas de abertura o brasão imperial da Monarquia reinante. Além disso, o *Diário* seguia a mesma linha das folhas governamentais anteriores a ele, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Diário do Governo*.

Correlacionados ao governo, esse jornal acabava trazendo notícias carregadas de elogios aos seus governantes, o que acabava por atrelar à imagem de Leopoldina a robustos predicados, como amada e culta, fortalecendo a construção de um perfil muitíssimo favorável à essa governante.

Outro jornal que teve seu advento no ano da Constituição⁴¹¹ foi *O Spectador brasileiro* (Anexo 15). Criado pelo francês Pierre René François Plancher, na cidade do Rio de Janeiro, esse periódico, deixou claro que um dos seus objetivos era o de fortalecer a Monarquia. Seu fundador era um homem possuidor de uma cultura invejável e com muito trato para os negócios. Segundo Marco Morel, “Plantando no cerne das atividades culturais e políticas, Plancher não estaria isento, na Corte brasileira, de polêmicas [...]”⁴¹². Atacado pela oposição do governo, principalmente pelos liberais exaltados, o jornalista muitas vezes era definido como “corcunda”. O vocábulo era usado para sinalizar partidários do absolutismo.

O Spectador tinha um perfil conservador e seus textos traziam um tom forte de exaltação ao reino: “BRASILEIROS, nós devemos mostrar á Europa, ao mundo, e á

⁴⁰⁹ BRASIL. Artigo 179, inciso IV da Constituição política do Império do Brasil de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 30 de jun. 2019.

⁴¹⁰ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p. 41.

⁴¹¹ *O Spectador* foi criado em 28 de junho de 1824.

⁴¹² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. 2.ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 32.

mais remota Posteridade que a elevação do nosso Throno Imperial, Constitucional não foi feita com a precipitação d'hum louco entusiasmo.[sic]”⁴¹³, diria ele.

François Plancher, assim como vários homens de sua época, temia as revoluções, pois acreditava que elas traziam o caos. Por esse motivo, muitas de suas publicações primavam pela união das províncias brasileiras: “BRASILEIROS estreitemos os vínculos de nossa união; engrossemos esta muralha salvadora dos Estados; todas as providencias tomadas pelo governo são em nossa defeza [sic]”⁴¹⁴. Por conta de seu perfil, não raramente publicava letras de versos e canções, cujo teor celebrava a Monarquia, o que incluía, por vezes, Leopoldina.

A partir de 1820 várias regiões brasileiras passariam a ter suas próprias tipografias, fazendo com que a palavra impressa ganhasse crescente espaço em diversas províncias. Tal exposto favorecia a circulação de ideias. Assim, como acrescenta Marco Morel, havia comunicação entre jornais de lugares distintos. Para o historiador: “Eram elos de tipo nacional que se constituíam, também, pela palavra imprensa.”⁴¹⁵

A comunicação entre as províncias por meio da imprensa, algumas vezes, acontecia de forma bastante explicita. Esse seria o caso da criação do jornal o *Grito da Razão: na Corte do Rio de Janeiro*, em 23 de fevereiro de 1825 (Anexo 16). O principal objetivo desse jornal era promover a comunicação entre os interesses da província baiana e a Monarquia. Mesmo se colocando como aliado do governo, o periódico enfatizava que reivindicaria melhorias para a “Princesa das Províncias”⁴¹⁶, ou seja, para a Bahia.

As notícias analisadas nesse jornal apontam que ele se manteve fiel a esse perfil. Até mesmo quando a notícia se vinculava diretamente à Leopoldina. Quando isso acontecia, solicitava o auxílio da governante para a solução de alguma questão ligada à Bahia.

Dentro desse contexto, em Minas gerais, assim como em outras regiões, também surgiriam periódicos que ajudariam a divulgar informações sobre o governo, e consequentemente sobre a Imperatriz.

⁴¹³O SPECTADOR. Edição de 28 de junho de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700126/2>>. Acesso em: 1º de jul. 2019.

⁴¹⁴O SPECTADOR. Edição de 28 de junho de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700126/2>>. Acesso em: 1º de jul. 2019.

⁴¹⁵MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa...* p. 40.

⁴¹⁶O GRITO DA RAZÃO: NA CORTE DO RIO DE JANEIRO. Edição de 23 de fevereiro de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700479/1>>. Acesso em 05 de jul. 2019.

Os jornais impressos na província mineira acabavam refletindo a conjuntura política que vigorava no Brasil. Traziam em seus escritos discussões sobre o absolutismo, em franca decadência, e o liberal-constitucionalismo, vindo com os ventos revolucionários da Europa.⁴¹⁷ Nesse ensejo, em especial, dois jornais mineiros publicariam informações sobre Leopoldina, sendo ele: o *Abelha do Itaculomy* (1824-1825) e *O Universal* (1825-1842).

Logo em seu primeiro exemplar (Anexo 17)⁴¹⁸, publicado na tipografia de Manuel Joaquim Barbosa Pimenta e Sal, o *Abelha do Itaculomy*, como um bom jornal conservador, deixou registrado o apreço pela religião e pela ordem. Por meio dele é possível ter acesso a diversos decretos, atos e artigos do governo. Tal exposto aponta para a proximidade que o periódico tinha para com a Corte instalada no Rio de Janeiro. Além disso, demonstrava temer o liberalismo e a liberdade de imprensa. Segundo o jornal, a liberdade da escrita traria “sandices e desvarios”⁴¹⁹ às páginas dos jornais.

Sempre atento aos acontecimentos ligados à cultura festiva do reino, o jornal contribuiria para divulgar algumas datas importantes ligadas às fases de vida dos membros da Monarquia, como nascimentos, batizados e aniversários. Nesse ensejo, algumas dessas datas se correlacionavam diretamente à Imperatriz, fazendo com que seus súditos delas tomassem ciência.

O Universal (Anexo 18) seria outro periódico mineiro que contribuiu para divulgar informações acerca da Imperatriz. Seu surgimento está correlacionado às necessidades colocadas diante da extinção do *Abelha do Itaculomy*, em julho de 1825. Além disso, o jornal informava que um dos objetivos era publicar informações advindas do governo, e não propagar o ódio: “meu fim he a illustração pública, e não suscitar odios entre os cidadãos, fruto único de tais personalidades. Preferirei sempre a publicação das Leis, Decretos e Portarias [...] [sic].”⁴²⁰

Mesmo servindo em muitos momentos ao governo, o jornal possuía um perfil por vezespositor, certamente, porque dois dos seus redatores⁴²¹ nutriam franca

⁴¹⁷HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. Apontamentos sobre a imprensa liberal mineira no Primeiro Reinado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 5, n.1, p. 57-67 e 2 jan./dez. 2010.

⁴¹⁸ABELHA do Itaculomy. Edição de 12 de janeiro de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/778931/1>>. Acesso em: 2 de jul. 2019.

⁴¹⁹ABELHA do Itaculomy. Edição de 14 de janeiro de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/778931/692>>. Acesso em: 2 de jul. 2019.

⁴²⁰O UNIVERSAL. Edição de 18 de julho de 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706930/1>>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

⁴²¹Bernardo de Vasconcelos e José Pedro de Carvalho.

simpatia pelos discursos liberais. Dessa forma, como lembra Marcia Amantino, era comum ler em suas páginas críticas ao Imperador:

O jornal “O Universal” tem um perfil político que tende à crítica ao governo monárquico. São comuns notícias de Paris e sátiras ao governo, mostrando suas deficiências e inoperâncias. Entretanto, as matérias mais agressivas são sempre assinadas por um pseudônimo e o jornal enfatiza que não tem qualquer responsabilidade sobre elas.⁴²²

O Universal publicaria importantes informações sobre a comoção social que se formou na cidade do Rio de Janeiro por ocasião da morte de Leopoldina. Como se verá mais à frente, o olhar que o jornal lançou sobre o momento ajuda a entender como esse momento foi vivenciado pelos moradores do Rio de Janeiro e como essas informações circulavam pelo Brasil.

O Ceará também teria acesso às informações impressas sobre a Monarquia. Essa seria uma das funções do jornal *Império do Brasil: Diário do Governo do Ceará* (1823-1833) (Anexo 19). Suas edições seriam marcadas pela divulgação de atos oficiais e também por notícias de outras províncias. Marialva Barbosa lembra que o periódico “inaugura os serviços da Tipografia Nacional Cearense.”⁴²³

Também seria nessa mesma década que o Maranhão passaria a contar com atividades ligadas à impressão. Um dos jornais que obteve certo destaque e que auxiliou a propagação de informações ligadas à Leopoldina foi o *Argos da Lei* (1825). O periódico foi criado em janeiro de 1825 (Anexo 20), por um dos jornalistas mais respeitados da história do jornalismo maranhenses, Manoel Odorico Mendes. O jornalista levava nos seus textos um tom bastante politizado, no qual defendia com afinco o governo de D. Pedro I.

Nesse ensejo, merece destaque o fato de que o Maranhão não aderiu de forma coesa à independência promovida por D. Pedro. Por conta dessa realidade vários conflitos ocorreram, inclusive, a Confederação do Equador que aglutinou várias províncias da região. Assim, pode-se concluir que o *Argos*, ao longo de sua breve existência, foi alvo de inúmeras críticas. Mesmo não tendo completado um ano de existência, pelo que consta, sua última edição ocorreu em 7 de junho de 1825, esse periódico possibilita a percepção dos intensos debates políticos que ocorriam na província.

⁴²² AMANTINO, Marcia. *Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal”- 1825 a 1832*. Locus: Revista de História. v. 12 n. 2, p. 59-74, p. 61, 2006.

⁴²³ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 41.

Enquanto a imprensa ganhava destaque nas províncias, muitas vezes apoiada nos diários do governo, no Rio de Janeiro, alguns jornais liberais conseguiam certo destaque. Esse foi o caso do *Astréa*, criado em junho 1826 (Anexo 21). Esse jornal, de acordo com Werneck, repudiava a concentração de poder nas mãos do governo e também os excessos de grupos liberais mais radicais. Portanto se enquadra em um perfil moderado. Por ter sido criado no ano em que Leopoldina faleceria, esse periódico pode registrar informações sobre a morte da imperatriz e a reação popular diante da notícia, tal qual fariam outros jornais, principalmente os ligados à imprensa áulica.

Diante de todo o exposto analisado até aqui, concluiu-se que a imprensa do período de 1822 a 1826 foi marcada por intensos debates políticos, geralmente correlacionados às questões pertinentes a formação do Estado. Nesse ensejo, entrou para a pauta dos periódicos assuntos que geravam polêmicas, alimentando antagonismos entre grupos políticos rivais. Muitos desses temas demonstrariam a fragilidade da Monarquia diante da crescente oposição.

Debatiam-se assuntos como o absolutismo, as ideias liberais, Constituição e liberdade de imprensa. E, paralelo a essa realidade, a atividade ia ganhando espaços e importância, até mesmo quando era cerceada.

Os jornais analisados nesse capítulo da dissertação são os que foram selecionados diante das notícias que apresentaram sobre Leopoldina, nos anos de 1822 a 1826. Entender o perfil de cada dele é buscar perceber a motivação para a escrita da informação, principalmente em um contexto histórico marcado por acontecimentos que envolviam diretamente a Monarquia presente nos trópicos.

3.3. Notícias sobre Leopoldina, a primeira Imperatriz do Brasil: por dever, por hábito, e por afeto, 1822 a 1826

As notícias dos jornais de 1822 a 1826 demarcariam de forma bastante nítida a imagem a imagem de Leopoldina como Princesa do reino, mãe dos príncipes brasileiros, e também, a partir da independência, como a primeira Imperatriz do Brasil.

Cabe pontuar que a fase é rica em informações correlacionadas à vida pública de Leopoldina, enquanto esposa do governante. Foi nesse lapso temporal, por exemplo, que ela ocupou algumas vezes o cargo Regente do Brasil, vindo inclusive a assinar o Decreto de Independência, em 2 de setembro de 1822.

É importante chamar atenção que alguns eventos ocorridos no período podem ser considerados marcos divisórios e importantes para o entendimento da história do país e, em especial, a presença da Monarquia em solo Brasileiro. Como exemplo pode-se citar: o Dia do Fico, a Independência e a primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824. No entanto, para não se distanciar do objetivo dessa dissertação, que é o de perceber a imagem de Leopoldina dada à leitura pelos jornais, de 1817 a 1826, procurar-se-á se ater às publicações nas quais essa soberana ganhou destaque no texto jornalístico.

Assim, partindo desse ponto de análise, o adentrar do ano de 1822 trouxe consigo algumas notícias correlacionadas diretamente à Leopoldina. Tais publicações demonstram o clima de agitação política que tomou conta do Brasil, em especial no Rio de Janeiro, no ano em que ocorreria a independência. Nesse ensejo, a fuga da Princesa com seus filhos para a fazenda de Santa Cruz, em 11 de janeiro de 1822, ganharia destaque na imprensa.

A *Malagueta* seria um dos jornais que informaria à sociedade sobre o acontecimento, exaltando a coragem e determinação de Leopoldina em proteger os Príncipes brasileiros, diante da presença das tropas portuguesas no Rio de Janeiro:

Não me posso dispensar de relatar que Sua Alteza Real Havia tomado o expediente de fazer conduzir a Serenissima Senhora Princeza Real com os nossos Preciosos Reaes Ramos aqui nascidos para o Palacio de Santa Cruz para os por longe de qualquer scena de desolação que aqui poderia haver. Eu appello para a sensibilidade de todo o Homem de Bem, para pesar humanamente a consternação desta virtuosa Princesa, que até agora tem sido Crédora da nossa admiração pela sua admirável circumspecção, e mansidão de caracter; obrigada a ter sustos, e cuidados pela sua segurança [...]sic].⁴²⁴

A fuga de Leopoldina ganharia maior importância junto à imprensa quando, em 4 de fevereiro, o Príncipe João Carlos viria a falecer. Vitimado por intensa febre e fortíssimos ataques epiléticos, os jornais do período culpariam a viagem à Santa Cruz pela morte do menino, e, conseqüentemente as ameaças da oficialidade portuguesa.

Correio Braziliense seria um dos primeiros jornais que produziriam discursos nesse sentido. Após detalhar sobre a presença das tropas portuguesas no Rio de Janeiro, o periódico descreveria os motivos que levaram o Príncipe ao óbito:

⁴²⁴A MALAGUETA, edição de janeiro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/15>>. Acesso em: 29 de abr. 2019.

Sucedeeo, porém, uma circumstancia, que causou geral tristeza, e foi a morte do infante D. Affonso, filho do Principe Real. A Princeza, com a Familia Real, saio para Sancta Cruz em uma carruagem descoberta, e o calor do sol causou uma febre ao infante, da qual morreu. [sic]⁴²⁵

Em 12 de fevereiro de 1822 o *Reverbero: Constitucional Fluminense* também escreveria sobre o episódio dando destaque à Leopoldina como uma mãe valente, que disposta a proteger sua prole providenciou sua saída da Corte, levando consigo a pequena criança nos braços:

[...] a Agusta Filha dos Cesares, levando em seus braços o Penhor da sua Conjugal União, e das nossas bem nascidas esperanças, ameaçado então por aquelles mesmos que se jactão de haver arrancando das mãos inimigas o Trono dos Nossos Augustos Soberanos? O lugar que se considerava menos exposto as violencias dos canibaes, era o Palacio de Santa Cruz [...] [sic]⁴²⁶

Além de trazer detalhes sobre o contexto da fuga, o *Reverbero* lembraria que Leopoldina era descendente da grande Imperatriz Maria Thereza da Áustria, soberana que ganhou a respeitabilidade dos militares ao circular, de forma heroica, na frente dos soldados húngaros também carregando seu filho nos braços:

Os Hungaros firmes no seu systema contra os direitos da Casa de Austria, abaterão as armas, respeitando o Augusto Filho dos seus Soberanos, que a Imperatriz reza lhes mostrava nos braços, circulando as fileiras revoltadas, e dispostas ao combate. A Europa applaudio, com iguaes demonstraões de louvor, a firmeza heroica da Imperatriz, e a pronta submissão dos soldados Hungaros [...] [sic]⁴²⁷.

É notório que a morte do Príncipe nascido no Brasil causara grande impacto na sociedade e acabara por insuflar, ainda mais os sentimentos contrários à dominação portuguesa. Cabe pontuar que, em sociedades monárquicas, a morte de um Príncipe diz respeito ao próprio Estado e por consequência à sociedade. Dessa forma, pode-se imaginar a comoção social que o ocorrido ocasionou.

⁴²⁵ CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700142/20700>>. Acesso em: 26 de maio. 2019.

⁴²⁶ REVERBERO: CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, edição de 12 de fevereiro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700223/181>>. Acesso em: 25 de maio. 2019.

⁴²⁷ REVERBERO: CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, edição de 12 de fevereiro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700223/182>>. Acesso em: 25 de maio. 2019.

Inserida nessa lógica cultural, a *Gazeta do Rio* traria aos seus leitores informações detalhadas sobre o sepultamento da criança. O jornal informaria também o que muitos acreditavam ser o real motivo que levara o Príncipe a falecer. Uma maldição que acompanhava a família Bragança. Segundo essa crença, os Príncipes homens primogênitos dessa linhagem real estaria condenado à morte:

[...] o Principe D. João teve que seguir a sorte dos Theodozios, Josés, Antônios, e outros Principes, como estivera escripto no livro dos Destino que os Primogenitos de Bragança, não empunhiam o Scepto Lusitano!⁴²⁸

Dias após a perda do filho, o nome de Leopoldina voltaria às páginas dos jornais. O motivo era o nascimento de mais um filho. Fato que, independente do luto que ainda se vivia, deveria ser comemorado e anunciado em todo o reino.

Nesse ensejo, o *Diário do Rio de Janeiro* anunciaria os preparativos que deveriam ocorrer no dia do parto, seguindo as ordens de D. Pedro:

Sua Alteza o Principe Regente Tem resolvido que no dia do feliz Parto da Serenissima Senhora Princeza Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algaves, e nos dous dias sucessivos, hajão luminarias, ripiques de sinos, e salvas de Artilharia em toda a Côrte.⁴²⁹

Com relação ao nascimento da Princesa, que se chamaria Januária, *O Espelho* daria ênfase à fecundidade de Leopoldina e, após as devidas felicitações, mencionaria que a alegria seria maior se o filho que havia nascido fosse um homem, como o que falecera:

O dia 11 corrente foi precedido de huma brilhante Aurora. Pelas 3 horas emeia da manhã a Serenissima Senhora Princesa Real deu à luz huma infanta com prospero successo. Ainda que as nossas esperanças ficaraõ em parte enganadas, ambicionando hum Principe, que enchugasse as lagrima, arrancadas dos nossos olhos pela fatal perda acontecida no dia 4 de Fevereiro, nem por isso temos menos justos motivos de alegria. A isso temos menos justos motivos de alegria. A feliz fecundidade, com que o Ceo abençoa a Sua Alteza Real, nos

⁴²⁸GAZETA DO RIO, edição de 16 de fevereiro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7073>>. Acesso em: 1 de maio. 2019.

⁴²⁹DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 9 de março de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/1538>. Acesso em: 1 de maio. 2019.

segura o penhor da nossa prosperidade, que reúna em si as virtudes e os talentos, que admiramos em Seus Ausgustos Pais. [sic]⁴³⁰

Em meio ao luto e a alegria pelo nascimento de mais um filho, Leopoldina se encontraria inserida em um contexto de agitação política, no qual os interesses de Portugal não abrigavam a autonomia política e econômica almejada por muitos brasileiros.

Nesse ensejo, a imagem de Leopoldina começaria a configurar na imprensa brasileira como Princesa de um reino que ansiava pela permanência de sua família. Como exemplo, o *Correio do Rio de Janeiro*, expunha a insatisfação que muitos súditos sentiam diante dos ditames das Cortes e, logo após, lembraria que o próprio Rei havia confiado Leopoldina à guarda dos brasileiros: “He inconcebível o motivo porque o Soberano Congresso queira arrancar dos braços do Brasil ao Idolo do seu Culto Politico!”, “Não lembrará mais que S.A. confiou sem esitar á guarda dos Brasileiros a Augusta Filha dos Cesares, Preciozo Thezouro de seu conjugal Amor, e os innocentes Fructos de seu Consorcio?”⁴³¹

Nesse período, a imprensa também portariam notícias que vinculariam Leopoldina a acontecimentos importantes e simbólicos para a Monarquia nos trópicos. Em 16 de maio de 1822, a *Gazeta do Rio* informaria à sociedade detalhes sobre a investidura de D. Pedro à Defensor Perpétuo e Constitucional do Reino do Brasil. O evento havia ocorrido no paço da cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1822 e, segundo o jornal, na ocasião a população saudou o casal com enfáticas vivas: “Viva ElRei Constitucional - Viva o Principe Regente, Protector, e defensor Perpetuo e Constitucional do reino do Brazil - Viva a Princesa Real.”⁴³² [sic].

Na mesma edição o periódico informou que o uniforme usado pela Guarda de Honra de D. Pedro tivera como inspiração o uniforme da Guarda de Francisco I, pai de Leopoldina: “[A] Guarda vestido de novo uniforme de fardas brancas com cabor escarlattes, immitando no mesmo uniforme a huma guarda Allemã, que accompanhava a Sua Magestade Imperial, Ausgusto Sogro de S. A. R. [sic].”⁴³³

⁴³⁰O ESPELHO, edição de 13 de março de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/69>>. Acesso em: 30 de abr. 2019.

⁴³¹CORREIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de maio de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749370/99>>. Disponível em: 26 de maio. 2019.

⁴³²GAZETA DO RIO, edição de 16 de maio de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7274>>. Acesso em: 5 de maio. 2019.

⁴³³GAZETA DO RIO, edição de 16 de maio de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7274>>. Acesso em: 7 de maio. 2019.

No mesmo dia em que D. Pedro era aclamado Defensor Perpétuo do Brasil, um grupo de senhoras baianas produziram um manifesto em agradecimento à Leopoldina pelo apoio dado à causa brasileira, ou seja, na permanência do Príncipe na América. O documento somente seria entregue meses após, em 24 de agosto de 1822, e seu conteúdo fora publicado pela imprensa. Um dos jornais que divulgaria o seu teor, foi *O Espelho*:

As Bahianas abaixo assignadas, sensíveis ao muito, que tem Sua Alteza Real o Senhor Dom Pedro Principe Regente contribuindo para a Política prosperidade de todo o Brasil sob auspícios das bases Constitucionaes, por todo elle juradas [...] E, ponderando nós bem a grande parte, que nesta heroica Revolução teve Vossa Alteza Real, annuindo ao que Deliberára Seu Augusto, mais Adorado Esposo, na fórma das Representações de hum Povo fiel, e ameaçado dos maiores horrores pela orfandade, em que hia cahir, Mostrando assim Vossa Alteza Real quanto he digna do Thono [...]. Vimos offerecer os nossos Corações, únicas oblações, que por Natureza ao alcance do nosso sexo; para que faça a Posteridade o devido conceito das brasileiras, e em particular as bahianas.⁴³⁴

Mesmo diante da pouca importância arrogada ao segmento social feminino em dada sociedade, principalmente na esfera política, o documento vinha acompanhado por cento e oitenta e seis assinaturas de mulheres baianas. Tal exposto demonstra a mobilização que ocorreu em torno da elaboração do manifesto, fato que não passaria despercebido por Leopoldina, que em carta diria ao marido: “Amanhã tenho a Embaixada das Senhoras Bahianas, o que prova que as mulheres têm mais ânimo e são mais aderentes à causa boa”.⁴³⁵

Vale reparar que a Bahia, como lembra Lyra: “[...] era uma das províncias ainda dominadas pelas forças portuguesas sujeitas às Cortes de Lisboa.”⁴³⁶. Assim, o encontro da Princesa com essas mulheres tinha um significado especial. Diante disso, Leopoldina agradecerá a homenagem em discurso, reproduzido pelo jornal *O Espelho*, em edição de 24 de agosto de 1822:

⁴³⁴O ESPELHO, edição de 24 de agosto de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>>. Acesso em: 03 de maio. 2019.

⁴³⁵LEOPOLDINA. Carta de uma Imperatriz... Carta escrita a Dom Pedro, de 22 de agosto de 1822, p. 409.

⁴³⁶LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Relações diplomáticas e interesses políticos no casamento de Leopoldina*. In: 200 Anos: Imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro: IHGB, 1997, pp.106-154, p. 151.

Agradeço o Signal de respeito e amizade, que me mostraõ as senhoras da Bahia, e procurarei nunca desmerecer-lhes, o conceito, que de mim fazem; desmerecer-lhes o conceito, que de mim fazem; empenhando-me em concorrer com Meu Augusto Esposo para a honra e felicidade no Reino do Brasil.⁴³⁷

É importante citar que o manifesto fora entregue à Leopoldina em um período em que ela ocupava o cargo de Regente do Brasil. Tal realidade acabou por fornecer visibilidade à jovem como responsável pelos rumos políticos do país, na ausência do seu marido,

O *Diário do Rio de Janeiro*, em 17 de agosto de 1822, assim como fariam outros jornais, publicou o teor do Decreto no qual D. Pedro nomeou Leopoldina ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 13 de agosto de 1822. O documento informava aos súditos as incumbências da Princesa à frente da regência do reino:

Tendo do amentar-Me desta capital por mais de uma semana, para, ir visitar a Província de S. Paulo, e cumprindo, a bem dos meus habitantes, e da segurança e tranquilidade individual e publica, que o Expediente ordinario dos Negocios não padeça com esta, Minha Ausencia temporária: Hei por bem, que os Meus Ministros e Secretarios d' Estado continuem, nos dias prescriptos e dentro do Paço, como ate agora, debaixo da Presidência da Princeza Real do Reino Unido, Minha Muito Amada e Prezada Esposa, no Despacho do Expediente ordinário das diversas Secretarias d' Estado e Repartições.⁴³⁸

O decreto divulgado pelo jornal informava que Leopoldina estava autorizada a tomar decisões que se fizessem necessárias, sendo elas posteriormente comunicadas ao Príncipe para sua ratificação:

[...] debaixo da Presidencia, da mesma, Princeza: a Qual fica, desde já authorisada para com os referidos Ministros e Secretarios d'Estado Tomar logo todas as medidas necessárias, e urgentes ao bem, e salvação; e de tudo Me dará immediatamente parte para receber a Minha Approvação e Ratificação [...]sic].⁴³⁹

⁴³⁷O ESPELHO, edição de 24 de agosto de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>>. Acesso em: 03 de maio. 2019.

⁴³⁸DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 17 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/2090>. Acesso em: 5 de maio. 2019.

⁴³⁹DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 17 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/2090>. Acesso em: 5 de maio. 2019

Atuando como governante, Leopoldina manteria a mesma agenda de audiências que seu marido seguira até então, concedendo reuniões às quartas-feiras a indivíduos e a grupos, conforme apresentou a *Gazeta do Rio* de 20 de agosto de 1822: “Sua Alteza a Serenissima Senhora Princeza Real dá Audiencia nas Sextas-feira, da mesma sorte que tem praticado Sua Alteza Real o Principe Regente, seu Ausgusto Esposo”. [sic]⁴⁴⁰

Foi justamente, quando a Princesa ocupava a regência, que a tensão entre o Brasil e Portugal se tornaria mais expressiva. Dada realidade, acabou por mobilizar algumas províncias em favor da permanência de D Pedro n.a América. Como exemplo a *Gazeta do Rio de Janeiro* divulgaria que, em agosto de 1822, na Vila Porto Feliz, em Itú, São Paulo, fora criado grupamento paramilitar disposto a defender Príncipe herdeiro se necessário fosse. O grupamento se chamava *Voluntários da Princesa Real*:

A flor da mocidade de Porto feliz se reúne, brada mil vivas ao Idolatrado Heróe nosso Perpetuo Defensor, e Regente formão hum brilhante Esquadrão de cavalaria, nomeão para seu Chefe a Manuel Alves Lima, e tomão o titulo tão pomposo como grande de voluntários da Serenissima Senhora Princeza Real! [sic]⁴⁴¹

Da província de São Paulo partiriam também belos elogios à jovem nobre. O jornal *O Espelho* ao publicar informações sobre a chegada de D. Pedro à região, em 25 de agosto de 1822, narrou também que muitos paulistas lamentaram a ausência de Leopoldina, a quem chamavam de mãe dos brasileiros:

Aindaque este prazer foi algum tanto minguado por não vir S.A.R. Acompanhado, como se esperava, de Sua Augusta Consorte, a Serenissima Senhora D. Maria Leopoldina Josefa Carolina Princeza Real do Reino Unido, Arquiduquesa de Austria, a adorada mãi dos Brasileiros, e especialmente dos Paulistas, a quem honra, chamando-os – Seus Paulistas-. [sic]⁴⁴²

É importante sinalizar que, pelo que se constatou, notícias correlacionadas à proclamação da independência, ocorrida em 7 de setembro de 1822, só configurariam nas páginas dos jornais dias após. A *Gazeta do Rio de Janeiro* é um dos jornais que

⁴⁴⁰GAZETA DO RIO, edição de 20 de agosto de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/7445>> . Acesso em: 5 de maio. 2019.

⁴⁴¹GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de setembro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7493>>. Acesso em: 10 de maio. 2019.

⁴⁴²O ESPELHO, edição de 13 de setembro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/382>>. Acesso em: 27 de maio. 2019.

confirma tal exposto. Em 12 de setembro de 1822, por exemplo, o periódico não mencionaria o rompimento entre o Brasil e Portugal e se reportaria a D. Pedro como Príncipe Regente.

Outro ponto da pesquisa que merece ser citado encontra-se no fato de que, no período de 1822 a 1826, não se encontrou nenhuma notícia que mencionasse o Decreto de Independência assinado em 2 de setembro de 1822, durante a regência de Leopoldina. Tal realidade, certamente, contribuiu para a propagação da imagem do Príncipe como único protagonista do momento.

Merece ainda atenção o fato de que a imprensa não arrogou grande destaque à viagem de D. Pedro a São Paulo e nem a proclamação quando ela ocorrera de fato. Tal realidade contribuiu para a percepção de que a data de 7 de setembro não fora considerada uma data simbólica, naquele momento. O acontecimento ganharia maior destaque junto à imprensa com o advento da aclamação do Príncipe a Imperador, em outubro de 1822. A partir desse momento, os jornais iriam se referir ao reino como Império e a Leopoldina como Imperatriz.

Sobre a citada ausência Isabel Lustosa⁴⁴³ acredita que ela fora otimizada pela política independente que o Ministério de Bonifácio já realizava. A historiadora explica que antes do famoso grito do Ipiranga, D. Pedro já havia enviado a algumas nações um manifesto, no qual se pontuava as disposições do governo brasileiro.

Mas, mesmo diante de certa invisibilidade quando o assunto era a independência, ao narrar os acontecimentos correlacionados ao Dia da Aclamação, *O Espelho* iria se referir a Leopoldina como adorada Imperatriz: “Se Dignou SUA MAGESTADE Transportar-se do paço da Quinta da Boa Vista para o da Cidade, Acompanhado da Adorada Imperatriz [...]” [sic]⁴⁴⁴

Em 25 de outubro, *O Regulador Brasilico-luso* publicou um texto no qual pedia a proteção divina e agradecia a Deus pela Independência do Brasil. Em seu decorrer o texto enaltecia a descendência de Leopoldina, lembrando aos leitores que a jovem descendia da grande Imperatriz Maria Teresa da Áustria:

Abençoa igualmente os dias preciosos da nossa Augusta Imperatriz;
suas virtudes nos dam o prazer de vermos huma verdadeira copia da

⁴⁴³ LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira... p. 33.

⁴⁴⁴ O ESPELHO, edição de 15 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/420>>. Acesso em: 26 de maio. 2019.

Immortal Maria Thereza, seos talentos seo gosto pelas sciencias [...]sic]⁴⁴⁵.

Segundo informações expostas pelo jornal oficial do governo, no dia 15 de novembro, dia dedicado a São Leopoldo, Leopoldina receberia diplomatas e súditos de classes distintas. Em virtude da devoção da Princesa para o santo, que inclusive inspirara seu nome, a data era bastante comemorada no reino. Tal realidade ficaria registrada nas páginas da gazeta carioca:

Hontem 16 do corrente dia de S. Leopoldo concorreu ao paço grande quantidade de pessoas das mais distintas classes, Funcçionarios Publicos e Agentes Diplomaticos para terem a honra de comprimentarem a SS. MM. II. Por ser o dia consagrado ao Santo do nome de S. M. a Imperatriz Constitucional do Imperio do Brasil [...]sic].⁴⁴⁶

O Império do Brasil: Diário do Governo em um dos seus primeiros exemplares de 1823, comunicaria a criação, por meio do Decreto, da Imperial Guarda de Honra. O documento visava organizar a nova tropa e, em um dos seus artigos, sinalizava que o grupamento só deveria prestar continência ao Imperador e à Imperatriz: “A Guarda de Honra não fará continência senão á Minha Imperial Pessoa, á Imperatriz Minha muito amada e presada Esposa [sic] [...]”⁴⁴⁷

Em sua edição de 21 de fevereiro de 1823, *O Espelho* saudaria a jovem Imperatriz pelo nascimento de mais um filho, a Princesa Paula Mariana que havia nascido dias antes, em 17 de fevereiro. No decorrer da notícia, assim como fariam outros jornais, o periódico citaria a fecundidade da Imperatriz: “O Ceu concedeu ao vastíssimo Imperio do Brasil hum novo signal da sua especial protecção no precioso fructo da feliz fecundidade de Sua Augusta Imperatriz.”[sic]⁴⁴⁸

Como era de se esperar, alguns jornais informariam aos leitores sobre a presença da soberana em alguns eventos ligados à política do Estado. Nesse ensejo, em 6 de maio de 1823, *O Espelho* publicaria que Leopoldina havia comparecido a uma das sessões da Assembleia Legislativa, juntamente com a Princesa Maria da Glória. A presença da

⁴⁴⁵O REGULADOR BRASILEIRO-LUSO, edição de 25 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700274/209>>. Acesso em: 18 de maio. 2019.

⁴⁴⁶GAZETA DO RIO. Edição de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7620>>. Acesso em: 3 de jul. 1822.

⁴⁴⁷IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO DO GOVERNO, edição de 15 de jan. de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706752/44>>. Acesso em: 24 de maio. 1823.

⁴⁴⁸O ESPELHO, edição de 21 de fevereiro de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/577>>. Acesso em: 17 de maio. 2019.

soberana enaltecia o momento e, para melhor acolhê-la, fora preparada uma tribuna e uma comissão especial para recebê-la⁴⁴⁹.

É interessante perceber que a lembrança do dia em que Leopoldina desembarcou no Rio de Janeiro ainda se fazia presente nesse período. Em um dos seus anúncios, na edição de dezembro de 1823, o *Diário do Rio de Janeiro* anunciaria a venda de uma estampa alusiva à chegada da Imperatriz ao Brasil. Segundo o jornal era necessário manter acessa a memória de um momento tão importante para o reino. A peça media 25 polegadas de largura e 10 de altura, e, segundo o jornal, encontrava-se envolta por uma riquíssima moldura. O anúncio dizia:

A chegada de Sua Alteza a Serenissima Princeza Real ao Novo-Mundo he hum acontecimento tão memorável, e une-se a huma época tão gloriosa nos fastos do Brasil, que merecia bem hum momento que houvesse de prepetuar a sua memória.[sic]⁴⁵⁰.

Em janeiro de 1824, o *Império do Brasil: Diário do Governo* (CE) ao anunciar o aproximar do aniversário de Leopoldina destacou que, o casamento de D. Pedro com a jovem austríaca fora, por diversos motivos, uma união bastante positiva para o Brasil. De acordo com o jornal, poucas vezes a Europa conheceu uma Princesa com tantas virtudes:

[...] Augusta filha dos Cesares, Imperatriz do Brasil, cuja união com o Sr. D. Pedro I. nos promette iguaes vantagens, em favor do progressivo augmento do Imperio Brasileiro. A Europa tem visto poucas vezes tantas virtudes reunidas na eminencia do Throno, e por isso nós devemos abençoar a Providencia, que nos reservou huma Princeza tão recomendavel por sua Modestia, por Seus talentos, como pela madureza de Suas idéas, e pelos firmes sentimentos de Sua Educação Religiosa [sic].⁴⁵¹

O ano de 1824 seria um ano marcante para a política brasileira. Em seu decorrer o Brasil teria sua primeira Constituição, porém longe de ser democrática, a Carta de Leis seria outorgada, fato que acabaria fortalecendo discursos contrário ao poder de D. Pedro. No entanto, mesmo diante de uma fase tão conturbada, não se encontraram

⁴⁴⁹O ESPELHO, edição de 6 de maio de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/663>>. Acesso em: 20 de maio. 2019.

⁴⁵⁰DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 3 de dezembro de 1823. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/2539>. Acesso em: 20 de maio. 2019.

⁴⁵¹IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO DO GOVERNO (CE), edição de 2 de janeiro de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706752/1498>>. Acesso em: 27 de maio. 2019.

notícias que demonstrassem que tal realidade teria maculado negativamente a imagem de Leopoldina junto à imprensa.

Durante todo o período pesquisado reparou-se a presença de intensa produção cultural em torno de símbolos e representações ligadas à cultura monárquica. Por conta dessa realidade foi possível acessar por intermédio da imprensa diversos versos, poemas e até mesmo letras musicais que exaltavam Reis, Rainhas, Príncipes e Princesas.

Dentro desse contexto cultural a figura de Leopoldina também se faria presente em várias dessas produções. Como exemplo, em 15 de julho de 1824, *O Spectador Brasileiro*, publicaria um hino, com o título: *Hino para as Senhoras Brasileiras cantarem aos seus meninos*. Em um dos seus trechos, a composição homenageava a Imperatriz e destacava o mote da independência: “As meninas Brasileiras. Por exemplar devem ter Carolina Leopoldina. Independencia ou morrer. [sic]”⁴⁵²

Inseridos nessa lógica, em 20 de abril de 1825 o *Diário Fluminense* traria aos seus leitores um poema cuja autoria era do Alferes do exército, José Augusto Possolo. Em sua criação o militar homenageava Leopoldina pelo seu aniversário, dava destaque a sua linhagem e prole: “Leopoldina.... Dilia dos Humanos, Sublime emanação da Divindade! Dos cézares a Filha esclarecida, De Maria Thereza a Neta Augusta; mortaes; hoje nasceu; foi neste Dia, Que o Ceo a transmitiu à humanidade [...] [sic].”⁴⁵³

Em outro poema, também publicado pelo mesmo jornal, a ilustre família de Leopoldina também seria mais uma vez lembrada:

Guardai oh Deus! Sómente hum pai conhece! Mas que sagrada aurora!!! Dando a filha dos Cesares ao mundo, A’ Realeza meio mundo deste, Dia grato aos Monarcas! [...] de Leopoldina a prole Augusta De Pedro a obra firme! [sic].⁴⁵⁴

Em 2 de agosto de 1824, a Imperatriz seria mais uma vez mãe, dando a luz à Princesa Francisca Carolina. Em meio as publicações que informavam sobre o nascimento, batizado e seus festejos, o tema fecundidade voltaria a configurar na imprensa. A *Abelha Itaculmy*, jornal mineiro, afirmaria que a fertilidade de Leopoldina era um sinal de bom agouro para o reino:

⁴⁵² O SPECTADOR BRASILEIRO, edição de 15 de julho de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700126/31>> Acesso em: 22 de maio. 2019.

⁴⁵³ DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 20 de abril de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/344>>. Acesso em: 26 de maio. 2019.

⁴⁵⁴ DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 15 de abril de 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/330>. Acesso em: 20 de maio. 2019.

[...] as nove horas da noite, as girândolas de fogo, e repiques de sinos O Brasil possuía mais um penhor de sua prosperidade, e huma demonstração das bênçãos do Céu com o Nascimento de huma Princeza, cujo solemne Baptisado teve lugar no dia 9; e he seu nome = FRANCISCA = Assim como a esterelidade foi sempre hum sinal de mau agouro, assim taobem a fecundidade se torna constantemente por hum selo de ventura, e com quanta maior rasão na Augusta Dinastia, que começa com o Novo Imperio? Deos! ó Deos!tem cuidado do Brasil! [...] [sic].⁴⁵⁵

É sabido que logo após a Revolução do Porto e posteriormente a Independência do Brasil, o número de jornais brasileiros cresceu de forma significativa. Nesse contexto, a circulação de informações também. Assim, notícias correlacionadas à Imperatriz também passaram a fazer pauta, com maior regularidade, de alguns periódicos fora do eixo sudeste.

Na grande maioria das vezes, esses jornais extraíam informações dos periódicos da Corte e, ao fazerem menção à Imperatriz, geralmente, faziam alusão ao seu papel de mãe e esposa do monarca. Além disso, divulgavam também datas importantes, ligadas ao ciclo de vida dos membros da Monarquia, como nascimento, batizado, aniversário e morte.

Dando prova dessa realidade, o jornal maranhense *Argos da Lei*, de janeiro de 1825, publicou um ofício expedido pelo o Presidente interino da província, no qual se comunicava que no dia do aniversário de Leopoldina ocorreria *Te-Deum*. Além disso, a publicação informava que ordens foram dadas para que nesse dia todas “as janellas de todos os tribunaes”⁴⁵⁶ fossem iluminadas.

O Império do Brasil: Diário Fluminense, na mesma edição em que felicitaria Leopoldina pelo seu aniversário a chamaria de *protetora dos sábios*: “Desejaríamos que no dia 22 de janeiro as Artes, e as Sciencias cocorressem a fazer parede ao lato d’ Augusta Imperatriz, Protectora dos Sabios”⁴⁵⁷. O jornal continuaria a enaltecê-la se referindo a nobre como filha da importante casa da Áustria, citando sua bisavó a Imperatriz Maria Thereza como ícone de bravura:

⁴⁵⁵ABELHA DO ITACULUMY, edição de 20 de agosto de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/778931/387>>. Acesso em: 27 de maio. 2019.

⁴⁵⁶ARGO DA LEI, edição de 28 de janeiro de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749486/47>>. Acesso em: 25 de maio. 2019.

⁴⁵⁷IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 22 de jan. de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/706744/63>>. Acesso em: 9 de jun. 2019.

A immortal Maria Thereza venceu o furor dos Hungaros,, mostrando em seus braços aos inimigo o Principe , que nascera do sangue dos Cezares, assim a nossa Augusta Imperatriz conduzindo pela mão as Serenissimas Princezas, que Ella deu ao Brasil, quebraria as intenções hostis, que viessem sobre nós.⁴⁵⁸

Em março de 1825, o jornal carioca *O Grito da Razão*, publicaria em suas páginas um texto produzido por uma senhora baiana que se autodenominava: amante da educação. A mensagem solicitava à Imperatriz sua intercessão junto a D. Pedro, para que ele providenciasse escolas destinadas ao sexo feminino.

É interessante perceber que a autora do texto soube usar o papel arrogado às mulheres, o de ser mãe, para defender seu objetivo, sinalizando que mulheres instruídas educariam melhor seus filhos:

He bem trivial dizer-se, quando algumas desgraças succedem ás filhas, e filhos famílias = A mãe he que teve culpa =; Quem não tem não pode dar. = Mas sem lembrarem-se, que a ignorância he a força matriz de todos os males, e que não tendo as mães educação, nem conhecimento de seos interesses, e deveres, não podem transmitir a seos filhos esses tão necessários princípios;⁴⁵⁹

Analisando trechos da carta é possível perceber que muitos elogios são feitos à Imperatriz. Em um deles ela é chamada de *amante das artes e das ciências*:

Se a fortuna, por cumulo da glória dos povos Brasileiros, lhes deo uma Imperatriz illuminada, amante das sciencias, e das artes; uma Imperatriz que he um verdadeiro exemplar de amor conjugal, apreciadora das virtudes, que abrilhantão o Bello sexo; e se as Baianas forão as primeiras matronas, que tiverão a honra de dirigir-se, e de congratular-se com a Sua Magnanima Imperatriz pela nova ordem de cousa neste vasto Imperio; ellas sem duvida tem razão de esperar, que S. M. a Imperatriz, unindo seus votos aos de seo Augusto Esposo [...] lhes faça a Graça de mandar alli crear algumas Escollas de Meninas, presididas por Mestra hábeis no Ensino mutuo [...] augmentando progressivamente a educação e o ensino das brasileiras [...]⁴⁶⁰

Vale sinalizar que durante boa parte do ano de 1825 Leopoldina se encontraria grávida daquele que um dia viria ser Imperador do Brasil, D. Pedro II. Atenta aos fatos,

⁴⁵⁸ IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 22 de janeiro de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/63>> . Acesso em: 5 de maio. 2019.

⁴⁵⁹ O GRITO DA RAZÃO: na Corte do Rio de Janeiro, edição 18 de março de 1825, disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700479/33>>. Acesso em: 27 de maio. 2019.

⁴⁶⁰ O GRITO DA RAZÃO: na Corte do Rio de Janeiro, edição 18 de março de 1825, disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700479/33>>. Acesso em: 27 de maio. 2019.

a imprensa do período não tardaria a divulgar o nascimento da criança que, para muitos vinha a ocupar o lugar do falecido Príncipe João Carlos, como expressou *O Império do Brasil: Diário Fluminense*, de 2 de dezembro de 1825:

As duas horas e meia da madrugada do dia 2 do corrente, S. M. a Imperatriz deu á luz hum Príncipe com maior felicidade possível; e já ao horizonte da Patria principião a despontar os raios de sua futura gloria.[sic]⁴⁶¹

As primeiras notícias de 1826 já apontariam para o declínio da saúde de Leopoldina. Em 16 de janeiro, um leitor teria sua carta publicada na sessão de correspondência do jornal *Império do Brasil: Diário Fluminense*. Em um dos trechos o autor da carta deseja que a Imperatriz volte a frequentar determinada região, por conta do restabelecimento de sua saúde: “Deos queira, o que esperamos, que agora se concerte, por estar já restabelecida S. M. a Imperatriz, que honra com frequente passeos estes sítios [...]”⁴⁶²

Em março de 1826, o Rei D. João faleceria. Com certo atraso, a imprensa informaria à sociedade sobre o ocorrido e não deixaria de lembrar sua importância para o Brasil. Nesse ensejo, algumas notícias citariam momentos marcantes vividos por ele em solo tropical. *O Spectador Brasileiro* de 28 de abril, por exemplo, recordaria que uma das maiores alegrias vividas pelo Rei foi poder acolher Leopoldina em sua chegada à América:

[Dom João] à 5 de Novembro de 1817 teve o infinito prazer de assistir ao acto da Recepção, e ao das Benções de S. M. o Imperador com a Sra. Archi-Duqueza d’Austria, Imperatriz do Brasil. [sic]⁴⁶³

Nesse mesmo ano, em novembro 1826, a chegada de Leopoldina ao Brasil fora mais uma vez lembrada e festejada, juntamente com a inauguração da Academia das Bellas Artes, conforme narrou o *Império do Brasil: Diário Fluminense*:

Por ocasião da Abertura das Aulas da Academia das Bellas Artes no dia 5 de novembro, Anniversario da Chegada de S. M. a Imperatriz,

⁴⁶¹ IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 2 de dezembro de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/1084>>. Acesso em: 28 de maio. 2019.

⁴⁶² IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 16 de janeiro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/1227>>. Acesso em: 31 de maio. 2019.

⁴⁶³ O SPECTADOR BRASILEIRO, edição de 28 de abril de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700126/1008>>. Acesso em: 2 de jun. 2019.

que S. M. o Imperador Honrou com Sua Augusta Presença, e com a da Senhora D. Maria 2^a. Rainha de Portugal. [sic]⁴⁶⁴

A notícia sugere que Leopoldina não havia comparecido à inauguração. Provavelmente sua ausência ocorrera devido à sua saúde, pois em 20 de novembro ela mesma escrevera ao pai contando-lhe que havia estado muito doente, e que ainda sentia incômodos como insônia, fraqueza e falta de apetite. Além disso, informara estava grávida de três meses. Por conta dessa realidade pedia orações.⁴⁶⁵

Confirmando a enfermidade da governante, em 29 de novembro o *Diário do Rio de Janeiro* avisaria à sociedade que o Ritual do Beija mão não aconteceria como de costume: “Em consequência de continuar o encommodo de Sua Magestade a Imperatriz; não dá Beijamão nos dias, 1, e 2 do próximo mez de Dezembro. [sic].”⁴⁶⁶, diria o jornal.

Em conformidade com relatos deixados por alguns contemporâneos aos fatos, muitos já citados nessa dissertação, os jornais também registrariam a comoção social que se formou na cidade do Rio de Janeiro. O povo ansiava por informações que apontavam para o restabelecimento da saúde da Imperatriz, como pode ser lido nas páginas do *Império do Brasil: Diário Fluminense*. O jornal informava à sociedade que homens de diversas origens e classes se dirigiam à Imperial Quinta para obterem notícias positivas sobre a saúde de sua querida soberana:

Nacionaes e estrangeiros, homens de todas as classes, de todas as profissões, de todas as idades, corrião soffengos á Imperial Quinta ambiciosos de escutarem huma palavra lisongeira, que atentasse a sua confiança. Persuadidos de que as virtudes da illustres Paciente não podiam deixar de tornar mais efficazes as preces [...] [sic]⁴⁶⁷

Analisando esse contexto, João Armitage pontuou: “Durante a enfermidade de sua majestade os jornais publicavam com tediosa minicidade todos os sintomas que apresentava”, e completou: “dizia-se que isto tinha por objetivo afastar quaisquer suspeitas de propensão de veneno”⁴⁶⁸.

⁴⁶⁴ IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 10 de novembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2196>>. Acesso em: 08 de jun. 2019.

⁴⁶⁵ LEOPOLDINA. *Cartas de uma Imperatriz...* Carta ao pai, 8 de janeiro de 1822, p. 451.

⁴⁶⁶ DIARIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 29 de novembro de 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/7147>. Acesso em: 1º de jun. de 2019.

⁴⁶⁷ IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2301>>. Acesso em: 3 de jun. 2019.

⁴⁶⁸ ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011, p. 233.

Por esses dias, espetáculos seriam adiados, como frisou o *Diário do Rio de Janeiro*: “Em quanto durar a muito sentida moléstia de Sua Magestade a Imperatriz, e houverem préces pela preciosa Vida, não haverá expetaculo”⁴⁶⁹. O mesmo Periódico anunciaria que uma procissão ocorreria em prol do restabelecimento da saúde de Leopoldina:

“Para inteligencia dos irmãos, e mais Devotos da Irmandade de Nossa Senhora Da Glória, se fez publico, que hoje 7 do corrente mez pelas 4 horas da tarde, hade sahir em Procissão a Imagem Da Mesma Senhora da sua Igreja até a Imperial Capella, em voto de penitencia da mesma Irmandade pela preciosa Vida, e melhoras da nossa Augusta Imperatriz, cuja moléstia tem encoberto de luto os corações sensiveis de todos os subditos. [sic]”⁴⁷⁰.

Em meio às diversas notícias que apontavam para melhoras e pioras do quadro clínico da Imperatriz, a tão temida notícia chegaria. Leopoldina faleceria em 11 de dezembro de 1826. Vários jornais publicariam notícias dando ciências aos seus leitores sobre o fatídico acontecimento.

O *Diário Fluminense* narraria, em 12 de dezembro de 1826, um histórico sobre a evolução da doença e posterior morte da governante. O *Astrea* publicou algumas cartas de seus leitores enviadas ao redator do jornal. Nelas ficaram registradas a tristeza que se abateu sobre muitos diante do falecimento de sua Imperatriz. Uma leitora escrevera: “Ah! Que se as minhas lagrimas, meos soluços, lhe podessem restituir a vida!”⁴⁷¹. Um anônimo diria no mesmo jornal: “Brazil cobre-te de luto!! Tua Augusta Imperatriz só Existe na lembrança grata e sensível de teus filhos [...]”⁴⁷².

Segundo o *Diário Fluminense*, antes mesmo do Senado da Câmara anunciar de forma oficial o acontecimento, o povo já se encontrava de luto, fato que demonstrava a estima e o afeto da população: “o generoso Povo dessa Corte espontaneamente se havia

⁴⁶⁹DIARIO DO RIO DE JANEIRO, edição de: Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/7174>. Edição extraordinária de: dezembro de 1826. Acesso em: 2 de jun. 2016.

⁴⁷⁰DIARIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de dezembro de 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/7179>. Acesso em: 2 de jun. 2019.

⁴⁷¹ASTREA EXTRAORDINARIA, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749700/293>>. Acesso em: 9 de ago. 2019.

⁴⁷²ASTREA EXTRAORDINARIA, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749700/293>>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

vestido de luto, acrescentando mais esta demonstração do seu profundo sentimento [...]”⁴⁷³.

Detalhes sobre o cerimonial empregado no velório e a decoração fúnebre (Anexo 22) também estiveram presentes nas pautas dos jornais: “Vestida de grande gala, e com os ornatos competentes, foi reposta no seu leito sobre huma riquíssima colcha de China cor de perola, encostada em duas almofadas de seda verde e ouro” [sic]⁴⁷⁴, escrevera o *Império do Brasil*.

Esse mesmo jornal, em sua edição de 12 de dezembro, dizia que Leopoldina era considerada um presente para os brasileiros. E, com tom melancólico, lamentou a perda lembrando que: a mesma pena que um dia registrou a feliz chegada de Leopoldina ao Rio de Janeiro, agora triste registrava sua partida:

[...] a mesma Penna, que com tanto entusiasmo traçou então o quadro do mais exaltado prazer, he hoje condenada ao triste empenho de lamentar a mais sensível das perdas! [sic].⁴⁷⁵

No desdobrar de sua notícia o jornal se reportaria à jovem austríaca como a primeira brasileira por dever, hábito e afeto: “Apareceu em toda parte como a primeira Brasileira por dever, por hábito, e por affecto.” [sic]⁴⁷⁶

O Universal de Minas Gerais afirmaria que muitos súditos ao tomarem conhecimento sobre a triste notícia tiveram seus semblantes tomados pela dor e pelas lágrimas: “nós o não podemos exprimir; só diremos que nos semblantes de todos se manifestava a mais viva e pungente dôr; e as mesmas lagrimas corriaio pelas faces das pessoas ternas, que com rasão se angustiavão com tão infausta noticia [...] [sic].⁴⁷⁷

Diante de todo o exposto, pode-se dizer que, de forma geral, que todas as publicações correlacionadas aos últimos dias de vida de Leopoldina, sua enfermidade e morte demonstraram que tais momentos foram acompanhados por diversas manifestações de carinho, que apontam para uma significativa aceitação dos súditos

⁴⁷³ IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 14 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2308>>. Acesso em: 3 de jun. 2019.

⁴⁷⁴ IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 16 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2316>>. Acesso em: 3 de jun. 2019.

⁴⁷⁵ IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2300>>. Acesso em: 9 de jun. 2019.

⁴⁷⁶ IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2300>>. Acesso em: 9 de jun. 2019.

⁴⁷⁷ O UNIVERSAL, edição de 20 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706930/898>>. Acesso em: 3 de jun. 2019.

para com essa soberana, confirmando os relatos de muitos homens da época, como já visto nessa dissertação.

Vale frisar que não foram encontradas notícias que mencionassem alguns acontecimentos importantes na vida de Leopoldina, como a assinatura do Decreto de Independência, em 2 de setembro, e informações correlacionadas ao caso amoroso de D. Pedro com Domitila de Castro. Sinaliza-se que notícias sobre esses assuntos existem, mas não no lapso temporal ora analisado.

Além disso, percebeu-se que Imperatriz não teve sua imagem associada, de forma negativa, às disputas políticas que marcaram o período. O exposto certamente contribuiu para a manutenção de uma imagem favorável junto aos jornais, e por consequência junto à parcela da sociedade que acessava as informações, seja pela leitura, seja pela oralidade.

Sinaliza-se que muitos periódicos propagavam informações que apontavam que Leopoldina detinha algumas qualidades apreciadas nas Monarquias. A nobre descendia de uma das mais respeitadas famílias reais da Europa, fato que fornecia prestígio ao reino, deixando, inclusive, muitos súditos envaidecidos. Inseridos nessa realidade, muitos jornais registraram em seus textos a descendência da jovem, evidenciando o valor dessa informação no tecido social.

Constatou-se ainda que a imagem de Leopoldina de 1822 a 1826 manteve-se fiel ao papel que a sociedade esperava de suas princesas, o de ser mãe e esposa. Nesse ensejo, não raramente, a palavra fecundidade acompanhava alguns textos publicados sobre a nobre, com especial destaque diante de notícias que apontavam para suas gravidezes, quase interrompidas.

Logicamente, o fato de ter sido ela a primeira Imperatriz do Brasil e de ter acompanhado de perto o processo que conduziria o Brasil ao rompimento com Portugal, contou de forma favorável para a construção de sua imagem junto aos seus súditos, principalmente os que desejavam a manutenção da autonomia do reino.

É interessante perceber que em vários momentos dessa pesquisa constatou-se que algumas notícias relacionavam Leopoldina ao desenvolvimento das artes e das ciências no reino. Acredita-se que essa realidade acabou por contribuir positivamente na forma como a sociedade a percebia, pois devotava a ela uma imagem de Princesa culta e instruída. Além disso, em alguns momentos, os jornais publicavam escritos produzidos pelos seus leitores. A análise desses textos permite notar certa conformidade entre o discurso presente na imprensa e o que circulava na sociedade.

Considerações finais

A partir da análise das notícias correlacionadas à Leopoldina nos jornais brasileiros de 1817 a 1826, ou seja, durante os nove anos em que a jovem viveu no Brasil, algumas conclusões foram obtidas.

A primeira delas, exposta no primeiro capítulo, foi a importância que o casamento do Príncipe D. Pedro adquiriu junto à sociedade. O acontecimento ganhou grande destaque nos jornais, que não se furtaram em divulgar detalhes sobre a união, desde a assinatura do contrato nupcial até o banquete de casamento servido aos convidados. Tais publicações acabavam trazendo informações acerca da noiva, tornando-a cada vez mais conhecida pelos leitores dos jornais brasileiros.

Por meio desses periódicos, era possível acessar informações que descreviam Leopoldina como uma Princesa culta, pois falava vários idiomas; próspera, pois atrairia oportunidades comerciais; importante, devido a sua origem familiar. Além disso, ao vir acompanhada de uma comitiva composta por pesquisadores dispostos a estudarem o reino, fora entendida como uma Princesa que promoveria a projeção do Brasil no exterior.

No segundo capítulo, margeado pelos anos de 1818 a 1821, detectou-se que a sua imagem como Princesa do Brasil ficou bem delineada. Os jornais do período registravam sua participação em eventos, destacando sua posição hierárquica de Princesa Real, ou seja, aquela que um dia viria a ser Rainha do reino. Dentro da lógica cultural dos reinos monárquicos, tal exposto acabava realçando o seu prestígio junto à sociedade.

Durante essa fase, suas primeiras gestações seriam anunciadas com ênfase pela imprensa que, em alguns momentos, salientava sua fecundidade com tom de orgulho. A cada notícia sobre uma gravidez ou nascimento de um filho era somado o regozijo sentido diante do fato de serem Príncipes brasileiros. Tal exposto seria um dos argumentos usados pela atividade jornalística para manifestar a importância do Brasil no cenário das Monarquias.

No último capítulo, correspondente aos anos de 1822 a 1826, vários acontecimentos confluíram para que a imagem de Leopoldina fosse, paulatinamente, atrelada ao processo de Independência.

Um desses momentos foi sua fuga para a Fazenda de Santa Cruz, na qual Leopoldina levava consigo seus filhos, buscando evitar um embarque forçado para Portugal. Os editores dos jornais interpretaram sua atitude como uma demonstração de bravura e de adesão à causa emancipacionista. A divulgação dessa informação acabou por fortalecer sua imagem como partidária da emancipação. Além disso, seria durante esse período que a nobre assumiria algumas vezes à regência do Brasil.

Resta ainda considerar que, como ocorrera em 1817, essa fase também seria acompanhada por notícias que exaltariam à importante família de Leopoldina. Em algumas publicações, por exemplo, a jovem seria chamada de ilustre filha dos césores e herdeira das virtudes da Imperatriz Maria Thereza. Por meio desses textos exaltava-se sua hereditariedade, valorizando sua estirpe e, por consequência, o sangue real presente na nobreza que governava o Brasil.

Nos últimos anos de vida de Leopoldina, sua imagem como mulher virtuosa e culta ganharia notoriedade. Em várias notícias ela seria associada ao desenvolvimento das artes e das ciências do reino, chegando a ser chamada de protetora dos sábios.

Leopoldina faleceria em 11 de dezembro de 1826. Durante esse período vários jornais informariam à sociedade sobre a enfermidade e posterior morte da Imperatriz. Por esses dias, os textos publicados pela imprensa seriam acompanhados por missivas carregadas de esperança, pelo restabelecimento de sua saúde, e de dor, por ocasião do seu falecimento. Nessas páginas, os jornais registrariam o apreço que a sociedade nutria por essa governante, e também a comoção social que tomou conta do reino, em especial no Rio de Janeiro, nos últimos dias de sua vida.

Vale sinalizar que, apesar de estarem inseridos em um período marcado pelo crescimento da ideologia liberal, não se encontrou nenhuma notícia cujo teor tecesse críticas sobre Leopoldina, mesmo sendo ela oriunda de uma das famílias mais tradicionais da Europa. Igualmente significativo é o fato de que, pelo que se observou, as ações polêmicas promovidas por D. Pedro também não macularam a imagem dessa soberana junto à imprensa.

Merece destaque ainda o fato de que, alguns jornais publicaram textos correlacionados à Leopoldina produzidos pelos seus leitores, como: cartas, poemas e documentos. Por meio da leitura dessas publicações é possível perceber que sua imagem, junto à imprensa, seguia na mesma direção de muitas ideias que circulavam sobre ela na sociedade. A essa realidade acrescenta-se a comoção social que ocorreu em diversas regiões brasileiras, por ocasião a sua morte, e também relatos deixados por

homens contemporâneos aos acontecimentos. Tal exposto demonstra a apropriação dos discursos ligados a essa governante no tecido social.

Por fim, diante do estudo realizado até aqui, conclui-se que o perfil de Leopoldina dado à leitura pela imprensa brasileira, de 1817 a 1826, fora construído de maneira positiva à sua imagem como governante. Além disso, por estarem imersos em representações sociais ligadas à lógica monárquica, os textos analisados permitiram a compreensão do significado dessa governante para a sociedade de sua época, até mesmo antes do seu desembarque no país.

Fontes:

A MALAGUETA, edição de 18 dezembro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/1>>. Acesso em: 1 de mar. 2019.

A MALAGUETA, edição de dezembro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/2>> . Acesso em: 8 de fev. 2019.

A MALAGUETA, edição de janeiro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/15>> . Acesso em: 29 de abr. 2019.

ABELHA do Itaculomy. Edição de 12 de janeiro de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/778931/1>>. Acesso em: 2 de jul. 2019.

ABELHA do Itaculomy. Edição de 14 de janeiro de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/778931/692>> . Acesso em: 2 de jul. 2019.

ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL. Anais do Senado: ano de 1823 livro 1. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal, 1823. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%201.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

ASTREA EXTRAORDINARIA, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749700/293>>. Acesso em: 10 de junho. 2019.

BRASIL. Artigo 179, inciso IV da Constituição política do Império do Brasil de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Subsecretaria de Anais. Anais do Senado: 1823, livro 1. Transcrição da Assembleia Constituinte do Império de Brasil. Brasília : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Anais, [2006].

BRASIL. DOM JOÃO MARIA DE BRAGANÇA PRÍNCIPE REGENTE. Decreto de 13 de maio de 1808: Crêa a Imprensa Regia. In: BRASIL. THESOIRO NACIONAL. (Org.). *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 29. Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. PRÍNCIPE REGENTE. Decreto de 13 de agosto de 1808: Determina que, na ausência do Príncipe Regente, presida a Princesa Real ao despacho do expediente e às sessões do Conselho do Estado. In: BRASIL. THESOIRO NACIONAL. (Org.). *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 29. Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. PRÍNCIPE REGENTE. Decreto de 13 de agosto de 1808: Determina que, na ausência do Príncipe Regente, presida a Princesa Real ao despacho do expediente e às sessões do Conselho do Estado. In: BRASIL. THESOURO NACIONAL. (Org.). *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 29. Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE edição de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/15166>>. Acesso em: 6 de jun. de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE, edição 18 de 1 de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14055>>. Acesso em: 23 de fev. de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE, edição 18 de 1 de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14180>>. Acesso: 10 de fev. de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE, edição 18 de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13651>>. Acesso em: 15 de Nov. de 2017

CORREIO BRAZILIENSE, edição 21 de 18 de julho de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/15713>>. Acesso em: 16 de Nov. de 2017

CORREIO BRAZILIENSE, edição 27 de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/20281>>. Acesso em: 03 de fev. de 2019.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de 20 de janeiro de 1820. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/17671>>. Acesso em: 05/10/2018

CORREIO BRAZILIENSE, edição de jan. de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700142/14979>>. Acesso em: 16 de jan. 2018

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1812. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/5610>>. Acesso em: 17 de jan. de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13520>>. Acesso em: 28 de jan. de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14065>>. Acesso em: 8 de fev. de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1817. Edição 18. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13801>>. Acesso em: 20 de fev. de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1819. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/700142/16456>>. Acesso em: 17 de jan. de 2019.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1819. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/700142/16456>>. Acesso em: 17 de jan. de 2019.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/19508>>. Acesso em: 17 de fev. de 2019.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700142/20700>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de janeiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/19898>>. Acesso em: 30 de jan. de 2019.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de julho 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/16153>>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de junho de 1808. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/3>> Acesso em: 23 de jan. de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE. Edição de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/22031>>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de maio de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749370/99>>. Disponível em: 26 de maio de 2019.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 10 de abril de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749370/1>>. Acesso em: 26 de jun de 2019.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 19 de outubro de 1822. <<http://memoria.bn.br/DocReader/749370/702>>. Acesso em: 26 de jun de 2019.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução Sérgio Millet. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL, CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL, edição de 24 de maio de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/161195/134>>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 1 de junho de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/1>. Acesso em: 28/02/2019.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 17 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/2090>. Acesso em: 5 de maio de 2019.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 22 de agosto de 1821. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/533> . Acesso em: 4 de fev. de 2019.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 26 de junho de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/167> . Acesso em: 09 de fev. de 2019.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 29 de agosto de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/581>. Acesso em: 09 de fev. de 2019.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 29 de novembro de 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/7147>. Acesso em: 1º de junho de 2019.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 3 de dezembro de 1823. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/2539>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de dezembro de 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/7179>. Acesso em: 2 de junho de 2019.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, edição de 9 de março de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/1538>. Acesso em: 1 de maio de 2019.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, edição de: Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/7174>. Edição extraordinária de: dezembro de 1826. Acesso em: 2 de jun. de 2016.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 12 de janeiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/135>. Acesso em: 3 de jul. de 2019.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 12 de janeiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/2096>. Acesso em: 3 de jul. de 2019.

DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 20 de abril de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/344>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução de Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

FRÜHBECK, Franz Joseph . *Viagem ao Brasil, de Franz Joseph Frühbeck*: esboço de minha viagem ao Brasil, na América do Sul, no ano de 1817, no navio da linha real português João VI. Trad. Hans Peter Welper. Rio de Janeiro: Camera Book, 2017 [1830].

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de março de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6266>>. Acesso em: 11 de fev. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 1 de janeiro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/13801>>. Acesso em: 26 de jul. de 2017.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 10 de setembro de 1817, edição 73. Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4624>> Acesso em: 02 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de novembro de 1817. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4697>>. Acesso em: 21 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de novembro de 1817. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4697>>. Acesso em: 21 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4698>>. Acesso em: 21 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 12 de setembro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7493>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 14 de fevereiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4837>>. Acesso em: 27 de jan. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 14 de maio de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4975>>. Acesso em: 14 de jun. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 14 de outubro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/5164>>. Acesso em: 18 de jan. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 15 de março de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4405>>. Acesso em: 18 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 21 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4597>>. Acesso em: 13 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 16 de julho de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4551>>. Acesso em: 21 de jul. de 2017.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 1818. Edição 08, de 25 de jan. de 2018 <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4346>>. Acesso em: 18 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 20 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4597>>. Acesso em: 09 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 20 de setembro de 1817. <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4636>>. Acesso em: 16 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 20 de setembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4635>>. Acesso em: 02 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 21 de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4801>>. Acesso em: 13 de jun. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4600>>. Acesso em: 16 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4600>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4601>>. Acesso em: 16 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de março de 1816. <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/3982>>. Acesso em: 27 de jan. de 2017.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de março de 1816. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/3982>>. Acesso em: 17/01/2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 24 de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4807>>. Acesso em: 21 de fev. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 24 de janeiro de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4807>>. Acesso em: 01 de fev. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 24 de julho de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6555>>. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 25 de janeiro de 1817. Edição número 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4346>>. Acesso em: 13 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 26 de abril, 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/6367>>. Acesso em: 31 de jan. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 27 de junho de 1818. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/5034>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2018

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 4 de agosto de 1821. Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6580>>. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 4 de fevereiro de 1815. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/3381>. Acesso em: 27 de jan. de 2017.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 5 de maio de 1819. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/5414>>. Acesso em: 21 de jan. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de março de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6266>>. Acesso em: 30 de jan. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de março de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/6267>>. Acesso em: 17 de fev. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 7 de março de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/6266>>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4691>>. Acesso em: 20 de fev. de 2018.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 8 de Novembro. 1820. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6117>>. Acesso em: 30 de jan. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 9 de novembro de 1820. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/6121>>. Acesso em: 17 de fev. de 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de março de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4400>>. Acesso em: 26 de jul. de 2017.

GAZETA DO RIO, edição de 16 de maio de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7274>> . Acesso em: 5 de maio de 2019.

GAZETA DO RIO, edição de 20 de agosto de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749664/7445>> . Acesso em: 5 de maio de 2019.

GAZETA DO RIO. Edição de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7620>>. Acesso em: 3 de jul. de 1822.

GAZETA DO RIO. Suplemento edição de 16 de fevereiro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7073>>. Acesso em: em 1 de maio de 2019.

GAZETA EXTRAORDINÁRIA DO RIO DE JANEIRO, edição de 21 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4596>>. Acesso em: 12 de fev. de 2018.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução A. J. L. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. Col. Reconquista do Brasil. V.157.

_____, Maria. *Escorço biográfico de Dom Pedro I*. Fundação Biblioteca Nacional: 2010.

IDADE D' OURO DO BRAZIL, edição de 13 de fevereiro de 1821. Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3892>>. Acesso em: 22 de fev. de 2019.

IDADE D' OURO DO BRAZIL, edição de 23 de fevereiro de 1821. Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3922>> . Acesso em: 22 de fev. de 2019

IDADE D' OURO DO BRAZIL, edição de 27 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3936>>. Acesso em: 22 de fev. de 2019.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 1 de agosto de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2963>>. Acesso em: 26 de jul. de 2017.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 12 de setembro de 1817. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3039>. Acesso em: 12 de fev. de 2018.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 12 de setembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3040>> acesso em: 12 de fev. de 2018.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 21 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3140>>. Acesso em: 9 de fev. de 2018.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 24 de dezembro de 1816. Número 103. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2634>>. Acesso em: 18 de fev. de 2018.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 28 de novembro de 1817. Número 94. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3147>>. Acesso em: 26 de jul. de 2017.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 3 de maio de 1819. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749940/3817>>. Acesso em: 21 de Jan. de 2019.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 31 de outubro de 1817. Número 86. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3106>>. Acesso em: 14 de fev. de 2018.

IDADE D'OURO DO BRAZIL edição de 4 de março de 1817. Número 17. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2722>>. Acesso em: 21 de jun. de 2017.

IDADE D'OURO DO BRAZIL, edição de 12 de agosto de 1817. Número 63. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2987>>. Acesso em: 03 de fev. de 2018.

IDADE D'OURO DO BRAZIL, edição de 4 de abril 1815. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/1981>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

IDADE D'OURO DO BRAZIL: Suplemento extraordinário, de 21 de novembro de 1817. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3138>>. Acesso em: 20 de fev. de 2018.

IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO DO GOVERNO (CE), edição de 2 de janeiro de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706752/1498>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO DO GOVERNO, edição de 15 de jan. de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706752/44>>. Acesso em: 24 de maio de 1823.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 22 de janeiro de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/706744/63>>. Acesso em: 9 de jun. de 2019.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2301>>. Acesso em: 3 de junho de 2019.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2300>>. Acesso em: 9 de jun. de 2019.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 14 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2308>>. Acesso em: 3 de junho de 2019.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 16 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2316>>. Acesso em: 3 de junho de 2019.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 16 de janeiro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/1227>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 2 de dezembro de 1825. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/1084>>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

KAISER, Gloria (Org). *Um diário imperial: Leopoldina, Princesa da Áustria, Imperatriz do Brasil*, de 1º de dezembro de 1814 a 5 de novembro de 1817. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Reller, 2005.

LACOMBE, Américo Jacobina (tradução). *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

MALAQUETA EXTRAORDINÁRIA. Edição de 5 de junho de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700517/666>>. Acesso em: 2 de jul. de 2019.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2019, p. 311.

O ESPELHO, edição de 13 de março de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/69>>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

O ESPELHO, edição de 13 de setembro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/382>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

O ESPELHO, edição de 15 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/420>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

O ESPELHO, edição de 21 de fevereiro de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/577>>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

O ESPELHO, edição de 24 de agosto de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

O ESPELHO, edição de 6 de maio de 1823. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700916/663>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

O GRITO DA RAZÃO: NA CORTE DO RIO DE JANEIRO, edição 18 de março de 1825, disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700479/33>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

O GRITO DA RAZÃO: NA CORTE DO RIO DE JANEIRO. Edição de 23 de fevereiro de 1825. Acesso em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700479/1>>. Acesso em: 05 de jul. de 2019.

O REGULADOR BRASÍLICO-LUSO, edição de 25 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700274/209>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

O SPECTADOR BRASILEIRO, edição de 15 de julho de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700126/31>>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

O SPECTADOR BRASILEIRO, edição de 28 de abril de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700126/1008>>. Acesso em: 2 de junho de 2019.

O SPECTADOR. Edição de 28 de junho de 1824. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700126/2>>. Acesso em: 1º de jul. de 2019.

O UNIVERSAL, edição de 20 de dezembro de 1826. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706930/898>>. Acesso em: 3 de junho de 2019.

O UNIVERSAL. Edição de 18 de julho de 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706930/1>>. Acesso em: 02 de jul. de 2019.

REVERBERO: CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, edição de 12 de fevereiro de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700223/181>>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

REVERBERO: CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, edição de 12 de fevereiro de 1822. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/700223/182>>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 75, n. 2, 1912. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsLTVmeEZ0aUN1ZmM/view>. Acesso em: 15 jan. 2019, pp. 111-112.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memória para servir à história do Reino do Brasil*. V. 180. Brasília: Senado Federal, 2013. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826*. Tradução de Emmy Dodte e Gustavo Barroso. Brasília: Senado Federal, 2000. Col. Brasil visto por estrangeiros. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1043>>. Acesso em 16 de nov. 2017.

SEIDLER, Carlos. *Historia das Guerras e revoluções do Brasil de 1825 a 1835*. Tradução de Alfredo Carvalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1939.

_____, *Dez anos no Brasil*. Tradução e notas de Bertoldo Klinger. Prefácio de F. de Paula Cidade. 3. Ed. São Paulo: Livraria Martins, 1976.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

Bibliografia

- ABREU, Marcia. Duzentos anos: *Os primeiros livros brasileiros*. IN: Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros. BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs) São Paulo: UNESP, 2010, pp. 41-65.
- AMANTINO, Marcia. *Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal"- 1825 a 1832*. Locus: Revista de História. V. 12 n. 2, pp. 59-74, 2006.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Ritmos da Vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- BAJER, Paula. *Processo penal e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- BALANDIER, George. *O poder em Cena*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- BASILE, Marcelo; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. *Pelo povo pelo Rei, o poder é dado: a linguagem constitucionalista dos panfletos manuscritos da Independência*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 85-102.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: Especialidades e abordagem*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 349-363.
- BETTAMIO, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira. *Imprensa no período Joanino*. IN: D. João e a Biblioteca Nacional: um legado em papel. MARTINS, Ismênia de Lima Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, pp. 260-263.
- BLOCK, Marc Leopold Bejamin. *Apologia da história, ou ,o ofício do historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação de Lília Moriz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BORIS, Fausto. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BRAGA, Paulo Drumond. *Leopoldina de Habsburgo: rainha de Portugal*. In: FACULDADE DE LETRAS (Portugal) (Ed.). *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, 2006, pp. 233-245.
- BRAGANÇA, Aníbal. *Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: Precursores*. IN: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010, pp. 25-39.

CASTRO, Chico. *A noite das Garrafadas*. Brasília: Senado Federal, conselho Editorial, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____, José Murilo de. *D. Pedro II*. Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz (Coordenação) São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Kátia de. *Imprensa e informação no Brasil século XIX. Ciência da Informação*. Brasília, v. 25, n. 3, 1996.

CASSOTTI, Marsilio. *A biografia íntima de Leopoldina: a imperatriz que conseguiu a Independência do Brasil*. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. – São Paulo: Planeta, 2015.

CERRTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difel: Difusão editorial. S.A. Algoes/Portugal, 2002.

CHIAVARI, Maria Pace. *A entrada de uma Habsburgo-Lorena na Corte Portuguesa: A arquitetura de festa como auspício de transformação*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 38-52.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

_____; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. In: *Introdução: uma opinião sobre as Representações Sociais*. Campinas: Papyrus, pp. 9-39, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DARNTON, Robert. *O beijo Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEL PRIORE, Mary. *A vida Cotidiana do Rio de Janeiro*. Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 436, maio./jun.2007, pp. 303-333.

_____, Mary ,*A carne e o sangue: A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

_____, Mary, *História e conversas de mulher*. 2 ed. São Paulo: Planeta , 2014.

_____, Mary, *Histórias da gente brasileira*. Vol. 1: Império. São Paulo: Leya, 2016.

_____, Mary, *Histórias da gente brasileira*. Vol. 2: Império. São Paulo: Leya, 2016.

_____, Mary, *O que pode a biografia. Biografia, biografados: uma janela para a História*. In: *O que pode a biografia*. AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. São Paulo: Letra e Voz, 2018, pp. 73-89.

_____, Mary. *As vidas de Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.

DREKONJA-KORNAT, Gerhard. *200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Coordenação Guilherme Schubert. Rio de Janeiro: IHGB, 1997, pp.78-86.

QUIMARÃES, A.C, D'Araújo. *A Côrte no Brasil: figura e aspectos*. Edições da Livraria do Globo, 1936.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

FALCON, Francisco José Calazans. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____, Francisco José Calazans. *História e representação*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Cidades negras: africanos crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2006.

FLEIUSS, Max. *Páginas de História*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *O poder Real em Portugal e as origens do absolutismo*. Bauru SP: Edusc, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. Ed 50. São Paulo: Global, 2005.

GOUVÊA, Myriam Paula Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder: O Diário do Rio de Janeiro e a fundação de sua tipografia (1808-1831)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital*. Tradução de Luciano Costa Neto. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. Apontamentos sobre a imprensa liberal mineira no Primeiro Reinado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 5, n.1, pp. 57-67, jan./dez. 2010.

JANCSÓ, István; MACHADO, André Roberto de Arruda. et. al. *Tempos de reforma, tempos de revolução*. In: D. Leopoldina, 1797-1826: cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JOHNSON, G. Allan. *Dicionário de Sociologia: Guia Prático da linguagem sociológica*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KNAUSS, Paulo. *D. Leopoldina e a arte no Brasil*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 121-134.

KANN, Bettina. *Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina*. In: D. Leopoldina, 1797-1826: Cartas de uma imperatriz. KANN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KANN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza. *D. Leopoldina, 1817-1826: cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KEHL, Rita Maria. *Leopoldina, ensaio para um perfil*. In: D. Leopoldina 1792-1826: cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp.115-142.

LAHUERTA, Flora Medeiros. *Viajantes e a Construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)*. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. v. X, n 218 (64), 1 de agosto de 2006.

LANZELOTTE, Rosana. *Leopoldina e a música*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 149-165.

LEONTSINIS, Solon. *A Imperatriz Leopoldina e a História natural do Brasil*. In: 200 anos: Imperatriz Leopoldina. Coordenação Guilherme Schuberth. Rio de Janeiro: IHGB, 1997, pp. 57-77.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____, Manuel de oliveira. *O movimento da independência (1821-1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Relações diplomáticas e interesses políticos no casamento de Leopoldina*. In: 200 Anos: Imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro: IHGB, 1997, pp.106-154.

_____, *A Imperatriz entre o público e o privado*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 9-27,.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *D. Pedro: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808- 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João e a Biblioteca Nacional: um legado em papel*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *D. Leopoldina, Imperatriz e Maria do Brasil: obra comemorativa dos 200 anos da vinda de D. Leopoldina para o Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

_____, José Theodoro Mascarenhas. *D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

_____, Juliana Gesuelli. *Política e cultura no governo de D. João VI (1792-1821)*. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Campinas 2013. Disponível: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281086/1/Meirelles_JulianaGesuelli_D.pdf. Acesso em: 21 de janeiro. 2018.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Comunicação e Informação*, [s.l.], v. 8, n. 1, pp.26-38, jan. 2005. Semestral.

MOLINA, Matia M. *História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. vol. 1.

MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: História da Imprensa no Brasil. Martins, Ana Luiza; Luca Tania Regina de (orgs). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. *D. Leopoldina: uma princesa entre as ciências e a política na Corte do Rio de Janeiro (1817-1826)*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp. 70- 84. 2016.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

OBERACKER Jr., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina, sua vida e época: ensaio de uma biografia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. *Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 19, n. 55, pp. 180-186, jun. 2004.

PRANTNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Tradução de Hanns Pellischek e Elena Dionê Borgli – Petrópolis: Vozes 1997.

PIRES, Mario Jorge. *Raízes do Turismo no Brasil*. 2. ed. Barueri: Editora Manoele Ltda, 2002.

POMBO, Nívia. *Imigração Francesa no Brasil: cultura, ideias e trabalho nos séculos*. VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (orgs) IN: Franceses no Brasil: séculos xix-xx. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. pp. 169-174.

PORTO, Denise Maria Couto Gomes. *Maria Graham e D. Leopoldina: Iluminismo, destinos e desventuras na Corte de D. Pedro I*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, ano 24, número 24, 2017, pp. 123- 140.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815 - 1889*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1968.

REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2015.

_____, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de janeiro: Leya, 2017.

_____, Paulo. *Da Áustria ao Brasil: as diversas faces de D. Leopoldina*. In: D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 28-37.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo. Maio/jun, 2007, pp. 1 -9.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação sexual da Imperatriz Leopoldina: Subsídios biográficos para a história de gênero*. In: Mulheres professoras artistas e intelectuais: ensaios biográficos. São Luis: Edufma, 2011, pp.15-35.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o Jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822 com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SANTOS, Amilcar Salgados dos. *A Imperatriz D. Leopoldina: mãe de D. Pedro II*. São Paulo: Escolas profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1927.

SCHULTZ, Kirten. *Versalhes tropical, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808- 1821*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Camila Borges. *O símbolo Indumentário: Distinção e Prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Daniel Afonso. *A duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial*. Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, pp. 55-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237101X2009000200055>. Acesso em: 15 de fev. de 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. Col. Brasileira, V. 363.

_____, Maria Beatriz Nizza. *A primeira gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brazil*. 2. ed. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra. 1977.

_____, Barbosa Lima. *Hipólito da Costa: pioneiro da Independência do Brasil*. Brasília: Fundação Chateaubriand, Verano editora, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1952. Vol. 2.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. et. al. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra e Fernando Henrique Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1971.

WEHLING, Arno. *Imperatriz D. Leopoldina: introdução a um Simpósio*. In 200 Anos: Imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro: IHGB, 1997, pp.5-8.

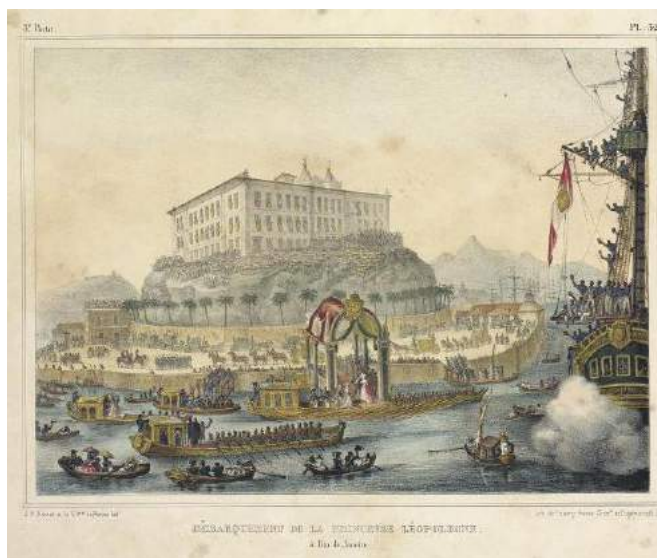
Anexos

Anexo 1- Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria.



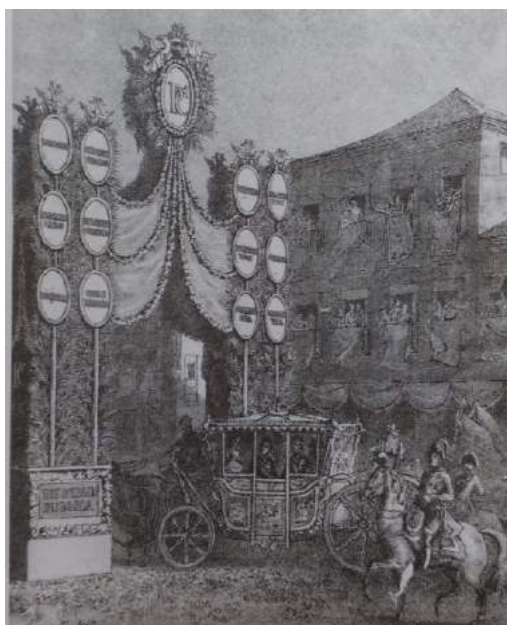
Fonte: BADOUREAU, Jean François. Leopoldina Arquiduquesa d'Áustria: Princesa Real do Reino Unido do Portugal, Brasil e Algarves. Lisboa, Portugal: [s.n.], [18--]. 1 grav, pontilhado, pb, 61 x 47,5cm em f. 73,1 x 56. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=7897>. Acesso em: 9 ago. 2019

Anexo 2: Desembarque da Princesa Leopoldina à Cidade do Rio de Janeiro

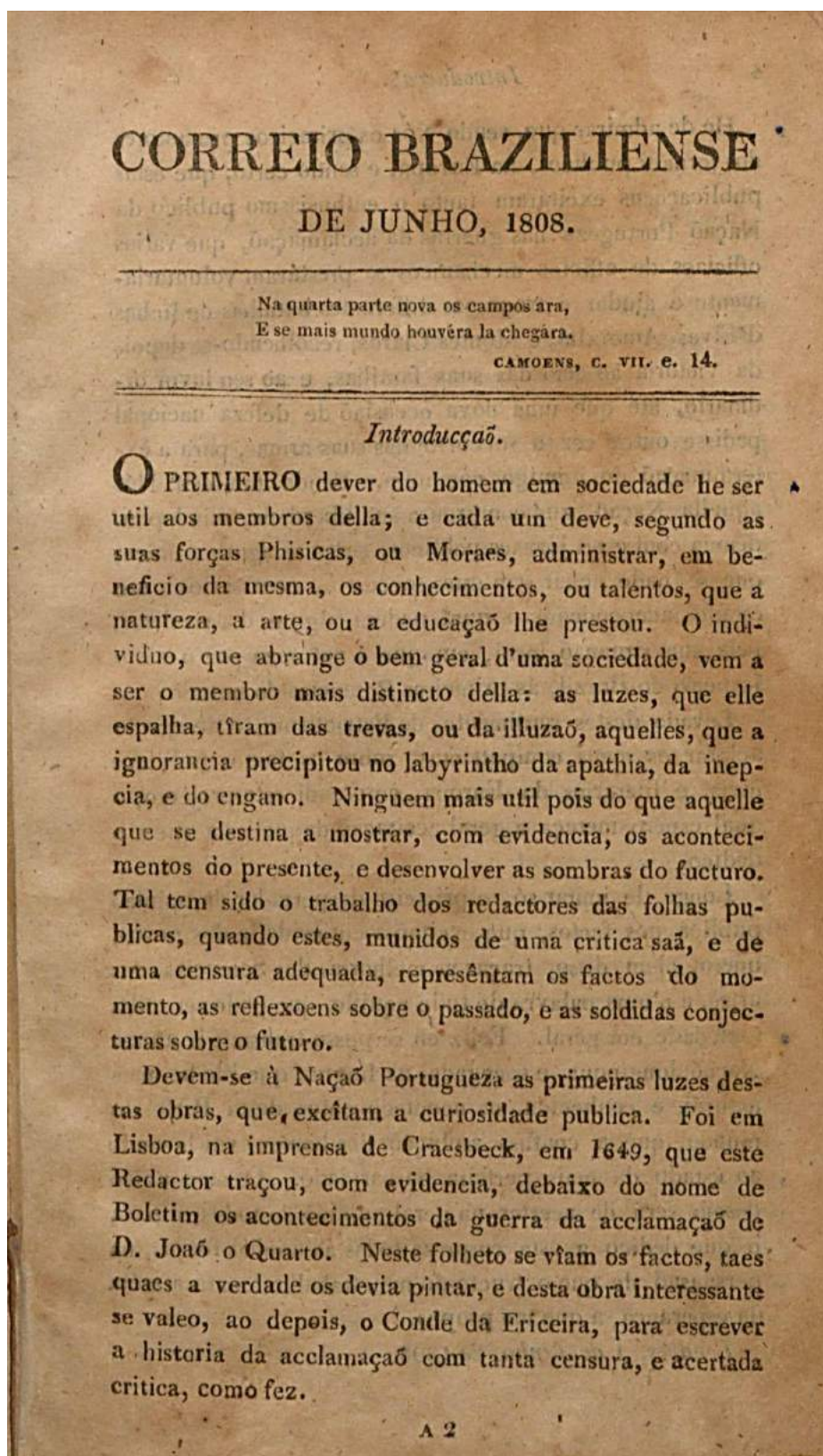


Fonte: FRÈRES, Thierry. Débarquement de la princesse Léopoldine : à Rio de Janeiro. Desenho feito a partir da obra de Jean- Baptiste Debret. Acervo Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1839. Disponível em: <<http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17473/debarquement-de-la-princesse-leopoldine-a-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 24 de jul. 2019.

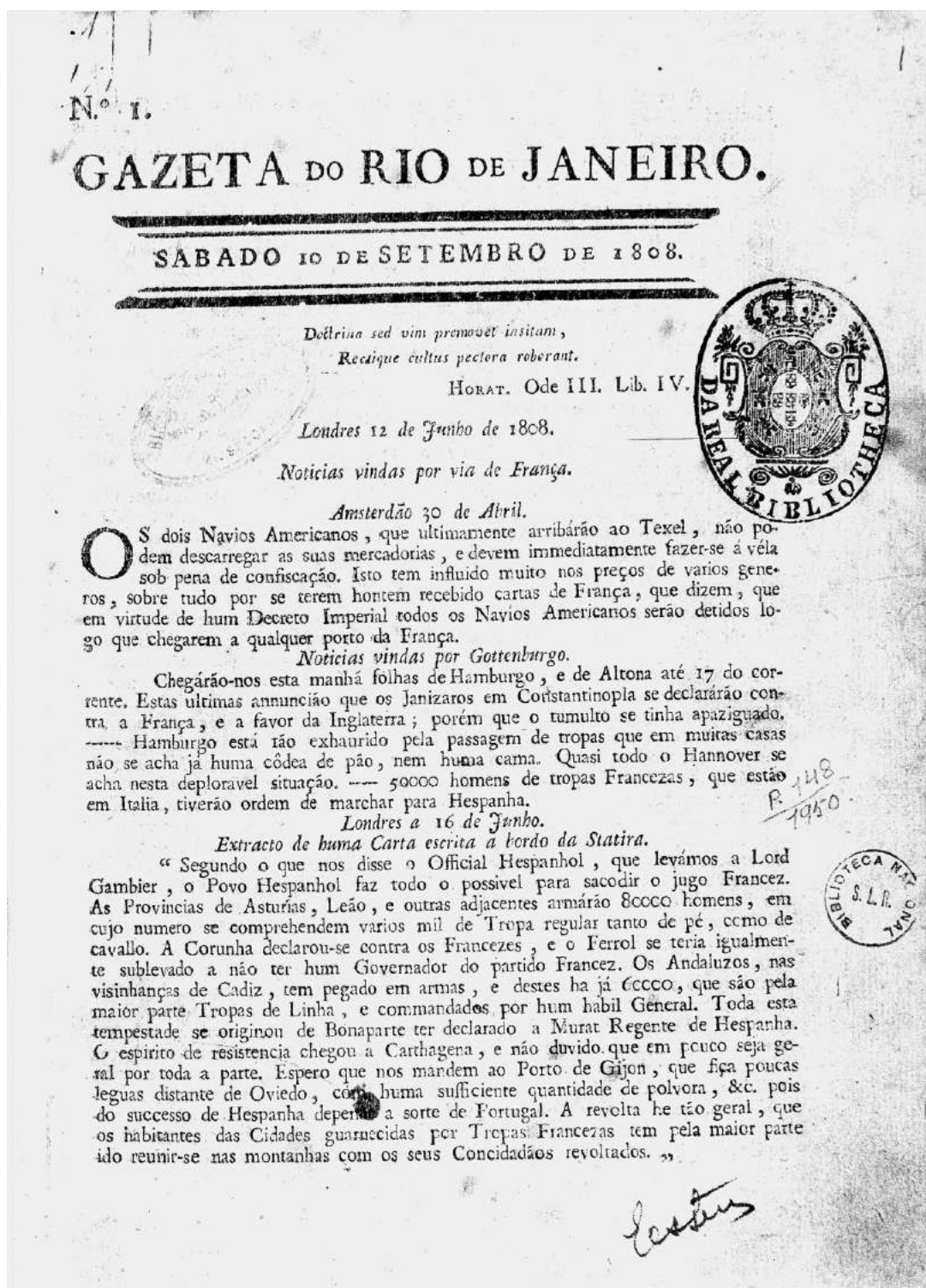
Anexo 3: Arco decorativo de acolhida à Leopoldina de Habsburgo



Fonte: CHIAVARI, Maria Pace. A entrada de uma Habsburgo-Lorena na Corte Portuguesa: a arquitetura de festa como auspício de transformação. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coordenação). D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2016.p. 38-52.



Fonte: Acervo digital: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700142/3> Acesso em 23 de jan. 2018.



Num. 1.

IDADE D'OURO

DO BRAZIL.

Terça feira 24 de Maio de 1811.

Fallai em tudo verdades
A quem em tudo as deveis.

Sá, e Miranda.

GRAMBRETANHA.

Londres 10 de Fevereiro de 1811.

Quarta feira 6 do corrente teve lugar a Ceremonia da installação do Principe de Galles em Regente da Gram-Bretanha por virtude de hum acto do Parlamento, que em consequencia do estado de molestias do Rei seu Pai Declarou que aquelle Principe pertencia a Regencia dos Reinos Unidos em Nome, e com o consentimento de SUA Magestade Britanica.

Na folha = *The Courier* = de Sabbado 16 de Fevereiro se leem dois interessantes artigos da tomada de *Batavia*, e da *Ilha de Banda* estabelecimento Holandezes na *Asia*, que ainda perturbavão a tranquillidade absoluta da *Gram-Bretanha* naquelles mares. O primeiro he huma conjectura deduzida de hum Officio do General *Abercromby* o Conquistador da *Ilha de França*; mas o segundo he Official confirmado até pela sahida do Governador, e Magistrados da *Ilha do Principe de Galles* para a conquistada *Ilha de Banda*.

H E S P A N H A.

Cadix 5 de Março.

Nas Gazetas extraordinarias da Regencia deste dia vem insertos hum Officio de *D Manuel La Peña* General em Chefe interino do quarto Exercito, em que participa ao Chefe do Estado Maior General a tomada pelo Exercito do seu Commando do interessante ponto de *Casas Viejas*, e a de *Beguer* pelo Coronel *Aymerich*; Hum aviso do *Telegrapho de Sancti Petri* de se ter tomado sem disparar hum tiro; E a participação verbal da derrota do Exercito Francez com perda de 5 peças d'artilheria, bastantes prisioneiros, e hum General, mandada pelo General em Chefe *D. Manoel La Peña* ao Conselho da Regencia.

Em huma Carta fidedigna da mesma Cidade com data de 6 de Março se endividuão algumas circumstancias deste successo, entre

PLANO.

*Para o estabelecimento de hum útil e curioso DIARIO
nesta Cidade.*

ZEferino Vito de Meirelles convencido da utilidade, que ao Publico resultará de hum Diario, no qual gratuitamente se imprimirão todos e quaesquer annuncios ou noticias particulares (que convenhão e seja licito imprimir) inclusive os dos Divertimentos e Expectaculos Publicos, que houverem de ter lugar em cada hum dos dias, tem tomado a si a penosa tarefa de publicar o referido Diario, quotidianamente e até ás oito horas e meia impreterivelmente, desde o 1.º de Junho proximo facturo em diante, sendo o seu formato em 4.º, e de meia até huma folha, exigindo-o assim a importancia dos Annuncios, que houverem a fazer-se, declarando desde já que não haverá outra preferencia na publicação dos mesmos se não a que a razão e a sua natureza exigirem.

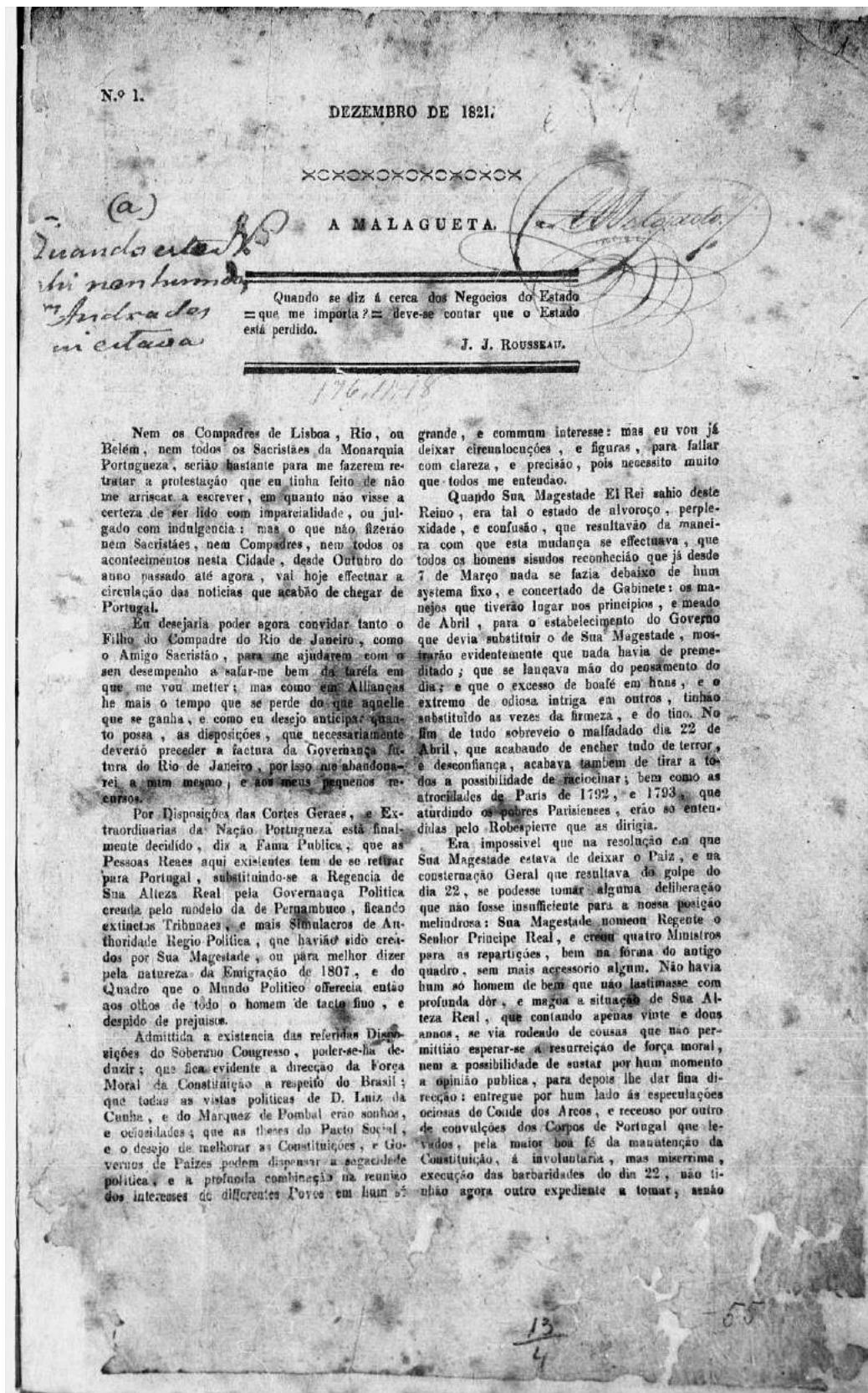
No principio de cada hum dos Diarios serão publicadas as observações meteorologicas, feitas no dia antecedente ás sete horas da manhã, ao meio dia, e ás cinco horas da tarde; as horas do Nascimento, da Passagem pelo Meridiano, e do Occaso do Sol em cada hum dos respectivos dias, e semelhantemente o Nascimento, e o Occaso da Lua, quando o seu conhecimento, posto que só approximado, possa ser de alguma utilidade; e finalmente as horas das Preamares e Baixamares neste Porto.

Portanto roga encarecidamente a todas as pessoas, que o quizerem coadjuvar neste utilissimo trabalho, e delle se quizerem servir, que desde o dia 30 de Maio em diante, queirão ter a bondade de mandar entregar, ou deitar os seus annuncios e noticias na respectiva Caixa, que estará exposta ao Publico na Loja de Livros de Manoel Joaquim da Silva Porto, Rua da Quitanda á esquina da de S. Pedro, e sómente até as 4 horas da tarde, na certeza de que serão inseridos com a maior prontidão possivel, e com toda a rasoavel imparcialidade.

Todas as pessoas, que quizerem promover tão util publicação, subscrevendo pela modica quantia de 640 réis mensalmente, o poderão fazer a todo o tempo na Loja do mesmo Diario, acima dita, e obterão a vantagem de que este lhes será entregue em suas proprias Casas, infallivelmente até ás oito horas e meia da manhã.

O preço commum de cada Diario na Loja será o de 40 réis.

RIO DE JANEIRO. NA TYPOGRAPHIA REAL. 1821. Com Licença.



N.º 1.

DEZEMBRO DE 1821.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

A MALAGUETA.

(a)
Quando este
di não humda
Andrada
in citava

Quando se diz á cerca dos Negocios do Estado
= que me importa? = deve-se contar que o Estado
está perdido.

J. J. ROUSSEAU.

Nem os Compadres de Lisboa, Rio, ou Belém, nem todos os Sacristães da Monarquia Portuguesa, serão bastante para me fazerem retratar a proleção que em tinha feito de não arriscar a escrever, em quanto não visse a certeza de ser lido com imparcialidade, ou julgado com indulgencia: mas o que não fizeram nem Sacristães, nem Compadres, nem todos os acontecimentos nesta Cidade, desde Outubro do anno passado até agora, vai hoje effectuar a circulação das noticias que acabão de chegar de Portugal.

Eu desejaria poder agora convidar tanto o Filho do Compadre do Rio de Janeiro, como o Amigo Sacristão, para me ajudarem com o seu desempenho a safar-me bem da tarefa em que me vou metter; mas como em Allianças he mais o tempo que se perde do que aquelle que se ganha, e como eu desejo anticipar quanto possa, as disposições, que necessariamente deverão preceder a factura da Governança futura do Rio de Janeiro, por isso me abandonarei a mim mesmo, e aos meus pequenos recursos.

Por Disposição das Cortes Geraes, e Extraordinarias da Nação Portuguesa está finalmente decidido, diz a Fama Publica, que as Pessoas Reaes aqui existentes tem de se retirar para Portugal, substitaindo-se a Regencia de Sua Alteza Real pela Governança Politica creada pelo modelo da de Pernambuco, ficando extinctas Tribunaes, e mais Simulacros de Autoridade Regio Politica, que havião sido creados por Sua Magestade, ou para melhor dizer pela natureza da Emigração de 1807, e do Quadro que o Mundo Politico offerecia então aos olhos de todo o homem de tacto fino, e despido de prejuizos.

Admittida a existencia das referidas Disposições do Soberano Congresso, poder-se-ha deduzir; que fica evidente a direcção da Força Moral da Constituição a respeito do Brasil; que todas as vistas politicas de D. Luiz da Cunha, e do Marquez de Pombal erão sonhos, e ociosidades; que as theses do Pacto Social, e o desejo de melhorar as Constituições, e Governos de Paizes podem dispensar a sagacidade politica, e a profunda combinação na reunião dos interesses de diferentes Povos em hum só

grande, e commum interesse: mas eu vou já deixar circumlocuções, e figuras, para fallar com clareza, e precisão, pois necessito muito que todos me entendão.

Quando Sua Magestade El Rei sahio deste Reino, era tal o estado de alvoroço, perplexidade, e confusão, que resultavão da maneira com que esta mudança se effectuava, que todos os homens sisudos reconhecião que já desde 7 de Março nada se fazia debaixo de hum systema fixo, e concertado de Gabinete: os manejos que tiverão lugar nos principios, e meado de Abril, para o estabelecimento do Governo que devia substituir o de Sua Magestade, mostrão evidentemente que nada havia de premeditado; que se lançava mão do pensamento do dia; e que o excesso de boulé em huns, e o extremo de odiosa intriga em outros, tinham substituido as vezes da firmeza, e do tino. No fim de tudo sobreveio o malfadado dia 22 de Abril, que acabando de encher tudo de terror, e desconfiança, acabava tambem de tirar a todos a possibilidade de raciocinar; bem como as atrocidades de Paris de 1792, e 1793, que aturdindo os pobres Parisienses, erão so entendidas pelo Robespierre que as dirigia.

Era impossivel que na resolução em que Sua Magestade estava de deixar o Paiz, e na consternação Geral que resultava do golpe do dia 22, se podesse tomar alguma deliberação que não fosse insufficiente para a nossa posição melindrosa: Sua Magestade nomeou Regente o Senhor Principe Real, e creou quatro Ministros para as repartições, bem na fórma do antigo quadro, sem mais aaccessorio algum. Não havia hum só homem de bem que não lastimasse com profunda dor, e magoa a situação de Sua Alteza Real, que contando apenas vinte e dous annos, se via rodendo de cousas que não permitião esperar-se a resurreição de força moral, nem a possibilidade de sustar por hum momento a opinião publica, para depois lhe dar fina direcção: entregue por hum lado ás especulações ociosas do Conde dos Arcos, e receoso por outro de convulções dos Corpos de Portugal que levados, pela maior boa fé da manutenção da Constituição, á involuntaria, mas miserissima, execução das barbaridades do dia 22, não tinham agora outro expediente a tomar, senão

N.º 2. (9)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL, CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA DO IMPERIO DO BRASIL.

1823.

QUARTA SESSÃO PREPARATORIA.

Em o 1.º de Maio de 1823.

ABERTA a Sessão pelas 9 horas da manhã, leu o Sr. *Andrada Machado* o seguinte Parecer da Comissão dos Poderes sobre o Diploma do Sr. Deputado *Pedro de Araujo Lima*.

A Comissão dos Poderes tendo examinado o Diploma do Sr. *Pedro de Araujo Lima* Deputado pela Provincia de Pernambuco, e comparando-o com a Acta competente, achou conforme a dita Acta ás Leis que a devião regular, e o Diploma legal; e o Deputado em termos de tomar assento, e entrar no exercicio das suas funcções. Paço da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa a 1 de Maio de 1823 = *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva* = *Barão de Santo Amaro* = *Antonio Luiz Pereira da Cunha* = *Manoel Jacinto Nogueira da Gama* = *João Joaquim Carneiro de Campos*. (Foi approvado.)

O mesmo Sr. Deputado disse que o Sr. *Pedro de Araujo Lima* estava á porta da Sala, e que era a ordem nomear o Sr. Presidente um dos Srs. Deputados para ir com o Sr. Secretario busca-lo, e introduzi-lo na Sala.

O Sr. Presidente nomeou o Sr. *Nogueira da Gama* para esse fim; e entrando o Sr. *Araujo Lima* tomou assento na Assembléa.

O Sr. *Andrada e Silva*; — Eu recebi ontem duas participações do Sr. Secretario, e já se passaram as ordens a que ellas se referião. Tambem fallei a Sua Magestade Imperial, e me disse que receberia a Deputação desta Assembléa amanhã pelas onze horas, e que mandaria que um Piquete de Cavallaria a acompanhasse.

O Sr. Secretario: — Seria bom que V. Ex. mandasse em Officio essa resposta, para que possa registrar-se.

O Sr. *Andrada Machado*: — Essa he a ordem e a marcha dos negocios.

O Sr. Presidente: — Creio que são horas de irmos á Capella, para se ouvir Missa e prestar o juramento.

Conveio a Assembléa, e d'ali se dirigio em Corpo á Capella Imperial onde assistio á Missa solemne do Espirito Santo que Officiou o Sr. Bispo Capellão-Mór; o qual logo depois prestou o juramento de Deputado nas mãos do Decano do Cabido pronunciando de joelhos e em voz alta o mesmo juramento pela formula approvada. Igualmente jurarão perante o Sr. Bispo, Presidente da Assembléa, o Sr. Secretario e

mais Deputados, pondo cada um por sua vez a mão sobre os Santos Evangelhos, e dizendo = Assim o juro =.

Concluido este Acto voltarão os Srs. Deputados á Sala da Assembléa.

O Sr. Presidente: — A Sessão continua para se ler a Acta da antecedente.

O Sr. *Andrada Machado*: — A Acta deve sempre estar prompta, para ser lida e approvada no principio da Sessão, por isso basta que se lance em papel separado, para se approvar, e depois se registará no Livro. De outra forma não se procede em ordem.

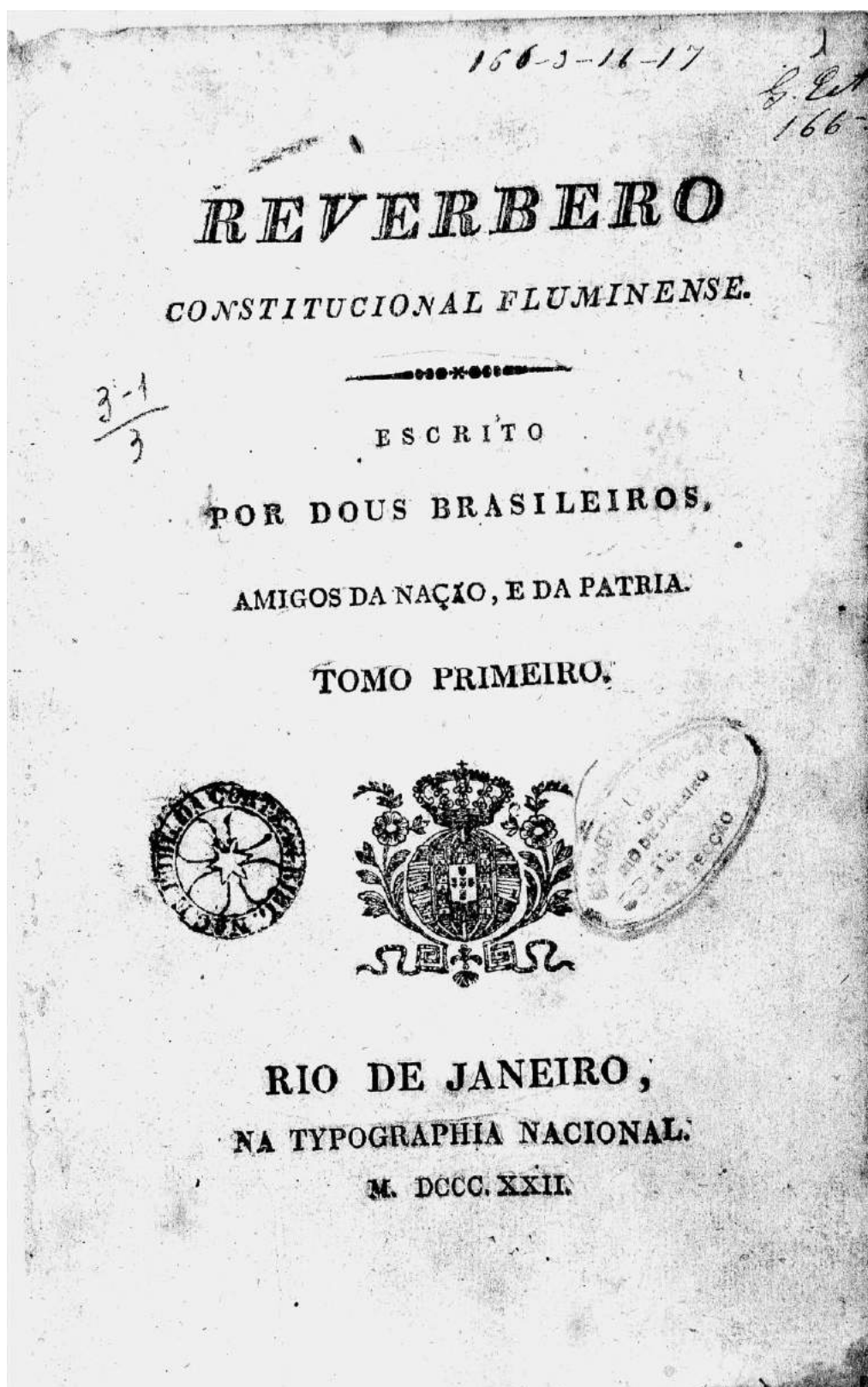
O Sr. Secretario leu a Acta.

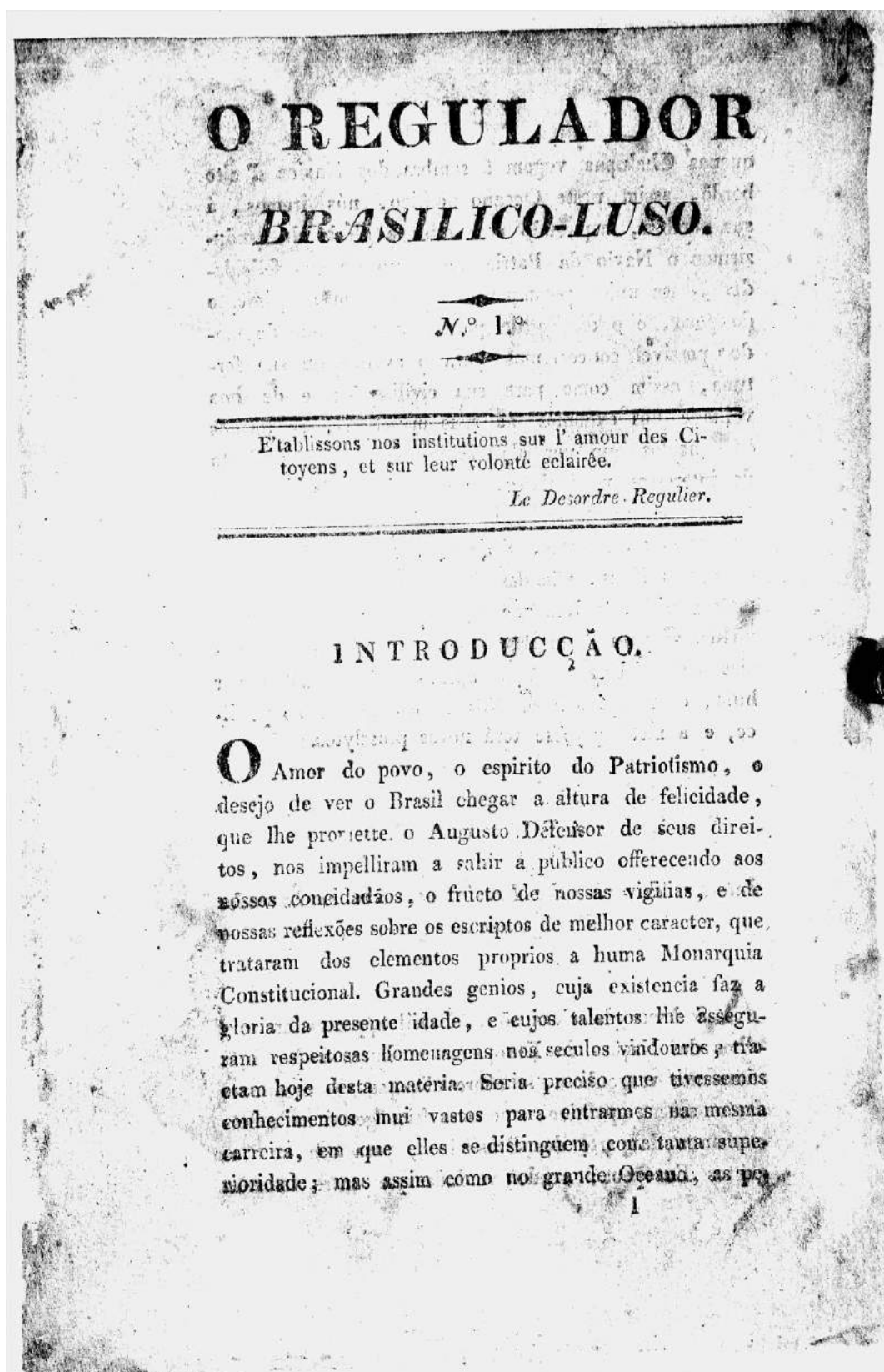
O Sr. *Andrada Machado*: — Parece-me que nesta Acta não se declarou a hora a que se levantou a Sessão; e deve sempre declarar-se quando se abrem e fechão as Sessões, pois somos assalariados do Publico, e este tem direito a saber o tempo que trabalhamos.

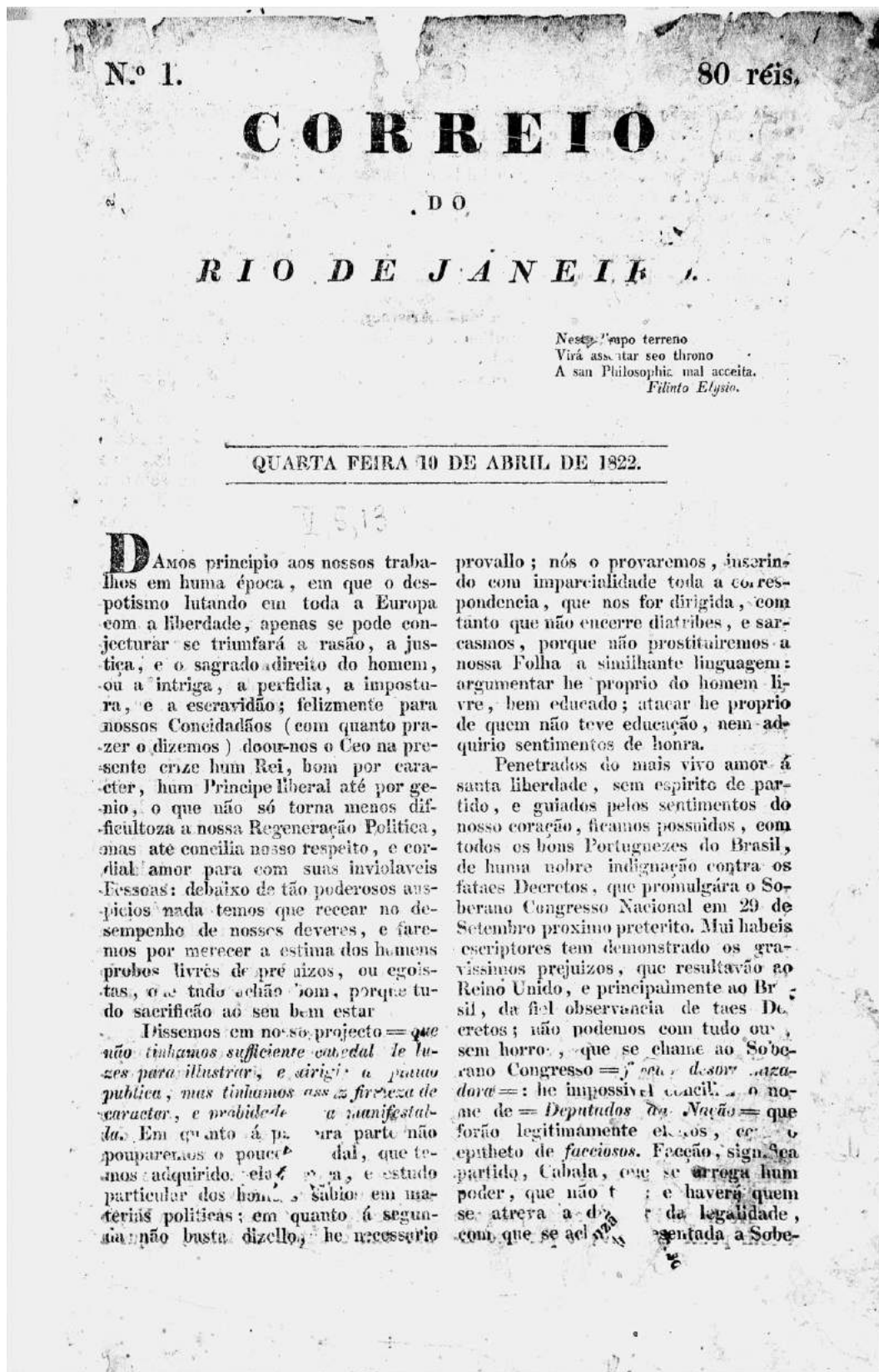
O Sr. *Carneiro de Campos*: — Sr. Presidente como ouço dizer que somos assalariados direi o que entendo sobre est: objecto. Nunca em Direito se chamou salario ao que nós recebemos por tão nobres e augustos trabalhos. Em Direito sempre se distinguio o trabalho braçal do trabalho mental. Naquelle he que se dá o nome de salario ao que por elle se recebe, e não neste. Aquelle paga-se, e este não recebe pagamento, mas sim uma gratificação, que se chama honorario. O que nós recebemos são propriamente alimentos, e não paga de trabalho, porque sendo puramente mental, se considera tão precioso, que não pôde ser avaliado, como he o trabalho braçal. Todos nós, como Membros da Sociedade Civil temos obrigação de a servir segundo as nossas facultades; quando a Nação nos chamou nada mais fez que exigir de nós a prestação de um dever a que estamos obrigados; nem temos direito de pedir que se nos pague aquillo que devemos prestar, e de que não nos podemos escusar; mas como nem todos tem seguros e certos os meios da sua subsistencia de maneira que livres de todos os cuidados da sua manutença, possam dedicar-se inteiramente ao serviço que a Patria lhes destina, por isso a Nação, para nos desembaraçar de cuidados, que nos distrahirião, e consumirião o tempo, que devemos empregar utilmente em seu serviço, nos segura alimentos, mas nunca estes se poderão reputar paga dos prestantes serviços, que fizermos.

Seguirão outros Srs. Deputados a opinião do Sr. *Carneiro de Campos*, fazendo igualmente nascer da










N.º 1 Segunda feira 3 de Janeiro de 1825.

IMPERIO DO BRASIL



DIARIO FLUMINENSE. Vol. 5.º

ARTIGOS D'OFFICIO.

Repartição dos Negocios do Imperio.

S Ubindo á Presença de S. M. o Imperador o Officio do Presidente da Provincia da Bahia, de 7 do corrente mez, em que participa os ultimos successos, que tiveram lugar na mesma Provincia desde o dia 9. e as medidas, que poz em pratica, para restituir-lhe a preciosa tranquillidade, e segurança; referindo igualmente o seu desembarque, a sahida da expedição para Pernambuco, e a nomeação do Governador das Armas interino: Manda o Mesmo Augusto Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao referido Presidente, que ficou Sciante das mencionadas providencias, as quaes merecerão a Sua Imperial Approvação. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1824. — Estevão Ribeiro de Rezende.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, remetter ao Juiz de Fora de Parati, e Ilha Grande o requerimento incluso do Irmão Joaquim Francisco do Livramento, encarregado da Administração do Seminario erecto em Jacareanga, em que pede alguns auxilios para a reedificação do dito Seminario: e Ha por bem que o referido Juiz de Fora, fazendo proceder a huma avaliação regular daquella obra, a remetta a esta Secretaria de Estado, para o Mesmo Augusto Senhor resolver o que lhe parecer justo. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1824. — Estevão Ribeiro de Rezende.

Repartição dos Negocios Estrangeiros.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, remetter á Junta da Instituição Vaccinica, o pôs vaccinico ultimamente chegado de Inglaterra, pelo Paquete Emulous, a fim de que a mesma Junta faça delle o uso, que lhe incumbere. Paço em 23 de Dezembro de 1824. — Luiz José de Carvalho e Mello.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, participar ao Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, em resposta á sua Portaria de 15 do corrente, que fizeo expedidas as ordens necessarias ao Agente deste Imperio em França, para a fiel e prompta execução das encomendas de que trata a mencionada Portaria. Paço em 23 de Dezembro de 1824. — Luiz José de Carvalho e Mello.

Repartição dos Negocios da Fazenda.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, remetter ao Conselho da Fazenda para consultar o incluso requerimento dos Indios estabelecidos com Tavernas na Aldeia de S. Pedro, do Districto da Cidade de Cubo Frio, em que pedem ser isentos dos impostos estabelecidos sobre as ditas Tavernas, em virtude dos privilegios outorgados aos

Supplicantes a este respeito pelo Mesmo Senhor, e Seus Augustos Predecessores. Paço em 17 de Dezembro de 1824. — Marianno José Pereira da Fonseca.

S. M. o Imperador, conformando-se com a informação do Conselheiro Juiz interino da Alfandega desta Corte, e pareceres dos Procuradores Fiscaes dados em requerimento do Negociante Nicoláo Coelho Messeder: Manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, que o Supplicante seja admittido á assignatura da mesma Alfandega, precedendo as fianças do estilo, e por elle offercidas. O que se participa ao dito Juiz para sua intelligencia, e cumprimento. Paço em 17 de Dezembro de 1824. — Marianno José Pereira da Fonseca.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, remetter á Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação, para consultar, o incluso requerimento de Antonio Rodrigues Coelho, Negociante desta Praça, em que pede se ordene ao Conselheiro Juiz Interino da Alfandega, permita o despacho das fazendas constantes da factura junta, que de sua conta e propriedade recebeu de Lisboa no Brigue Americano Gleanes, não obstante as ordens que prohibem o despacho das ditas fazendas, quando não são importadas em Navios Nacionaes. Paço em 18 de Dezembro de 1824. — Marianno José Pereira da Fonseca.


Repartição dos Negocios da Guerra.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o General Governador das Armas, remetta huma lista nominal dos individuos dos diferentes Corpos desta Provincia, que não jurarão a Constituição Política do Imperio. Paço em 22 de Dezembro de 1824. — João Vieira de Carvalho.

Concedendo S. M. o Imperador isenção do serviço Militar aos Operarios, e Empregados actuaes na Typografia estabelecida na Imperial Cidade do Ouro Preto pelo Capitão Manoel José Barboza, assim o Manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar ao Governador das Armas da Provincia de Minas Geraes, para seu conhecimento, e execução. Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1824. — João Vieira de Carvalho.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Commandante do Corpo de Engenheiros, Director do Archivo Militar, remetta a esta Secretaria de Estado huma copia da planta da Cidade do Rio de Janeiro, para ser enviada ao Intendente Geral da Policia, que a requereu. Paço em 23 de Dezembro de 1824. — João Vieira de Carvalho.

Rio de Janeiro, 28 Junho de 1824. Número I.



CLAMOR NACIONAL

DIRIGIDO

AOS ILLUSTRES E NOBRES

BRASILEIROS.



NUNCA foi permitido às forças humanas ainda sendo dirigidas com toda a prudencia, impedir a marcha d'hum Nação, que se decidio à tomar humma pozição respeitavel na brilhante linha dos Povos civilizados. Não ha exemplo que mostre esta retrogradação; a tyrania so poderà triunfar no momento em que o espirito publico começà a descer da altura, à que se tem elevado; so então o povo Livre, e Independente será forçado à entregar seus pulsos, e à se dobrar diante do opressor de sua Liberdade.

BRASILEIROS, vòs destes o passo mais difficil proclamando esta Independencia, que estava marcada no grande Livro da Natureza; vos trabalhais em elevar sobre as ruinas d'hum gothico edificio o Templo da Legislação, que deve firmar as hazes de vossa futura grandéza: vos vingastes os esquecimentos de *Trezentos annos* de escravidão; fizestes apparecer a nobreza do homem moral à par dos direitos do homem politico; o codigo da Natureza, as convençoens primórdias estabelecidas entre as Naçoens, o direito indisputavel dos povos para consigo mesmo são os vossos escudos; hum Grande Genio; hum Príncipe cingido de tradiçoens Religiozas he o vosso DEFENSOR PERPETUO, Elle conhece o quevos sois, e o que podeis ser; Elle se apresenta no campo da Gloria, quer enlaçar os seus trofeos com os vossos: Elle quer ser Grande com vosco.

BRASILEIROS! quem se atreverà a se oppor aos vossos destinos? se vos unirdes com hum igual enthusiasmo com humma mesma firmeza, quem, quem vos poderà obrigar à vergar o pescoço de baixo do jugo?


Embora miseraveis facciòsos procurem com fantasmas illudir vossa imaginação; vos os deveis conhecer, elles não se podem disfarçar debaixo das apparencias com que se escondem: as revoluçoens produzem sempre estes Protéos; mas vos ja estaes em idade de fazer differença entre a linguagem do amigo fiel, e do perfido lizongeiro.

BRASILEIROS, a vossa pozição está fixa; os males, os flagellos com que vos assustão não vêm com as forças inimigas, que se julgão em marcha contra vos; estão no vosso seio, nesta divergencia, nesta falta de integridade, e de união tão nociva, no egoismo dos monopolistas ultra liberaes, nesta nuvem que gira sobre nòs ameaçando nossa existencia politica.

Appareça entre vos a união, a uniformidade de ideas, e vos conhecereis vossa grandéza, vossas forças; vos sereis respeitados, invenciveis, inconquistaveis.

Vede os Grègos aspirando á Gloria de serem dignos dos seus Antepassados; ouvi a voz da Liberdade, e da Independencia ressoando sobre os tumulos dos Pericles, dos Aristides, e dos Philopemons; vede a antiga Patria dos Leonidas dando á Luz novos heroes; quem os sustenta, quem os anima senão sua união e estas palavras **NOS QUEREMOS SER LIVRES E INDEPENDENTES?** Terão elles acaso os vossos recursos, ou estarão nas vossas circumstancias! Terão á frente de suas forças hum Defensor mais intrepido no meio dos perigos, mais corajózo para rebater insultos, e ameaças?

BRASILEIROS, quando a Patria se considera em perigo, a neutralidade individual he hum cri-

N.º 1 QUARTA FEIRA  23 DE FEVEREIRO 1825.  712

O GRITO DA RAZÃO
NA
CORTE DO RIO JANEIRO.

10-1  PARTE SEGUNDA.

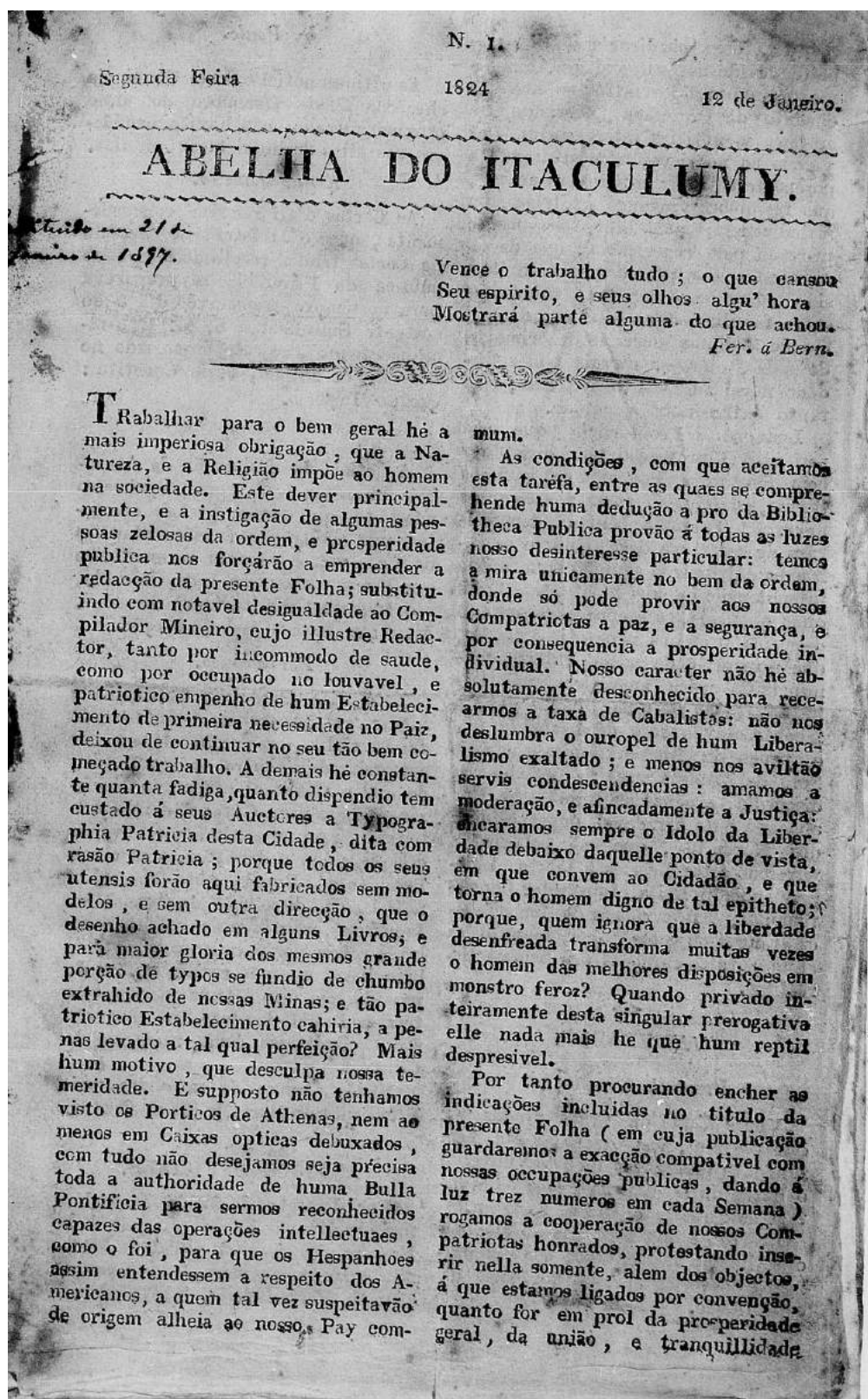
Liberdade sem razão he huma arma funesta: só hum
Povo virtuoso conhece os limites da verdadeira liberdade.
Politique Naturelle.

FAltariamos aos deveres de hum Cidadão, que ancioso procura o bem, e prosperidade d'este vasto, e rico Imperio, se chegando a esta Corte, vindo da Bahia, d'onde partimos no dia ultimo do anno, que findou, não só tendo perfeito conhecimento das opiniões politicas dos Bahianos nossos Patricios, e estando ao facto de tudo quanto lhes tem succedido n'estes quatro últimos annos verdadeiramente desgraçados (1), nos abrindo mão da arriscadissima, porém gloriosa tarefa, de que voluntariamente nos haviamos encarregado, não fizessemos conhecer o estado lastimoso, a que está reduzida a Princeza das Provincias do Brasil, patenteando seus males, e a origem d'oude procedem, a fim de que o Grande, o Heroico Monarcha, que nos rege com Sciencia, e promptidão, sabiamente os remedie, restituindo assim a paz, e alegria áquelles dos seus subditos, que mais zelosos, e fieis se tem mostrado ao espontaneo juramento, que prestarão, e á causa, que voluntariamente abraçarão. Assim, os Bahianos são dignos de melhor sorte: e bem longe de merecerem os baldões, os improperios de que quotidianamente os cobrem algumas pessoas, ou por pouco sensatas, ou por total ignorancia dos seus successos, das suas opiniões, e emfim dos seus desejos, devem ser numerados entre os Brasileiros dignos, e merecedores da Alta Estima e Consideração do Augusto Fundador do Grande Imperio do Brasil. Os Bahianos são fieis, os Bahianos gratos reconhecem o quanto devem ao seu Magnanimo Imperador: e por isso não só o respeito, e amão, como até mesmo o idolatrão. Quem bem considerar nas desordens da Bahia, e nos esforços, que continuamente tem feito a grande maioria dos seus honrados habitantes para conservar illesa a integridade d'este Imperio, não pôde pensar d'outra maneira. As opiniões e desejos de meia duzia de malvados aventureiros, e impostores não são as opiniões, e desejos da grande, e populosa Provincia da Bahia.

Não será nossa Patria tão somente o objecto d'este periodico; fallaremos tambem de todas as mais Provincias do Brasil; sustentaremos, conforme permittirem nossos limitados conhecimentos, o systema adoptado, e por todos jurado; faremos publicas suas infracções, ao mesmo tempo que incansavel nos não descuidaremos de mostrar á luz meridiana que o Brasil não devia, nem podia abraçar outro systema de Governo, que melhor lhe conviesse, qual fosse o Monarchico Constitucional, e

(1) Não fallamos da independencia do Brasil; porém sim dos grandes males, que a maldade, e ignorancia nos tem causado.

Fonte: Acervo digital - Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700479/1>. Acesso em: 31 de jul. de 2019.



N.º 1.

Segunda Feira 1825 18 de Julho.

Ciudad Literaria

O UNIVERSAL.

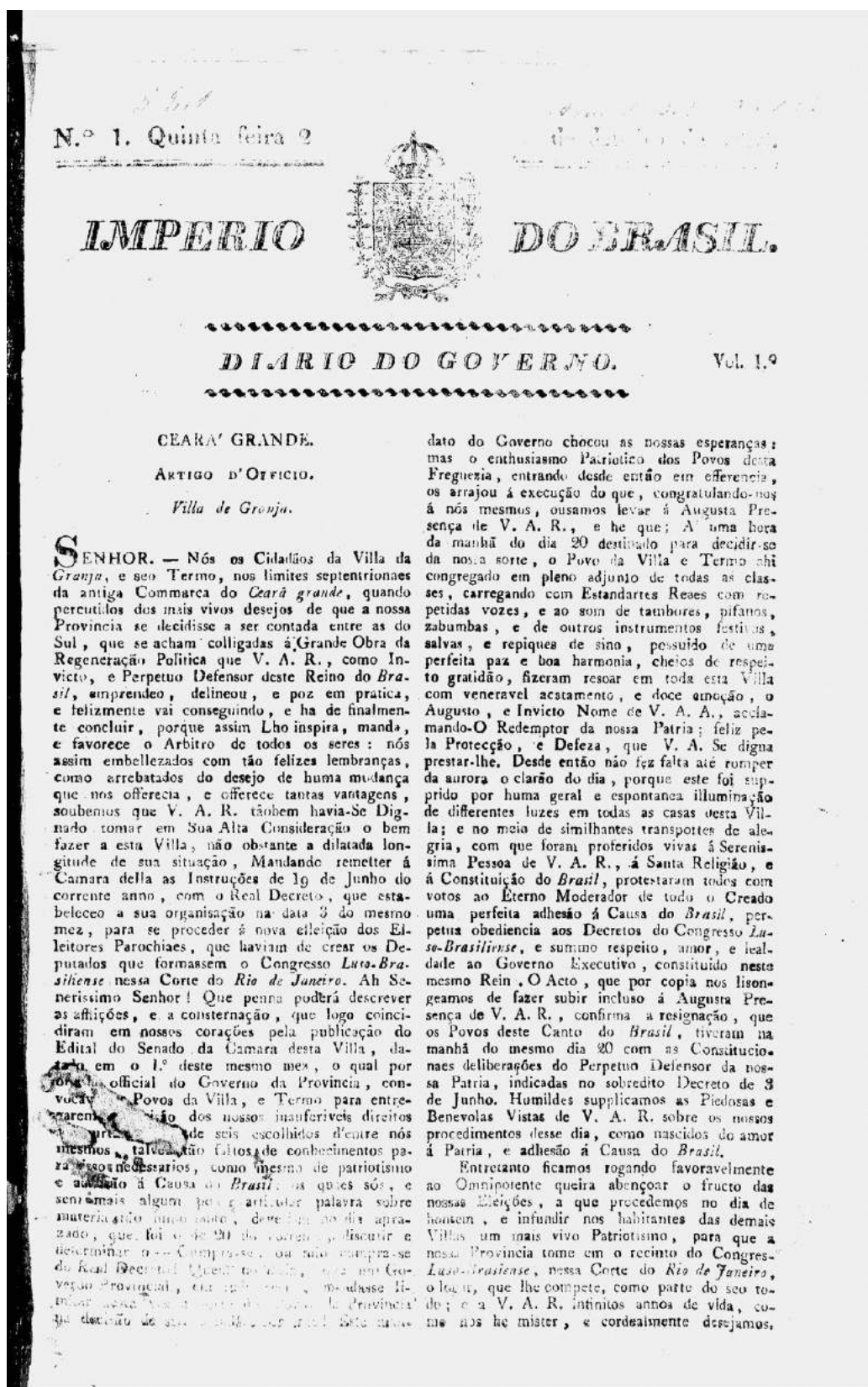
1825

Rien n'est beau que le vrai;
le vrai seul est aimable.
Voltaire.

Como o Companheiro do Conselho deve de acabar em breve, e os Illustres Redactores da Abelha não continuão por ora a publicar o seu Periodico, eu me vi na necessidade de escrever, para transmittir as noticias mais interessantes, que chegarem ao meu conhecimento. Não terão lugar nelle outras correspondencias, se não as que tratarem dos objectos em geral, e não contiverem personalidades, porque meu fim he a illustração publica, e não suscitar odios entre os Cidadãos, fructo unico de taes personalidades. Preferirei sempre a publicação das Leis, Decretos, e Portarias, pois apezar de que estes objectos não agradem tanto, como devem, sua vulgarisação he da primeira necessidade, e todos os Cidadãos devem procurar tão importante conhecimento. O preço deste Periodico do mesmo formato, e de tantos N.ºs semanaes como a Abelha, he muito mais diminuto, e não havendo grande numero de assignantes a perda he certa. Espero, que nossos Comprovincianos não deixarão de concorrer com suas assignaturas para assim haver ao menos hum Periodico, nesta a maior Provincia do Imperio.

Por Decreto do 1º de Dezembro de 1824, Manda S. M. o Imperador executar provisoriamente huma Tabella, que da nova Organização ao Exercito da qual extrahimos o que pertence a nossa Provincia.

Antiga Organização.	Nova organização.
Regimento de Cavallaria de Linha do Ouro Preto	2.º Regimento de Cavallaria da 1.ª Linha do Exercito.
1.º e 2.º Regimento de Cavallaria de Milicias do Ouro Preto	São reduzidos a hum 5.º Regimento de Cavallaria ligeira da 2.ª Linha do Exercito.
3.º e 4.º dito de Marianna	6.º de Cavallaria ligeira da 2.ª L.ª &.
1.º 2.º e 3.º de S. João	Reduzidos a 2= 7.º dito de S. João, e 8.º da Campanha.
1.º 2.º e 3.º de Sabará	Reduzidos a 2= 9.º dito de Sabará = 10.º dito de Pitangui.
Regimento de Piracatu	11.º de Piracatu.
1.º 2.º e 3.º do Serro frio	Reduzidos a 2= 12.º da Villa do Principe = 13.º de Minas novas.
Regimento da Comarca de S. Francisco	14.º da Villa de S. Francisco.
Esquadrões avulsos de S. João	15.º do Pouso alto.



N.º 1. Quinta feira 2

IMPERIO DO BRASIL.

DIARIO DO GOVERNO.

Vol. 1.º

CEARA' GRANDE.

ARTIGO D'OFFICIO.

Villa de Granja.

SENHOR. — Nós os Cidadãos da Villa da Granja, e seu Termo, nos limites septentrionaes da antiga Comarca do Ceará grande, quando percultos dos mais vivos desejos de que a nossa Provincia se decidisse a ser contada entre as do Sul, que se acham colligadas á Grande Obra da Regeneração Política que V. A. R., como Invicto, e Perpetuo Defensor deste Reino do Brasil, empredeu, delineou, e poz em pratica, e felizmente vai conseguindo, e ha de finalmente concluir, porque assim Lho inspira, manda, e favorece o Arbitro de todos os seres: nós assim embelezados com tão felizes lembranças, como arrebatados do desejo de huma mudança que nos offerca, e offerece tantas vantagens, soubemos que V. A. R. também havia-Se Dignado tomar em Sua Alta Consideração o bem fazer a esta Villa, não obstante a dilatada longitude de sua situação, Mandando remetter á Camara della as Instruções de 19 de Junho do corrente anno, com o Real Decreto, que estabeleceu a sua organização na data 3 do mesmo mez, para se proceder á nova eleição dos Eleitores Parochiaes, que haviam de crear os Deputados que formassem o Congresso Luso-Brasiliense nessa Corte do Rio de Janeiro. Ah Sennerissimo Senhor! Que pena poderá descrever as affeições, e a consternação, que logo coincidiram em nossos corações pela publicação do Edital do Senado da Camara desta Villa, datado em o 1.º deste mesmo mez, o qual por ordem official do Governo da Provincia, convocou os Povos da Villa, e Termo para entregarem a eleição dos nossos inalienaveis direitos a seis escolhidos dentre nós mesmos, talves não faltos de conhecimentos para sermos necessarios, como mesmos de patriotismo e adhesão á Causa do Brasil, os quos sós, e sem mais algum por que articular palavra sobre materia tão importante, deviam no dia aprazado, que foi o de 20 do corrente, discutir e determinar o — Comprasso, ou não comprasso do Real Decreto que se trata, que ao Governo Provincial, era applicavel, e mandasse Haver a esta Villa a representação da Provincia, que devendo de ser a mesma, e a qual, deo mais

dato do Governo chocou as nossas esperanças: mas o entusiasmo Patriotico dos Povos desta Freguezia, entrando desde então em offerecia, os arrajou á execução do que, congratulando-nos á nós mesmos, ousamos levar á Augusta Presença de V. A. R., e he que: A uma hora da manhã do dia 20 destinado para decidir-se da nossa sorte, o Povo da Villa e Termo ahí congregado em pleno adjunco de todas as classes, carregando com Estandartes Reaes com repetidas vozes, e ao som de tambores, pifanos, zabumbas, e de outros instrumentos festivos, salvas, e repiques de sino, possuido de uma perfeita paz e boa harmonia, cheios de respeito gratidão, fizeram resoar em toda esta Villa com veneravel acastamento, e doce afeição, o Augusto, e Invicto Nome de V. A. A., acclamando-O Redemptor da nossa Patria; feliz pela Protecção, e Defeza, que V. A. Se digna prestar-lhe. Desde então não fez falta até romper da aurora o clarão do dia, porque este foi supprido por huma geral e espontanea illuminação de diferentes luzes em todas as casas desta Villa; e no meio de semelhantes transportes de alegria, com que foram proferidos vivas á Serenissima Pessoa de V. A. R., á Santa Religião, e á Constituição do Brasil, protestaram todos com votos ao Eterno Moderador de tudo o Creado uma perfeita adhesão á Causa do Brasil, perpetua obediencia aos Decretos do Congresso Luso-Brasiliense, e summo respeito, amor, e lealdade ao Governo Executivo, constituido neste mesmo Rein. O Acto, que por copia nos lisongeamos de fazer subir incluso á Augusta Presença de V. A. R., confirma a resignação, que os Povos deste Canto do Brasil, tiveram na manhã do mesmo dia 20 com as Constitucionaes deliberações do Perpetuo Defensor da nossa Patria, indicadas no sobredito Decreto de 3 de Junho. Humildes supplicamos as Piedosas e Benevolas Vistas de V. A. R. sobre os nossos procedimentos desse dia, como nascidos do amor á Patria, e adhesão á Causa do Brasil.

Entretanto ficamos rogando favoravelmente ao Omnipotente queira abençoar o fructo das nossas Eleições, a que procedemos no dia de hontem, e infundir nos habitantes das demais Villas um mais vivo Patriotismo, para que a nossa Provincia tome em o recinto do Congresso Luso-Brasiliense, nessa Corte do Rio de Janeiro, o seu, que lhe compete, como parte do seu todo; e a V. A. R. infinitos annos de vida, como nos he mister, e cordealmente desejamos.

ARGOS DA LEI.

N.º 34.

Boas são leis, melhor o uso bom dellas.
A. Ferreira.

TERÇA FEIRA 3 DE MAIO DE 1825.

—S—O—O—S—

Extracto da Estrella Brasileira.

Demoramos até agora responder á analyse feita a alguns numeros da Estrella modernamente publicada (a qual se não é obra propria do Excellentissimo Sr. Ministro da Marinha, pelo menos foi escrita sob os seus mais immediatos auspicios) por quanto a simples lição d'esta pega convenceo-nos que servimos de capa ao Curioso para exhalar o seu máo humor contra hum Homem cujas nobres qualidades intellectuaes, rara habilidade em a sua profissão e o mais reconhecido e brilhante valor devem fazer mui respeitado a todo o amigo dos sãos principios liberaes e das virtudes guerreiras, e cujos assignalados serviços prestados de huma maneira a mais proveitosa proveitosa e quasi inconcebivel á causa do Brazil devem tornal-o summamente amado a qualquer coração que tenha o minimo sentimento Brasileiro.

Os ataques dirigidos immediatamente contra nós, no escrito mencionado, são mui fracos para que possãg ferir o nosso amor proprio; quando porém fossem mil vezes mais picantes não poderiamos sentir o seu golpe no meio da amargura e desgosto que nos causou o triste conhecimento da desinteligencia e, para melhor dizer, do rancor que o Curioso manifesta existir entre o primeiro Official da Marinha Imperial e o Ministro d'Estado encarregado da administração d'aquelle ramo essencial da nossa força publica. Não he quando a patria está em perigo que a sangue frio pode ver-se reinar a discordia, onde se necessita que exista a mais perfeita harmonia.

Parcece-nos que o author da analyse estabelece sua refutação nos fundamentos seguintes.

Pôr em duvida a realidade de huma expedição Portugueza.

Fundar aquella duvida sobre a agitação politica do Reino de Portugal, e o perigo que havia apresentar ao Governo a reunião de hum corpo consideravel de Tropa supposta constitucional.

Admittir em seguimento d'isto a realidade de huma expedição para diær que não pode ter successo algum e que d'ella se deve fazer zombaria ainda que fosse de 90.000 homens; visto que „ hum exercito para o qual não se recluta acaba infallivelmente por capitular mais tarde ou mais cedo. „

Provar em fim que reina, no departamento da Marinha, a maior actividade.

Vamos responder com quatro palavras.

As acções do Governo Portuguez, suas declarações e procedimentos á face das outras Potencias, provaõ, segundo nos parece, sua intenção, de sujeitar por força seus vassallos rebellados do Brazil. Ora, quem quer fazer a guerra, é mister que cuide em expedições. Demais todas as noticias que nos vem de Lisboa coincidem que ahi se fazem grandes preparativos contra este paiz; duvidar disto não é razoavel.

O estado de agitação Política de Portugal impede tao pouco uma expedição contra o Brazil, que é ella talvez o unico meio de pôr lá as cousas em socego.

Nem sombras de perigo ha para o Governo de S. M. F. em reunir as Tropas para as embarcar, porque os Generaes estão seguros, porque a expedição é popular, e porque o exercito Francez occupa a Península.


N. 1.º

1826.

17/6

SUBSCREVE-SE

Na loja do Sr. João Baptista dos Santos, na rua da Cadeia n. 65, mensalmente por huma folha, que sahirá ás Terças, Quintas, e Sabbados, 800 rs.



Sabbado 17 de Junho.

No caso de cessar a publicação, o Sr. Sanctos fica responsavel aos Srs. Subscriptores pelo equivalente á parte da subscrição não satisfeita.

ASTREA.

... in universum miseramus: sumo tibi ex publico remedio, quantum voles. Totum interim vitium in medium proferendum est, ex quo agnoscat quisquis partem suam.

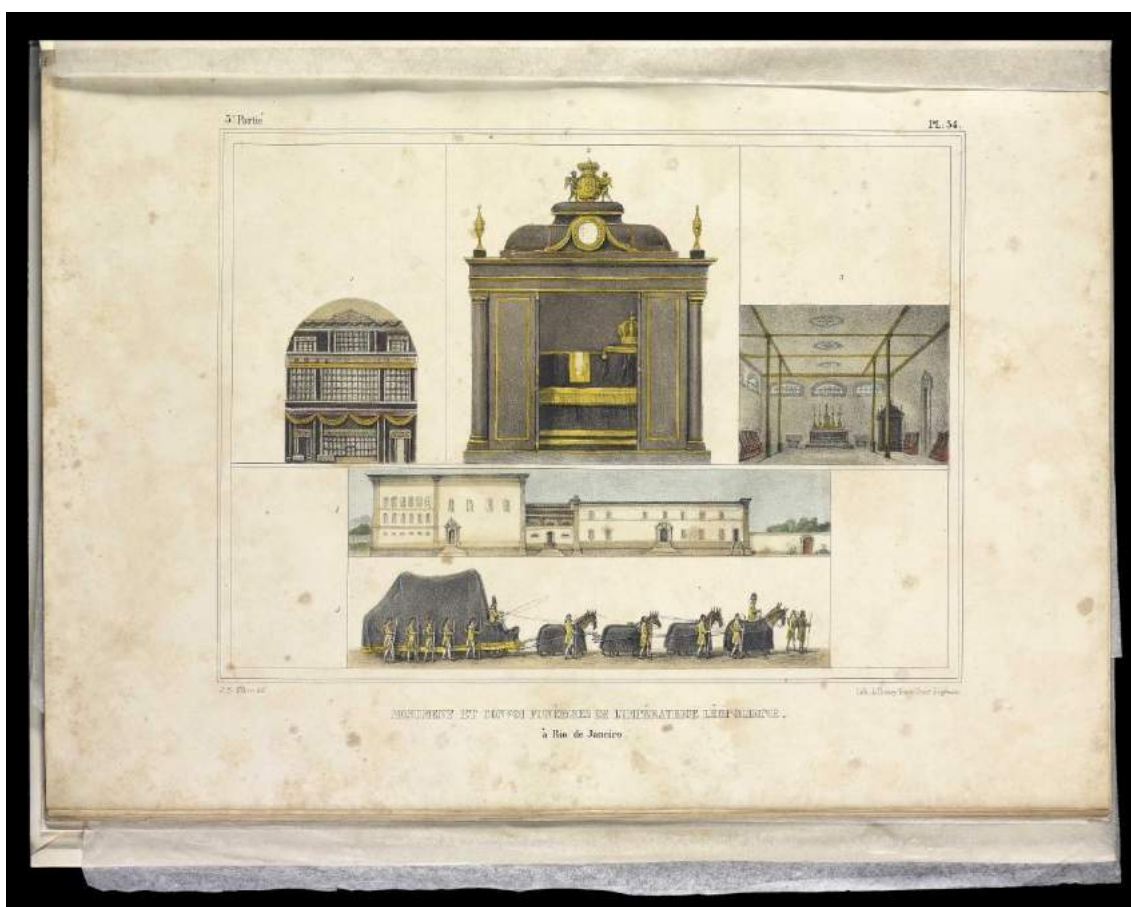
Seneca de Tranq. animi.

V, 2, 7

Astrea = **C**Ega, e sem atavios, des-
prezada dos ignorantes e dos impostores,
que inundam o mundo, para que desce-
ri eu da esfera celeste, onde vivo no
coração dos Anjos? O monstro da Natu-
reza meu inimigo, o Crime, ufano com
os trofeos da Avaréza, da Vaidade, e
da Impudéncia, por toda a parte me
dispen guerra de exterminio. Temerozo
de combater-me preto á peito exercita nas
siladas e cabalas sua traidora astucia:
apoiado na Ignorancia, e defendido por
ella, arma contra mim o Erro, a Ca-
lumnia, e a Impostura: não podendo des-
conhecer sua torpeza ou se esconde nas
trevas, ou para apparecer, se disfarça
com a minha figura. Mascarado assim não
só discorre as praças e as ruas; mas (ó
sacerilegio!) penetra no sanctuário das
Leis, que devera ser o azilo da Virtu-
de; e distribuindo corruptoras dadas,
reverte contra mim o raio, que devia fe-
rillo. Seu atrevimento não pára aqui, vai
mais longe; penetra até aos altares da
Divindade, e intromettido nos oraculos
joga com todos os recursos da Simulação
e da Hypocresia. Abandonatú eu o cam-
po ao inimigo devastador da Humanida-
de? Deixarei atribulados e sem defeza
aquelles, que me tem sido fieis; que de
mim esperam a felicidade: que me ve-
neram como Anjo tutelar? Não. Seréi com
elles. Medirei minha voz com a espada
do crime. Ella ressoará sempre com glo-
ria, ainda no meio do turbulento motim

de seus triunfos momentaneos, e sempre
temerosos. Empregue suas armas mate-
riaes, embora; ellas gastam-se, hão de
acabar. A verdade, minha muralha, mi-
nhas baterias, he eterna: pode ser obs-
curecida pelas nevoas do Erro, e da Igno-
rancia; mas hé para como um novo sol,
apparecer mais luminosa. O espirito de
perfectibilidade, que tão evidentemente,
e em gráo tão superior, se manifesta no
Homem, partindo do estado de selvagem,
em que vemos ainda algumas hordas, tem
feito progressos protentosos. Se a falta
de experiencia, o monopolio das luzes, con-
duzio os antigos á grandes marchas re-
trogadas, o soffrimento dos males, o co-
nhecimento dos erros apurando a razão au-
gmentou o esplendor da Verdade. Na li-
mitada esfera do espirito humano o erro
e a reparação são degrãos necessarios para
qualquer aperfeicamento. Desta lei im-
mutavel não tem sido, nem podiam ser,
isentos os homens dos antigos tempos. Elles
se dividiram, hé certo, entre si, e con-
forme as suas paixoes se separaram para
os extremos. Huns por entorpecidos no
vicio ou desorientados pelo Erro, pro-
curaram a felicidade nos prazeres dos sen-
tidos; e no delirio da sua imaginação mo-
vida pelos prejuizos, com alma torpe e
fraca quizeram ter o corpo sadio e bri-
lhante por atavios, e condecoraõp com
grande pompa. Outros vagando no vasto
campo da perfeição ideal, tomaudo pelo
homem existente o homem de sua imagi-

Anexo 22: Monumento fúnebre elaborado para a Imperatriz Leopoldina



Fonte: THIERRY FRÈRES. Monument et convoi funèbres de l'Impératrice Léopoldine : à Rio de Janeiro. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 23,3 x 31,7cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18216. Acesso em: 9 ago. 2019.